



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**CAIO VITOR COSTA DA SILVA**

**FAMÍLIA KUCINSKI: RESISTÊNCIA E LITERATURA  
DE DENÚNCIA DOS CRIMES DA DITADURA CIVIL-  
MILITAR.**

Salvador-BA

2024

**FAMÍLIA KUCINSKI: RESISTÊNCIA E LITERATURA  
DE DENÚNCIA DOS CRIMES DA DITADURA CIVIL-  
MILITAR.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal da Bahia, campus de Salvador, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Sociedade, Relações de Poder e Região.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucileide Costa Cardoso.

Salvador-BA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)  
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

---

S586 Silva, Caio Vitor Costa da  
Família Kucinski: resistência e literatura de denúncia dos crimes da ditadura civil-militar / Caio Vitor Costa da Silva. – Salvador, 2024.  
247 f.: il.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lucileide Costa Cardoso  
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História.  
Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,  
Salvador, 2024.

1. Famílias. 2. Memória. 3. Ditadura – Brasil - História. 4. Literatura.  
I. Cardoso, Lucileide Costa. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 981.06

---



**Universidade Federal da Bahia**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)**

**ATA Nº 1**

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH), realizada em 28/03/2024 para procedimento de defesa da Dissertação de Mestrado EM HISTÓRIA no <numAta/>, área de concentração História Social do Brasil, do(a) candidato(a) CAIO VITOR COSTA DA SILVA, de matrícula 2022108944, intitulada FAMÍLIA KUCINSKI: RESISTÊNCIA E LITERATURA DE DENÚNCIA DOS CRIMES DA DITADURA CIVILMILITAR.. Às 14:00 do citado dia, FFCH, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof. Dra. LUCILEIDE COSTA CARDOSO que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dra. MICHELE REIS DE MACEDO e Prof. Dr. VANDERLEI MACHADO. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(ã) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

**Dra. MICHELE REIS DE MACEDO, UFAL**

Examinadora Externa à Instituição

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MICHELLE REIS DE MACEDO  
Data: 08/04/2024 11:47:58-0300  
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

**Dr. VANDERLEI MACHADO, UFRGS**

Examinador Externo à Instituição

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** VANDERLEI MACHADO  
Data: 01/04/2024 13:39:22-0300  
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

**Dra. LUCILEIDE COSTA CARDOSO, UFB**

Presidente

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LUCILEIDE COSTA CARDOSO  
Data: 11/04/2024 11:46:37-0300  
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

**CAIO VITOR COSTA DA SILVA**

Mestrando(a)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** CAIO VITOR COSTA DA SILVA  
Data: 09/04/2024 14:19:52-0300  
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>



*Universidade Federal da Bahia*  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)**

**FOLHA DE CORREÇÕES**

**ATA N° 1**

**Autor(a):** CAIO VITOR COSTA DA SILVA  
**Título:** FAMÍLIA KUCINSKI: RESISTÊNCIA E LITERATURA DE DENÚNCIA DOS CRIMES DA DITADURA CIVILMILITAR.  
**Banca examinadora:**

Prof(a). MICHELE REIS DE MACEDO	Examinadora Externa à Instituição
Prof(a). VANDERLEI MACHADO	Examinador Externo à Instituição
Prof(a). LUCILEIDE COSTA CARDOSO	Presidente

---

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca

1.        INTRODUÇÃO
2.        REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
3.        METODOLOGIA
4.        RESULTADOS OBTIDOS
5.        CONCLUSÕES

**COMENTÁRIOS GERAIS:**

A dissertação alcançou seus objetivos, quais sejam: colaborar com a historiografia, mostrando o quanto a literatura pode ser significativa para os estudos sobre as consequências do período ditatorial brasileiro. Além de organizar e apresentar a história de luta e resistência da família Kucinski, mas também discutir o uso do romance como lugar de memória, através dos escritos biográficos de Bernardo Kucinski.

---

Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora, acima mencionada, foram cumpridas integralmente.

**gov.br**

Documento assinado digitalmente  
LUCILEIDE COSTA CARDOSO  
Data: 11/04/2024 11:49:47-0300  
Verifique em <https://validar.br.gov.br>

1

**SO**

Orientador(a)

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de externar minha gratidão e admiração a Bernardo Kucinski, por suas essenciais contribuições para a história e literatura, através do compartilhamento da trajetória da sua família, o que muito acrescenta à memória coletiva do nosso país.

Sou grato pelos comentários e sugestões da banca examinadora desta tese, composta por Lucileide Costa Cardoso (orientadora), Michelle Reis de Macedo e Vanderlei Machado. Suas críticas e indicações me fizeram refletir, além de enriquecer este trabalho.

Faço um agradecimento especial à minha orientadora Lucileide Costa Cardoso, que com toda a sua generosidade, paciência e atenção, tornou esta dissertação possível. Agradeço também à minha família, especialmente minha mãe, Marly, por sempre me apoiar em meu sonho de ser professor.

**Os Desaparecidos**

*Affonso Romano de Sant'Anna<sup>1</sup>*

*De repente, naqueles dias, começaram  
a desaparecer pessoas, estranhamente.  
Desaparecia-se. Desaparecia-se muito  
naqueles dias.*

*Ia-se colher a flor oferta  
e se esvanecia.  
Eclipsava-se entre um endereço e outro  
ou no táxi que se ia.*

*Culpado ou não, sumia-se  
ao regressar do escritório ou da orgia.*

*Entre um trago de conhaque  
e um aceno de mão, o bebedor sumia.*

*Evaporava o pai  
ao encontro da filha que não via.*

*Mães segurando filhos e compras,  
gestantes com tricots ou grupos de estudantes  
desapareciam.*

*Desapareciam amantes em pleno beijo  
e médicos em meio à cirurgia.*

*Mecânicos se diluíam  
— mal ligavam o torno do dia.*

*Desaparecia-se. Desaparecia-se muito  
naqueles dias.*

*Desaparecia-se a olhos vistos  
e não era miopia. Desaparecia-se  
até a primeira vista. Bastava  
que alguém visse um desaparecido*

---

<sup>1</sup>SANT'ANNA, Affonso Romano de. **A poesia possível**. Rio de Janeiro: Rocco, 1980.

*e o desaparecido desaparecia.  
Desaparecia o mais conspícuo  
e o mais obscuro sumia.  
Até deputados e presidentes evanesciam.  
Sacerdotes, igualmente, levitando  
iam, aerefeitos, constatar no além  
como os pecadores partiam.*

*Desaparecia-se. Desaparecia-se muito  
naqueles dias.  
Os atores no palco  
entre um gesto e outro, e os da plateia  
enquanto riam.  
Não, não era fácil  
ser poeta naqueles dias.  
Porque os poetas, sobretudo  
— desapareciam.*

## RESUMO

A pesquisa tem como propósito o exame da memória produzida a partir do desaparecimento de Ana Rosa Kucinski Silva, destacando a luta dos seus familiares – Majer Kucinski e Bernardo Kucinski - em busca do paradeiro do seu corpo insepulto, em meio às políticas de memória instituídas pelo Estado brasileiro que vão adquirindo evidência no Brasil, desde 1979, com a publicação da Lei de Anistia, passando pela Comissão Nacional da verdade, em 2012, até os dias atuais. O presente trabalho também tem como finalidade refletir sobre as contribuições da literatura de denúncia para abordar os temas sensíveis relacionados a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985) tendo como fontes os escritos produzidos pelo jornalista Bernardo Kucinski, relacionados aos diversos aspectos ficcionais e reais que inspiram rememorar e analisar esse passado traumático. Entre os romances publicados por Kucinski, daremos especial atenção aos seguintes: *K. Relato de uma Busca* (2014), *Alice: não mais que de repente* (2014), *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2015), *Os Visitantes* (2016), *Júlia: nos campos conflagrados do Senhor* (2020), *A cicatriz e outras histórias* (2021) e *O Congresso dos Desaparecidos* (2023). A pesquisa está inserida no âmbito da luta pela memória, verdade e justiça, além do respeito aos direitos humanos, visando reparações às vítimas de regimes de exceção. Como resultado das investigações percebemos que as buscas pelos desaparecidos políticos estão inseridas na esfera de restauração de uma memória sempre em disputa, como instrumento político, envolvendo familiares diretos, instituições e o próprio Estado brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Família Kucinski. Desaparecimento. Memória. Literatura. Ditadura.

## ABSTRACT

The purpose of the research is to examine the memory produced from the disappearance of Ana Rosa Kucinski Silva, highlighting the struggle of her relatives – Majer Kucinski e Bernardo Kucinski - in search of the whereabouts of her unburied body, amid the memory policies instituted by the Brazilian State that are acquiring evidence in the Brazil, since 1979, with the publication of the Amnesty Law, passing through the National Truth Commission, in 2012, until the present day. This work also aims to reflect on the contributions of denunciation literature to address sensitive issues related to the Civil-Military Dictatorship in Brazil (1964-1985) using as sources the writings produced by journalist Bernardo Kucinski, related to the various fictional and that inspire recollection and analysis of this traumatic past. Among the novels published by Kucinski, we will pay special attention to the following: *K. Relato de uma Busca* (2014), *Alice: não mais que de repente* (2014), *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2015), *Os Visitantes* (2016), *Júlia: nos campos conflagrados do Senhor* (2020), *A cicatriz e outras histórias* (2021) and *O Congresso dos Desaparecidos* (2023). The research is part of the struggle for memory, truth and justice, in addition to respect for human rights, aiming at reparations for victims of exceptional regimes. As a result of the investigations, we realized that the searches for the politically disappeared are inserted in the sphere of restoration of a memory that is always in dispute, as a political instrument, involving direct family members, institutions and the Brazilian State itself.

**KEYWORDS:** Kucinski family. Disappearance. Memory. Literature. Dictatorship.

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AAAARK	Associação Atlética Acadêmica Ana Rosa Kucinski
ABC	Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ALN	Ação Libertadora Nacional
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informação
AI	Ato Institucional
AP	Ação Popular
ASI	Assessorias de Segurança e Informações
AVC	Acidente Vascular Cerebral
BBC	British Broadcasting Corporation
BNM	Brasil: Nunca Mais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CEIOP	Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CFMDP	Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos
CIA	Central Intelligence Agency
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CISA	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COLINA	Comandos de Libertação Nacional
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito

DEOPS/SP	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DMDP	Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos
DNA	Ácido Desoxirribonucleico
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamentos de Ordem Política e Social
DPF	Departamento de Polícia Federal
DSI	Divisões de Segurança e Informações
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IML	Instituto Médico Legal
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
JUC	Juventude Universitária Católica
LSN	Lei de Segurança Nacional
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis.
MBA	Master Business Administration
MEC	Ministério da Educação
MPL	Movimento Passe Livre
NEV	Núcleo de Estudos da Violência
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil

OEA	Organização dos Estados Americanos
OBAN	Operação Bandeirantes
ONU	Organização das Nações Unidas
PB	Paraíba
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POLOP	Organização Revolucionária Marxista-Política Operária
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTN	Partido Trabalhista Nacional
QG	Quartel General
RJ	Rio de Janeiro
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contra Informações
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SNI	Serviço Nacional de Informações
SP	São Paulo
STM	Superior Tribunal Militar
SUS	Sistema Único de Saúde
TDE	Terrorismo de Estado
TELESP	Telecomunicações de São Paulo S/A
UESB	Universidade Federal do Sudoeste da Bahia
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

## SUMÁRIO

<b>1.Introdução.....</b>	<b>17</b>
<b>2. A luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos pelo direito à verdade e à justiça no Brasil.....</b>	<b>31</b>
2.1 Os instrumentos do aparelho de repressão do Estado ditatorial.....	36
2.2 Luta e resistência armada no Brasil.....	40
2.3 Os desaparecimentos forçados como política de Estado.....	48
2.4 A Lei de Anistia de 1979 e a transição inconclusa.....	51
2.5 Projeto Brasil: Nunca Mais. Fragmentos sobre o caso Kucinski.....	56
2.6 A formação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos....	59
2.7 A CNV e novas lentes sobre o caso Kucinski.....	62
2.8 Disputas de memórias e suas reverberações no caso da Família Kucinski.....	72
2.9 A literatura enquanto instrumento de memória (auto) biográfica.....	80
<b>3. A trajetória da família Kucinski em busca da verdade e de justiça.....</b>	<b>100</b>
3.1 Majer Kucinski: um escritor polonês no Brasil.....	106
3.2 A luta de um pai pelo paradeiro da filha (1974-1976).....	111
3.3 Ana Rosa Kucinski Silva. Trajetória de uma desaparecida política.....	121
3.3.1 Ana Rosa e a Ação Libertadora Nacional (ALN).....	142

	16
3.3.2 A memória monumentalizada de Ana Kucinski.....	148
<b>4. Bernardo Kucinski: trajetória política e intelectual.....</b>	<b>156</b>
4.1 Entre o passado e o presente, a literatura de denúncia de B. Kucinski.....	174
4.1.1 Desaparecimentos: <i>K. Relato de uma busca, Os Visitantes e o O Congresso dos desaparecidos.....</i>	176
4.1.2 Violação dos Direitos Humanos: <i>Você vai voltar pra mim e A cicatriz e outras histórias.....</i>	205
4.1.3 Feminismos e Opressão: <i>Alice: não mais que de repente e Júlia: nos campos conflagrados do Senhor.....</i>	211
<b>5. Considerações Finais.....</b>	<b>224</b>
<b>Referências.....</b>	<b>230</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>245</b>

## 1.Introdução.

A presente pesquisa tem como objetivo examinar a trajetória política e o desaparecimento de Ana Rosa Kucinski Silva, em consonância com o legado humanista e a influência de Majer Kucinski – pai de Ana Rosa e Bernardo Kucinski, seu irmão –, além de abordar os possíveis diálogos entre história, literatura e memória. Objetivamos, também, investigar a trajetória de luta e resistência da família Kucinski, vítima da violência do regime ditatorial brasileiro (1964-1985), dentro do contexto dos esforços dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, em busca da verdade e de justiça. Planejamos analisar os itinerários políticos da biografia de Bernardo Kucinski, destacando sua transição da esfera jornalística, com importante atuação no âmbito da imprensa alternativa, para o fazer literário que requer o entrelaçamento entre o real e o imaginado. Pretendemos discutir a literatura como testemunho histórico dos crimes cometidos pela ditadura brasileira, tendo como obras norteadoras os romances: *K. Relato de uma busca* (2011), *Os visitantes* (2016), e *O Congresso dos Desaparecidos* (2023), que abordam principalmente a temática dos desaparecimentos; *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2015) e *A cicatriz e outras histórias* (2021) tratam da violação dos direitos humanos; *Alice: não mais que de repente* (2014) e *Júlia: nos campos conflagrados do Senhor* (2020) dão prosseguimento a questão da violência e opressão contra as mulheres, dentre outras produções de Bernardo Kucinski, que perdeu sua irmã, Ana Rosa Kucinski Silva, vítima da repressão da ditadura por ser militante de um grupo de esquerda (ALN – Ação Libertadora Nacional). *K. Relato de uma Busca* merece especial destaque, por apresentar a narrativa da busca de Majer por Ana Rosa, tendo como pano de fundo o rastro dos crimes da nossa última ditadura.

Estas obras guardam em comum não apenas a exposição e crítica à ditadura brasileira, mas também a importância de trazer um contexto histórico mais atual que possibilita a identificação de continuidades e rupturas com os governos militares. A escolha destas obras, que serão analisadas no terceiro capítulo, foi planejada de acordo com o desenvolvimento do trabalho, resultado de um projeto que nasce do desdobramento do trabalho de conclusão de curso de licenciatura em história<sup>2</sup>. O

---

<sup>2</sup> SILVA, Caio Vitor Costa. **Literatura de testemunho e Ditadura Civil-Militar: os romances ‘K. Relato de uma Busca’ e ‘Os Visitantes’ de Bernardo Kucinski**. Orientadora: Dra. Lucileide Costa Cardoso. 2018. 64 f. TCC (Graduação) – Curso de Licenciatura em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/507>  
Acesso em: 26/11/2023

objetivo geral da monografia partia da análise das contribuições da literatura de testemunho para o debate envolvendo a ditadura no Brasil. Contudo, o trabalho se limitava a utilizar apenas duas obras de Bernardo Kucinski, conforme o título em nota de rodapé. Nesta dissertação, como diferencial, tentamos nos aprofundar na trajetória do próprio autor, na atuação de Majer Kucinski e na própria vida de Ana Rosa, além de efetuarmos a análise de outras obras de Bernardo Kucinski, expandindo nosso universo de estudo.

Ana Rosa Kucinski Silva nasceu em 12 de janeiro de 1942, em São Paulo (SP), filha de Majer Kucinski e de Esther Kucinski, judeus vindos da Polônia. Desapareceu em 22 de abril de 1974. Militante da ALN, foi professora do Instituto de Química da USP (Universidade de São Paulo), profissão que exerceu até o seu sequestro por agentes do Estado. Casou-se com o físico Wilson Silva, em 11 de julho de 1970, também desaparecido político, e integrante da ALN.

Bernardo Kucinski é autor de obras sobre política, economia e jornalismo, além de ter sido assessor especial da Secretaria de Comunicação Social da presidência da República entre 2002 e 2006, mas a sua estreia na ficção se deu apenas em 2011, aos 74 anos de idade, com *K. Relato de uma busca*. Desde então, Kucinski tem mantido uma rotina de produções ficcionais, sejam elas contos ou novelas, boa parte delas relacionadas ao período histórico supracitado.

Nesta dissertação ressaltamos a relevância de *K. Relato de uma Busca*, mas a primeira produção de Kucinski sobre a ditadura brasileira data de 1971. Bernardo Kucinski e Ítalo Tronca publicaram de forma conjunta e anônima o livro *Pau de arara: A violência militar no Brasil*, primeiramente na França, pela Editora Maspero. A obra foi censurada no Brasil ainda em 1971. A publicação trata-se de um dossiê sobre a violência, utilização da tortura e desprezo aos direitos humanos no Brasil.

A pesquisa tem como foco a resistência da família Kucinski, ressaltando o contexto da ditadura brasileira. A família Kucinski sofreu as angústias de um período de extrema violência praticada pelo Estado e seus agentes. Majer, Bernardo, Ana Rosa e Wilson (marido de Ana), cada um à sua forma, enfrentaram o autoritarismo brasileiro, resistiram às suas arbitrariedades e lutaram pela verdade e por justiça.

A pesquisa corrobora a hipótese de que a busca pelo paradeiro de um familiar está enquadrada no âmbito da luta pela memória, verdade, justiça e pelos direitos

humanos. Como resultado dos estudos podemos observar que a busca pelos desaparecidos políticos se insere no desenvolvimento da reabilitação da memória, cujos debates se referem ao período ditatorial brasileiro e seus desdobramentos na sociedade civil.

Sobre as balizas temporais da pesquisa o período a ser analisado começa com a instauração da ditadura (1964-1985), mas principalmente os seus desdobramentos, relacionados ao aumento do emprego da violência pelo Estado. Outro marco temporal significativo para efetuarmos uma análise da dinâmica do contexto se refere ao período entre 1974 e 1976, quando Majer Kucinski empreende suas buscas pela filha desaparecida. Porém, são necessários recuos no tempo para discutirmos minimamente a trajetória de vida dos pais de Ana Rosa e Bernardo, ou seja, Esther e Majer Kucinski. Também são necessários avanços temporais para analisarmos o contexto em que as produções literárias de Bernardo Kucinski foram lançadas.

Pretendo colaborar com a historiografia, através desta pesquisa, mostrando o quanto a literatura pode ser significativa para os estudos sobre as consequências do período ditatorial brasileiro. A pesquisa tem o propósito, também, de organizar e apresentar a história de luta e resistência da família Kucinski, que sofreu com os abusos do regime ditatorial, além de discutir o uso do romance como lugar de memória, através dos escritos biográficos de Bernardo Kucinski. Analisar a produção (auto) biográfica do autor supracitado, significa amplificar a denúncia do episódio, assim como ressaltar a relevância de suas obras, que conseguem alcançar um público mais jovem que não sofreu as privações decorrentes da ausência de liberdade, da censura e da violência física e psicológica.

Sobre o contexto geral, o tema apresentado está inserido na história do Brasil do período referente à Ditadura Civil-Militar (1964-1985), com uma abordagem que busca a valorização da memória. Durante o período supracitado, o povo não escolhia o presidente da república e o Congresso Nacional não funcionava livremente. Felizmente, houve formas de resistência: movimentos estudantis, guerrilhas urbanas e rurais, movimentos sindicais, mobilização da sociedade civil, publicações em jornais (charges), músicas, peças de teatro, entre outros.

O período estudado é definido, no presente estudo, como Ditadura Civil-Militar, e existe um importante debate sobre o emprego da referida expressão. Segundo Rollemberg e Cordeiro (2021) as dinâmicas sociais em torno do consenso,

consentimento e participação popular na ditadura evidenciam a sensação de risco que unia os manifestantes e a formação de grupos conservadores, marcados por sua pluralidade, porém unidos por um discurso anticomunista, antiGoulart, anticorrupção e em defesa de uma intervenção militar que reparasse política e economicamente o país. Considerando que este não é um debate pacífico na historiografia e na esfera pública, implicando diferentes posições, percebemos um conjunto de valores que sustentam a formação de uma concordância que pôde ser direcionada à ação ou à inação, mas também ao silêncio. É preciso salientar que houve importante participação da sociedade civil no golpe e na continuidade do regime.

Os regimes autoritários são produtos sociais, ou seja, a sociedade se relaciona com o regime. Os estudos se concentram no sistema, na repressão e na resistência, mas a barbárie é criação de homens e mulheres do nosso meio, não de monstros:

Em determinados meios — mesmo acadêmicos — ainda sobrevive a crença segundo a qual afirmar a legitimidade de um regime autoritário ou ditatorial, o apoio de significativas parcelas da sociedade, sobretudo quando se trata de camadas populares, é o mesmo que defendê-los. Como se a luta política contra o autoritarismo e a ditadura justificasse a deformação da análise, da interpretação, da informação. Não compartilhamos dessas posições. Afirmar que um tirano foi amado por seu povo não significa concordar com a tirania, apoiar suas ideias e práticas. Tampouco o falseamento das relações da sociedade com o autoritarismo deve ser um instrumento válido e útil para combatê-lo. Ao contrário. Conhecê-las é o primeiro passo para transformá-las. São os valores e as referências, as culturas políticas que marcam as escolhas, sinalizando relações de identidade e consentimento, criando consensos, ainda que com o autoritarismo. Aliás, a deturpação da informação, do conhecimento, não seria também um ato autoritário? (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2011, p. 14)

Os conceitos de sociedade, democracia e Estado variam de acordo com o tempo e lugar. A construção do consenso e do consentimento são características definidoras de países que passaram por regimes autoritários. Na década de 60 ou até mesmo nos últimos anos, é possível que as aspirações democráticas do povo brasileiro tenham sido superestimadas:

Se a resistência e a memória da resistência sempre identificaram as ditaduras à tirania, veremos como, não raramente, estas foram reivindicadas até mesmo como salvadoras da própria democracia, dos valores nacionais e sociais, como o único caminho, o fio condutor da transformação radical da sociedade. Em diferentes circunstâncias, a democracia é que foi rejeitada. (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2011, p. 17)

Setores importantes da sociedade, inclusive da sociedade civil, não viam a democracia como a melhor forma de combater o suposto “perigo comunista”. Não é possível compreender os regimes autoritários através do discurso onde as massas foram

manipuladas, tornando-se vítimas. Existiram consensos e consentimentos, ou seja, interesses comuns entre o Estado ditatorial e parcelas significativas da sociedade. O famigerado 1964 não se trata de um acaso na história política brasileira. De uma perspectiva político-institucional, trata-se de uma mobilização de natureza militar e conservadora, em contraste com as “reformas de base” propostas por Goulart. O golpe exprimia os objetivos das classes dominantes com anuência das classes médias devidamente cooptadas.

Partimos do pressuposto que o golpe de 1964 foi uma violação da legalidade e da Constituição, inaugurando um regime autoritário, marcado pela ausência de liberdades democráticas. Ao rasgar a Constituição e lançar Atos Institucionais<sup>3</sup> que ampliavam seu poder, o regime aboliu a liberdade e consolidou sua soberania.

O golpe militar tinha como argumento a hipótese de que o então presidente da república, João Goulart (Jango), estaria organizando a instauração de um regime comunista. De acordo com Daniel Aarão Reis (1990), como resposta ao golpe, diferentes grupos de esquerda começaram a organizar sua oposição, com diferentes ideologias e objetivos. Os militares responderam com uma violência desproporcional. A partir de então, os chamados subversivos também passaram a usar da força bruta. Alguns grupos de esquerda defendiam propostas socialistas, sem priorizar a restauração da democracia. É difícil acreditar na possibilidade de que estes agrupamentos constituídos por algumas dezenas de membros poderiam chegar a vitória, dominando um país com mais de 90 milhões de pessoas à época. Porém, as autoridades brasileiras enxergavam essa resistência à ditadura como uma ameaça ao seu projeto de poder.

Segundo Marcos Napolitano (2020), o golpe de 1964, para além dos resultados das estratégias de João Goulart, foi produto da união entre militares e civis, conservadores e contrários a qualquer reforma. É preciso analisar 1964 sem esquecer o contexto da Guerra Fria, que reanimava ideais conservadores e anticomunistas. Existia o medo do aumento da influência soviética na América Latina, que só aumentou com a Revolução Cubana de 1959. As forças armadas dos países subdesenvolvidos capitalistas, parceiros dos Estados Unidos, deveriam então lidar com a “ameaça

---

<sup>3</sup> Os Atos Institucionais foram normas baixadas pelo poder executivo no período de 1964 a 1969, durante a Ditadura Civil-Militar brasileira. Foram editadas pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>  
Acesso em: 10/11/2023

comunista”. Essa perspectiva teve origem na Doutrina Truman<sup>4</sup>, conhecida também como Doutrina de Contenção do Comunismo Internacional, que inspirou a Escola Superior de Guerra, criada no Brasil em 1949. Neste contexto, qualquer ideologia que aglutinasse a classe trabalhadora ou reivindicasse melhores condições de vida, poderia ser definida como “subversão” comunista.

O aparelho de repressão da ditadura foi cruel, negando às famílias das vítimas o direito ao luto, já que simplesmente desaparecia com os corpos dos seus inimigos, informação que pode ser confirmado nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade. O que explica, em parte, o ressentimento presente na escrita de Kucinski, cuja família além de enfrentar a tortura psicológica, também foi vítima do consentimento da sociedade civil, a exemplo da falta de consideração que a USP (Universidade de São Paulo) teve ao demitir Ana Rosa por abandono de função, quando até mesmo os jornais, que sofriam intensa censura, já haviam noticiado o seu desaparecimento. Estes aspectos fazem parte da trajetória de Ana Rosa, que acompanhada da biografia de Bernardo podem nos ajudar a entender os caminhos que o levaram à esfera literária.

O Brasil foi uma das últimas nações da América do Sul que, após um período de ditadura, criou iniciativas com o objetivo de organizar uma justiça de transição. Uma das características fundamentais desse processo é a investigação referente às agressões aos direitos humanos. No Brasil, esta busca ocorreu muito posteriormente. A Comissão Nacional da Verdade só foi criada quase trinta anos após a ditadura.

De acordo com o Projeto Brasil: Nunca Mais a única certeza que temos sobre um desaparecido é que foi preso por organismos de segurança. As demais informações são hipóteses. A vítima provavelmente foi torturada por semanas, e quando não falecia em decorrência da tortura era assassinada friamente, sendo enterrada em cemitério clandestino, com identificação forjada ou como indigente, mas muitas vezes, antes dessa “desova”, o corpo era esquartejado e incinerado.

A repressão baseada na tortura extrapolou as fronteiras humanitárias e legislativas, burlando a ética militar, que defende a dignidade dos prisioneiros. Para atuar sem dar explicações e fugir do simbólico monitoramento dos comandantes, as equipes de tortura possuíam centros clandestinos. A partir de 1971 foi criada uma nova

---

<sup>4</sup> Conjunto de medidas políticas e econômicas criadas março 1947, quando o então presidente dos EUA, Harry Truman, discursou contra a “ameaça comunista”, e firma o compromisso dos EUA de defender o mundo dos soviéticos. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61560065>  
Acesso em: 03/11/2023

solução para os prisioneiros: o desaparecimento, quando antes haviam acidentes ou tentativas de fuga inventadas para encobrir as mortes sob tortura. O sistema repressivo criou um método de desaparecimento, iniciado com o sumiço do corpo, que podia ser incinerado, esquartejado, ou enterrado com nome falso. Além destas estratégias, também havia toda uma rede de desinformação para confundir os familiares, dando-lhes pistas falsas e sufocando-os em “latifúndios de burocracia”. A criação do “desaparecido político” fomentou o trauma coletivo advindo da tortura. Sem o corpo o luto não pode ser concretizado. (NAPOLITANO, 2020, p. 135)

Embora nos últimos tempos tenhamos visto a produção de diversas obras com o objetivo de ampliar o entendimento sobre a Ditadura Civil-Militar, assim como o aumento das discussões e reflexões sobre suas interpretações e sequelas para a democracia no país, é necessário ressaltar que ainda existe um grande desconhecimento da população, em geral, sobre essa época. Essa incompreensão é resultado da falta de iniciativas de valorização da memória, especialmente durante os governos Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019 – 2022), que tiveram resultados nefastos, como pode ser observado em manifestações na esfera pública que amparam o regresso da ditadura ou o uso de estratégias e propostas autoritárias para as carências que o país apresenta.

Sobre os aspectos teóricos e metodológicos que norteiam o trabalho, utilizamos um método analítico, buscando debater o contexto histórico, o sujeito nele incluído, e o seu contexto social. Para tanto, Maurice Halbwachs (1990), Jacques Le Goff (1990), Beatriz Sarlo (2007) e Paul Ricoeur (2007), são importantes fontes para debatermos a história e suas conexões com a memória, enquanto Jacob Gorender (1987), Marcelo Ridenti (2010) e Marcos Napolitano (2020) servem de base para o estudo do contexto do período. Para analisarmos os possíveis diálogos entre história, memória e literatura, Umberto Eco (1994), Hayden White (1994) e Lucileide Cardoso (2012), serão alguns dos objetos de análise.

Segundo Ricoeur (2007) a dupla dimensão do passado, ou seja, a história e a memória, se perdem quando há esquecimento. Naturalmente, nem sempre a memória individual anda de mãos dadas com a memória coletiva. A memória, enquanto executada na prática, está acessível à retórica do uso e abuso. A memória, enquanto elaborada, é, ainda, bloqueada no nível patológico-terapêutico e manipulada em vista da preservação da identidade individual e coletiva. Importante ressaltar que a memória

pode ser uma obrigação (dever de memória) relativa a eventos traumatizantes do passado. O que Ricoeur chama de “dever de memória” pode ser captado como uma obrigação de se fazer justiça à vítima.

A memória é uma habilidade humana que pode ser interpretada como a capacidade de preservar determinadas informações. A “memória” é uma concepção que já foi dissecada por diversos autores, com diferentes orientações e referenciais. Nos interessamos por uma abordagem que enxerga a memória como fenômeno social, de representação tanto individual quanto coletiva. A memória desempenha grande influência sobre a história (da sociedade e dos sujeitos), a política, a linguagem, a cultura.

A bem dizer, o Estado brasileiro persevera no esquecimento como meio de superar os traumas da ditadura, nivelando anistia e supressão de informações, negando o direito ao luto das famílias dos desaparecidos:

Mas a anistia, enquanto esquecimento institucional, toca nas próprias raízes do político e, através deste, na relação mais profunda e mais dissimulada com um passado declarado proibido. A proximidade mais que fonética, e até mesmo semântica, entre anistia e amnésia aponta para a existência de um pacto secreto com a denegação de memória que, como veremos mais adiante, na verdade a afasta do perdão após ter proposto sua simulação. (RICOEUR, 2007, Pg. 460)

Dentro do debate envolvendo a memória, é inevitável analisar os acontecimentos traumáticos do século XX e seus impactos. As memórias, coletivas ou individuais, também possuem traumas, que muitas vezes não são superados, impedimento que ocorre principalmente devido à ausência de justiça.

A metodologia utilizada envolve o estudo e avaliação de informações ao nosso alcance, com o objetivo de explicar as circunstâncias de um fenômeno. Para a construção dos fundamentos aqui propostos, refletimos sobre literatura, fenômenos traumáticos e Ditadura Civil-Militar no Brasil, buscando, em debate com bibliografia oportuna, calcular as capacidades de estímulos das narrativas ficcionais para a pesquisa histórica.

Ainda sobre o método de trabalho, nossa pesquisa está em consonância com as reflexões sobre memória social, que se debruça sobre as investigações direcionadas para os direitos humanos e as memórias do regime de exceção. Sobre as fontes, abordamos a memória em sua dimensão histórica, enquanto fonte e objeto de estudo. Exploramos diferentes fontes, especialmente as públicas, a saber: orais, escritas, iconográficas e

legislativas, objetivando organizar fragmentos da história e memória da família Kucinski, que tem seu nome marcado na história do nosso país.

A partir de nossas pesquisas iniciais, partimos do pressuposto que as escritas (auto) biográficas, enquanto exposições de memória, são construções do passado a partir das experiências do presente. Estas são constituídas por representações, que podem sofrer manipulações conforme as subjetividades dos seus autores. Consequentemente, efetuar uma análise referente à literatura (auto) biográfica é enxergá-la, inclusive, como lugar de choques políticos e ideológicos. (CARDOSO, 2012, p. 30)

Segundo Cardoso (2012), é fundamental respeitar as distâncias conceituais entre história e memória, sem esquecer o quão tenso e profundo são suas relações. Também é importante a reflexão sobre essas memórias não apenas como fontes, mas também como matéria-prima de pesquisas que apontam a maneira como o presente e o passado estabelecem relações e se reorganizam. A metodologia aqui exposta busca ponderar sobre a relevância do resgate e conservação de uma memória individual, que apresenta características de uma memória familiar, útil para a luta contra o esquecimento.

Ainda sobre a metodologia de pesquisa, que podemos definir como qualitativa, primeiramente efetuamos a leitura e análise das produções memorialísticas e jornalísticas de Bernardo Kucinski. Posteriormente iniciamos nossa pesquisa sobre os membros da família Kucinski que muito nos interessam. Uma busca que percorreu não apenas produções acadêmicas, mas também fontes encontradas em arquivos online, como os acervos da CNV (Comissão Nacional da Verdade). Também foi empreendida pesquisa bibliográfica sobre a temática, valendo-se da produção acadêmica sobre os mortos e desaparecidos políticos no Brasil, da análise de dados obtidos em documentos produzidos pela Comissão e por outros grupos de defesa dos direitos humanos. Posteriormente, os dados obtidos com a pesquisa bibliográfica foram implementados com informações colhidas em depoimentos disponíveis e de domínio público.

Partimos do pressuposto de que os diálogos entre história e literatura são possíveis, ou seja, uma obra literária pode se tornar um objeto de pesquisa, mas podemos discutir o uso da imaginação e do alegórico na escrita do texto literário ou histórico. Essa discussão certamente não se encerra ao tratarmos de uma obra literária baseada em memórias, a exemplo de *K. Relato de uma Busca*, pois o autor, naturalmente, carrega consigo uma visão de mundo particular, e questionar faz parte do

ofício de historiador. Assim, conectamos uma obra literária com outras perspectivas tais como a biografia do escritor e o contexto no qual a obra foi elaborada.

A literatura, seja ela manifestada nos gêneros crônica, conto ou romance, exhibe um aspecto poético do real, que também associa o imaginado. Se a escrita ficcional não é totalmente falsa, é menos ainda quando baseada em fatos, logo, podemos discutir a literatura como arquivo a ser avaliado criticamente pelo pesquisador no seu contributo a historiografia sobre o período. O historiador não precisa temer a literatura, mas fica evidente que se debruçar sobre este tipo de produção pode guardar armadilhas, além de desafiar a ortodoxia disciplinar. Não se quer afirmar que literatura e história são a mesma coisa, mas que pode existir uma colaboração mútua.

Segundo Eco (1994), a ficção funciona a partir de um acordo entre o escritor e o leitor. Eco busca compreender como a literatura é feita e como funciona este acordo:

A norma básica para se lidar com uma obra de ficção é a seguinte: o leitor precisa aceitar tacitamente um acordo ficcional, que Coleridge chamou de “suspensão da descrença”. O leitor tem de saber que o que se está sendo narrado é uma história imaginária, mas nem por isso deve pensar que o escritor está contando mentiras. De acordo com John Searle, o autor simplesmente finge dizer a verdade. Aceitamos o acordo ficcional e fingimos que o que é narrado de fato aconteceu. (ECO, 1994, p. 81)

Conforme Eurídice Figueiredo (2017), a literatura não minimiza o trabalho de historiadores e jornalistas, mas o romance é capaz de nos introduzir a uma esfera de terror, onde os protagonistas convivem com a violência, o desrespeito e a opressão. Talvez seja impossível recriar perfeitamente o que aconteceu, mas podemos acessar aquilo que os personagens pretendiam e quais foram as consequências.

De acordo com Beatriz Sarlo (2007) o trabalho do historiador passa por levantar hipóteses a partir das experiências e relatos. Quando o historiador relembra os fatos passados, torna o passado presente. A memória, por outro lado, não pode ser colocada como a cura para a violência e a responsável pela cicatrização de feridas. A exposição da memória precisa ser acompanhada da justiça. A memória é um bem coletivo, é uma obrigação, e uma necessidade legal, moral e política. A crença nas narrativas das vítimas é necessária para a consolidação da democracia e a implantação de ideias baseadas na justiça. As narrativas testemunhais não são a única fonte de conhecimento sobre regimes militares, nem poderiam ser, pois não possuem um peso superior a outros documentos e fontes.

Para White (1994), o historiador utiliza a imaginação construtiva para conferir significado a sua leitura documental, para tal ele efetua uma operação literária, visto que ao examinar certo período, o historiador começa a descobrir o provável aspecto narrativo que tais eventos podem configurar, em seguida emprega a ordenação de enredo que lhe parece ser mais adequada.

Os diálogos da produção historiográfica com a ficção talvez sejam subestimados. Ainda existem diversos preconceitos, no que se refere ao ficcional, a serem derrubados. Os campos da história e da ficção se desenvolveram de maneiras diferentes, apesar dos cruzamentos que ocorreram. Podemos estabelecer uma relação entre história e ficção de forma positiva. O objetivo não é questionar o caráter científico da história, mas ressaltar que o real é uma referência distante e a reconstituição plena do passado, impossível.

Sobre a relação entre a ficção e o passado, Chartier (2009) defende que algumas obras literárias construíram representações coletivas do passado que frequentemente são mais eficientes que a narrativa historiográfica. Chartier cita as obras de Shakespeare como exemplo, que aludem a história inglesa. Atualmente, a ficção se apoderou de ferramentas da disciplina histórica, como o emprego de fontes e a referência, isso problematiza ainda mais a discussão.

As diferenças entre o texto literário e a história, estão no compromisso com a verdade da segunda, além da necessidade de se voltar às provas e às testemunhas. O texto literário, por sua vez, possui uma liberdade poética, o que exige de nós alguns cuidados ao tentar aproximar história e literatura, apesar de a escrita historiográfica também permitir o uso da imaginação. (GOMES, 2011, p. 72)

Existem distinções inequívocas entre a história e a literatura, o que não significa que esta última não tenha compromissos com a verdade e a memória. “A rigor, História e Literatura obtêm o mesmo efeito: a verossimilhança, com a diferença de que o historiador tem uma pretensão de veracidade” (PESAVENTO, 2003, pg. 7)

São as indagações que o historiador faz às fontes que atribuirão significado para seu trabalho. É interessante resgatar as correspondências com o real que pretendemos recuperar, e os textos literários podem cercar-se de estratégias de veracidade. Entendemos que o conceito de verdade em História poderia ser empregado no plural, já que não existe uma única versão dos fatos ou dos instrumentos analisados.

A ficção é importante para entendermos nossa realidade. A narração está estreitamente conectada com nosso dia a dia, onde podemos enxergar a vida como ficção, atribuindo elementos narrativos ao cotidiano:

E, assim, é fácil entender por que a ficção nos fascina tanto. Ela nos proporciona a oportunidade de utilizar infinitamente nossas faculdades para perceber o mundo e reconstituir o passado. (...) E é por meio da ficção que nós, adultos, exercitamos nossa capacidade de estruturar nossa experiência passada e presente. (ECO, 1994, p. 137)

A crítica ou análise literária totalmente imparcial, por outro lado, não se mostra interessante, mais importante é possuir fundamentos para defender sua tese, com objetivos e honestidade evidentes: "O aspecto decisivo da atividade crítica é o de saber se ela se fundamenta numa análise objetiva, num plano estratégico que contenha em si mesmo uma lógica e uma honestidade próprias." (BENJAMIN, 2018, pg. 107)

Benjamin (2018) também problematiza a ideia de que ser crítico é ter "opinião própria". É estranho aceitar a opinião de alguém que não se conhece. O grande crítico é aquele que, por intermédio do seu trabalho, dá aos outros a oportunidade de construir sua própria opinião. O verdadeiro crítico não coloca a sua opinião como a base do seu trabalho, a conjuntura modelo é onde o crítico não se preocupa em estabelecer um juízo.

Segundo Gagnebin (2009) a rememoração, no sentido benjaminiano da palavra, para além da piedade coletiva, é uma ferramenta que através da memória age sobre o presente. Porém, é necessário mais do que indignação com a barbárie, apesar da indiferença da maioria, que flerta com a paralisia e a conivência. Gagnebin nos mostra uma nova perspectiva da definição de testemunha. A testemunha também seria o indivíduo que ouve a narrativa do trauma pelo qual outro passou e não a ignora, mas leva sua história adiante. Somente a disseminação do sofrimento e a reflexão sobre o passado podem contribuir para sua não repetição.

O Brasil ainda sente a tragédia que foi a Ditadura Civil-Militar, apesar de muitos insistirem numa conciliação ou até mesmo negarem os fatos. Contudo, somente poderia existir uma conciliação se a responsabilidade pelos crimes fosse assumida, além da ação da justiça. Em contrapartida, tentamos cicatrizar uma ferida pouco reconhecida pelo Estado brasileiro, apesar dos avanços em termos de políticas de memórias nas últimas décadas, logo, como podemos superar o trauma?

Sobre a estrutura do trabalho, a dissertação será apresentada em três capítulos. No primeiro abordaremos a luta, em âmbito geral, travada pelos familiares de mortos e

desaparecidos políticos em busca da verdade e de justiça, em prol da preservação de uma memória nacional, relacionada a um período de opressão. Daremos destaque aos instrumentos utilizados pelo aparelho de repressão, em sua natureza organizacional, dissecando seus órgãos e estratégias, mas dando especial atenção ao método de desaparecer com seus inimigos, tática diretamente relacionada às práticas de tortura. Também trataremos da Lei de Anistia, com seus prós e contras, deixando explícita a frustração alimentada pela impunidade. É importante discutirmos os dados levantados pela pesquisa do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, onde as atrocidades cometidas pelo governo são devidamente expostas.

Diante da amnésia coletiva gerada pela Anistia, durante o processo de abertura e redemocratização, os familiares de mortos e desaparecidos políticos precisaram atuar de forma ainda mais determinada. Logo, discutiremos a importância e os avanços alcançados pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Posteriormente analisamos as investigações efetuadas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) e pelas Comissões Estaduais da Verdade (CEV), que buscavam explicações referentes às circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. Também examinamos a importância da escrita testemunhal e da literatura para a conservação da memória. Com estes dados poderemos encarar a questão da (re)construção de memórias sobre o período, ressaltando as armadilhas do esquecimento.

No segundo capítulo, pretendemos versar, sobre os itinerários políticos da família Kucinski no contexto da luta de familiares de mortos e desaparecidos políticos. Apresentaremos a figura responsável por diversos traços das personalidades de Ana Rosa e Bernardo. O polonês naturalizado brasileiro Majer Kucinski (1904-1976) foi professor, jornalista e escritor. Majer está entre os grandes escritores de língua iídiche que imigraram para o Brasil. Buscou incansavelmente por Ana Rosa, sua filha desaparecida política. Quando as esperanças esgotavam, sua expectativa passou a ser de encontrar os seus restos mortais, buscando o alívio de finalizar o processo de luto com os devidos ritos fúnebres. Também abordaremos a vida de Ana Rosa Kucinski Silva, apresentado sua trajetória, em parte já reconstruída através da literatura expressa pelo seu irmão, até o seu desaparecimento e assassinato. É importante nos debruçarmos sobre a história desta personalidade para tentarmos entender as motivações que a fizeram colocar sua vida em risco, quando o exílio seria muito mais seguro. Para além da

importância de darmos protagonismo à uma figura feminina de grande relevância, se faz necessário registrar sua luta, sua história e a covardia daqueles que lhe impuseram um ponto final.

Pesquisar os itinerários da vida de uma desaparecida política pressupõe o entendimento de sua luta política e os motivos que levaram Ana Rosa a encarar seu destino num contexto em que os tentáculos da ditadura estavam cada vez mais poderosos. Portanto, neste trabalho, investigaremos as operações que envolvem as buscas por Ana Rosa, destacando sua trajetória política e intelectual, além da luta por justiça levada a cabo por seus familiares, o que trouxe como consequência uma memória monumentalizada sobre Ana Rosa que também requer nossa análise.

A partir do terceiro capítulo iniciamos um exame da trajetória política e intelectual de Bernardo Kucinski, marcada pela denúncia do autoritarismo, portanto, analisaremos suas duas maiores expressões: a sua intensa participação nas produções de diversos periódicos denominados como “imprensa alternativa”<sup>5</sup>, destacando como se deu essa transição de Kucinski do jornalismo para a carreira acadêmica e, posteriormente, sua mais recente transição para o âmbito literário, sem deixar de lado sua participação na política.

Ainda no terceiro capítulo partimos para o exame das produções memorialísticas e ficcionais de Bernardo Kucinski. Destacamos também os possíveis diálogos entre história, memória e literatura, analisando a produção literária de Bernardo Kucinski. Obras que tem como pano de fundo a Ditadura Civil-Militar brasileira, podendo ser classificadas como “Literatura de denúncia”. Por último, em termos introdutórios a este trabalho, destacamos o nosso entendimento em relação ao termo “literatura de denúncia e/ou resistência”.

---

<sup>5</sup> Foi um importante espaço de crítica ao regime militar, de divulgação de denúncias, e de discussões dos grupos de esquerda, como os famosos “Pasquim” e “Opinião”. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/imprensa-alternativa/>  
Acesso em: 10/11/2023

## **2. A luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos pelo direito à verdade e à justiça no Brasil.**

É importante nos debruçarmos sobre aspectos que contextualizam o período vivido pelos integrantes da família Kucinski, trazendo uma abordagem teórica neste primeiro capítulo, para um maior aprofundamento nas individualidades destas figuras, nos capítulos posteriores, demonstrando os resultados da pesquisa que se mostram mais autorais.

Em 31 março de 1964, através de uma aliança entre civis e militares, o presidente João Goulart foi deposto, num golpe de Estado planejado dentro e fora do país. Entre 1964 e 1985 o Brasil passou por sucessivas turbulências que ainda hoje trazem debates e explicam nosso país. Apesar de a economia ter crescido durante alguns anos, cresceu também a desigualdade social.

A Ditadura Civil-Militar brasileira não foi um acontecimento casual na história da América Latina. No mesmo período (1964-1985), regimes semelhantes surgiram de violações no Estado democrático de direito de outros países vizinhos, onde as Forças Armadas tomaram o poder dentro do contexto da Guerra Fria<sup>6</sup>.

O mundo se encontrava dividido em dois grandes polos. Um núcleo era liderado pelos Estados Unidos e o outro pela União Soviética. Essa polarização foi resultado da Segunda Guerra Mundial, com as nações vencedoras dividindo o globo em duas grandes esferas de influência. O Brasil, por sua vez, continuou sob influência norte-americana, assim como outros países latino-americanos. Com a Revolução Cubana em 1959, os Estados Unidos se tornaram intolerantes em sua política externa, após sentirem que sua hegemonia na região poderia ser ameaçada com a parceria entre Cuba e União Soviética<sup>7</sup>. Vale ressaltar que, a Revolução Cubana, inicialmente, foi de cunho nacionalista. A passagem para o socialismo e a adesão a URSS não foi imediata. Para ter certeza que os governos da região continuariam como parceiros, os Estados Unidos

---

<sup>6</sup> A Guerra Fria foi um conflito político-ideológico que foi travado entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), entre 1947 e 1991. O conflito travado entre esses dois países foi responsável por polarizar o mundo em dois grandes blocos, um alinhado ao capitalismo e outro alinhado ao comunismo. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2022/11/o-que-foi-a-guerra-fria>  
Acesso em: 09/11/2023

<sup>7</sup> A Revolução Cubana foi um movimento armado e guerrilheiro que culminou com a destituição do ditador Fulgencio Batista de Cuba no dia 1 de janeiro de 1959 pelo Movimento 26 de Julho liderado pelo guerrilheiro revolucionário Fidel Castro. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/revolucao-cubana.htm>  
Acesso em: 10/11/2023

incentivaram e patrocinaram golpes militares de natureza anticomunista. (BRASIL, SEDH, 2007, p. 18)

Essa conjuntura histórica possibilitou a ascensão de regimes políticos autoritários em todos os países do Cone Sul: Brasil (1964), Argentina (1966 e 1976), Uruguai (1973), Chile (1973), sendo que a ditadura de Stroessner, no Paraguai, teve início em 1954. De acordo com Alves (1987), o regime militar brasileiro teve diferentes fases. A primeira tem origem com o Golpe de Estado, em abril de 1964, com a instituição do novo regime. A segunda começa em 13 de dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5, denominado “o golpe dentro do golpe”, que teve como consequência os chamados “anos de chumbo”, em que a repressão foi bastante intensificada. A terceira tem início com a posse do general Ernesto Geisel, em 1974, sendo iniciada uma vagarosa abertura política, especialmente com o abrandamento da censura, em 1975.

Os militares e civis golpistas de 1964 temiam não apenas uma suposta “ameaça comunista”, mas também se opunham a qualquer reforma progressista, dentro dos ideais da esquerda trabalhista representada por João Goulart, tendo como meta um capitalismo que colocaria as classes subalternas sob vigilância. O único ponto de concordância da frente golpista de 1964, que reuniu a imprensa, classes médias e elite econômica, empresários e latifundiários era o anticomunismo. (NAPOLITANO, 2020, p. 10)

No início dos anos 70, os familiares de mortos e desaparecidos políticos iniciaram sua busca por respostas. De início, cada família fez suas próprias investigações, averiguando delegacias, presídios e tribunais, divulgando informativos nos jornais, ou requerendo *habeas corpus*, dispositivo que estava suspenso pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5)<sup>8</sup>. Os familiares dos mortos e desaparecidos políticos, ao empreenderem suas buscas junto aos militares, sempre obtinham respostas contraditórias, com versões mirabolantes para explicar as mortes que ocorriam em suas dependências ou tutela. Com os casos de desaparecimentos começando a ganhar atenção, em busca de explicações, estes familiares começaram a se encontrar, trocando suas experiências e formando grupos de colaboração. (SCHIMIDT, 2007, p. 8)

---

<sup>8</sup> Com o AI-5, foram presos, cassados, torturados, mortos ou forçados ao exílio inúmeros estudantes, intelectuais, políticos e outros opositores. O regime instituiu rígida censura a todos os meios de comunicação e manifestações artísticas, colocando um fim à agitação política e cultural do período. Não seria tolerada qualquer oposição ao governo. (RIDENTI, 2000, p. 153)

Com o auxílio de setores progressistas da Igreja Católica, com destaque para o Cardeal Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns<sup>9</sup> que liderava a Arquidiocese de São paulo, a atuação destes familiares foi adquirindo força, contando com o apoio de outras entidades: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), além da Anistia Internacional, no Brasil e no exterior.

Em 1978, é criada uma organização para definir as ações em favor da anistia, o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que reivindicava uma Anistia ampla, geral e irrestrita aos presos e perseguidos políticos. Lutava, também, pela abolição das torturas, liberdade dos presos políticos e retorno dos cassados, exilados e perseguidos. Exigia a resolução dos casos de desaparecimentos; restauração do direito à *Habeas Corpus*; além da extinção da Lei de Segurança Nacional.

Com a criação da Lei de Anistia, crescem as mobilizações dos familiares na sua jornada por notícias sobre seus entes desaparecidos. Porém, a Lei de Anistia, não trouxe paz para os familiares dos desaparecidos políticos, afinal, seus parentes não retornaram para o seio familiar, como ocorreu com os prisioneiros políticos, os clandestinos e os exilados. A anistia, ao beneficiar os militares que cometeram crimes, como tortura e assassinato, promovia o esquecimento das barbaridades, de autoria dos agentes do Estado.

Em 27 de junho de 1979, o então presidente João Baptista Figueiredo assinou a Lei de Anistia. Um projeto que não assistia totalmente as angústias da sociedade civil e que trouxe revolta às organizações de apoio aos familiares de desaparecidos políticos. O governo propunha uma anistia restrita e, em resposta, os presos políticos de todo o país iniciaram greve de fome. Apesar dos protestos em contrário, os congressistas de oposição optaram por dar apoio ao projeto, trazendo significativas emendas ao projeto original. Mas, as emendas essenciais foram descartadas e o Congresso Nacional aprovou o projeto de anistia imposto pelo presidente Figueiredo. Em 28 de agosto de 1979, foi ratificada a Lei nº 6.683, que proporcionou anistia àqueles que praticaram

---

<sup>9</sup> Religioso da ordem franciscana, árduo defensor dos direitos humanos no Brasil, à frente de importantes episódios de resistência à Ditadura Civil-Militar. Dois anos após assumir a Arquidiocese de São Paulo, o então arcebispo criou, em 1972, a Comissão Brasileira Justiça e Paz, que denunciou abusos do regime militar. Dom Paulo abriu as portas da igreja para acolher os perseguidos e receber familiares de desaparecidos políticos. Em 31 de outubro de 1975, realizou com o rabino Henry Sobel e o pastor Jaime Wright o histórico culto em memória de Vladimir Herzog, jornalista assassinado pelos militares no DOI-CODI. O ato foi uma grandiosa oposição à versão oficial do regime, que alegava suicídio. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dom-paulo-evaristo-arns/>  
Acesso em: 10/11/2023

crimes políticos ou eleitorais e também para os que sofreram impedimentos em seus direitos políticos através dos Atos Institucionais, no período de 2 de setembro de 1971 a 15 de agosto de 1979. Fica evidente que a anistia alcançada não foi ampla, nem geral, ou irrestrita. A lei de anistia era dúbia e deficitária, oferecendo brechas para distintas leituras, já que não contemplava os mortos e desaparecidos. Como agravante, a Lei também era bilateral, ou seja, ela abarcava torturadores e torturados. (LIMA, 2019, p. 106-107)

A Lei nº 9.140/1995, também conhecida como Lei dos Desaparecidos Políticos, reconhece como mortas pessoas desaparecidas, devido à sua participação, ou presumida atuação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. Este período foi ampliado até 05 de outubro de 1988, pela Lei nº 10.536/2002 (Lei do Anistiado Político). A lei nº 9.140/1995 também estabelece a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), ligada ao Ministério da Justiça, responsável pelo reconhecimento de pessoas assassinadas pela ditadura e por encontrar os restos mortais de pessoas desaparecidas. À CEMDP também foi confiada a entrega de compensação financeira aos familiares das pessoas elencadas na Lei. O valor mínimo de R\$100.000,00 (cem mil reais) foi estabelecido para as indenizações.

Contudo, a Lei dos Desaparecidos não abrange a maior reivindicação dos familiares, que é o direito à verdade e à justiça. O Estado brasileiro não viabilizou a identificação e julgamento dos agentes participantes das atividades de tortura, mortes e desaparecimentos. A CEMDP, após 11 anos de trabalho, ofereceu cerca de 40 milhões de reais aos familiares de mais de trezentas vítimas da violência do Estado. (LIMA, 2019, p. 111)

Em 11 de dezembro de 2017, durante o governo de Michel Temer, através da Resolução nº 2 de 29 de novembro de 2017 da CEMDP, foi determinado o processo de expedição de atestados com o objetivo de reparar as informações do óbito das pessoas reconhecidas como mortas ou desaparecidas políticas, nos termos da Lei 9.140, de 4 de dezembro de 1995 (Lei dos Desaparecidos Políticos do Brasil), e da Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011 (Lei de criação da Comissão Nacional da Verdade). Os novos atestados devem trazer o contexto da morte ou desaparecimento. É importante salientar que a criação da CNV descontentou parcelas da sociedade brasileira, culminando no golpe parlamentar de 2016.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada em 2011, através da Lei nº 12.528/2011, sendo instalada em 16 de maio de 2012, com o objetivo de investigar os severos atentados aos Direitos Humanos ocorridos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Por intermédio do trabalho da CNV, tornou-se viável conceber uma narrativa de memória e verdade sobre a repressão do Estado durante o período supracitado. A CNV trouxe também sugestões ao Estado objetivando o fomento da justiça no tocante aos crimes ocorridos no período, para aprimorar a democracia e garantir que as barbaridades que ocorreram no período não se repitam. (LIMA, 2019, p. 114)

Com a nomeação dos membros da Comissão Nacional da Verdade, em maio de 2012, pela então presidente da República Dilma Rousseff, em determinação ao disposto na Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, assistimos ao desencadeamento de debates nas esferas especializadas e nos grupos mais interessados, especialmente nos movimentos de direitos humanos e no âmbito da corporação militar, se propagando nas mídias digitais. (DIAS, 2013, p. 72)

O Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) listou 188 mortes por execução sumária e ilegal ou resultante de tortura, praticadas por agentes a serviço do Estado, e detectou 243 pessoas vítimas de desaparecimentos forçados, logo, mais da metade das 434 vítimas fatais da ditadura. Esta listagem consta os nomes de Ana Rosa Kucinski Silva e Wilson Silva, mais especificamente no capítulo 12, que versa sobre os Desaparecimentos Forçados. (BRASIL, CNV, 2014)

A memória dos desaparecidos constitui-se como uma necessidade de elucidação da trajetória daqueles que, lutando pelos seus ideais, foram sequestrados e assassinados pela repressão ao serem sentenciados como indivíduos perigosos para a coletividade. Políticas de memórias tem se tornado uma realidade no contexto em que o Estado é convocado a responder à processos políticos diante de entidades internacionais de Direitos Humanos e diante da nossa sociedade. O caso Ana Rosa Kucinski Silva está inserido nesse contexto, e dentro de suas particularidades, nos convida a entender como a memória política tem sentido dentro do tecido social. Abordar o sofrimento experienciado pelos seus familiares é abordar as dores vividas pelos entes dos outros brasileiros desaparecidos naquele contexto histórico.

## **2.1 Os instrumentos do aparelho de repressão do Estado ditatorial.**

A Ditadura Civil-Militar, instaurada por meio do golpe de abril de 1964, desde seu princípio cometeu violentos atentados contra o povo brasileiro, atingindo especialmente os setores civis e militares vinculados ao governo deposto. Foi derrubado um governo legitimamente escolhido pela soberania popular, e suas ações em benefício da reforma agrária e do controle do envio de lucros das empresas estrangeiras conquistados no mercado nacional, foram anuladas.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) se baseava no princípio de que o inimigo da nação estaria no meio da própria população. São os revolucionários e comunistas. Os indivíduos devem suspeitar uns dos outros e, principalmente, delatar qualquer possibilidade da existência deles no seu meio. Para Alves (1987, p. 27), destacar o permanente perigo à nação por parte de inimigos internos, disfarçados e desconhecidos fabrica, entre os cidadãos, um ambiente de desconfiança, temor e segregação que permite ao governo efetuar ações repressivas que de outra forma não seriam aceitas. Transformações significativas para a sociedade brasileira resultaram da infiltração das estruturas provenientes dessa doutrina.

Não havia mobilização no Brasil para uma guerra tradicional, o inimigo poderia estar em qualquer lugar. Para derrotar esse novo oponente, era preciso organizar um novo aparato repressivo. No final de 1969, estava instalado um aparelho de repressão com características de um poder paralelo. Seus agentes faziam uso das técnicas mais hediondas, mas contavam com a proteção do AI-5 e dos seus superiores militares. Os elementos da DSN foram usados para destruir o Estado Democrático de Direito. Para justificar o Estado de Segurança, legitimava-se os atentados aos Direitos Humanos e constitucionais. A censura à imprensa, por sua vez, barrava o alcance das informações pela população. (TELES, 2000, p. 140)

Nas entranhas do governo o SNI (Serviço Nacional de Informações), criado em 13 de junho de 1964, ganhava mais poder, tendo como objetivo a produção de informações do interesse dos governantes da ditadura e de seus parceiros. Seu comandante, com poder de ministro, mantinha reuniões frequentes com o presidente da República. A OBAN (Operação Bandeirantes) foi criada em 1969, financiada por multinacionais como a Ultra, Ford e General Motors, sendo responsável pelo agravamento da violência política. A OBAN possuía colaboradores do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Polícia Federal. Seu sucesso serviu de

referência para o estabelecimento, em todo o país, do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna). Em 1969, foi lançada nova Lei de Segurança Nacional, que trazia a pena de morte para os opositores políticos. Apesar do regime ter condenado alguns prisioneiros políticos à pena de morte, não utilizou esta ferramenta contra seus adversários, de forma oficial. Os sequestros, torturas e assassinatos eram ocultados. Entre 1969 e 1976, a estrutura do aparelho repressivo tinha em sua base as câmaras de interrogatório e no topo o Conselho de Segurança Nacional. (TELES, 2000, p. 140)

A missão da OBAN expressa-se na identificação, localização e captura de indivíduos integrantes das organizações subversivas atuantes na área do II Exército, principalmente em São Paulo, com o objetivo de aniquilar ou neutralizar estes grupos. Para tal, contava com integrantes das três Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), do DOPS, do DPF (Departamento de Polícia Federal) e da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Militar e Polícia Civil). Contudo, a Operação Bandeirantes não foi oficialmente legalizada. Era comandada pelo Exército, através do coronel Antônio Lepiane, chefe do Estado-Maior da 2ª Divisão de Infantaria. A OBAN adquiriu expertise na repressão política, iniciando suas investigações quando os casos apresentavam indicativos de subversão e terrorismo. (JOFFILY, 2008, p. 31)

O SNI foi criado com objetivos mais despretensiosos do que os que revelaria a partir de março de 1967, quando, de fornecedor de dados para auxiliar as medidas do presidente da República, transformou-se, através do comando do general Emílio Garrastazu Médici, em coordenador de uma extensa teia de espionagem. O triunfo da linha dura, traduzido pela expedição do AI-5, fez com que as investigações fossem conduzidas por esferas mais radicais. Contudo, o SNI não participava diretamente das operações que envolviam prisões, interrogatórios, torturas e execuções, que eram da alçada do DOI-CODI, das entidades de investigações dos ministérios militares: CIE (Centro de Inteligência do Exército), CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica) e CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), além do DOPS (Departamentos de Ordem Política e Social). (FICO, 2004, p. 37-38)

Inicialmente o serviço de inteligência não conseguiu responder satisfatoriamente os anseios do governo. Para melhorar a eficiência repressiva, houve a necessidade de uma associação entre os órgãos da repressão. Em São Paulo, foi constituída, em 1969, uma operação que buscava a coordenação desses serviços, a supracitada OBAN. Esse

aparelho repressivo, nasce sob a chefia do general Canavarro Pereira, constituída por efetivos do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Política Estadual, do Departamento de Polícia Federal, da Polícia Civil, da Força Pública, da Guarda Civil e até de civis paramilitares.

A experiência da OBAN foi aprovada pelo governo, que resolveu ampliar sua atuação a todo o país, nasce então o DOI-CODI. Com orçamento próprio e comandado por um alto oficial do Exército, o DOI-CODI assumiu a liderança na repressão política. Porém, os DOPS, as delegacias regionais da Polícia Federal, o CISA e o CENIMAR prosseguiram com atividades repressivas independentes, prendendo, torturando e eliminando seus inimigos. (BRASIL, SEDH, 2007, p. 22)

Nosso trabalho esta alinhado com uma perspectiva que busca, através do debate, convencer que a democracia estará se fortalecendo ao possibilitar o acesso aos arquivos das Forças Armadas e do aparelho repressivo, dando à sociedade a chance de conhecer um período de perseguição política. A democracia se enfraquece quando a sociedade negligencia seu passado, preferindo o silêncio e a impunidade. Uma democracia consolidada não deveria ter medo de olhar para seu passado.

O direito internacional vigente – consubstanciado em várias convenções sobre Direitos Humanos ratificadas pelo Brasil, em resoluções da Assembleia Geral da ONU e em julgamentos das Cortes de Justiça – impõe aos Estados em cujo território ocorreram desaparecimentos forçados de opositores políticos três deveres fundamentais: o de investigar os fatos e apurar a verdade sobre as circunstâncias dos desaparecimentos, com a identificação dos responsáveis; o dever de indenizar as famílias das vítimas e o dever de punir os culpados. (TELES, 2000, p. 58)

Segundo Teles (2000), as vítimas da ditadura foram deixadas nas mãos de torturadores profissionais, que atuavam protegidos por agentes armados, além esconderem sua identidade. Empresários financiaram a compra de aparelhos de tortura aprimorados. Contudo, vivemos num novo contexto, onde foi restituída a liberdade de expressão e a capacidade de denunciar e processar todos os criminosos, já que a identidade de diversos torturadores foi revelada. É necessária a análise da legitimidade e a abrangência da anistia concedida em 1979, que se tornou um empecilho para que a justiça seja alcançada.

Jornalistas, músicos, estudantes, professores, atrizes, admiradores, militantes e guerrilheiros foram presos e milhares foram torturados. A partir de 1969, com o AI-5 em pleno vigor, os sequestros de diplomatas tiveram início, com o objetivo de libertar presos políticos. Diante disso, para os agentes da repressão, passa a ser primordial o

assassinato e o desaparecimento de militantes da oposição. Um verdadeiro plano de extermínio, como pode ser observado na lista de desaparecidos brasileiros que revela a intensificação desta prática partir de 1970.

As estratégias mais eficazes utilizadas pela polícia política contra as organizações de oposição durante a ditadura foram a tortura e a infiltração. A tortura trata-se de um crime definido por lei, é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia<sup>10</sup>. Num espaço isolado, longe dos olhos e ouvidos da sociedade, homens dedicaram-se a destruir física e mentalmente um prisioneiro completamente indefeso, num processo que poderia se arrastar por meses. Alguns prisioneiros morreram em silêncio, mas muitos confessam nomes e localizações que resultarão em mais prisões e torturas. Houve também aqueles que se tornaram agentes duplos, conhecidos como “cachorros”.

A tortura foi amplamente utilizada como técnica de interrogatório nos quartéis, inserida na política de total repressão aos opositores políticos. Os que morriam sob a guarda do Estado, geralmente após intensa tortura, simplesmente sumiam, depois de ser eliminada qualquer condição de identificação.

A adoção dos desaparecimentos forçados de opositores políticos como uma prática sistemática de repressão teve início a partir do segundo semestre de 1969 e está associada a alguns procedimentos considerados estratégicos pelas Forças Armadas: encobrir homicídios e/ou o uso da tortura em prisioneiros políticos para extorsão de confissões e/ou informações e provocar incerteza e/ou expectativa nas forças de oposição sobre o destino de seus militantes e/ou de sua liderança política. (STARLING, 2015, pg. 9)

A tortura tinha como objetivo não apenas obter informações, mas silenciar as vítimas e qualquer possibilidade futura de evocarem uma memória que não entre em diálogo com a versão oficial do Estado de exceção que configurou a última ditadura brasileira.

Uma das formas de operar isso se deu pela desqualificação da condição humana dos indivíduos degradando-os através da tortura e extinguindo a sua dignidade ou possibilidade de autonomia. Muitas memórias foram silenciadas pelo assassinato, pela indução ao suicídio, outras pela ausência do reconhecimento e da sobrevivência do passado. Não podemos considerar que tudo isso se processa ao nível das relações individuais. A aquisição, conservação e evocação da memória é um processo coletivo, mas o seu silenciamento também. E ele resulta de uma ação orgânica, orquestrada e intencional de uma classe dominante que empresta ao Estado ditatorial que absorve os mecanismos ideológicos necessários para dar a direção da sociedade manipulando o passado tendo em vista a continuidade da dominação. (DIAS, 2017, p. 203)

---

<sup>10</sup> BRASIL. Lei N° 9.455, de 7 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências.

Os opositores do regime denunciaram a prática de torturas físicas e psicológicas, mas os militares perseveraram no seu discurso onde a tortura era ocasional e estranha aos escalões elevados. As memórias das vítimas levaram ao reconhecimento da prática da tortura pelo aparelho de repressão. Entretanto, os veículos de comunicação introduziram esse método no âmbito de um conflito manchado de sangue, que contava com a ignorância da sociedade brasileira, opondo militares cruéis e jovens idealistas. Na contramão desta narrativa temos os grupos de familiares de mortos e desaparecidos políticos e outras organizações em prol dos direitos humanos que continuam exigindo a verdade dos fatos sobre os mortos e desaparecidos.

Muito ainda precisa ser feito, como descobrir os corpos dos desaparecidos políticos e dar-lhes sepultura justa. Contudo, para além da responsabilização dos criminosos, talvez a justiça que as vítimas da tortura e os seus familiares mais desejem seja a verdade histórica. Apresentar ao grande público as agressões cometidas durante a ditadura, praticando atos diversos no exercício da memória enquanto dever, na tentativa de evitar novas repetições do passado traumático. Infelizmente, a impunidade parece ser o destino mais provável para os torturadores, mas a história já os condenou.

## **2.2 Luta e resistência armada no Brasil.**

No contexto de consolidação do regime, algumas organizações de esquerda escolheram a luta armada como projeto revolucionário capaz de promover o socialismo e realizar oposição aos desmandos dos militares. Surgiram diferentes grupos guerrilheiros, compostos por estudantes em sua maioria, mas formados também por militantes comunistas, militares nacionalistas, sindicalistas, intelectuais e religiosos. Essas organizações da esquerda armada usavam como estratégias: assalto a bancos, sequestro de diplomatas estrangeiros para libertar prisioneiros políticos, ataques a quartéis, entre outras.

Segundo Alves (1987), ligando ações legais às atividades clandestinas, os militantes davam continuidade aos seus projetos. Dentro da legalidade buscavam novos integrantes no intuito de auxiliar as demandas estudantis. Vale ressaltar que os movimentos de luta armada tiveram início no Brasil a partir de 1965. Grupos marxistas-leninistas, distintos, tentavam descobrir a melhor estratégia para a conquista do poder, à sua maneira. Através de diferentes métodos, os militantes revolucionários decidiram

pelas guerrilhas rural ou urbana. Para eles, os casos de Cuba e Bolívia, com Che Guevara, eram modelos garantidores do sucesso na luta para a derrubada do regime. Por meio da teoria do foquismo, baseada no filósofo francês Régis Debray que inspirou os revolucionários cubanos, onde ações isoladas de equipes reduzidas de militantes poderiam dar início a revolução na América Latina.

A história não se resume a conflitos entre heróis e vilões, mas é preciso muita coragem para contra-atacar as Forças Armadas num período de exceção marcado pela violência gratuita. A vida de um militante de esquerda era bastante curta, como relata Jacob Gorender:

O guerrilheiro urbano tinha vida ativa mediana em torno de um ano, antes do término pela prisão com sobrevivência ou pela morte. Uma minoria conseguia prolongar a vida ativa até dois anos. Contam-se pelos dedos os pouquíssimos que estiveram em ações armadas durante quatro ou cinco anos e escaparam da prisão pela fuga para o exterior. (GORENDER, 1987, p. 202)

Para Jacob Gorender, a opção pela luta armada imediata talvez tenha sido o maior erro da esquerda guerrilheira. Faltaram alianças políticas e o apoio das massas. Ser apanhado pelos serviços de inteligência do regime muitas vezes significava a morte, num momento onde a tortura foi utilizada em larga escala.

Grosso modo (...) as prisões políticas daquela época se dividiam em dois tipos. O primeiro era o das instituições de interrogatório e formalização dos processos da fase policial: OBAN, DOI-CODI, CENIMAR, DEOPS etc. O segundo tipo abrangia as instituições de reclusão onde os detentos aguardavam julgamento ou cumpriam pena. (GORENDER, 1987, p. 220)

Através do *Manual do guerrilheiro urbano*, publicado em junho de 1969, escrito pelo próprio Mariguella, a ALN (Ação Libertadora Nacional) deixava de lado a formação tradicional de quadros para fomentar a organização de quadros criativos e originais, com iniciativas próprias e autonomia para contribuir com a revolução. A violência e a agressividade eram incentivadas visando as ações armadas. Não haviam dúvidas de que uma revolução estava em andamento e a vitória do socialismo frente ao capitalismo era inevitável. (REIS, 1990, p. 123)

Sobre a composição social destas organizações, as camadas de classe média contribuíram com um número maior de militantes, mas, por outro lado, por se tratar de uma classe beneficiada com o “milagre econômico”, foram tolerantes e até apoiaram a Ditadura Civil-Militar. A contestação mais forte ao regime veio das camadas “intelectualizadas”, tanto na esfera política, quanto no campo cultural, sendo maioria também na composição das esquerdas armadas conforme os dados do Projeto: Brasil

Nunca Mais (BNM). Com relação à composição social destes grupos, presume-se que cerca de metade dos militantes de organizações armadas de esquerda eram estudantes universitários, estudantes do ensino médio e ex-estudantes. As camadas de trabalhadores intelectuais, incluindo os professores, foram maioria na composição dos grupos de extrema esquerda, próximo a 60% dos processados por envolvimento com grupos de guerrilha urbana. (RIDENTI, 2010, p. 120)

As organizações de esquerda eram compostas por uma maioria masculina. Muitas das mulheres presas e exiladas de setores populares foram processadas por serem esposas, irmãs ou mães de guerrilheiros, e não por envolvimento direto em ações consideradas subversivas, enquanto as jovens classificadas como intelectualizadas que foram processadas geralmente tinham tarefas mais complexas.

A esmagadora maioria das denunciadas das esquerdas compunha-se de estudantes (186; 32,2%), de professoras (133; 23%) ou de outras profissionais com formação superior (103; 17,8%), perfazendo um total de 422 mulheres (72%), que poderiam ser classificadas como de camadas médias intelectualizadas; ao passo que 51,6% dos processados de ambos os sexos poderiam ser considerados integrantes dessas camadas sociais. (RIDENTI, 2010, p.196)

Segundo Ridenti (2010), havia uma diversidade social dentro das organizações de esquerda, contudo, apesar do imaginário existente de que os homens e as mulheres viviam em igualdade no interior das organizações de esquerda, as táticas, discussões, análises e estratégias eram comandadas pelos homens.

Enquanto ditaduras eram implantadas no Cone Sul, organizações de direitos humanos e de resistência e defesa da cidadania começaram a nascer, a exemplo dos grupos da Igreja Católica ligados à chamada Teologia da Libertação. Este período foi também marcado, no mundo ocidental, pela segunda onda do Movimento Feminista. Conseqüentemente, a composição dos grupos de esquerda começou a contar com a participação de um quantitativo de mulheres muito superior do que normalmente integrava a esquerda tradicional. Entretanto, a introdução de mulheres nos grupos armados de esquerda não pode ser vista unicamente como uma consequência “natural” do feminismo, que era visto como uma posição “pequeno-burguesa” pelas organizações supracitadas. Frequentemente haviam tarefas diferentes entre militantes mulheres e homens: para os homens eram designadas atividades de liderança, atividades intelectuais, como produzir artigos e manifestos, além das ações armadas mais perigosas. (WOLFF, 2013)

A partir de 1969 a opção pela luta armada atingiu um ponto de não retorno. As fontes que sustentavam as esquerdas estavam acabando, assim como sua representação política dentro dos movimentos sociais. Ao reiterar o combate aberto contra a repressão, as esquerdas armadas também caminhavam rumo a sua própria extinção. Em vez de adquirirem representatividade, as organizações clandestinas começaram a se marginalizar. Sua tentativa de sobrevivência política gerou sua autodestruição. As tragédias ocorridas no período e a quase ausência de apoio da população talvez mostrem que não havia uma identificação suficiente com os grupos armados ou com a repressão, mas também sugerem que o medo existia, já que uma atuação política mais ativa poderia significar a morte. A militância política em grupos clandestinos pedia sacrifícios, muitas vezes da própria vida dos seus integrantes. Com o passar do tempo esse sacrifício máximo começou a perder o sentido revolucionário para adquirir ares de obrigação moral com os companheiros presos ou mortos, e com a manutenção da própria organização. Ocorria uma progressiva perda de enraizamento social dos grupos armados.

A história nunca é imparcial, muitas vezes ela constitui silêncios e invisibiliza sujeitos. As mulheres nem sempre são vistas como sujeitos políticos nesse espaço fundamentalmente masculino:

A mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos. A repressão caracteriza a mulher militante como Puta Comunista. Ambas categorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade, que enclausura a mulher no mundo privado e doméstico. (COLLING, 2006, p.7)

Os anos 60 e início dos 70 foi um período de avanço para a libertação da mulher, apesar de estarem em número inferior ao contingente masculino na política. Segundo Ridenti (1990), a emergência feminina nas organizações políticas e de luta armada, no Brasil do período supracitado, pode ser entendida como um vestígio do rompimento com valores que à época eram tidos como comuns às mulheres, colocando em xeque a hierarquia de gênero padrão. As mulheres militantes defenderam com energia seus ideais, ao contrário do que se estabeleceu dizer, principalmente nas esferas repressivas, que estavam sendo influenciadas por maridos militantes, que mergulharam da luta política apenas para acompanhá-los ou de que seu compromisso adveio de desilusões emocionais ou problemas na esfera familiar.

Poucas vezes as mulheres foram reconhecidas pela sociedade com sujeitos históricos, sendo vistas como estranhas no espaço político. Havia mulheres que não concordavam com a ordem instituída, se opondo ao regime ditatorial, participando de organizações, armadas ou não, alinhadas com o comunismo ou não. Esse foi o caso de Ana Rosa Kucinski Silva, que além de ser uma professora universitária bastante atuante, integrou a ALN, conquistando posição de destaque.

Para a repressão a mulher que ousava militar politicamente em contrariedade ao regime cometia um pecado ainda mais grave que os homens. Além de ser considerada “subversiva”, ou mesmo criminosa, por descumprir as leis da repressão, era considerada também uma mulher que lutava no espaço público que não era a ela destinado. A mulher pública era desviante, e além de politicamente desviante era moralmente desviante, não ficando adstrita ao seu lugar, como dona de casa, ou no máximo como professora, que poderia ser considerado uma extensão do lar. (TORRES, 2010, p.12)

Redes de solidariedade foram construídas por mulheres que criaram vínculos orgânicos com a ALN (Ação Libertadora Nacional) atuando nas mais diversas atividades de colaboração a essa organização, participando não somente de ações armadas, mas adquirindo papel fundamental na retaguarda do movimento armado. Suas atividades foram importantes para garantir a vida de pessoas, assim como possibilitar a continuidade das atividades da organização no Brasil, principalmente nos momentos mais duros da ditadura. Algumas agiram sem despertar suspeita e jamais foram encarceradas ou investigadas pelo regime militar. A participação dessas mulheres fez parte de um conjunto de transformações que se processaram na sociedade da época com relação à integração da mulher ao espaço público. A ALN estimulava as mulheres a lutarem lado a lado com militantes homens. Desde os primeiros documentos elaborados pela organização, a participação feminina na guerrilha era ressaltada, onde a figura de Carlos Marighella também encorajava estas mulheres a aderirem à organização. (RIBEIRO, 2014)

A opção política de participar da construção de um novo país era extremamente perigosa. Durante a ditadura uma forte luta contra o comunismo se estabeleceu. Este embate proporcionou a concepção de uma esfera de valores, comportamentos, doutrinas, regras, práticas, ideias e ideais que os brasileiros deveriam cumprir para não serem caracterizados como subversivos. Existia a convicção de que a introdução comunista poderia se revelar de inúmeras naturezas e formas e a “corrupção moral” era associada aos ideais comunistas.

Através de dados do Projeto Brasil: Nunca Mais, temos quadros estatísticos que mostram uma proporção de, geralmente, mais de 80% de homens compondo as fileiras da esquerda armada. Na maior parte das organizações urbanas armadas, o percentual de mulheres denunciadas ficou entre 15% a 20% do total. O que significa um avanço no processo de libertação feminina, que buscavam maior atuação política, para além das mães, esposas, donas de casa que apoiaram o golpe de 1964. Vale ressaltar que a maioria das denunciadas era formada por estudantes (32,2%) e professoras (23%). Também podemos perceber que a maioria das mulheres que participaram de grupos armados urbanos vinha de camadas sociais mais intelectualizadas (75%).

A participação feminina ao lado dos homens na luta armada teve grande importância. De acordo com Marcelo Ridenti (1990), a presença feminina seria de 18% no contexto guerrilheiro, sendo elas 20% dos militantes no Araguaia. A ação política das mulheres não se resume a luta pela ruptura da ordem em vigor. Associadas ao complexo IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática), contribuíram para o desgaste do governo João Goulart, para fortalecer as forças golpistas. As “Marchas da Família com Deus pela Liberdade<sup>11</sup>” foram lideradas por mulheres nas suas bandeiras. Mobilizando a população, porém defendendo arquétipos conservadores referentes ao “lugar” da mulher. No exílio muitas mulheres que participaram de grupos de esquerda nos anos 60 e 70 passaram a perceber as hierarquias e o machismo dentro destas organizações. Assumia-se no discurso uma total igualdade entre os sexos, o que não existia. Apesar de algumas mulheres terem ocupado cargos de direção em organizações de esquerda, este caminho era uma exceção.

Gorender (1987), por outra perspectiva, lança mão de um retrato preciso das ilusões da esquerda brasileira e dos equívocos que a levaram à luta armada e ao afastamento das práticas políticas. Talvez seja necessária uma análise sobre a militarização da luta dos partidos de esquerda após 1964, contudo, precisamos salientar a existência de diferenças significativas entre os polos que se enfrentaram nesse período. É bastante problemática a conclusão de que houve violência de parte a parte, onde as culpas se equivalem. Nenhum dos lados julga pelo mesmo critério as duas violências – a do opressor e a do oprimido. Não se trata de avaliar quem atacou

---

<sup>11</sup> Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi uma ampla frente de grupos de direita e conservadores que conclamavam a sociedade a defenderem a família, a Pátria, a democracia, a Constituição e a religião, que supostamente estavam sob ameaça do governo trabalhista de João Goulart. (CORDEIRO, 2021, p.1)

primeiro: “A violência original é a do opressor, porque inexistente opressão sem violência cotidiana incessante. A ditadura militar deu forma extremada à violência do opressor. A violência do oprimido veio como resposta”.<sup>12</sup>

A partir do sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick em 1969, que resulta na libertação de 15 prisioneiros políticos, a desmoralização dos militares deu lugar a um ambiente de “terror de estado”, onde o regime iniciou um ataque mortal sobre os grupos de oposição armada. Os alvos, inicialmente, foram as organizações que atuavam nas grandes capitais: Ação Libertadora Nacional (ALN), Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Ala Vermelha, Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), dentre outras. Entre 1972 e 1974, foi exterminada uma base guerrilheira que o PCdoB mantinha em treinamento na região do Araguaia desde 1966. Entre 1975 e 1976 11 integrantes do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB) são assassinados e, em dezembro de 1976, três dirigentes são mortos e quase toda a direção do Partido Comunista do Brasil (Pc do B) é presa.

O movimento guerrilheiro conhecido como Guerrilha do Araguaia ficou marcado por ser aniquilado pela cólera das Forças Armadas contra os suspeitos e pelo uso da repressão indiscriminadamente contra a população da região. A preparação da guerrilha ocorreu em fases pouco organizadas, mas corajosas. Em março de 1964, foram enviados três grupos de militantes (25 pessoas) para treinar guerrilha na China. A partir do estabelecimento destes pequenos grupos, a guerrilha passou a se estruturar. A região sudeste do Pará foi escolhida devido à frequência de embates pelas terras, a pequena distância de Brasília e a presença de uma extensa floresta, que contribuía para a proteção dos combatentes. O movimento foi planejado pela ala política do Comitê Central do PC do B. Planejado por cinco anos, sua fase de preparação foi mais curta do que o previsto, permanecendo até sua descoberta pelo Exército em abril de 1972, sendo violentamente sufocado. Três campanhas utilizaram cerca de 7.200 militares e um atualizado arsenal – diferentemente da situação dos três grupos guerrilheiros e seus 73 militantes pouco providos. A Guerrilha do Araguaia durou cerca de dois anos e meio, sendo encerrada com a eliminação de quase todos os seus integrantes. (TELES, 2014, p. 465-466)

---

<sup>12</sup> Jacob Gorender, *Combate nas Trevas*, 1987, 235.

Com o endurecimento da ditadura após o AI-5, a violência começou a ser utilizada em larga escala. Os apoiadores da ditadura afirmam que precisaram fazer uso da repressão para combater a intimidação da guerrilha promovida pela esquerda, que por sua vez alega que o endurecimento da ditadura os levou a pegar em armas. Ambas argumentações não se sustentam. Havia organizações significativas, como o PCB, que não fizeram uso de armas, mas as ações armadas que ocorreram no período eram embrionárias e comedidas, sendo mais cedo ou mais tarde controladas pelo regime.

A derrota da esquerda armada e da luta guerrilheira, urbana ou rural, deixou para a posteridade a herança de um fantasma. Não o fantasma de uma revolução eminente, mas de uma revolução democrática e socialista que simplesmente não ocorreu. A classe trabalhadora se libertará quando acertar as contas com o fantasma da revolução. (RIDENTI, 2010, p. 16)

Não há dúvidas de que um dos fatores que contribuiu para a revolução não estourar, foi a grande fragmentação das esquerdas brasileiras, ou seja, não havia um projeto unificado e os objetivos não eram os mesmos, assim como as expectativas com relação ao futuro em caso de vitória. As organizações competiam pela vanguarda do processo revolucionário. Traçando objetivos mais gerais, a luta das esquerdas armadas após 1964 tinha como objetivo não só derrubar a ditadura, mas colocar um fim na exploração de classe. Esperava-se que o processo aglutinasse os grupos, o que não ocorreu, logo, as esquerdas armadas continuaram como pequenos grupos compostos por diferentes estratos sociais, grupos que em nenhum momento conseguiram romper com a fragmentação social, para formar uma unidade capaz de representar a diversidade da classe trabalhadora. As esquerdas, principalmente as armadas tinham a ilusão de que ganhariam a representação dos trabalhadores, especialmente os operários, obtendo assim apoio social suficiente para derrubar o regime capitalista, fazendo o uso da violência se necessário.

Autores como Jacob Gorender e Daniel A. Reis defendem que a esquerda não foi uma vítima passiva da ditadura e os militantes da oposição não podem ser cultuados como heróis, conforme uma memória coletiva que se aproxima da celebração de mártires. O historiador precisa usar a sua lente crítica, analisando os acertos e os equívocos das organizações de esquerda. Assim temos o emprego do termo “terrorismo” tanto para as ações da esquerda como para os militares, em busca da tomada do poder, mas precisamos tomar muito cuidado para não nivelar as ações destes polos. Precisamos

analisar as suas motivações, além dos recursos e contingentes de que dispunham. A violência que ambas as partes empregaram não podem ser equivalentes, nem julgadas pelo mesmo critério, pois a violência do oprimido foi uma resposta ao aparelho de repressão. (CARDOSO, 2014, p. 4-5).

### **2.3. Os desaparecimentos forçados como política de Estado.**

O desaparecimento forçado de opositores se constituiu numa estratégia organizada e disseminada utilizada pelo Estado contra os seus adversários. A violência praticada pelo regime criou uma nova classe de indivíduos, a categoria dos desaparecidos. O regime prendia, torturava e matava os seus inimigos, além de desaparecer com os seus restos mortais. Essa classe abarca desde sujeitos que lutaram armados com a finalidade de dar um fim à ditadura, até aqueles que eram somente seus amigos, conhecidos ou simpatizavam com as suas teorias.

No Brasil, a concepção de desaparecimento vem sendo alterada no decorrer do tempo. O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, publicação da Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP), defende que o termo *desaparecido* é usado para definir a categoria de cidadãos que, embora tenham sido sequestrados, torturados e assassinados pelo aparelho de repressão, as autoridades oficiais nunca assumiram a responsabilidade por suas prisões e mortes, em contraste com o termo *morto oficial*, que designa as mortes dos presos assumidas em público pelo Estado, apesar de, muitas vezes, os seus corpos não terem sido localizados.

Na interpretação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), apenas a pressuposição da morte da vítima, seguida da emissão de atestado de óbito, ou divulgação de relatórios oficiais sobre a morte não são o bastante para que a caracterização de desaparecimento forçado seja anulada. Se os restos mortais não foram localizados nem reconhecidos, a pessoa ainda será considerada desaparecida. Fica patente a necessidade de criação de outra categoria, adotada pela CNV: mortos, vítimas de desaparecimento. Nesta categoria são listadas 33 vítimas que tiveram a morte assumida pelo Estado, mas cujos restos mortais não foram encontrados. Para a CVN é fundamental que o Estado encontre os restos mortais dos cidadãos desaparecidos e efetue os exames necessários para sua identificação, com o intuito de se descobrir a data, as circunstâncias e as causas da morte. Dessa forma, terá fim a caracterização de

desaparecimento forçado. A CNV concluiu que o Brasil possui um total de 434 vítimas fatais da ditadura. Dessas vítimas, 243 são desaparecidos. É possível, contudo, que esse número não seja preciso, podendo aumentar caso forem divulgados os arquivos secretos da ditadura. (BRASIL, CNV, 2014)

Esses crimes ocorreram nas entranhas de uma complexa rede criada no aparelho estatal. Tendo a vítima sob custódia, sem a utilização de instalações policiais ou militares oficiais, mas em espaços planejados para o exercício de tortura e execuções. Muitas destas mortes foram consequência de longas sessões de tortura, que eram elemento constituinte dos interrogatórios a que eram sujeitos os prisioneiros políticos. Para esconder as reais causas desses homicídios, os órgãos de segurança construíram simulações de tiroteios, falsos suicídios, atropelamentos ou acidentes.

O primeiro relatório extensivo sobre a tortura no Brasil foi criado pela Anistia Internacional em 1972, apresentando o número de 1.081 pessoas listadas como torturadas no período entre 13 de dezembro de 1968 e 15 de julho de 1972, mostrando que essa prática era muito disseminada, generalizada e metódica. O principal trabalho sobre a prática da tortura pelo regime ditatorial foi produzido na esfera do Projeto Brasil: Nunca Mais, na década de 1980, com informações publicados pela Arquidiocese de São Paulo.

A ação sistemática de “desaparecer” com aqueles que faziam oposição a ditadura data do momento mais violento do regime, cujo apogeu ocorreu após o AI-5, em 13 de dezembro de 1968, com maior número de desaparecimentos entre 1971 e 1975, no Brasil. O caso mais assustador, como já referido anteriormente, trata-se dos integrantes da guerrilha do Araguaia, um grupo de resistência ao regime, atuante na região centro-oeste do Brasil. De acordo com informações oficiais, há 133 militantes políticos desaparecidos, sendo 70 desaparecimentos provenientes dos combates no Araguaia. Amparado pela lei da Anistia de 1979, o governo não levou ao público os arquivos que podem elucidar as circunstâncias e os locais de sepultamento dos desaparecidos. (SILVA; FÉRES-CARNEIRO, 2012, p. 67)

Em 1990, no dia 04 de setembro, foi aberta a Vala de Perus, no Cemitério Dom Bosco, na periferia da cidade de São Paulo. De lá foram retiradas 1.049 ossadas de indigentes, presos políticos e vítimas dos Esquadrões da Morte<sup>13</sup>. A Prefeita Luíza

---

<sup>13</sup> Os Esquadrões da Morte eram grupos de extermínio, compostos por agentes da lei, que atuaram durante a década de 1950 a 1970 em diversos Estados brasileiros. Os seus integrantes eram policiais, delegados,

Erundina criou uma Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus, com a participação de familiares e médicos legistas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Também foi aberta uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), na Câmara Municipal de São Paulo e formada a Comissão de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos Políticos, na Câmara Federal. A partir da abertura da referida vala, os familiares de desaparecidos políticos passaram a exigir o acesso aos arquivos policiais da ditadura. Outras valas clandestinas foram abertas, graças às pesquisas feitas pelos Grupos Tortura Nunca Mais: no Cemitério de Ricardo Albuquerque, no Rio de Janeiro, e no Cemitério de Santo Amaro, em Recife, Pernambuco. Nelas se encontram os restos mortais de outros presos políticos. (DMDP, 1995)

O Relatório da CNV comprova o envolvimento das delegacias de Polícia Civil e dos Institutos Médico-Legais (IML) na construção de narrativas falsas, objetivando a ocultação dos corpos de presos políticos. São de conhecimento público alguns laudos que trazem dados inverossímeis, e *causa mortis* improváveis, totalmente inconsistentes com as lesões apresentadas nos corpos das vítimas.

A assistência técnica dada pelos IML's ao aparelho de repressão política ocorria através da autenticação das mortes e confirmação das versões policiais, mas também permitindo a retirada destes corpos, como indigentes, sendo que os militantes já se encontravam identificados. Afinal, na ficha de requisição do laudo necroscópico, havia a expressão “subversivo” ou a letra T (de terrorista). No Rio de Janeiro, em 1991, foram exumadas 2.100 ossadas por iniciativa do Grupo Tortura Nunca Mais. Em alguns casos os médicos legistas tiveram êxito, resgatando e identificando ossadas de mortos enterrados como indigentes. (BRASIL, SEDH, 2007)

Sobre a figura do desaparecido político, vale salientar que, devido ao fato de os autores dos crimes ainda hoje ocultarem a localização dos cadáveres, juristas defendem que pode se tratar de um crime continuado. Isso significa que, ainda que exista a interpretação de que a Anistia de 1979 absolveu os crimes cometidos pelos torturadores, o delito da ocultação de cadáver volta a ser cometido no dia seguinte à Anistia. Dado que agentes do Estado tem conhecimento da localização desses corpos e nada revelam. Insistem, através do silêncio, na prática do crime de ocultação dos cadáveres até os dias

---

investigadores e outros funcionários da polícia civil e/ou militar. Agiram inicialmente contra as pessoas indicadas como criminosos comuns, muitos dos quais sem julgamento estabelecido ou ainda, sem acusação feita, executando também pessoas que estavam sob custódia do Estado. (MATTOS, 2011, P. 1)

de hoje, quando a normalidade democrática não apresenta nenhuma prerrogativa que justifique a ausência de justiça.

Com a narrativa do desaparecimento, os governos de generais presidentes recusam a culpa e a responsabilidade pelo desaparecimento dos seus opositores. Logo, o desaparecimento foi uma estratégia de desculpabilização, uma tática que o governo desenvolveu para não assumir a prática da queima de arquivo vivo. O conceito de desaparecido foi estabelecido como artimanha para o governo negar o que de fato fez, ou seja, não assumir a autoria pelos assassinatos que praticou.

Sobre os documentos oficiais relacionados aos desaparecidos políticos no Brasil, fica explícito, no caso da família Kucinski, que há um descompasso entre as memórias familiares e as escassas políticas de memória executadas no Brasil. A partir desta lógica, reunimos e investigamos documentos governamentais do âmbito legislativo, como a Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979 (Lei da Anistia), e a Lei 9.140, de 4 de dezembro de 1995 (Lei dos Desaparecidos).

O mistério do destino do desaparecido é algo que atinge todo o seu redor, é uma lacuna no interior da família: nem vivo, nem morto, na esfera dos mortos-vivos. A condição primordial para a elaboração do luto é que ele seja acessível, livre para ser vivido através de cerimônias fúnebres e de confirmação da morte. A morte sem corpo e sem protocolos de passagem possibilita complicações emocionais e impedimento da conclusão do luto. Esses traumas, quando compartilhados por outros que sofreram as mesmas angústias, adquirem novo significado para aqueles que testemunham, possibilitando aos familiares a realização do luto traumático.

#### **2.4 A Lei de Anistia de 1979 e a transição inconclusa.**

A legítima pressão exercida por militantes dos Direitos Humanos, ex-presos políticos, exilados, cassados e familiares de mortos e desaparecidos a favor da Anistia e do direito à verdade ganha vitalidade em meados da década de 1970, até resultar na conquista da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, conhecida como Lei da Anistia. Tiveram papel marcante nessa jornada o Movimento Feminino pela Anistia e o Comitê Brasileiro pela Anistia.

O saldo da repressão política alcançou números que ajudam a explicar o grau de violência daquele contexto. Calcula-se que em torno de 50 mil pessoas teriam sido

detidas somente nos primeiros meses da ditadura, e cerca de 10 mil cidadãos teriam se exilado em algum momento desse período. A partir da análise dos dados presentes em 707 processos políticos de autoria da Justiça Militar entre 1964 e 1979, o projeto Brasil Nunca Mais levantou 7.367 acusados judicialmente e 10.034 atingidos por inquéritos. Houveram quatro condenações à pena de morte, não executadas; 130 pessoas foram banidas do País; 4.862 tiveram cassados os seus mandatos e direitos políticos; 6.592 militares receberam alguma punição e pelo menos 245 estudantes foram expulsos das universidades.

Promulgada no governo do general Figueiredo, a Lei da Anistia é considerada polêmica, ainda hoje, por muitos juristas, sobretudo quanto à interpretação de que ela absolve automaticamente todas as violações de Direitos Humanos que tenham sido perpetradas por agentes da repressão política, caracterizando-se assim o que seria uma verdadeira autoanistia concedida pelo regime a si mesmo. (BRASIL, 2007, p. 30)

Constrangido pela opinião pública, o regime militar foi obrigado a conferir a Anistia, apesar de não ser a anistia que todos esperavam, ampla, geral e irrestrita. Mas uma anistia onde foi inserida a vergonhosa iniciativa de se dar um atestado de paradeiro ignorado ou de morte presumida, aos desaparecidos, com o objetivo de eximir a ditadura de qualquer culpa, e impedir a resolução das reais conjunturas dos crimes cometidos. A anistia política significou uma auto-absolvição para os integrantes das ações repressivas após o golpe de 1964. Como agravante, temos a utilização do termo “revanchismo”, pelas esferas militares, para criticar a postura daqueles que insistem em analisar os casos dos mortos e desaparecidos pela repressão política e solicitam o julgamento dos autores desses crimes. (DMDP, 1995)

A lei da Anistia de 1979, trazendo perdão recíproco como forma conciliadora, não foi o bastante para cicatrizar a crueldade, pois os arquivos de Estado são tratados como segredos, uma amnésia obrigatória. Uma forma de reparação está no reconhecimento dos episódios ocorridos, além da plena divulgação dos arquivos das Forças Armadas. Por outro lado, expor os fatos não representa a anulação dos crimes ocorridos. No caso das famílias dos desaparecidos, superar o passado e finalizar o luto só será possível psicologicamente através da ritualização do simbólico. A ausência dos restos mortais ultrapassa o imaginário, como uma etapa não finalizada, por isso mesmo dolorosa. (SILVA; FÉRES-CARNEIRO, 2012, p. 68)

O movimento pela anistia nasce em 1977, com o entusiasmo dos familiares e amigos dos envolvidos nos movimentos de oposição ao regime de exceção e também

com a atuação dos ex-prisioneiros políticos em liberdade. O movimento teve uma abrangência internacional, graças ao trabalho dos exilados, e das organizações sem fins lucrativos, como a Amnesty International<sup>14</sup>. Em vários países foram formados comitês de apoio que promoveram assembleias e manifestações, sensibilizando a mídia, os dirigentes políticos e os intelectuais de prestígio, clamando por manifestações dos governos e instituições em favor da anistia brasileira.

A Campanha pela Anistia extrapola partidos políticos e processos revolucionários, foi um amplo movimento social que se mobilizara em torno da questão da libertação dos presos políticos. A anistia era reivindicada pela oposição desde a promulgação do AI- 01 e, a partir de 1978, não podia ser mais ignorada pelo Estado de Segurança Nacional, dadas as intensas manifestações, comícios, passeatas e realizações de debates sobre a questão. Ela se desenvolvia no próprio país e também no exterior pelos exilados políticos, que se encarregavam de denunciar as práticas de torturas aplicadas pelo regime. (CARDOSO, 2012, p. 147)

A anistia possui uma dimensão trágica, ao constatarmos a vitória de uma elaboração da anistia como esquecimento. Três elementos fundamentais das lutas dos CBA's não foram observados pela lei: o reconhecimento das mortes e dos desaparecimentos; a responsabilização dos agentes do Estado pela tortura; e a não reciprocidade, que perdoaria os crimes cometidos pelos agentes da repressão. Estes objetivos só seriam atingidos se a lei superasse a dimensão do esquecimento, divulgando as barbaridades praticadas no decorrer da ditadura. A vitória da anistia enquanto símbolo do esquecimento não ocorreu somente pela maioria que o governo detinha no Congresso, em agosto de 1979. A ascensão da amnésia foi produto de posicionamentos expostos pela própria oposição ao Regime e pela sociedade civil de maneira geral, depois da promulgação da lei. Colaboraram, para isso, os discursos de militares, lideranças civis e dos meios de comunicação que afirmavam que a questão da tortura era muito sensível após a anistia (considerada) recíproca. Quem atingisse questões como essas, estaria sendo revanchista. O próprio movimento pela anistia teria sua parcela de culpa pelo êxito do esquecimento, por propagar a opinião de que a sociedade em geral tinha exercido oposição à ditadura, quando, na realidade, o Regime teve bastante apoio popular. Nossa sociedade, se autoanistia como forma de atenuar a sua cumplicidade. (RODEGHERO, 2009, p. 138)

---

<sup>14</sup> Amnesty International (Anistia Internacional), fundada em 28 de maio de 1961, em Londres (Reino Unido), é uma organização não governamental que defende os direitos humanos com mais de 7 milhões de membros e apoiadores em todo o mundo. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/>  
Acesso em: 03/11/2023

Podemos observar algumas reconstruções históricas que foram criadas a partir do debate sobre a anistia, e que se consolidaram na memória nacional como fatos incontestáveis. Talvez a principal reconstrução esteja relacionada aos projetos das organizações de resistência. Com o passar dos anos, os revolucionários deixaram de ser apresentados como integrantes de um movimento ousado, que objetivava a destruição da ditadura para surgirem como membros de um sistema de resistência democrática, onde a sociedade brasileira, vítima da ditadura, jamais havia deixado de prezar pelos valores democráticos. A partir da documentação das organizações e partidos revolucionários, como a ALN dirigida por Carlos Marighella, observamos um projeto robusto que tinha como finalidade o alcance de mudanças profundas nas estruturas sociais e econômicas do país. (TELES, 2000, p. 119)

Neste mesmo cenário, ao posicionar a resistência revolucionária como uma espécie de braço armado da luta democrática vigente na sociedade, o próprio movimento pela anistia redefiniu o panorama das conexões entre a sociedade e a ditadura. Foi criado um quadro onde a sociedade sempre hostilizou o regime ditatorial. São deixados de lado movimentos de massas que, através das Marchas da Família com Deus e pela Liberdade, validaram no âmbito da sociedade civil o estabelecimento da ditadura, o que não significa que todos apoiaram a ditadura. Esta reconstrução conquistou ampla simpatia, afinal, a resistência armada foi aniquilada, despertando compaixão. Além disso, a ideia da luta democrática absolvía a sociedade de sua cumplicidade com a ditadura.

Com o recuo da ditadura militar, e a abertura “lenta, segura e gradual”, vastos segmentos da sociedade queriam recuperar a história agitada dos anos 60, reconciliar-se com ela, mas na paz, na concórdia, sem revanchismos estéreis, como aconselhavam os militares e os homens de bom senso. No contexto da anistia recíproca, não seria possível avivar a memória sem despertar os demônios do ressentimento e das cobranças? Seria como recordar esquecendo, esquecendo a dor. (REIS, 1997, p. 35)

A anistia brasileira e o acerto de contas com o passado da ditadura têm sido analisados geralmente em contraste aos exemplos de países vizinhos, como a Argentina, nos quais a referida legislação foi extinta e o processo de investigação e de justiça ocorreu de maneira mais célere e definitiva. O Brasil é um país que tradicionalmente busca conciliações, mas a derrota de uma proposta de anistia ampla, geral e irrestrita guardou para as gerações futuras uma lógica de pacificação que não consegue esconder que os crimes da ditadura não foram julgados. (RODEGHERO, 2014, p. 18)

Uma das facetas pela campanha desencadeada em 1975 e reforçada a partir de 1978 foi a denúncia da tortura, das mortes e dos desaparecimentos. A anistia seria um passo para a reconquista das liberdades democráticas, as quais só seriam completas com a total desarticulação do Estado de Segurança Nacional. Lutar pela medida não significava mais defender os benefícios do esquecimento, mas sim, caminhar para uma ruptura, um desgaste do regime, até sua derrota completa. Por causa dessa abordagem, perdeu força o argumento de que era saudável para o país que os conflitos políticos fossem esquecidos. Nesse quadro marcado por demandas por anistia e por denúncias sobre a repressão, o governo deu um significado novo ao termo “crimes conexos”. Com ele, buscou garantir a reciprocidade da anistia e o esquecimento dos crimes contra a humanidade cometidos por seus agentes. (RODEGHERO, 2017, p. 338)

No final da década de 70 já era predominante a perspectiva que enxergava os agentes do Estado como criminosos que não mereciam anistia. A Lei deveria ser complementada por processos, julgamentos e explicações. Os criadores do projeto governamental estabeleceram um obstáculo legal contra posteriores tentativas de culpabilização ao aparelho de repressão.

A luta pela anistia acabou funcionando como apoio à mobilizações com reivindicações para além da anistia, os CBA's tornaram-se um espaço de oposição à Ditadura Civil-Militar, contribuindo e integrando mobilizações políticas e sociais que divergiam do regime. Os Movimentos Pela Anistia contribuíram para o crescimento das discussões em torno do processo de “abertura” política e institucional. O Movimento Pela Anistia foi fundamental não apenas para a conquista da anistia, mas também para deteriorar a imagem do governo. Em razão da grande colaboração de organizações sociais e coletivas que referendavam os registros dos CBA's e envolveram-se nas suas mobilizações, fica evidente que a luta pela anistia possibilitava uma unidade aos distintos movimentos sociais e partidos de esquerda que participavam dos CBA's, que de outra maneira não se associariam. (DUCCINI, 2017, p. 178)

A Lei de Anistia, por outro lado, objetivava não apenas frear o desenvolvimento dos Movimentos Pela Anistia, mas também remover uma importante bandeira que colaborava para o entendimento entre as esquerdas e os diferentes movimentos sociais em progresso no período, com o intuito de acalmar a intensa agitação política, social e econômica.

As limitações da anistia de 1979 fizeram com que a lei se destacasse como uma medida baseada na lógica do esquecimento, suscitando inúmeros problemas que são questionados até os dias atuais. Esses questionamentos se enquadram no processo de justiça de transição, que tem como características o direito à memória, justiça e reparações, reivindicadas pelos parentes dos presos políticos, torturados, mortos e desaparecidos e por vários daqueles que integraram os Movimentos Pela Anistia. Muitos permanecem mobilizados até

hoje. Várias categorias como marinheiros, fuzileiros navais, cabos, operários navais do Arsenal da Marinha, familiares dos mortos e desaparecidos políticos, se sentiram excluídos ou às margens da anistia, pois tiveram ou ainda têm dificuldades em obtê-la, e/ou informações sobre a verdadeira causa das mortes, local dos sepultamentos, indenizações, realocações. (DUCCINI, 2017, p. 179)

A anistia de 1979 foi durante muito tempo tratado como uma etapa vencida, uma página virada da história. A memória se tornou uma estratégia de resistência dos sobreviventes. A superação desse passado traumático ainda não fora concluída, e não será enquanto o silenciamento por parte do Estado permanecer.

## **2.5 Projeto Brasil: Nunca Mais. Fragmentos sobre o caso Kucinski.**

O Projeto BNM (Brasil: Nunca Mais) é uma extensa pesquisa realizada pela sociedade civil sobre a tortura política no país. O projeto foi uma iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, que trabalharam em sigilo durante cinco anos sobre 850 mil páginas de processos do Superior Tribunal Militar. O resultado foi a publicação de um relatório e um livro em 1985, que mostraram a profundidade das violações aos direitos humanos promovidas pela repressão política durante a ditadura. Sendo desenvolvido por Dom Paulo Evaristo Arns, Rabino Henry Sobel, Pastor presbiteriano Jaime Wright e sua equipe.

Quando os militares derrubam o presidente João Goulart e efetuaram um golpe de Estado, estavam na realidade dando continuidade ao seu hábito intervencionista, que podemos observar desde muito antes de 1964<sup>15</sup>. O sistema repressivo organizado pela Ditadura Civil-Militar brasileira tinha como ponta do iceberg a forma como seus suspeitos eram presos. Desconsiderando a totalidade das garantias individuais dos sujeitos, presentes na Constituição, havia uma metodologia de detenção baseada em sequestro, sem necessidade de mandado judicial. A presunção de subversão recaía também sobre parentes e amigos das pessoas investigadas pela máquina de repressão. Tendo como ponto de partida a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), o inimigo não era apenas o indivíduo, mas toda sua esfera social.

---

<sup>15</sup> Guardamos registros de inúmeros episódios da atuação dos militares na repressão às manifestações populares: a Confederação do Equador (1824), em Pernambuco; a Cabanagem (1835-1840), no Pará; a Guerra dos Farrapos (1835-1845), em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul; a Sabinada (1837-1838), na Bahia; a Balaiada (1838-1841), no Maranhão; a Revolução Praieira (1848), de Pernambuco; a Guerra de Canudos (1897), também na Bahia; e a Guerra do Contestado (1912-1916), no Paraná e em Santa Catarina. (BNM, 2011, p. 65-66)

Sem direito a *Habeas corpus*, sem divulgação da prisão, sem data limite para finalização do inquérito, o prisioneiro ficava totalmente desprotegido nos órgãos de segurança. Indefeso e isolado da sociedade, era obrigado a declarar aquilo que os seus inquisidores queriam, depois de intermináveis sessões de tortura. As instituições de segurança sempre alegaram que suas agressões eram uma resposta à violência das organizações de esquerda, contudo, muitos dos grupos abatidos não faziam uso de estratégias militares. As autoridades defendiam que havia um perigo real ao país, devido ao poder de fogo dessas organizações colocadas na clandestinidade.

Nos processos pesquisados pelo Projeto BNM verificou-se o relato de pessoas que testemunharam, nos cárceres nacionais, o assassinato de outros prisioneiros políticos, sob tortura. Existe a forte possibilidade de, nas mesmas condições, tenham ocorrido outros assassinatos de indivíduos considerados “desaparecidos” ou apontados como mortos em: supostos “tiroteios” com funcionários do governo, vítimas de atropelamento após tentativa de fuga ou que cometeram suicídio.

A prática da prisão ilegal ou sequestro, acompanhado do desaparecimento da vítima, se proliferou rapidamente na América Latina durante as décadas em que alguns países foram governados por regimes militares. O procurado, para se manter em liberdade, precisa sobreviver na clandestinidade, distante de seu convívio social, de sua família, de seu grupo político, igualmente perseguido. Quando as instituições repressivas capturam o sujeito, a sociedade desconhece tal informação, assim como sua família. O aparelho de repressão se aproveita dessa conjuntura, tendo controle absoluto sobre a vítima. Quando a prisão se torna pública, a vítima já fora exterminada, sem pistas de seu paradeiro.

É preciso salientar que, nos autos de interrogatório dos processos penais por motivações políticas, existem queixas de réus que tiveram seu patrimônio roubado pelos integrantes dos órgãos de repressão. O fato acontecia no momento da prisão, quando a residência da pessoa investigada era revirada pelos agentes de segurança.

No artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada pelo Brasil, podemos ler: *Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante*. Durante a Ditadura Civil-Militar, esta premissa foi abandonada pelas autoridades brasileiras. Existiram quase uma centena de métodos distintos de tortura, segundo o Projeto BNM, através de violência física,

constrangimento psicológico e uso de diferentes ferramentas, aplicadas aos prisioneiros que eram sequestrados. (BNM, 2011, p. 383)

Dentre os abusos perpetrados pelos interrogadores sobre os prisioneiros políticos, a tortura no Brasil se transformou, durante a Ditadura Civil-Militar, num procedimento básico incluído em cursos de formação de militares. Vale ressaltar que, o ensinamento deste mecanismo de extrair confissões não era apenas teórico, mas executado com indivíduos verdadeiramente torturados.

O drama que envolve o círculo familiar do desaparecido pode ser exemplificado no caso de Ana Rosa Kucinski Silva, professora no Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP) e militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), desaparecida no dia 22 de abril de 1974, com o seu marido, Wilson Silva, em São Paulo. As famílias de ambos iniciaram vários processos judiciais na esperança de encontrá-los imediatamente após o ocorrido, mas sempre recebendo respostas negativas ou evasivas das autoridades.

Segundo informações colhidas pelo BNM, a família Kucinski, após buscar informações de diversos órgãos de segurança, sobre o paradeiro de Ana Rosa, adquiriu os serviços de um advogado que havia sido integrante do DOPS de São Paulo, na expectativa de que essa peculiaridade tivesse utilidade. O advogado investigou a localização de Ana Rosa entrando em contato com um sargento do Exército, que estava às ordens do Comandante do II Exército em São Paulo, e com um civil delator do DOI-CODI, conseguindo a informação de que Ana Rosa estava detida naquele departamento militar. A família solicitou uma autorização de visita e maiores informações sobre sua saúde. Os "informantes" argumentaram que, para isso, precisavam de uma grande soma de dinheiro. Como os acordos não se concretizaram e as suspeitas aumentavam, a família pediu uma carta de Ana Rosa, como prova do seu paradeiro verdadeiro. Os golpistas entregaram ao jornalista Bernardo Kucinski, irmão de Ana Rosa, uma mensagem manuscrita, que teria sido escrita por ela.

Bernardo questionou a genuinidade do bilhete, tendo sido coagido a acreditar em sua veracidade. Buscou outra estratégia, pediu que os policiais perguntassem a sua irmã o seu apelido de infância, criado por ela. Os policiais aceitaram o desafio, mas não acertaram o teste. Bernardo já suspeitava se tratar de uma armadilha, mas aceitou o convite para conhecer um coronel do Exército que trabalhava no DOI-CODI, que lhe

daria, sem intermediários, as informações sobre o estado de Ana Rosa. O coronel lhe informou que sua irmã estava ótima, que apesar de não ter sido ela quem escreveu a carta, fora ela quem ditou. O coronel garantiu uma visita da família, contanto que pagassem a outra parte do montante requisitado. Bernardo pagou, porém, os militares desapareceram. Ana Rosa e Wilson Silva estão desaparecidos até hoje. Tais informações são fragmentos que encontramos no processo armazenado pelo Projeto Brasil: Nunca Mais que contempla a versão de natureza repressiva arquitetada pelo Estado sobre o caso em estudo. (BNM, 2011, p. 305)

## **2.6 A formação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.**

Em 1993, ocorreu uma reunião objetivando a criação de um esboço de lei, levando em conta o reconhecimento da responsabilidade do Estado pelas mortes e desaparecimentos políticos, do qual fizeram parte a Comissão de Familiares e o grupo Tortura Nunca Mais. Sem que houvesse providências do governo federal, foi apresentada ao ministro da justiça a ideia de constituição de uma comissão, formada por componentes do Legislativo, do Judiciário e da sociedade civil, com a finalidade de investigar as mortes ocorridas entre 1964 e 1985. O intuito era investigar as circunstâncias em que ocorreram as mortes e os desaparecimentos forçados, além de buscar os responsáveis por estes crimes.

Em maio de 1994, ocorreu a divulgação de uma carta compromisso aos candidatos à Presidência da República, fixando a ideia levada ao governo federal. Somente em 1995, após reivindicações públicas e reclamações de autoridades internacionais, o governo começou a atuar. Em debate com o ministro da Justiça, os familiares mostraram sua proposta para uma comissão especial criada para discutir cada caso, que vieram a ser expostos no livro *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos a partir de 1964*.

O produto desse debate foi a Lei 9.140/95, onde o Estado reconheceu sua responsabilidade na morte de opositores políticos no período de 1961-1979. Também foram estabelecidas regras para indenização pecuniária aos familiares. Para analisar as solicitações, foi formada a Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

A iniciativa de abrir debates com a temática dos mortos e desaparecidos políticos surgiu da demanda relativa a avaliação do processo de execução da lei 9.140, a Lei dos Desaparecidos, ratificada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, em dezembro de 1995 – e os esforços da Comissão Especial de Reconhecimento dos Mortos e Desaparecidos Políticos, apoiada pela lei e em operação desde janeiro de 1996.

A lei estabeleceu a confissão da responsabilidade do Estado pela morte de 136 desaparecidos políticos e criou a Comissão Especial para averiguar outras denúncias trazidas por meio de reivindicações de seus familiares. Com os desdobramentos da lei, surgiram novos horizontes de ação e análise sobre o regime instaurado em 1964. Foram apresentadas novas evidências sobre as circunstâncias das mortes e desaparecimentos, restos mortais foram descobertos e, apesar do ônus da prova recair sobre as famílias, parcelas da sociedade estavam assistindo o desenvolvimento da Comissão Especial e participando dela. Estas investigações possibilitaram a revelação da verdade sobre muitas versões oficiais.

Entretanto, a lei não obriga que o Estado investigue os acontecimentos, apure os fatos, recupere os restos mortais dos desaparecidos políticos, identifique os autores dos crimes e condene os culpados, deixando às famílias o encargo de expor as evidências dos crimes e a localização dos corpos dos opositores do regime assassinados. Ademais, o alcance da lei é o mesmo da anistia: admite apenas os assassinatos por motivações políticas perpetrados até agosto de 1979.

O Executivo Federal criou um projeto que o Congresso brasileiro transformou em lei em dezembro de 1995, elaborando uma Comissão Especial com três objetivos: reconhecer formalmente os casos de opositores que foram mortos pelo aparelho repressivo do regime militar, aprovar a reparação indenizatória aos seus familiares e buscar a localização dos corpos que nunca foram entregues para sepultamento. A Comissão Especial manteve uma trajetória coesa atravessando vários mandatos presidenciais. Durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, o alcance da Lei foi ampliado e basicamente se finalizou a análise de quase todos os casos apresentados.

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) terminou, no final de 2006, a primeira etapa de suas atividades. Após a fase de análise, investigação e julgamento dos processos referentes aos 339 casos de mortos e desaparecidos apresentados para sua deliberação, somados a outros 136 nomes já

listados no próprio Anexo da Lei nº 9.140/95, o foco passou para duas outras tarefas. A primeira trata-se da coleta de amostras de sangue dos parentes dos desaparecidos ou mortos, cujos corpos não foram localizados, para formar um Banco de DNA, objetivando a identificação dos restos mortais que foram encontrados. A segunda é organizar informações sobre a provável localização de covas clandestinas nas cidades ou áreas rurais, em especial na região do rio Araguaia, no sul do Pará.

A partir de 1996, lograda a Lei nº 9.140 e montada a CEMDP, os familiares passaram a focar na busca dos corpos dos desaparecidos, um processo que se mostrou muito mais desgastante. Em 11 anos de atuação, passaram pela CEMDP processos referentes a 475 casos. Do total, 136 nomes já estavam presentes no Anexo da Lei nº 9.140/95, o que significa que tiveram sua morte ou desaparecimento reconhecidos como de autoria do Estado. Outros 339 casos foram objeto de investigação, discussão e deliberações pelos membros da CEMDP, na busca pela verdade. Desse total, 118 foram indeferidos. Alguns, mesmo tendo provada a militância política de oposição à ditadura, esbarraram em outras exigências da lei. Foram deferidos 221 casos e os familiares receberam as correspondentes indenizações.

Passos importantes na busca dos desaparecidos políticos foram dados em 1990, com a abertura da vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, de Perus, distrito da zona noroeste de São Paulo, ficando conhecida como “Vala de Perus”. Essa vala clandestina foi localizada ainda na década de 1970, quando familiares conseguiram informações, de funcionários do local, de que agentes da ditadura utilizaram o cemitério para sepultar com identidades falsas suas vítimas. Também descobriram que, em 1975, mais de 1000 ossadas haviam sido exumadas e transferidas para uma vala aberta secretamente. Apesar de terem conhecimento da sua existência, na época da votação da Lei da Anistia, o contexto não era favorável para o início de uma investigação. (GALLO, 2012, p. 336)

A vala foi reencontrada por acaso pelo repórter Caco Barcellos<sup>16</sup> durante uma reportagem sobre a repressão policial. Barcellos descobriu sinais dos sepultamentos clandestinos, e, ao divulgá-los, o caso teve grande ressonância no país. Barcellos cruzou dados do IML (Instituto Médico Legal) de São Paulo com os registros do cemitério

---

<sup>16</sup> Cláudio Barcellos de Barcellos, mais conhecido como Caco Barcellos, é um jornalista, repórter de televisão e escritor brasileiro, que se especializou em jornalismo investigativo, investigações, documentários e grandes reportagens sobre injustiça social e violência. Disponível em: <https://www.museudatv.com.br/biografia/caco-barcellos/>  
Acesso em: 09/11/2023

sendo encontrados vestígios de que ao menos 30 corpos de militantes mortos ou desaparecidos estariam ali.

Integrantes da CFMDP (Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos) conseguiram o apoio de Luíza Erundina, prefeita de São Paulo, para averiguar a situação. Assim, nasce a Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus (CEIOP), sendo instaurada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Câmara Municipal. Estas iniciativas possibilitaram a retirada de ossadas da Vala de Perus – e de outras valas – e o seu deslocamento, para o Departamento Médico Legal da Universidade Estadual de Campinas, objetivando sua catalogação e futura identificação. (GALLO, 2012, p. 337)

Entre as principais críticas sinalizadas pelos familiares à lei podemos citar que, a mesma retirou do estado o encargo de identificar e responsabilizar os agentes envolvidos com as práticas de tortura, morte e desaparecimento de opositores durante o regime ditatorial, não atribuiu ao estado a obrigação de apurar as circunstâncias das mortes e desaparecimentos, competindo aos familiares o ônus da confirmação das denúncias e não obrigou o Estado a tomar providências quanto à localização dos corpos dos desaparecidos.

## **2.7 A CNV e novas lentes sobre o caso Kucinski.**

Instalada em 16 de maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada, principalmente, para acolher as demandas dos sobreviventes da ditadura e dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos. As pesquisas realizadas pela CNV buscavam a explanação dos fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, além de possibilitar a elucidação dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, com destaque para os acontecimentos provenientes do regime inaugurado pelo Golpe de Estado de 1964. Foi no contexto de instalação da CNV que o primeiro romance de Bernardo Kucinski foi publicado.

A CNV também investigou outras graves violações de direitos humanos, para além da tortura, como violência sexual e o Terrorismo de Estado (TDE). Identificou as cadeias de comando do TDE, remontando a estrutura dos órgãos de repressão do regime contra todas as formas de oposição e resistência na sociedade civil, bem como conexões

internacionais, a exemplo da Operação Condor<sup>17</sup>. As metodologias para a coleta de informações pela comissão foram a pesquisa documental e a reunião de depoimentos.

O Estado, durante o período ditatorial, precisou camuflar a sua natureza antidemocrática e o suposto “inimigo interno” foi a justificativa para manter a ordem, ou seja, proteger a propriedade privada e os interesses capitalistas. O Terrorismo de Estado (TDE) foi um sistema de dominação que determinados setores recorreram quando ameaçados. A “violência organizada” fez parte do TDE, e seus alvos poderiam ser aleatórios, favorecendo a “cultura do medo”. Direitos políticos e civis foram cancelados, o caráter clandestino do sistema repressivo contribuía para a impunidade dos agentes repressivos, deixando as vítimas impotentes. O TDE também esteve presente quando o Estado se omitiu quanto aos cidadãos que buscavam seus familiares desaparecidos. A Anistia favoreceu uma amnésia coletiva, ou seja, um esquecimento institucionalizado. (PADRÓS, 2007, p. 2)

O núcleo dos acervos do governo militar do Arquivo Nacional constatou cerca de 250 organizações de inteligência atuantes em Ministérios, Autarquias, Fundações, Universidades e Empresas Públicas. Essas estruturas, conhecidas como Divisões de Segurança e Informações (DSI) e Assessorias de Segurança e Informações (ASI), foram instrumentos essenciais para a abrangência do Sistema Nacional de Informações (SISNI), cujo núcleo estava no Serviço Nacional de Informações (SNI).

A Comissão Nacional da Verdade definiu uma linha de cooperação com os arquivos públicos e instituições encarregadas de manter os acervos das polícias políticas estaduais. As polícias estaduais, principalmente por meio dos Departamentos ou Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) eram responsáveis por inquéritos policiais, investigações e operações de vigilância e repressão política nos estados.

Ao investir na recuperação dos documentos do extinto Sistema Nacional de Informações (SNI), e também de diversos outros órgãos que atuaram na repressão política, a CNV objetiva encontrar recursos para a exposição das sérias violações de

---

<sup>17</sup> A Operação Condor é o nome que foi dado à aliança entre as ditaduras instaladas nos países do Cone Sul na década de 1970 — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai — para a realização de atividades coordenadas, de forma clandestina e à margem da lei, com o objetivo de vigiar, sequestrar, torturar, assassinar e fazer desaparecer militantes políticos que faziam oposição, armada ou não, aos regimes militares da região. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>  
Acesso em: 03/11/2023

direitos humanos. Essa atuação tem o propósito de garantir o direito à memória e à verdade, através da concessão de seus arquivos a todos os interessados.

As estratégias de reparação utilizadas ao longo da década de 90 e início dos anos 2000 no Brasil ainda são insuficientes para ressaltar a questão da memória. A formação de comissões estaduais, assim como a constituição de órgãos como a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão de Anistia, colaborou bastante para a estruturação de acervos que forneçam dados sobre a história política do país. Foi acumulada uma extensa documentação integrada por laudos periciais, depoimentos de familiares e parceiros de militância de mortos e desaparecidos, de militantes, de agentes de Estado e de diversos integrantes de categorias profissionais assediadas durante a ditadura, além de documentos encontrados em arquivos públicos e acervos pessoais, para fomentar o desenvolvimento dos trabalhos dessas comissões.

A CNV deu início à sua empreitada com um extenso acervo documental localizado sobre o período, como os registros do Superior Tribunal Militar (STM) e os acervos enviados ao Arquivo Nacional. Porém, os documentos elaborados para nortear e para sistematizar ações repressivas não foram o bastante para o trabalho de análise da CNV, sendo comparados com a coleta de depoimentos de vítimas, testemunhas e agentes institucionais. Os documentos carregam indícios e lacunas a serem preenchidas com outras fontes e com os dados oportunizados pela coleta de depoimentos. Os depoimentos provenientes de audiências públicas têm como resultado categórico permitir à sociedade a chance de conhecer as verdades inenarráveis das atividades do regime ditatorial.

Os primeiros levantamentos mostram que aproximadamente 50 mil pessoas foram presas no ano de 1964, em operações deflagradas nos estados de Guanabara, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Foram identificadas prisões em massa, em navios presídio: “Raul Soares”, “Almirante Alexandrino” e “Custódio de Mello”. Foram cerca de 600 as pessoas aprisionadas nos dois primeiros navios, basicamente sargentos e lideranças sindicais. Houve outros centros de encarceramento, como o Complexo Esportivo Caio Martins (Icaraí, Niterói); Maracanã e a Praça de Esportes Macaé (Estado do Rio de Janeiro). Tal técnica consolidou a impunidade dos torturadores e validou a tortura como maneira usual de interrogatório, fazendo uso combinado de ferramentas de destruição física e psicológica

por parte de agentes do Estado, que nunca reconheceram a sua utilização. (BALANÇO DE 1 ANO DA CNV, 2013, p. 13)

A instalação de uma comissão da verdade trata-se de uma ferramenta fundamental da Justiça de Transição entre um regime ditatorial e seu sucessor, constituído de ideias e práticas democráticas. Todavia, o caso brasileiro se diferencia por sua natureza tardia, distante quase 30 anos do final do regime. (DIAS, 2013, p. 3)

A criação de uma Comissão da Verdade não se trata exatamente de uma inovação, tendo sido criadas, somente nos últimos 30 anos, cerca de 40 instâncias desse tipo. Na América Latina, por exemplo, foram criadas Comissões que examinaram violações aos direitos humanos na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai. (GALLO, 2016, p. 332)

As discussões sobre as mortes e desaparecimentos políticos originados no curso da ditadura data de meados da década de 1970, estimuladas pela formação de grupos de familiares. Com a organização dos movimentos pela anistia, as esperanças foram renovadas na segunda metade daquela década. Porém, na forma como foi promulgada, a Lei 6.683/1979 significou, na ótica dos movimentos de familiares de desaparecidos políticos, uma absolvição para os participantes de atos repressivos, dispensando a ditadura de suas responsabilidades, e bloqueando a solução das verdadeiras circunstâncias dos crimes praticados.

No dia 10 de dezembro de 2014, dia internacional dos direitos humanos, a CNV entregou à presidente Dilma Rousseff o relatório final das suas atividades. Com duas mil páginas, o relatório final possui 3 volumes. O primeiro deles, traz a finalidade da Comissão, apresenta o contexto histórico e político do Brasil a partir de 1946, explica como operou o aparato de violência no país e as estratégias usadas pelos agentes do Estado durante a ditadura. São nominados 377 responsáveis diretos ou indiretos pelas infrações cometidas no período, e elenca um conjunto de 29 recomendações a serem analisadas no atual cenário político brasileiro. (GALLO, 2016, p. 339-340)

No segundo volume, são trazidas informações sobre a repressão que foi praticada contra grupos específicos da sociedade brasileira: integrantes das Forças Armadas, trabalhadores urbanos, camponeses, povos indígenas, religiosos, pessoas da comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis), professores e estudantes

universitários. Ainda no segundo volume, são expostos os papéis exercidos por setores da sociedade civil e por empresários que contribuíram para o Golpe de 1964.

O terceiro volume do relatório apresenta uma lista e o perfil das 434 pessoas que foram consideradas mortas ou desaparecidas em decorrência da violência política empreendida entre 1946 e 1988<sup>18</sup>. Trata-se de uma lista passível de ser revisada futuramente, por não ser totalmente fidedigna, já que houve uma falta de colaboração das Forças Armadas. As lacunas desse período histórico poderiam ser melhor explicadas caso as Forças Armadas tivessem disponibilizado à CNV os acervos do CIE (Centro de Inteligência do Exército), CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica) e Cenimar (Centro de Informações da Marinha), produzidos durante a ditadura.

As comissões da verdade foram ou são, em se tratando de suas características generalizantes: estruturas não jurídicas; constituídas nacionalmente; no decorrer de períodos de transição política; baseadas em princípios de oitiva e prevalência de pessoas identificadas e atestadas como vítimas; seus testemunhos são levantados por personagens de reputação reconhecida por seu equilíbrio e habilidade de escuta e arbitragem de figuras em campos antagônicos; os comissionários diferenciam-se das vítimas, afinal, não foram diretamente atingidos pela violência de Estado. Essa condição garante sua independência que é imprescindível para a imparcialidade e confiabilidade na produção de um relatório sobre o período. Como resultado, busca-se assegurar a não repetição do passado e seus ciclos de barbárie. (HOLLANDA; ISRAEL, 2020, p. 3)

Entre as 44 comissões estaduais e municipais da verdade em operação durante o andamento da CNV, apenas 11 terminaram seus trabalhos junto a ela. A maioria, em parceria com o calendário de encerramento da CNV, apresentou relatórios incompletos que, junto aos relatórios conclusivos das comissões, produziram material para o relatório final da CNV. (HOLLANDA; ISRAEL, 2020, p. 6)

Em relação às recomendações, estas se dividem em iniciativas de memória a respeito dos crimes da ditadura, como a modificação de nomenclatura de logradouros públicos, a criação de memoriais de resistência, a exposição de pedidos oficiais de desculpas, entre outros; e a elaboração institucional de estratégias para que estes crimes não se repitam, como as iniciativas de justiça social e de continuidade das investigações

---

<sup>18</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Brasília: CNV, 2014. v. 3. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>. Acesso em: 10 dez. 2022.

sobre as transgressões da ditadura, além de reformas das polícias, dos currículos da educação básica e dos conjuntos de leis e justiça.

De acordo com Dias (2012), a nomenclatura dos logradouros públicos pode ser utilizada para corrigir a biografia dos militantes, tratados como terroristas pelos órgãos do governo quando foram executados. É simbólico que estas pessoas sejam homenageadas em espaços públicos, já que muitos não tiveram um túmulo.

O relatório representa um avanço importante na abordagem do tema na esfera nacional. São nomeados os responsáveis por uma lista de violações aos direitos humanos no país. O relatório final incorpora ao debate sobre a ditadura algumas contribuições essenciais, como: reconhece que as violações aos direitos humanos foram praticadas pelo Estado brasileiro de forma estrutural e planejada; o relatório demonstra que a repressão política não foi dirigida apenas aos setores da luta armada; e destaca que o sucesso do Golpe de Estado e a continuidade da ditadura ocorreram graças ao apoio de setores da sociedade civil e de empresários. (GALLO, 2016, p. 341)

A CNV tem a sua contribuição na reconstrução da memória sobre a ditadura. Os estudos relacionados à memória são de grande importância para pensar salvaguardas e os avanços dos Direitos Humanos, afinal, trata-se de uma forma de eleger o que se deve esquecer ou, em contrapartida, o que se considera indispensável e se deve preservar. Conseqüentemente, a memória pode se apresentar como possibilidade de reflexão sobre os caminhos evolutivos do Direito. Ela será o produto de um processo de escolhas que determina o esquecimento ou a recordação. Essa reflexão é fundamental para compreendermos a relevância da Comissão Nacional da Verdade. (FLORES; CANABARRO, 2018, p. 6)

A memória enquanto consequência de uma equivalência entre passado, presente e futuro, é essencial para a formação e consolidação de identidades individuais e coletivas. É a Memória Social que possibilita a cada sujeito ou grupo dar significado ao seu espaço no mundo. Cada grupo social escolhe e reconstitui o passado a partir do seu ponto de vista, seus interesses e necessidades. Partindo do pressuposto que a memória é uma construção do passado, segundo as necessidades e inquietações do presente, considerando as possibilidades do futuro. Porém, como a memória é naturalmente diversificada e excludente, ela se torna um objeto de disputa, principalmente pelas classes dominantes. As memórias de cada comunidade convivem e disputam a

hegemonia sobre o passado, sempre com o intuito de conquistar a memória coletiva, formando uma identidade nacional. (LIMA, 2019, p. 35)

Maurice Halbwachs (1990) criou o conceito de “memória coletiva”, onde defende que a atividade de recordação e busca das lembranças não pode ser verificada sem ter em conta os contextos sociais. As memórias de um indivíduo jamais são somente suas, já que nossas lembranças não podem existir afastadas de um grupo social. A formação da memória de um sujeito é o resultado do arranjo das memórias dos grupos dos quais faz parte e, conseqüentemente, é influenciada por eles. Segundo Halbwachs, a memória coletiva é distinta da história. A primeira preserva do passado aquilo que ainda vive na consciência do grupo que a alimenta. A história também se distancia da memória no que se refere ao registro do passado, enquanto a história é fixada pela escrita, a memória coletiva é fruto dos testemunhos de um período. Halbwachs defende o impedimento de uma memória puramente individual, sendo que as memórias dos indivíduos são formadas a partir de suas interações em sociedade. A memória coletiva é o trabalho que o grupo emprega, organizando as lembranças em quadros sociais inteligíveis.

Uma difícil tarefa incluída nos estudos sobre a memória diz respeito às suas dimensões invisibilizadas, ou seja, existem aspectos ignorados que fazem parte de uma “memória subterrânea”, conceito elaborado por Pollak (1989). No contexto brasileiro e seu período de Ditadura Civil-Militar (1964-1985), temos atores sociais que sofreram torturas e/ou desapareceram. Estes indivíduos são muitas vezes obrigados, por uma herança repressiva, a continuarem em silêncio durante muito tempo. Muitos mantêm o silêncio temendo a exposição ou a recordação dos momentos traumáticos experienciados. As memórias subterrâneas são as mais difíceis de virem a público, pois o trauma das experiências é combustível para o silêncio, exceto quando a vítima encontra uma testemunha realmente confiável.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “Memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. (POLLAK, 1989, p. 2)

Nesse sentido é que se buscou instituir no Brasil, pela Lei n.º 12.528/2011, uma Comissão Nacional da Verdade – CNV. Para atingir seus objetivos, a CNV organizou caravanas que atravessaram o país colhendo depoimentos de pessoas que foram torturadas e também de familiares de vítimas desaparecidas. Foram realizadas audiências públicas em quatorze Estados, onde eram convidadas pessoas que foram vítimas da ditadura, prisioneiros políticos, pessoas torturadas e entes de pessoas mortas ou desaparecidas.

Sobre o número de mortos apresentado no Relatório da CNV, o resultado adveio de informações oficiais dos inquiridos. Muitas pessoas foram tidas como desaparecidas, mas provavelmente foram assassinadas e enterradas em valas de cemitérios clandestinos, dificultando a criação de listas oficiais de mortos. A investigação das identificações dessas vítimas no presente trata-se de um vagaroso processo do Estado em efetuar a exumação dos restos mortais encontrados nos cemitérios clandestinos.

O Relatório da CNV proporciona a reconstrução de um banco de dados referentes às memórias subterrâneas, que escondem traumas, angústias, ressentimentos. Um longo intervalo de silêncio foi quebrado pelo andamento dos trabalhos da CNV, que libera memórias enclausuradas e a vontade de se expressar por muito tempo bloqueada. A partir dos trabalhos da CNV tivemos o fortalecimento de vítimas que começaram a ter ânimo para expor o seu relato. Isso é importante para a exposição de uma memória subterrânea referente à tortura no Brasil.

A construção da memória elaborada pela CNV requer um minucioso trabalho interpretativo para elucidar o que de fato aconteceu. Talvez o mais difícil nesse processo seja explorar aquilo que não foi dito, que está retido na esfera da subjetividade: a memória subterrânea. Aquela Memória que está entranhada na mais profunda subjetividade das vítimas, caladas pelo medo e violência.

A memória coletiva, por sua vez, está sempre em transformação, e representa uma dimensão mais totalizante dos acontecimentos. Nora (1993), elaborou a noção de “lugares de memória” e suas problemáticas. A Memória geralmente se encontra fragmentada, ou seja, há um pouco em cada espaço. Suas fronteiras são formadas no espaço-tempo, conforme estes espaços são contemplados. A Memória cria raízes nos diferentes lugares, que lhe dá suporte para fixar seus significados, alojando o desenrolar das representações criadas pelos indivíduos e grupos sempre em processo de adaptação.

A recuperação da verdade sobre os acontecimentos que mancharam a história contemporânea do Brasil vai além da exposição destes acontecimentos, mas orienta ações, como: divulgar os processos em que o Estado violou os direitos fundamentais de cidadãos engajados com as lutas sociais e não garantiu a liberdade de expressão; apresentar à população o autoritarismo e as violações por parte do Estado; e informar estas atividades abusivas para que não venham a se repetir na sociedade. As gerações que não experienciaram a época precisa conhecer a verdade para compreender quais eram as ações autoritárias do Estado. As memórias sobre a ditadura estão num processo de construção. Esse processo precisa ser orientado por princípios que dialoguem com os direitos humanos. (CANABARRO, 2014, p. 2)

A memória coletiva é fundamental para a compreensão dos períodos autoritários, sendo constituída por um conjunto de informações que abarcam os mais diversos sentimentos ou traumas do autoritarismo deixados na sociedade. Trata-se de uma empreitada sensível, pois alcança as emoções das testemunhas, muitas das quais sofrem ao deixar público o que padeceram no cárcere e na tortura. Também são complexos os casos de familiares que perderam pessoas sem jamais ter uma explicação oficial, mas sabemos que, através de indícios e depoimentos, muitos foram torturados até a morte ou executados, sendo enterrados em cemitérios clandestinos. (CANABARRO, 2014, p. 2)

Construir as memórias sobre períodos recentes da história é uma tarefa difícil, pois as fontes à disposição, muitas vezes, ainda precisam de sistematização. A CNV foi comunicada de que muitas fontes desapareceram ou foram destruídas pelos militares como uma estratégia para encobrir o passado. A responsabilidade de restabelecimento de uma verdade histórica requer o frequente exame de informações de fontes históricas diversas. Por outro lado, apesar de segmentados, tais arquivos são importantes para o processo de comparação de informações do período com os depoimentos produzidos nos últimos anos.

É impossível efetuar a restauração supracitada sem levar em conta os atores sociais implicados, de ambos os posicionamentos: de um lado, os que sentiram sua dignidade arrancada, de outro lado os encarregados pelas prisões, torturas e mortes. Os responsáveis pelas violações dos direitos humanos se apoiam na justificativa de que estavam cumprindo ordens do estado, não respondendo pelo papel que atuavam nas instituições. Recuperar a memória dos torturadores não será fácil, afinal, os que estão vivos temem sofrer algum processo ou represália dos seus.

A criação de uma Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil foi necessária para que as pesquisas fossem aperfeiçoadas, o que possibilitou resultados relativamente satisfatórios. Apesar da CNV não ter como objetivo processar e punir torturadores e assassinos, sua atuação está voltada para a restauração de uma verdade mais fidedigna sobre o que aconteceu. Trata-se de um trabalho muito atual, mas de grande relevância, já que recomenda a continuidade das investigações para que tenhamos maior compreensão dos acontecimentos e, por conseguinte, um melhor entendimento do valor dos Direitos Humanos.

De acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, Ana Rosa Kucinski Silva desapareceu no dia 22 de abril de 1974 na companhia de seu marido, Wilson Silva, quando foi presa por agentes do Estado brasileiro, na cidade de São Paulo. Desde então, o Estado brasileiro apresentou diferentes posicionamentos sobre a prisão e desaparecimento de Ana Rosa e Wilson Silva. A princípio, o Estado recusou-se a fornecer qualquer informação, em decorrência do não reconhecimento da prisão do casal de militantes. Em fevereiro de 1975, o então ministro da justiça, Armando Falcão<sup>19</sup>, tornou pública nota oficial, na qual os nomes de Ana Rosa e Wilson Silva são citados como “terroristas foragidos”. Apenas em 1993, quase duas décadas após a prisão do casal, um relatório da Marinha, encaminhado ao Ministério da Justiça, confirmou que Wilson havia sido “preso em São Paulo a 22 de abril de 1974, e dado como desaparecido desde então”. (BRASIL, CNV, 2014)

Em depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade (CNV) no dia 30 de outubro de 2012, Marival Chaves Dias do Canto explicitou que Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva foram levados à Casa da Morte ainda vivos. No dia 10 de maio de 2013, prestou outro depoimento à CNV, quando afirmou que Ana Rosa, Wilson e outros militantes da ALN foram presos após delação do agente infiltrado João Henrique Ferreira de Carvalho, o “Jota”, que depois passou a atuar como médico em Brasília. Naquela ocasião, ratificou a tentativa de extorsão à família de Ana Rosa por agentes do DOI-CODI, como já denunciado pelo irmão dela, Bernardo Kucinski. Ainda, em 7 de

---

<sup>19</sup> Armando Falcão, autor do livro *Tudo a Declarar* (1989), foi objeto de análise do trabalho de Cardoso (2012), onde são analisados memorialistas que apoiaram a “revolução de 64”. A obra de Falcão possui caráter autobiográfico, numa tentativa de narrar a história política brasileira a partir da década de 60. O autor descreve os acontecimentos históricos que testemunhou ou teve participação, atuando como funcionário do poder firmado. Na ótica de Falcão, as Forças Armadas são a única instituição brasileira com capacidade de proteger os valores republicanos, e o movimento de 1964 seria uma contrarrevolução que tinha como objetivo a defesa das “instituições democráticas”.

fevereiro de 2014, em novo depoimento, Marival confirmou que Ana Rosa e Wilson foram levados para Petrópolis pelo coronel do Exército Freddie Perdigão Pereira.

## **2.8 Disputas de memórias e suas reverberações no caso da Família Kucinski.**

Estamos na iminência de alcançar a marca dos 60 anos do golpe que deu início à ditadura, o que alimenta o surgimento na esfera pública, principalmente nos meios de comunicação, de inúmeros discursos de memória incongruentes que dizem respeito àquele período. Entre estes discursos destacamos o governamental, o dos militares e o das vítimas e seus familiares, onde cada um buscou maneiras de validar a forma verdadeira de lembrar (e de esquecer) a repressão.

Em suas explanações, os opositores do regime normalmente faziam uma autoanálise de sua trajetória pela luta armada, criticando as orientações e métodos da esquerda tradicional e defendendo outras formas de ação, ou enalteciam o heroísmo da resistência dos militantes de esquerda e ratificavam as convicções revolucionárias de outrora. Na ala dos militares também existiram divisões: alguns admitiram a defesa integral dos preceitos que levaram ao golpe, outros denunciaram a deturpação dos projetos iniciais. (CARDOSO, 1994, p. 18)

O objeto de maior polêmica entre os instrumentos políticos de ordem utilizados amplamente no pós-64, a tortura, é situado apenas no campo das possibilidades por militares nascidos no início do século passado, em especial o General Ernesto Geisel, que tinha a sua própria versão sobre acontecimentos comprovados. Dentro desta perspectiva, ainda que a tortura seja reconhecida pelos militares, argumenta-se que a violência foi utilizada por ambas as partes, o aparelho repressivo e as organizações de esquerda. (MARTINS FILHO, 2000, p. 92-93)

Enquanto a efeméride de 60 anos do golpe se aproxima, temos o recrudescimento de antigas batalhas de memória. Essa disputa é inaugurada ainda nos anos 70, incentivada pelo momento de distensão política “lenta, gradual e segura” planejada pelo próprio governo militar. Com o passar do tempo, memórias antes tidas como subterrâneas ou marginalizadas conhecem a luz do dia, com destaque para os livros e entrevistas, seja de aliados ou de adversários do regime. (SCHIMIDT, 2007, p. 7)

Num momento de desestabilização das nossas instituições, a memória de 1964 prossegue como combustível das construções sociais da nossa sociedade. Estas disputas demonstram os problemas que nosso sistema representativo apresenta, contribuindo para que a democracia não se estabeleça totalmente. Precisamos lutar contra determinadas memórias que se pretendem história oficial, na esfera das lutas políticas e sociais. Indivíduos menos críticos, defensores da liberdade e da democracia saúdam esse passado, pedindo o retorno do regime e deixando a violência política de lado.

Sobre as memórias daqueles que estavam no poder, alguns ainda defendem a ideia de “Revolução de 64”, enquanto outros mostram descontentamento com o governo. Sobre a visão memorialística da esquerda armada, alguns empreenderam uma autocrítica, e outros veem a resistência como algo heroico, já que centenas perderam a vida. No final da década de 70 a produção memorialística conheceu o sucesso. A literatura política tornou-se lucrativa e as editoras estavam atentas ao mercado que esquentava com a Campanha pela Anistia. Autores como Alípio de Freitas e Frei Beto dão a esquerda armada status de heróis revolucionários, colocando sua coragem acima dos seus equívocos. “Na luta contra o esquecimento, um passado é reconstruído no plano ideológico e afetivo” (CARDOSO, 2012, p. 199).

Todas essas construções narrativas buscavam o status de verdade dos fatos, no tocante aos anos iniciais da ditadura, requerendo para o seu testemunho o selo de prova e, conseqüentemente, reivindicando dos leitores a fé de que sua versão é a mais confiável. O prestígio dessas memórias pode ser questionado devido à ocultação, até o presente momento, de numerosos arquivos da repressão, que poderiam confirmar ou pôr em contradição tais narrativas.

Alguns ex-militantes de esquerda atribuem uma natureza coletiva aos seus testemunhos pessoais, como fizeram diversos sobreviventes dos campos de concentração nazistas. Registrar as barbaridades dos agentes de repressão significa dar voz àqueles que não tiveram a oportunidade de contar. Por outro lado, o lembrar possui um caráter pedagógico, aprendendo com o passado para impedir que o horror ou algo parecido se repita. Os militares, por sua vez, consideram revanchista e inconveniente a insistência no debate sobre a violência da ditadura. (SCHIMIDT, 2007, p. 10)

Nos veículos de comunicação, muitos deles apoiadores de primeira hora do golpe e da ditadura que se segue até 1985, é retratada uma sociedade que sofreu com a ditadura, sendo este um período que precisamos evitar. Nessa ótica, os integrantes de

grupos de oposição são mostrados como jovens corajosos, rebeldes e altruístas, mas também ingênuos e despreparados, que sonhavam com um programa fadado ao fracasso. Eles teriam abraçado o conflito armado em sua luta pela democracia e em resposta à ausência de opções na esfera da legalidade. Contudo, alguns destes grupos não defendiam uma democracia representativa.

Outra problemática importante sobre o tema da memória da nossa última ditadura é o da abertura dos arquivos e o acesso à documentação sensível do período. Para tanto, importa lembrar que, no final do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, pressionado pelos militares, foram estabelecidos os prazos de sigilo: 10 anos para os documentos reservados, 20 para os confidenciais, 30 para os secretos e 50 para os ultrassecretos. Os documentos ultrassecretos poderiam ter o prazo de sigilo renovado por tempo indeterminado.

Com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que contava em suas fileiras com muitos ex-presos políticos, e uma figura importante na oposição ao regime militar em seus momentos finais, havia a expectativa de novos rumos para a política de memória em relação à postura do governo federal. Porém, estas expectativas foram frustradas com a não revogação do decreto que estabelecia os prazos de sigilo supracitados.

É conhecida a versão dos militares sobre a ditadura, onde julgam que conquistaram a vitória na guerra contra os grupos da esquerda revolucionária, contudo, foram derrotados na batalha pela memória histórica hegemônica referente ao período. É comum que a história escanteada seja a dos vencidos, logo, alguns setores militares observam com estranhamento e desgosto a situação inesperada em que o vencido tornou-se o protagonista da história. Se por um lado os vencedores querem esquecer, os vencidos querem evitar o esquecimento. (ROLLEMBERG, 2006, p. 1)

Com a recessão da ditadura, alguns setores da sociedade queriam resgatar a história dos anos 60, mas com cuidado, sem vingança ou justiça, assim como queriam os militares. A aprovação da anistia recíproca despertou a memória sem acordar os fantasmas do ressentimento. As forças conservadoras no Brasil sempre tiveram nas mãos o controle da transição e da abertura.

Há uma luta em torno da apropriação do passado, e a recuperação dos anos 60 e 70 sob uma perspectiva conciliadora é problemática. Parte da sociedade brasileira

mostra compreensão com a ditadura e até saudosismo com seus valores. Haverá um dia em que a sociedade brasileira analisará criticamente o que ocorreu. Quando os militares se retiraram do governo tornou-se desconfortável ponderar sobre os motivos que levaram a ditadura ser aceita tanto tempo num país que se diz democrático.

Toda representação do passado, seja esta uma ficção, um filme ou um romance, possui uma proposta. A proposta de Bernardo Kucinski, através da sua literatura memorialística, é realizar uma denúncia, uma crítica feroz, deixando de lado versões conciliadoras. Bernardo Kucinski recupera aspectos memorialísticos dos anos 70 sem a pretensão de estabelecer conformidade com qualquer setor.

A escrita da história não traz certezas absolutas sobre um evento. São narrativas construídas cientificamente, baseadas no olhar do historiador. A literatura nos permite entender os mecanismos de poder instaurados pelo golpe de 64, mostrando o que ocorreu dentro dos órgãos de repressão e discutir as motivações para o golpe. São relatos que buscam preservar uma memória social que, através de mecanismos particulares, tinha como objetivo escapar da dominação.

A memória adquire cada vez mais significado, não como lamentação e coitadismo de quem apresenta a própria história, mas como possibilidade de superar uma vivência traumática que atingiu toda a sociedade entre 1964 e 1984.

Assiste-se hoje, no Brasil e em vários países da América Latina, a um processo gradativo de conquista e devolução da palavra aos que foram perseguidos durante o período da ditadura militar. Temas como verdade, justiça e reparação ganham força, principalmente depois da criação da Comissão da Verdade, em 2012, em que se confrontam versões e diferentes memórias. (ROVAI, 2013, p.3)

Starling (2015) cita pelo menos três silêncios da ditadura que marcaram a sociedade brasileira, talvez até impedindo que a democracia se estabeleça.

Três silêncios organizam a memória do Brasil sobre os anos da ditadura militar. O silêncio sobre o apoio da sociedade brasileira e, em especial, sobre o papel dos empresários dispostos a participar na gênese da ditadura e na sustentação e financiamento de uma estrutura repressiva muito ampla que materializou, sob a forma de política de Estado, atos de tortura, assassinatos, desaparecimentos e sequestros. O silêncio sobre as práticas de violência cometidas pelo Estado contra a população e direcionadas para grupos e comunidades específicos – em particular, as violências cometidas contra camponeses e povos indígenas. O silêncio sobre os responsáveis pelo financiamento e pela construção de uma complexa estrutura de informação e repressão que deu autonomia aos torturadores; prevaleceu, em muitos casos, sobre as linhas de comando convencionais das forças armadas; utilizou do extermínio como último recurso de repressão política; alimentou a corrupção; produziu uma burocracia da violência; fez da tortura uma política de Estado. (STARLING, 2015, pg. 2)

Conforme Reis (1997), o esquecimento foi um fato importante no processo de abertura. Porém, não apenas para os militares, a sociedade desejou esquecer como forma de negação da história, para que a cumplicidade, a omissão, a cooperação – depois transformados numa suposta ignorância – pudessem ser minimizados.

As esquerdas, na política, na universidade, na vida pública, desenvolveram uma memória a partir da ideia de que os militares estabeleceram seu governo através da força, da manipulação dos meios de comunicação, da censura, das perseguições. Mas, precisamos salientar que não foram unicamente os militares que buscaram e alimentaram o esquecimento, a sociedade foi cúmplice desta dinâmica por conveniência.

A memória hegemônica sobre o regime militar não pode ser confundida com uma história oficial. Geralmente a história oficial é o resultado de uma associação entre as narrativas das elites sociais e dos demais grupos que possuem o poder político, formando um discurso homogêneo que é chancelado por uma parcela de historiadores. Contudo, a memória hegemônica sobre o regime militar vai na direção contrária, pois é uma história dominada pela oposição. A derrota em relação a história hegemônica trouxe um enorme rancor para os militares de 1964, apesar de dominarem o Estado com mãos de ferro por mais de 20 anos, foram retratados como malfeitores de um roteiro no qual se viam como heróis. (NAPOLITANO, 2020, p. 319)

De acordo com Cardoso (2011), na esfera das narrativas militares, o “povo” é que ansiava pela deposição de João Goulart. Ao atacar Goulart, enalteciam as Forças Armadas, indicando o dualismo entre povo brasileiro e comunismo. Para estes militares a derrubada do presidente não se caracteriza como golpe de Estado, mas como uma revolução. As Forças Armadas se veem como baluartes das ações da nação, legítimos representantes da vontade popular.

A narrativa que envolve a chamada “Revolução de 1964” trouxe um surpreendente volume de discursos, onde a “nação” é idealizada como um conjunto uniforme, possuindo anseios homogêneos e um único projeto de nação. O brasileiro detém uma disposição conservadora, temendo quaisquer mudanças nas normas e paradigmas. O Estado representa os desejos da nação e do povo, servindo a coletividade e, por conseguinte, situa-se acima das conveniências particulares de grupos ou de estratos sociais. (CARDOSO, 2011, p. 136)

Desse modo, salvar a democracia, combater a corrupção e erradicar a subversão forjaram a plataforma que sustentava o processo de construção da memória política da “revolução de 1964” do ponto de vista dos agentes do poder. (...) Nega-se a tomada do poder como um golpe de Estado, para caracterizá-lo como revolução. As Forças Armadas apresentam-se como sujeitos do fazer, delegados do querer popular. O “povo” desejou depor Goulart. Ao desqualificarem Goulart, qualificavam as Forças Armadas, evidenciando a oposição entre povo brasileiro e comunismo, entre ‘ordem’ e “caos”, e a existência ou não de revolução. A operação de conversão de um conteúdo no seu termo contraditório apresenta-se, no nível da manifestação, uma concepção de história estruturada em antagonismos: luta entre o “vilão” e o “herói”. Assim, mascara a existência de classes sociais e passa a ‘naturalizar’ o processo social, ocorrendo a afirmação e a negação de valores contraditórios: ordem versus caos. (CARDOSO, 2011, p. 135)

Uma versão presente em muitos relatos, passível de debate, trata-se da ideia de configurar a luta das organizações comunistas como resistência democrática. Nessa versão, as organizações revolucionárias organizam-se como uma contra-elite, que busca a conquista do poder político. Estava em andamento um plano revolucionário ousado, antes da radicalização da ditadura, em 1968, e antes mesmo da sua própria instituição, em 1964. Neste cenário os revolucionários não resistem, partem para a ofensiva. (REIS, 1997, p. 45)

Aprisionados por seus mitos, que não autorizavam recuos, insensíveis aos humores e pendores de um povo que autoritariamente julgavam representar, empolgados por um apocalipse que não existia senão em suas mentes, jogaram-se numa revolução que não vinha, e que, afinal, não veio. (REIS, 1997, p.46)

Segundo Napolitano (2020), existe uma corrente histórica de crítica a ditadura que tenta equiparar a esquerda e a direita, tendo o Brasil e a democracia como vítimas. Nesse raciocínio, as propostas de reformas progressistas eram radicais demais para o momento e levaram à crise do governo de Jango. Da mesma maneira, o extremismo dos militares e da esquerda armada lançaram o país de vez numa crise institucional, a partir de 1968. Esse posicionamento busca equiparar as responsabilidades de protagonistas que são diametralmente opostos, e que possuíam objetivos e valores diferentes.

Na falta de documentos oficiais que revelem as crueldades perpetradas, o meio mais viável de se alcançar a verdade, talvez esteja no estímulo ao depoimento dos sobreviventes, que se consolida como fonte histórica e como prova legítima. Testemunhar significa lembrar, com a finalidade de transpor o trauma. As ditaduras dificilmente conseguem preservar uma memória de heroísmo, coordenação e sacrifício, como ocorrem nas guerras, pelo contrário, existe um incentivo ao silêncio, dos mortos, dos torturados e da própria sociedade que, por ignorância, covardia ou cumplicidade não protestou. (NAPOLITANO, 2020, p 21).

O trauma dos familiares dos desaparecidos representa o lado mais perverso do regime militar. A ausência de um corpo compromete as cerimônias funerárias e prejudica o processo de luto. A ditadura, apesar de ser moralmente condenada por boa parte da sociedade, não teve seus algozes condenados no âmbito jurídico.

Aqueles que fizeram parte do Terrorismo de Estado não só permanecem impunes, como foram até homenageados. Se as estratégias de repressão da ditadura não são julgadas e punidas, como evitar que o Estado volte a utilizar dessas práticas para diluir as lutas sociais? A falta dos cadáveres das vítimas da violência da repressão significa a continuidade da impunidade e, ainda mais preocupante, de uma democracia não consolidada.

Ou seja, a política estatal de virar as costas para o passado para preocupar-se só com o futuro, não trouxe nenhum tipo de alívio para aqueles setores da sociedade que foram vítimas da ditadura e em nada contribuiu para que as novas gerações conhecessem uma experiência histórica que marcou, na carne e na consciência, parte da geração dos pais e avós. (PADRÓS, pg. 65, 2012)

A memória política é produzida pelo grupo que detém o poder, e para legitimar esse poder a memória pode ser manipulada, principalmente através do esquecimento, que anda de mãos dadas com a anistia que foi aprovada em 1979, com fortes limitações ao processo de justiça tão prementes para as vítimas.

Estudamos o caso da família Kucinski onde é possível observar um universo repleto de versões contraditórias construídas por atores sociais diversos que ocuparam poderes e extrapoderes, fora e dentro do aparelho do Estado. A intenção é repor esse caso singular no contexto mais amplo de disputas de memórias que também assombram o nosso presente, notadamente no pós-contexto eleitoral de 2022, com a vitória para o terceiro mandato do ex-presidente Lula e a avalanche de atos antidemocráticos que reivindicam intervenção militar e insistem em trazer o passado ditatorial à tona.

Os acontecimentos do 08 de janeiro de 2023 corroboram com a tese de que o avanço da extrema direita é um fenômeno global e que não será facilmente superado. Trata-se do momento mais crítico da história republicana brasileira desde a redemocratização. Na referida data, milhares de manifestantes avançaram sobre a Praça dos três Poderes em Brasília, insuficientemente protegida, invadindo os prédios do Palácio da Alvorada, do Congresso Nacional e do Superior Tribunal Federal, depredando o patrimônio público, e protagonizando cenas bárbaras e escatológicas. As justificativas para os atos terroristas seriam supostas fraudes na

eleição concluída em 30 de outubro de 2022, que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente da República, apesar de não haverem provas. Os vândalos exigiam uma intervenção militar, ignorando os pressupostos constitucionais e democráticos.

O contexto de desenvolvimento da CNV apresentou ao historiador uma nova função social. Trata-se de um contexto de acirradas disputas narrativas pela criação de uma cultura histórica selecionada através de um passado partilhado no espaço público. Existe um impedimento para a responsabilização jurídica dos agentes do Estado brasileiro que praticaram crimes contra a humanidade, um impedimento ancorado na Lei da Anistia de 1979, que posiciona a História e os historiadores como juízes morais na análise destas infrações, por meio do exame de novas documentações.

Sendo a CNV um espaço incapaz de incriminar juridicamente os autores da violência de Estado no período determinado pela comissão (1946-1988), a reparação do passado por meio da comissão fica reservada à condenação moral das violências, além de adquirir um caráter pedagógico. De acordo com Bauer (2017), os compromissos éticos do historiador diante da formulação de uma cultura histórica no espaço público dialogam com o exercício de encarar os processos de justiça de transição como espaços de restauração política e psíquica. São espaços que podem ser considerados lugares de formulação do luto, que fora impedido pelo silenciamento e pelo esquecimento imposto através da lei de Anistia.

Segundo Caroline Bauer (2017), existe uma distinção entre as compreensões de tempo dos autores de violações dos direitos humanos e das vítimas desta barbárie. A temporalidade dos carrascos se aproxima do tempo cronológico, fortalecendo a ótica de um passado sempre mais distanciado e sem retorno, onde a Lei de Anistia é constantemente evocada por militares e políticos como uma superação temporal destes traumas, trata-se de uma temporalidade dos vencedores. A temporalidade das vítimas é um passado não superado, não havendo distinção entre o presente e passado, se configurando numa continuidade dos mesmos traumas, ou seja, a temporalidade dos derrotados e flagelados.

Ainda existe no Brasil uma narrativa onde os Direitos Humanos são os direitos dos bandidos. Essa ideia perdura há bastante tempo, e se disseminou, apesar de a segurança ser um dos primeiros fundamentos dos Direitos Humanos. De fato, a segurança pública é bastante deficitária e constantemente tem sua fragilidade exposta, mas ocorre um perigoso desvirtuamento do espírito das normas que protegem a

dignidade de todos os seres humanos, ao se defender que Direitos Humanos são direitos dos criminosos em desfavor do bom cidadão. Foi estabelecido um conflito ideológico, onde as esquerdas são o campo político defensor dos direitos básicos dos indivíduos. Precisamos salientar que esta luta foi fomentada pelo sensacionalismo e pela irresponsabilidade de alguns veículos de comunicação.

O papel social do historiador parte da importância da preservação, mas também da permanente recuperação do passado a partir de novas fontes, novos indícios ou reflexões. Ou seja, parte da função está em ponderar sobre o passado e dar um significado para ele, um sentido que seja coletivo, mas que considere os traumas, conservando o devido espaço às vítimas, aos sofrimentos, aos silêncios. O historiador também precisa buscar compreender, analisar, e não apenas descrever, e através dessa análise crítica o entendimento sobre o passado se aprimora.

## **2.9 A literatura enquanto instrumento de memória (auto) biográfica.**

O que pretendemos aqui é contribuir com a discussão, ainda que de forma humilde, relativa às possibilidades do historiador trabalhar com produções memorialísticas construídas através de narrativas ficcionais. A literatura, apesar de ainda ser posta de lado pela ortodoxia disciplinar nos traz novas perspectivas de pesquisa e interpretação, guardados os devidos cuidados. Dentro do gênero literário, existem ficções que nos trazem aspectos característicos das biografias e autobiografias. Estas produções funcionam como ferramentas de conservação de memórias, com o intuito de evitar o esquecimento, além de trazerem novas perspectivas para o trabalho do historiador.

O renovado interesse por trabalhos biográficos ultrapassa a simples lógica comercial ou a atração que algumas figuras eminentes parecem exercer. O terreno da escrita biográfica é uma esfera rica de experimentação para o historiador, posto em meio ao conflito entre o aspecto científico e o aspecto literário desta categoria. Quando criam biografias, os historiadores precisam atentar para as armadilhas de padronizar seus personagens e de levar o leitor a pensar que está sendo apresentado a uma trajetória determinada por constâncias, continuidades e recorrências. A narrativa biográfica é uma categoria de escrita da história marcada pelas subjetividades, sentimentos, pontos de vista.

Segundo Levillain (2003), a renovação da biografia faz parte da nova história política<sup>20</sup>. A biografia renovada surge como método ideal para estudo das experiências particulares de atores mais modestos. Ao evidenciar o sujeito e integrá-lo às outras ciências, tais como psicologia, psicanálise, biologia, sociologia e história, essa nova maneira de construir uma biografia parte da relevância de cada sujeito e como este reage e inspira as circunstâncias que faz parte. A biografia seria a melhor maneira de realçar as conexões entre passado e presente, indivíduo e sociedade.

A chamada biografia renovada procura dar destaque às histórias de “contemporâneos vivos”. Busca também ressaltar os estudos sobre indivíduos que viveram a história, mas não são obrigatoriamente personalidades de destaque e, por essa razão, são tidas como fontes mais ricas. Essa espécie de biografia pode também evidenciar permanências e rupturas, destacando as mazelas sociais por meio de uma vida real.

Sobre os usos do biográfico, o primeiro movimento é superar a dicotomia indivíduo versus sociedade. Levi (1996) designa tal oposição como “absurdo científico” e direciona o debate para regiões mais proveitosas: as conexões entre história e narrativa – onde a biografia surge como condutora através da qual as dúvidas e métodos específicos da literatura são estendidos à historiografia; os períodos históricos em que os choques entre indivíduo e instituições tiveram destaque; a crise dos modelos científicos no século XX.

Muitos historiadores e jornalistas demonstram de que o fato de se priorizar a análise de uma trajetória de vida não significa o impedimento de debater o contexto social do qual o indivíduo faz parte. Essa premissa deixa explícito que o contraponto entre singular e coletivo não se sustenta. Segundo Giovanni Levi (1996), a biografia necessita de uma redução na sua escala de análise, mas isso não quer dizer que teremos discordância entre a história do indivíduo e a história da sociedade. Trata-se de fomentar um gênero que abarca, em primeiro lugar, o interesse do historiador pelo personagem, e

---

<sup>20</sup> Nas últimas décadas, tanto no Brasil como no âmbito da historiografia internacional, tem aumentado bastante a disposição em se debater os conceitos, paradigmas e metodologias da História Política. Numa contemporaneidade onde fica evidente a diversidade de poderes que abarcam a vida social e individual, a História Política mostrou-se renovada neste reordenamento de modalidades históricas. Por outro lado, não se trata de uma tendência historiográfica que retorna à sua melhor forma depois de seus anos de ocaso, trata-se de um desenvolvimento coerente e basilar da Historiografia e de sua inclusão no contexto da história moderna. (BARROS, 2008, p.2)

por sua trajetória, que merece um estudo e pesquisa mais aprofundado, por descortinar aspectos ainda não citados pela historiografia orientada para o macro, ou por admitir o vislumbre do conflito entre indivíduo e sociedade.

Biografismo são as expressões narrativas que abarcam a seleção, descrição e análise da trajetória de um indivíduo através de enfoques e metodologias que possibilitam sua inserção através do romance histórico, das narrativas pessoais e das biografias. Nos casos em que o narrador e o personagem são um só sujeito, temos a caracterização da autobiografia, chamada pelos historiadores de ego-história, rompendo com a dicotomia que qualifica os gêneros ficcionais. (SILVA, 2012, p. 40-42)

Partindo do cenário da escrita de si, enquanto uma ferramenta de confissão, Wilton Silva (2012) caracteriza as expressões em que narrador e personagem são a mesma figura, na direção de verificar suas colaborações na análise do biografismo, mas uma delas nos interessa especificamente. Inserida na literatura, a autobiografia, íntima da ficção e da história, possibilita a busca do conhecimento a partir de episódios da vida individual e, apesar de se utilizar da narrativa literária para tal, podemos falar em imaginação, mas não em falsificação.

Loriga (2011) discute o indivíduo e de que maneira existe importância no debate sobre suas contribuições pessoais acerca da História. O título da obra, *O pequeno x: da biografia à história*, evidencia o foco nos indivíduos, seus itinerários e decisões, daí surgem diversas interrogativas relacionadas à agência individual no curso da história. A importância atribuída ao gênero biográfico no século XVIII estava direcionada aos santos, aos reis, e estratos mais populares, aos poetas, militares ou infratores, porém nessas pesquisas a finalidade era assimilar e até mesmo exaltar os indivíduos pelos indivíduos, sem o objetivo de discutir a sociedade em que estavam. No século XIX, seguido do processo de solidificação da História enquanto disciplina, os debates e contrastes emergem, gerando distinções marcantes entre as áreas. Os limites da imaginação também precisam ser discutidos, partindo do princípio que o historiador, o biógrafo e o literato se fazem uso desse instrumento, de diferentes formas, trazendo a prerrogativa de imaginar o passado para produzir uma narrativa inteligível ao leitor, unindo um conjunto de fontes e dados. O biógrafo, assim como o historiador, tem delimitações para suas construções imaginárias, uma dessas balizas é o entendimento do tempo e do espaço para não incorrer em anacronismos. Não é viável delimitar a vida e o

comportamento de um sujeito em sua totalidade, mas sim das identidades que podemos acessar.

A partir dos anos 70 e 80 do século passado, assistimos ao fim da rejeição à biografia histórica. Finalmente, o indivíduo encontrava a história. O enfraquecimento das análises marxistas e deterministas que imobilizaram por décadas a produção historiográfica, possibilitou oferecer espaço aos atores e suas particularidades novamente. Ocorreu uma significativa mudança de paradigmas. O discurso historiográfico se detinha no interesse pelas estruturas, para centrar suas análises sobre os sujeitos, suas paixões, tendências e influências que pesavam sobre seus atos. O indivíduo e suas escolhas estavam situados em sua dinâmica com o ambiente social ou psicológico. O historiador deveria mirar naquilo que os condicionava a reconstruir um mundo perdido e remoto. Esta história, “vista de baixo”, ignorava a história dos grandes homens, de acordo com o que se fazia no século XIX. (PRIORE, 2018, p. 77-78)

Ocorreram diversas mudanças no âmbito da historiografia no decorrer do século XX que culminaram, nos anos 1990, com uma quebra de paradigmas decorrente da perda de prestígio do marxismo - decorrentes do fim da União Soviética – que esteve no centro dos debates no decorrer do referido século, inclusive na escola dos Annales. Por outro lado, a ausência de Karl Marx no interior dos debates, priva os cientistas sociais de um grande referencial conceitual. A expansão do campo historiográfico pede uma reflexão sobre os objetos a serem estudados e sobre o ofício do historiador. (D’ALESSIO, 2001)

Segundo Saliba (1992), o marxismo tem deixado de ser o referencial teórico primordial da historiografia brasileira nas últimas décadas. Por outro lado, a historiografia brasileira abraçou um redimensionamento do “cultural”. Aqui a cultura é entendida num sentido composto pelo simbólico, ligado a uma totalidade histórica que o marxismo ortodoxo descartava. Temos então um retorno ao cultural que representa um destaque do simbólico e do imaginário, que significa o regresso à flexibilidade do sujeito.

O método biográfico atravessa um debate teórico complexo que é direcionado pela Nova História Política. Para Rémond (2003), o núcleo da renovação da História Política está nos seus diálogos com a ciência política. A Nova História Política, ao se preocupar com o estudo da integração na vida política, engloba todos os atores, mesmo

os mais despretensiosos, perdendo assim sua disposição elitista e individualista, e indicando as massas como seu propósito.

Nas últimas décadas, tanto no Brasil como nas esferas da historiografia internacional, houve um aumento da disposição em se debater os conceitos, paradigmas e metodologias da História Política. Numa contemporaneidade onde fica evidente a diversidade de poderes de todos os gêneros que abarcam a vida social e individual, a História Política mostrou-se renovada neste reordenamento de modalidades históricas. Por outro lado, não se trata de uma tendência historiográfica que retorna à sua melhor forma depois de seus anos de ocaso, trata-se de um desenvolvimento coerente e basililar da Historiografia e de sua inclusão no contexto da história moderna.

De acordo com Barros (2008), muitas vezes a discussão envolvendo a teoria e práxis da História Política vem acompanhada de um outro conceito, resumido em apenas uma palavra, mas que exerce função central em relação a diversas perspectivas históricas que se acomodam sobre esta categoria. A palavra “poder” orienta os percursos da História Política da mesma forma que a palavra “cultura” orienta os percursos da História Cultural.

“Poder” não é apenas aquele que, na visão dos historiadores e intelectuais políticos do século XIX provém do Estado e suas Instituições, nem seria somente o poder que era operado essencialmente pelas figuras que ocupavam espaço destacado nas esferas governamentais, institucionais e militares de diversas nações. “Poder”, a partir de uma nova perspectiva que se estabeleceu gradativamente, é aquilo que praticamos também na nossa vida costumeira, uns em relação aos outros, logo, “Poder” é o que desempenhamos na forma de palavras ou de imagens.

Segundo Barros (2008), os objetos da História Política são aqueles que se apresentam diretamente relacionados à ideia de “poder”, e não mais unicamente da ótica da centralidade estatal ou da arbitrariedade dos grupos dominantes de uma coletividade. Conseqüentemente, ainda teremos aquelas perspectivas tradicionais da História Política que, embora tenham sido colocadas de lado pela historiografia a partir dos anos 1930, começaram a ressurgir nas últimas décadas do século XX assumindo novos significados. Os conflitos, a Diplomacia, as Instituições, ou ainda os itinerários políticos dos personagens que preencheram espaços importantes na estruturação do poder, começam a retornar a partir do final século XX com uma nova abordagem.

Se analisarmos a memória partindo do seu papel de representar o passado, precisamos pensar de que maneira ela o faz. Segundo Ricoeur (2007), a memória pode ter uma face ativa, sendo percebida como uma prática, que se dá quando objetivamos evocar algo do passado. Se examinada socialmente, existe a chance de tanto a memória como o esquecimento, sejam manipulados por diferentes sujeitos, inclusive as classes dominantes.

Os estudos da memória promovem transformações historiográficas que nos remetem a algumas reflexões. Os historiadores voltam suas atenções para a memória porque os estudos de memória suprem uma necessidade de estudos de identidades e narrativas ameaçadas. Grandes rupturas na sociedade originam vácuos temporais que as lembranças preenchem.

A “memória” é uma concepção que já foi dissecada por diversos autores, com diferentes orientações e referenciais. A memória é uma habilidade humana que pode ser interpretada como a capacidade de preservar determinadas informações. Nos interessamos por uma abordagem que enxerga a memória como fenômeno social, de representação tanto individual quanto coletiva. A memória desempenha grande influência sobre a história (da sociedade e dos sujeitos), a política, a linguagem, a cultura.

Os trabalhos atuais sobre memória rompem com a memória oficial. A emergência da memória dos marginalizados afasta a ideia de unidade presente no conceito de identidade nacional, questionando o poder estabelecido. A atenção à memória revela a busca por uma identidade ameaçada. Hoje, identidade também possui significado político, não uniformizando, mas diferenciando. D’Alessio (1998) ressalta a necessidade de preservação do passado, onde as identidades são construídas. Identidade, além de auto-reconhecimento, também é proteção, fruto de lugares familiares que protegem o eu. A identidade decorre do auto-reconhecimento possibilitado pelo espaço. Nas lembranças, o espaço localiza o tempo. Quando o espaço se altera, é gerada uma angústia sobre a identidade que o sujeito sente pertencimento. Quando ocorre perda ou confusão, de momentos e lugares, as lembranças se rompem. O espaço físico faz referência concreta e material ao passado.

De acordo com Duvignaud (1990), memória histórica pressupõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente, enquanto a memória coletiva é aquela que recompõe magicamente o passado. A memória histórica se conecta à produção do

conhecimento histórico, aproximando memória e historiografia. Nos momentos de rupturas, as atenções se voltam para a memória, que é uma ponte entre o passado e o presente, além de estratégia de sobrevivência emocional. Apesar da matéria-prima em comum, memória e história precisam ser diferenciados.

Ainda sobre o debate envolvendo história e memória, e os limites entre ambas, Maurice Halbwachs, autor do conceito de “memória coletiva”, tem importante participação nessa discussão. Halbwachs separa a história escrita da história vivida, sendo que esta última é ligada à memória coletiva. A história escrita possui uma estrutura mais rígida, ela se atém à sucessão de datas e fatos, enquanto a memória não se trata de um quadro construído artificialmente. Em suma, a história escrita começa onde a memória acaba, e a memória conhece seu fim quando o grupo que a estimulou desaparece, precisando fixar suas lembranças por escrito.

Memória coletiva ou memória social não se confundem com a história. A memória é um processo vivido, conduzido por grupos vivos e em evolução permanente. A história é registro, crítica, reflexão, transformação. Situações vividas só se transformam em memórias relevantes se aquele que se recorda se sentir afetivamente ligado ao grupo ao qual pertence.

Para diferenciar memória coletiva e memória histórica, Nora (1984) defende que a memória histórica possui um compromisso com a veracidade dos fatos, enquanto a memória coletiva relembra sem os mesmos critérios, recompondo magicamente o passado.

A imersão no instante corrói as formas herdadas da memória, mas esta memória é uma recriação contínua, muito mais flexível. Existem silêncios na memória coletiva, numa sociedade que enfatiza a importância dos conhecimentos científicos e tecnológicos, o esquecimento deleta um passado considerado inconveniente.

A conexão que se constitui entre identidade e memória coletiva se estabelece também no âmbito da ideologia. Essa ideologia é construída geralmente pelo grupo dominante, que também é o narrador da história da coletividade, que pode ser assimilada por um povo, porém manipulada com o intuito de autenticar a manutenção do poder.

História e memória tem como característica comum, além do fato de se conectarem no cotidiano, possuem duplo significado. A história, para além da

construção intelectual sobre a mesma, também significa a experiência da humanidade. A memória representa registro e armazenamento, mas também a reminiscência daquilo que foi guardado. (LE GOFF, 1990)

É necessário colocar, em primeiro lugar, as memórias coletivas, que se constituem em instrumento de poder e de desejo, manipulado ora pelo esquecimento, ora pelo silêncio:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, pg. 426)

A memória nacional é a forma mais integral de memória coletiva, mas essa memória coletiva possui um caráter problemático. As memórias subterrâneas dos excluídos, dos marginalizados e das minorias não fazem parte da “memória oficial” ou da “história oficial”, o que acarreta uma revisão crítica do passado. Em face ao trauma, o silêncio se impõe. Uma das motivações para a estreia de Bernardo Kucinski na ficção ocorrer quando este já tinha 74 anos, está na preservação da sua memória.

A essas razões políticas do silêncio acrescentam-se aquelas pessoais, que consistem em querer poupar os filhos de crescer na lembrança das feridas dos pais. Quarenta anos depois convergem razões políticas e familiares que concorrem para romper esse silêncio: no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento. (POLLAK, 1989, pg. 6-7)

Segundo Halbwachs (1990), na memória coletiva o passado é constantemente reconstruído ao passo em que é ressignificado. Dessa forma, podemos interpretar a memória coletiva como uma forma de história em constante mudança, uma história viva e que corre os riscos de pender para o revisionismo, apesar de não exigirmos da memória os mesmos predicados que a história enquanto ciência. A memória coletiva faz parte da tradição e tem a capacidade de converter o passado e o presente num horizonte contínuo, ou seja, sem rupturas, deixando de lado os traumas para remediar as feridas históricas.

O “revisionismo” é compreendido como uma forma de retomar o passado tendo em vista as disputas políticas e ideológicas do presente, eventualmente contestando a imputação por crimes ou eventos históricos, mas também reduzindo sua relevância ou as responsabilidades do Estado e da sociedade. O termo revisionismo ganhou, especialmente no decorrer do século XX, diferentes significados: ora adaptado de forma

positiva, ora negativamente; ora servindo a acaloradas disputas políticas e ideológicas, ora capturado por atritos acadêmicos. (ROLLEMBERG; CORDEIRO, 2021, p. 60)

Quando rememoramos um evento, acessamos a nossa memória. Ao fazermos este exercício, involuntariamente pressupomos que aquilo que rememoramos está inserida em nossa memória individual, de nossa propriedade. Por outro lado, vale ressaltar que as lembranças de um sujeito dizem respeito às vivências que partilhamos com outras pessoas, em ambientes diversos. Todo indivíduo é resultado das suas relações sociais; assim como nossa memória individual é resultado dos padrões a que temos acesso e contribuem para nossa construção identitária.

Quando uma memória individual está relacionada a uma comunidade, ou grupo, essa lembrança se transforma em patrimônio desse grupo. As informações mais importantes dessas memórias são transmitidas, de modo a se constituírem na história oral de uma sociedade. Essa memória coletiva pode fantasiar o passado, mas estará ligada a um evento específico, que terá o maior destaque na narrativa. Os demais eventos relacionados a este acontecimento podem cair no esquecimento, ou passarem por modificações.

A memória enquanto função social é apresentada por Bosi (1994) como uma ligação com outra época, com a consciência de ter vivido inúmeros obstáculos e vitórias, que trazem para uma pessoa mais velha a chance de externar suas competências. O que cria o sentimento de pertencimento, onde sua vida é novamente valorizada, quando existem ouvidos atentos às suas lembranças. Os idosos são uma parcela importante da sociedade, porém marginalizados pelo capitalismo e muitas vezes impedidos de continuar exercendo suas funções sociais. Os idosos, apesar de não serem mais, teoricamente, os grandes protagonistas do presente do seu grupo social, possuem uma nova função social: lembrar e narrar para os mais jovens as suas experiências. Na velhice, as pessoas se transformam na memória da sociedade.

Segundo Rousso (2006), há pelo menos duas décadas, a memória é considerada um campo de estudos específico, quase um novo método historiográfico. A memória é uma reorganização psíquica e intelectual que dá origem à representações específicas do passado. Um passado que não é construído individualmente, mas dentro de contextos sociais. É um elemento formador de identidades.

O desejo pela subjetividade na investigação e exposição da história traz sensibilidade para a trama histórica que é modificada pela memória. Por outro lado, a intervenção da memória na historiografia relativiza as totalidades, resultando num impasse metodológico.

Um testemunho obtido ou um documento preservado deixam de ser apenas vestígios do passado e se transformam em “fontes históricas” quando um indivíduo pretende tomá-lo como tal. Toda fonte é uma fonte “criada”, da mesma maneira que o “indivíduo histórico” é uma invenção idealizada. A “narrativa histórica” tem início com a definição de uma estrutura compreensível que objetiva uma investigação precisa, e não a reconstituição de um passado em sua verdade totalizante. O que não quer dizer que o vestígio não compreenda uma verdade inerente, ou que o real seria inalcançável. (ROUSSO, 1996)

Segundo Heymann (2008), o tratamento do documento como fonte enseja cuidados, assim como outros tipos de fontes, não partindo da premissa de sua imparcialidade. No decorrer da segunda metade do século XX, a amplificação da esfera documental, decorrente do crescimento do fluxo das informações e de sua velocidade, assim como da difusão de uma cultura memorialística, deram nova configuração ao debate envolvendo história e memória. A esse binômio é preciso adicionar o conceito de identidade, além de empregarmos os três termos no plural. A difusão de memórias faz parte de um processo maior e complexo, onde os debates memoriais estão no centro das lutas por afirmação identitária e por direitos.

Debater a temática da “história de vida” é partir do princípio que a vida é uma história e que uma vida representa o somatório de episódios de uma existência individual entendida como uma história e a sua narração. A história encontrou na Literatura uma importante interlocutora. A historiografia testemunhou nos últimos anos um interessante diálogo com a Literatura onde a biografia foi um dos seus parceiros preferidos. Os escritores ficcionais tem a possibilidade de chamar a atenção dos historiadores para demandas teóricas e metodológicas que podem acidentalmente serem postas de lado.

Entre a biografia e a História existe um latifúndio de insegurança diante questão da veracidade da narrativa, além de que a primeira se limitava ao estudo dos acontecimentos e decisões de trajetórias individuais, enquanto a segunda buscava o relato dos fatos que envolvem o coletivo.

O biógrafo, enquanto um observador teoricamente imparcial, oferta aos leitores a certeza de terem acesso a uma construção verídica, desprovida de paixões. Pierre Bourdieu (1986) chegou à conclusão de que tal premissa se tratava de uma ilusão, ou melhor, uma dupla ilusão porque pressupõe que uma existência pode ser resumida numa lógica e que existe um contraste entre o indivíduo e a sociedade.

A narrativa autobiográfica é orientada pelo cuidado em dar sentido retrospectivo, determinando relações coerentes, constituídas como etapas de um desenvolvimento essencial. Esse desejo de ser o ideólogo da própria vida, encontra a parceria natural do biógrafo, que por suas tendências enquanto profissional da interpretação tende a acolher essa constituição artificial de sentido.

O passado está sempre em discussão e em disputa. A memória e a história remetem ao passado, mas com origens e finalidades diferentes, além de desconfiarem uma da outra. Sarlo (2007) mostra que o uso do testemunho como meio de se alcançar a verdade ou de se reconstruir o passado, é possível. A autora discute a confiança que se estabelece com o testemunho em primeira pessoa, mas ressalta que existem limitações. Foi o testemunho que trouxe possibilidade de se alcançar a justiça, no caso da Ditadura Militar Argentina. O Terrorismo de Estado foi condenado, com o intuito de que a barbárie não se repita. O testemunho foi usado como instrumento jurídico, resultando em condenações para os criminosos, pois a justiça é fundamental numa transição com sucesso para a democracia.

Segundo Sarlo (2007), a memória tem interesse em restaurar o passado e o presente, porém é natural desconfiarmos da ideia de verdade e autenticidade absolutas. No caso das memórias do período da ditadura, essa desconfiança é retirada por motivos jurídicos e morais, com o objetivo de nos aproximarmos do julgamento dos criminosos. A literatura não dilui todos os problemas deste debate, mas ao narrar sua história, o escritor ou a testemunha demonstram que podem ter o controle de suas angústias passadas, e não apenas senti-las. A procura pelas limitações da narrativa de testemunho não se trata de desconfiança, mas Sarlo chama a atenção para o fato de que essas construções são uma versão dos fatos. Seu objetivo não é retirar do testemunho sua importância histórica, mas ressaltar que os discursos podem ser tornar mitos, se desprovidas de objetividade e sustentação.

Sarlo (2007) analisa os motivos que levaram à confiança que se dá ao testemunho como peça fundamental para reconstituição do passado. O testemunho teve

grande importância na condenação do Terrorismo de Estado na Argentina, onde a memória se tornou um dever, que não se confunde com obrigação. Os referidos testemunhos, graças às conjunturas a que se referiam, interromperam qualquer desconfiança ou crítica. Não haviam suspeitas por razões diversas: jurídicas, devido à necessidade de serem utilizados como provas das barbaridades cometidas pelo governo de então; políticas, sendo evidência do que representa a suspensão da democracia; e morais, na medida em que dá aos indivíduos a chance de se manifestarem, além de possibilitar à sociedade saber o que houve.

O perdão rompe a dívida, mas não a ignora, é um esquecimento da dívida, não do ocorrido. O perdão não é uma obrigação, é complexo enquanto gesto que quebra o âmbito da cólera e da revanche. Por isso, o perdão é plausível, mas problemático. O “perdão” a essas violações deve acontecer, segundo Ricoeur (2007), somente se houver a chance de reparação do passado e a impossibilidade de sua repetição.

As questões levantadas mostram a dificuldade em se conceituar e aproximar memória e história-conhecimento. Vale ressaltar que a memória pode se transformar num elemento disputado no interior das lutas políticas do presente, logo, a memória é uma ferramenta de poder, mas que pode ter outras formas de expressão.

Medeiros da Silva (2008) mostra que a memória não pode esperar dentro das emergências contemporâneas contra a prática social do esquecimento, que esteve presente em diversos momentos da história brasileira. A verdade é impossível e ilusória, seja a fonte um romance ou um documento, a interpretação está presente.

A memória faz parte da base sobre a qual a sociedade reconhece ou transforma seus valores. O poder sobre o passado significa a administração do futuro, mas também significa a gestão presente. A memória dos anos de repressão foi construída entre o esquecimento, o silêncio e o trauma.

Longe da simplificação de tentar aproximar e nivelar história e literatura, o que pretendemos é utilizar a última como ferramenta de estudo do passado, enquanto receptáculo de memórias que precisam ser gravadas para a posteridade, para que não se percam com a morte dos seus portadores. Estas memórias podem ser divulgadas ao grande público, com o intuito de evitar que um passado traumático se repita, além de contribuir para o debate de temáticas sensíveis para a sociedade, mas cujo debate é urgente.

Segundo Eurídice Figueiredo (2017), a ficção produzida no Brasil nos últimos 50 anos mostra uma grande problemática crítico-metodológica, em torno da complexidade que envolve um estudo mais aprofundado de cada obra. Existe um recorte que vem ganhando destaque, a literatura sobre os anos da Ditadura Civil-Militar. Contudo, não se trata de realizar um recenseamento das obras publicadas sobre o tema, mas destacar a reconstrução da experiência traumática da ditadura e a continuidade dessa memória na coletividade. Figueiredo concebe o conjunto de narrativas ficcionais e não ficcionais publicados a partir 1964 como registros significativos, capazes de esmiuçar não somente as cicatrizes, mas também as sequelas das torturas, assassinatos e desaparecimentos na rotina e na memória de muitos de brasileiros. Essa onda ao mesmo tempo natural e política da literatura emerge na contracorrente da lentidão do Estado brasileiro, que desaprova a revisão da lei da anistia e a condenação dos responsáveis por crimes contra a humanidade.

No Brasil, tivemos dois momentos de grande produção memorialística, abordando os anos de ditadura. A primeira fase, aconteceu durante o final dos anos de 1970, com o início do processo de abertura política executado pelo presidente João Baptista Figueiredo. O segundo período se refere a meados da década passada, quando tivemos as comemorações dos 50 anos do golpe por parte de alguns grupos. Por outro lado, também tivemos políticas direcionadas ao reconhecimento pelo Estado dos seus crimes, representadas principalmente pelos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

As produções literárias que tem como pano de fundo a ditadura não se caracterizam por apresentar heróis corajosos e vilões perversos, mas por mostrar os erros cometidos pelas organizações políticas de esquerda, principalmente aquelas que propunham a luta armada. Estamos falando de grupos com orçamento limitado, sediados em locais improvisados, ou seja, sem infraestrutura. A tortura era de conhecimento público, e utilizada indiscriminadamente. As ações armadas dos grupos de oposição fortaleceram a ditadura, dando-lhe a justificativa para aumentar a repressão e iniciar uma política de extermínio a partir do AI-5.

Os romances também mostram que estas organizações não prepararam rotas de fuga suficientes para seus participantes, e esse despreparo significou a morte de centenas de pessoas. O que defendemos é que, diante da percepção do desaparecimento

e assassinato dos seus integrantes, os dirigentes dessas organizações deveriam iniciar um recuo, que poderia significar o exílio, mas que pouparia muitas vidas.

Segundo Napolitano (2020), a literatura que retrata o regime militar não busca retratar a realidade à perfeição. A ficção nos possibilita refletir, com o auxílio da memória, para nos ajudar a entender a complexidade da sociedade naquele momento político. Golpes de Estado e ditaduras são traumáticos para a história de um país. Os vencedores dessa marcha tentam controlar e construir uma história que legitime seus atos. O regime militar precisou justificar a ruptura com a democracia, com os direitos humanos e procurar no passado referenciais a serem seguidos, que preservem valores supostamente conservadores, além das hierarquias, contudo, destruindo as instituições e eliminando aqueles que são considerados uma ameaça à manutenção de uma aparente ordem.

De acordo com Cardoso (1994), temos assistido, nas últimas décadas, a multiplicação de memórias e testemunhos de militares e militantes de oposição, que são manifestações das contradições sobre o conturbado período do regime de exceção. Estas construções memorialísticas relacionam-se com a selvageria característica da época, produzindo diferentes leituras e interpretações que quase sempre se destacam no mercado editorial.

Com o início do “processo de abertura” capitaneado pelos militares, as produções memorialísticas sobre o regime se destacaram ao apresentar perspectivas heterogêneas. A memória pode ser manipulada a partir das disputas de poder ou dos interesses de classes. Essas obras não são apenas reflexo da vivência coletiva dos seus protagonistas, são ferramentas de modificação da atualidade brasileira. O aquecimento do mercado editorial a partir do final da década de 70 ocorre devido ao aumento da procura por obras com uma proposta memorialística, tornado o mercado bastante atraente.

Segundo Franco (1998), a importância da literatura de resistência está na narração detalhada e na denúncia dos aparelhos de repressão. O romance faz parte da luta contra o esquecimento, da luta para resgatar a memória, que a história oficial escanteou através da censura. A memória revive aquilo que poderia ter sido e salva os mortos do esquecimento, apesar da impunidade. Não podemos, porém, crer na superioridade do romance sobre a História.

É importante apresentar o conceito de Literatura de Testemunho, concepção que se distancia da ideia convencional ligada ao fato de se ressaltar a figura do narrador como ser textual, ou entidade fictícia responsável por trazer informações de sua própria trajetória, ou seja, alguém de aptidão testemunhal. Em contrapartida, o conceito mais contemporâneo se vincula à obra que exhibe uma seleção de textos de diversas origens e os associa, criando uma composição na qual todos eles dialogam entre si com o objetivo de oferecer suporte a uma narrativa maior, cujas lacunas serão completadas por um material ficcional possível de reformular a realidade de referência:

O testemunho, como ficção de uma narrativa real, usa a linguagem como traço de uma falta, de uma ausência, de um rastro. Esse gênero literário desconstrói a historiografia tradicional tal qual a conhecemos e insere elementos antes utilizados apenas na ficção. O testemunho é, ao mesmo tempo, uma necessidade e uma impossibilidade, pois a língua não dá conta de reproduzir os horrores passados; a literalidade é utópica, há um excesso de realidade e, por isso, a ficção torna-se essencial para que se possa, de alguma maneira, falar e se fazer ouvir. (FRIEDMAN; BASTAZIN, 2016, p. 10)

O trabalho de lembrar a catástrofe, de narrar o âmago dos episódios, nutre no narrador a fé de que sua obra seja uma forma de denunciar os algozes pela selvageria praticada, com o objetivo de impedir ou dificultar a chance de recalque, ou seja, que a barbárie se repita. (FRANCO, 2003)

Segundo Seligmann-Silva (2008), existe a necessidade incondicional do testemunho, por se tratar de uma condição de sobrevivência. Trata-se de uma atividade elementar, no sentido de que dela depende a existência do sobrevivente/testemunha. A narrativa tem como um dos seus desafios construir uma ponte com “os outros”, quebrando os muros que separam a barbárie da sociedade. A narrativa seria a ferramenta que poderia contribuir para a destruição desta barreira.

O sobrevivente vive o sentimento contraditório da culpa da sobrevivência. O trauma é reconhecido como uma memória de um passado que não é superado. A linearidade da narrativa, sua recorrência, a construção de metáforas, são fatores que operam no sentido de trazer uma nova dimensão aos fatos outrora ocultados. Alcançar esta nova dimensão significa conseguir superar a condição de sobrevivente para renascer.

A imaginação, por seu turno, apresenta-se como uma forma de enfrentar a crise do testemunho, que possui algumas origens: a dificuldade de se testemunhar, o impedimento de se imaginar o espaço onde ocorreu o trauma, o componente inverossímil daquela realidade ao lado da indiscutível necessidade de se testemunhar. A

imaginação é convocada como ferramenta possível de socorrer o simbólico, no intuito de enfrentar o abismo que envolve o trauma. O trauma encontra na imaginação um meio para sua narração. A literatura também é convocada diante do trauma para oferecer-lhe seus serviços. (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 70)

Não obstante, é devido à imaginação que muitas recriminações são feitas contra o testemunho. A literatura possui um compromisso com a imaginação, conseqüentemente, a própria narrativa testemunhal é deixada de lado por muitos historiadores. Há um atrito que acompanha a historiografia desde seu princípio, em sua contenda contra a escrita rotulada imaginativa. Contudo, podemos ver nesta colaboração entre testemunho e imaginação a chance de se revisar tanto a literatura como o testemunho. Ocorre um exame da ideia de literatura, porque da perspectiva do testemunho ela passa a ser vista como inseparável da vida, ou seja, possuindo um comprometimento com o real.

Aquele que testemunha um acontecimento incomum, muitas vezes também se torna uma figura de destaque. Muitas sociedades valorizam os sobreviventes, afinal, eles são portadores de verdades e são porta-vozes delas. Partimos do princípio de que o testemunho é uma categoria da memória. Se as produções sobre o testemunho avançaram nos últimos anos é porque ocorreu neste período uma guinada no âmbito das ciências humanas, onde a memória passou a receber visibilidade. Neste período a historiografia foi influenciada pelos discursos da memória, através de trabalhos que utilizam mecanismos da história oral ou que nos possibilitam trabalhar com as imagens. A historiografia positivista tradicional é contrária às imagens, suspeita delas assim como subestima a imaginação. Já a memória sempre foi vista como um combinado de oralidade e imagens.

Testemunhar é uma ação que combina a resistência e a denúncia, pois, ao rememorar o passado, o familiar resiste a ele e o expõe; além de denunciar as arbitrariedades contra si e contra seu ente vitimado. Quando os movimentos criados por familiares de desaparecidos políticos descrevem um acontecimento, eles objetivam denunciar os culpados, conquistar aliados e, principalmente, fixar a veracidade do trauma e da violência sofrida. Ao narrar os fatos, fixando-os em palavras, criamos a possibilidade de reparação do estrago e da composição da memória e do recordar, para que o discurso não permaneça no âmbito do privado, contribuindo para o silêncio sobre a ditadura. (FUSTINONI; CANIATOI, 2019, p. 6)

A reabilitação psíquica é possível através do testemunho, porque proporciona a construção da memória. A atitude de testemunhar uma ocorrência traumática retira as experiências da esfera do medo e da humilhação, deslocando o acontecimento do âmbito do horror, do indizível, possibilitando a suspensão dos seus efeitos e sequelas. Contudo, isso só é possível com a presença de um ouvinte, num encontro entre narrador e receptor que viabiliza a construção de sentidos e memória.

Segundo Eco (1994) existem dois tipos de leitores, o leitor empírico e o leitor modelo. O leitor empírico é aquele que realiza uma leitura específica e pessoal de uma obra, o leitor modelo é aquele que o texto/autor pressupõe como seu leitor ideal. O leitor-empírico de Eco faz da leitura uma experiência totalmente particular: sente-se coautor do texto, buscando formas de se identificar com ele. Porém, interpreta a obra de forma equivocada, levando-se em conta que o autor tinha um outro tipo de leitor em mente, que é o leitor-modelo, aquele que assimila um texto sem estabelecer ligações pessoais, comprando a ideia do texto e colaborando com os objetivos deste. O leitor-empírico faz do bosque o seu próprio jardim, o leitor-modelo, por sua vez, segue o acordo de ler o texto conforme a intenção do autor-modelo.

O leitor é item essencial da própria narrativa. Uma narrativa de ficção é rápida e precisa lê-lo, para que o leitor preencha as lacunas e faça parte do “trabalho”. Do contrário a escrita se torna preguiçosa e a leitura enfadonha. O que determina a velocidade de uma história é o seu público-alvo, ou seja, a que tipo de leitor se destina. As narrativas podem ter diferentes inspirações, origem e propósito. Os teóricos desse terreno tem proposto uma distinção, onde temos uma narrativa natural e uma artificial.

A narrativa natural descreve fatos que ocorreram na realidade (ou que o narrador afirma, mentirosa ou erroneamente, que ocorreram na realidade) (...) A narrativa artificial é supostamente representada pela ficção, que apenas finge dizer a verdade sobre o universo real ou afirma dizer a verdade sobre um universo ficcional. (ECO, 1994, p. 125-126)

De acordo com Eco, ao criar uma narrativa, o autor objetiva metamorfosear um leitor empírico em um leitor-modelo, ou seja, o autor objetiva tornar o leitor comum um leitor específico, abastecido de suas particularidades e comportamentos, além das recursos fundamentais para compreender a mensagem da obra. Logo, a obra tende a estimular a percepção do leitor, moldar seu olhar e sua habilidade analítica para que este entenda o que a obra busca exprimir.

A prática da leitura nos possibilita inúmeras interpretações, conforme o leitor e a narrativa, daí a analogia que Eco realiza com o bosque. O caminho que escolhemos percorrer, num bosque, faz com este mude, na nossa concepção, a sua constituição. Afinal, um bosque é um jardim onde os caminhos se bifurcam. Segundo Eco (1994), a ficção funciona a partir de um acordo entre o escritor e o leitor. Eco busca compreender como a literatura é feita e como funciona:

A norma básica para se lidar com uma obra de ficção é a seguinte: o leitor precisa aceitar tacitamente um acordo ficcional, que Coleridge chamou de “suspensão da descrença”. O leitor tem de saber que o que se está sendo narrado é uma história imaginária, mas nem por isso deve pensar que o escritor está contando mentiras. De acordo com John Searle, o autor simplesmente finge dizer a verdade. Aceitamos o acordo ficcional e fingimos que o que é narrado de fato aconteceu. (ECO, 1994, p. 81)

Eco traz a possibilidade de tentarmos compreender o mundo real como uma obra de ficção, além de nos mostrar vários autores que em suas narrativas fizeram a conexão da realidade com a ficção, levando para suas produções as complexidades e dinâmicas típicas da vida real. Procedimento que podemos identificar nos romances de Bernardo Kucinski.

Nas obras de ficção tentamos dar significado a nossa existência, buscamos as nossas origens – o motivo de termos nascido – e muitas vezes nossa história coincide com uma história mais geral, o que demonstra a importância de conhecermos bem o passado, individual e coletivo, e a ficção pode nos incitar a isso:

Como devemos lidar com intrusões da ficção na vida, agora que vimos o impacto histórico que esse fenômeno pode causar? Não desejo propor que meus passeios pelos bosques da ficção sejam um remédio para as grandes tragédias de nosso tempo. Não obstante, esses passeios nos habilitam a entender os mecanismos pelos quais a ficção é capaz de moldar a vida. (...) Refletir sobre essas complexas relações entre leitor e história, ficção e vida, pode constituir uma forma de terapia contra o sono da razão que gera monstros. (ECO, 1994, p. 145)

Segundo Seligmann-Silva (2003), a memória se tornou uma estratégia de resistência dos sobreviventes e das testemunhas. O passado ainda não teve seu desfecho, e não terá enquanto o silenciamento por parte do Estado e do Judiciário permanecer. Questões que se encontram na base do conceito de testemunho precisam ser debatidas dentro do âmbito da literatura que tem como tema eventos-limite. A questão da representação deve ser analisada para além da denúncia presente dentro da própria obra literária.

Gagnebin (2009) defende que a escrita tem o poder de conservar a memória dos que viveram, mas que agora estão ausentes. Somente a análise reflexiva do passado

pode evitar a sua repetição, construindo uma nova perspectiva para o presente. A escrita representada pela literatura é uma forma de resistência contra regimes totalitários. Por outro lado, a barbárie não pode ser transformada num mero produto cultural a ser consumido, mas a inscrição do testemunho para as próximas gerações é uma questão mais urgente.

Segundo Le Goff (1990) o trabalho do historiador possui função político-social. Faz parte do papel do historiador lutar contra as práticas de esquecimento, que se estabelecem como estratégias de manipulação da memória e dominação social.

Se todas as informações e possibilidades de discussão que um texto carrega estivessem disponíveis imediatamente na sua superfície, de forma que seu sentido não guardasse nenhuma simbologia, a interpretação não seria necessária. Ler nos traz aquilo que está escrito e pode ser facilmente alcançado, mas a interpretação procura satisfazer nossa curiosidade sobre o que o texto quer dizer.

Se a análise literária é uma leitura de expressões, e não um recorte de segmentos materiais, ela não pode se separar do trabalho de interpretação. (BOSI, 1988, p. 281)

O intérprete, por seu turno, é um moderador. Ele se aproxima do texto, tentando elucidar aquilo que a palavra escrita guarda através do não-escrito. Através de sua experiência de leitura, o intérprete oferece aos leitores uma escrita universal e inteligível, com foco sobre o que o autor realmente idealizou. A interpretação literária é um empreendimento sempre em construção, e o intérprete oferece ao leitor acesso às subjetividades de um discurso histórico mais complexo.

Segundo Gagnebin (2009) devemos relembrar o passado, mas não cultuá-lo, e sim utilizá-lo como fonte de análise para entender melhor o presente. A fidelidade ao passado possibilita a ação sobre o presente, revelando a necessidade de lembrarmos os mortos e os derrotados como reação ao esquecimento que silencia. O narrador e o historiador tem a chance de se debruçar sobre temas que a sociedade não recorda, com sua tradicional amnésia. O trabalho do historiador ajuda a finalmente sepultar os mortos ao divulgar o inenarrável, ou seja, o horror.

A História do tempo presente é marcada por tensões que lhe são intrínsecas. Com alguma frequência os objetos da narrativa elaborada pelo historiador do tempo presente estão vivos na ocasião em que se registra os eventos que participaram. Portanto, sujeito e objeto estão inseridos na mesma temporalidade (FICO, 2012, p. 45),

o que fomenta desafios únicos para o historiador do tempo presente, que outros historiadores de outros momentos históricos não experimentam da mesma forma.

Neste primeiro capítulo apresentamos um breve panorama da luta travada pelos familiares de mortos e desaparecidos políticos em busca da verdade e de justiça, em busca de um revisionismo crítico da memória nacional. Destacamos os instrumentos utilizados pelo aparelho de repressão, no âmbito organizacional e sua metodologia operacional. Abordamos a Lei de Anistia, destacando os problemas trazidos pela impunidade, e debatemos os dados levantados pela pesquisa do Projeto Brasil: Nunca Mais. No próximo capítulo pretendemos percorrer o itinerário político da família Kucinski no contexto da Ditadura Civil-Militar. De início, traremos o polonês Majer Kucinski (1904-1976), pai que buscou incansavelmente por sua filha desaparecida. Também abordaremos a vida de Ana Rosa Kucinski Silva, destrinchando sua trajetória, sem esquecer a participação de Wilson Silva, seu marido.

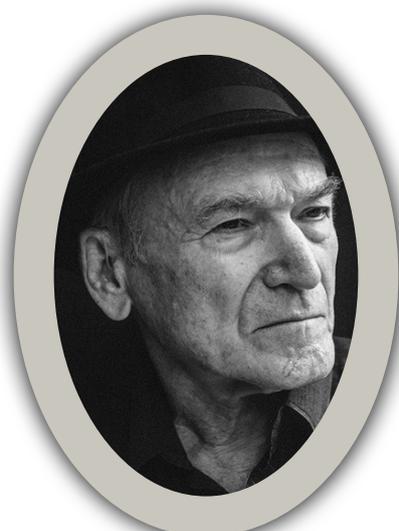
### 3. A trajetória da família Kucinski em busca da verdade e de justiça.

A pesquisa buscou desenvolver uma reflexão sobre as trajetórias de vida de três integrantes da família Kucinski (Majer e seus filhos, Bernardo e Ana Rosa)<sup>21</sup>. Neste capítulo, trataremos dos itinerários dos principais integrantes desta família, em busca de respostas sobre o paradeiro de Ana Rosa, abordando alguns desdobramentos das trajetórias destas figuras. No próximo capítulo, dentre as principais produções do Bernardo Kucinski, analisaremos *K. Relato de uma Busca* (2014), verdadeira bússola do trabalho, e obra reveladora da resistência da família contra Ditadura Civil-Militar.

Figura 1: Majer Kucinski.

Figura 2: Bernardo Kucinski.

Figura 3: Ana Rosa Kucinski.



Fonte: MEMORIAL DA RESISTÊNCIA SP, 2023.

Sobre a análise dos aspectos iconográficos, este não é o foco do nosso trabalho, mas as fotografias produzidas pelos eventos abordados permitem interpretação. Entretanto, precisamos ressaltar as nossas limitações para efetuar estas análises. Por outro lado, algumas fotografias informam espontaneamente. Nas fotografias da família Kucinski, acima, fica evidente que Ana teve sua vida interrompida, impossibilitada de envelhecer, ao compararmos com o registro do seu irmão.

A trajetória da família Kucinski está ligada ao antissemitismo presente na Europa da primeira metade do século passado. Esther Kucinski e Majer Kucinski, os pais de Ana Rosa e Bernardo, se casaram na década de 30, na cidade polonesa

<sup>21</sup> Os itinerários da família Kucinski serão considerados dentro dos limites dos acontecimentos que envolvem Ana Rosa e Bernardo Kucinski. Por este motivo não daremos maior profundidade à trajetória política de Wilson Silva, além da escassez de fontes.

Wloclawek. Fugindo da intolerância e da pobreza, migraram para o Brasil, assim como muitas outras famílias judias do leste europeu aterrorizadas pelo nazismo.

Majer Kucinski nasceu em uma família pobre, seu pai era sapateiro, sendo o único das crianças (eram dez irmãos) a continuar os estudos até o ensino médio. Majer logo mostrou seu dom para a escrita, publicando contos em ídiche<sup>22</sup> no jornal na escola desde os 12 anos, dividindo seu tempo com a política. Com apenas 14 anos participou da fundação do Bund<sup>23</sup> que frequentara, mas logo saiu, por acreditar na necessidade dos judeus buscarem uma pátria para si.

Segundo Castro (2018), o interesse pela ideologia sionista<sup>24</sup> fez Majer entrar no Poalei Zion<sup>25</sup>, começando uma iniciativa na Polônia de incentivo para que mais jovens seguissem esse caminho. Sua militância resultou em três prisões, que totalizaram 2 anos de cárcere, o que não diminuiu sua crença de que uma comunidade baseada na justiça social teria, conseqüentemente, outros problemas solucionados, como o antissemitismo. Entre 1931 e 1932 precisou se refugiar na Alemanha, porém, dando continuidade à sua militância.

Esther Kucinski era filha de Tema Meirczak e Ber Lajb Meirczak, uma família de classe média, e tinha 3 irmãos. Formada na faculdade de Humanidades de Varsóvia, era secretária de uma empresa quando se casou, em 1932, com Majer. Logo em seguida, ficou grávida do seu primeiro filho, Wulf. Com a intensificação do antissemitismo, sua família paterna começou a migrar para o Brasil a partir de 1929. Esther morava com o filho e os pais em Wloclawek, enquanto Majer estava refugiado na Alemanha. Somente em junho 1936 a família se reuniu definitivamente, quando chegaram ao Brasil.

---

<sup>22</sup> Língua de origem indo-europeia, pertencente ao subgrupo dos idiomas germânicos, falada predominantemente pelos judeus da Europa Central e Europa Oriental. Disponível em: <https://www.institutobrasilisrael.org/2020/05/07/lingua-iiidiche-e-o-tema-do-podcast-da-semana/>  
Acesso em: 09/11/2023

<sup>23</sup> A União Judaica Trabalhista da Lituânia, Polônia e Rússia ou apenas Bund é um movimento político de operários judeus, surgido entre os anos de 1890 e 1930 na Europa. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/b/bund.htm>  
Acesso em: 09/11/2023

<sup>24</sup> Sionismo é um movimento político que se manifestou no final do século XIX, através da comunidade judaica europeia, que defendia a “restauração” de um Estado judeu independente. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/lehmai/o-que-e-sionismo/>  
Acesso em: 09/11/2023

<sup>25</sup> Poale Sião foi um movimento de trabalhadores judeus marxistas-sionistas fundados em várias cidades da Polônia, Europa e Império Russo na virada do século 20, depois que o Bund rejeitou o sionismo em 1901. Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/po-alei-zion>  
Acesso em: 09/11/2023

Figura 4: Esther Kucinski, mãe de Ana Rosa e Bernardo (ano desconhecido).



Fonte: MEMÓRIAS DA DITADURA, 2023.

No Brasil, Majer começou a trabalhar como sapateiro, mas a profissão não rendeu frutos. Passou então a trabalhar como vendedor ambulante, oferecendo roupas, com a possibilidade de pagamento parcelado. O trabalho como mascate trouxe equilíbrio econômico para a família. O contato com os clientes de porta em porta trouxe uma fonte de relatos e informações, o que lhe deu a chance de continuar escrevendo seus contos em iídiche, histórias que foram publicadas em jornais de sua comunidade. Quase todos os integrantes da família de Majer migraram para o Brasil, que representava uma terra para recomeçar. Existiam oportunidades de trabalho e a possibilidade de dar continuidade aos seus escritos literários em iídiche.

Esther, por outro lado, não se acostumou tão facilmente à vida na periferia de São Paulo, sem os seus familiares. Na Polônia estava habituada à uma vida de classe média. Apesar de ter conseguido escapar do nazismo, a maioria dos seus familiares ficaram em Wloclawek, não tendo a mesma sorte.

Em outubro de 1937 nasceu o segundo filho do casal, Bernardo. Era um momento em que as cartas da Polônia começavam a rarear. Wloclawek ficou particularmente conhecida por ser a primeira cidade onde os judeus foram obrigados a usar a estrela de Davi. Esther foi bastante afetada pelas notícias – ou a ausência delas – referentes à Segunda Guerra Mundial. Bernardo cresceu nesse ambiente de incertezas e preocupação, vendo a angústia da mãe.

Ana Rosa nasceu em janeiro de 1942, momento em que a Segunda Guerra Mundial estava a pleno vapor. Esther já tinha quase certeza que havia perdido sua família, em especial sua mãe e sua irmã. Tema Meirczak e Fela Meirczak morreram nos Campos de Extermínio de Treblinka e Varsóvia, respectivamente. Entretanto, Esther nunca soube o destino dos seus familiares, vivendo até os seus últimos dias sob a sombra da dúvida e da aflição. Majer, por sua vez, ficava pouco tempo em casa, dedicando seu tempo ao trabalho ou às suas produções intelectuais.

Figura 5: Esther e Majer Kucinski com a filha, Ana, meados da década de 40.



Fonte: REDE BRASIL ATUAL 2012.

De acordo com Castro (2018), responsável pela produção da biografia de Ana Rosa, publicada em 2018 pela Editora Letramento, relatos de familiares indicam que Esther era uma mulher que sofria de depressão. Era uma pessoa que alternava momentos bons com períodos de uma grande tristeza. Essa inconstância emocional atingia os filhos, que também não estabeleceram um relacionamento afetivo entre si. A diferença de idade também colaborou para que os três se desenvolvessem separados, tendo interesses muito distintos, além de personalidades conflitantes. O pai, Majer, era mais afetivo, o que não significa que Esther era uma mãe rude.

A família Kucinski enfrentou a perseguição e a violência muito antes do Golpe de 1964. Majer e Esther Kucinski, foram obrigados a fugir da Polônia com o advento da Segunda Guerra Mundial e a perseguição aos judeus, enxergando no Brasil a esperança de um recomeço no exílio. Esther, por sua vez, nunca conseguiu superar a perda dos familiares que ficaram para trás, não fugindo a tempo. Em 15 de janeiro de 1962 o câncer levou embora uma alma desiludida com tanta violência e morte. Esther não chegou a ver, sua filha ser sequestrada pelo aparelho de repressão do regime militar

brasileiro. Não estava mais presente quando tornou-se público que sua filha, Ana Rosa, assim como seu marido (Wilson Silva), após as inúmeras torturas que os levaram à morte, tiveram seus corpos esquartejados e incinerados, em mais uma terrível coincidência com o Holocausto. A mudança para outro continente não afastou a família Kucinski da barbárie.

Figura 6: Wilson Silva, em sua fotografia mais conhecida.



Fonte: MEMORIAL DA RESISTÊNCIA, 2023.

Embora tenha sido responsabilizado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos pelos desaparecimentos e violações de direitos humanos, especialmente na Guerrilha do Araguaia, o Estado brasileiro não seguiu suas recomendações. Entre elas, o Brasil foi condenado a investigar, julgar e condenar os agentes do estado responsáveis por essas transgressões. A Lei de Anistia tem sido o maior obstáculo ao cumprimento das medidas elencadas pela Corte relacionadas às punições aos agentes responsáveis pelos crimes de desaparecimento. Após a localização e identificação dos restos mortais, a justiça é a principal reivindicação dos familiares dos desaparecidos políticos.

Somente indenizações financeiras não serão o bastante para restaurar os prejuízos causados pelo regime autoritário aos familiares das vítimas de desaparecimentos. É impossível mensurar materialmente o sofrimento originário de uma perda coberta de dúvidas e um luto inconcluso, além da inimaginável dor daqueles que morreram sob tortura. A Justiça de Transição do Brasil caminha a passos lentos, ainda na expectativa de que o esquecimento tenha um papel conciliador. O Estado tem tomado medidas no sentido de consolidarmos uma democracia alicerçada na justiça e na

verdade, porém, de maneira insuficiente para a completa reparação da memória coletiva nacional:

No entanto, pesa, sobre o processo transicional brasileiro, a preservação da opção pela não responsabilização individual dos agentes da repressão militar, bem como a negação de quaisquer responsabilidades por parte dos mesmos. Por um lado, essa realidade parece ter, na prática, o condão de desconectar, isolar cada uma dessas dimensões da Justiça de Transição no Brasil, que deveriam experimentar não apenas uma relação de influência mútua, como, acima de tudo, de complementaridade. Assim, como se observa, as vítimas da ditadura e seus familiares continuam a clamar por justiça, ainda que as compensações financeiras sejam reconhecidas. Da mesma forma, por exemplo, continua o clamor pela busca compromissada da verdade histórica, diante do risco de esvaziamento da atuação da Comissão da Verdade brasileira pela veemente negação dos fatos pelos militares, sustentados pela ideologia da Anistia. (McCARTHUR, 2018, p. 106)

Os familiares dos desaparecidos políticos ainda procuram por seus restos mortais, para dar-lhes um sepultamento correto, para então poder finalizar o processo de luto. A passagem da ditadura à democracia, no Brasil, foi um evento negociado, onde o maior símbolo dessa negociação é a Lei de Anistia, ainda em vigor. Por um longo período, a temática dos desaparecidos ficou exclusiva às famílias, que trouxeram o debate a público. As iniciativas por parte do Estado, incluídas as políticas de memória, ainda são bastante sutis, sendo iniciadas através de pressões, tanto na esfera nacional como na internacional.

Além de desrespeitar direitos humanos no decorrer da ditadura, o Estado brasileiro segue transgredindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, quando sujeita seus cidadãos à tortura. Afinal, a incerteza sobre o destino do seu familiar, é uma estratégia de tortura ainda mais atroz, que perpetua o sofrimento. Aos familiares é vedado o direito à informação, sua dignidade é invisibilizada e tal crueldade agride toda a sociedade. Buscar o corpo insepulto é mais do que procurar os restos mortais, trata-se da restauração da memória, ou seja, trata-se de um dever de memória.

Apesar da ditadura ter chegado ao fim há mais de três décadas, pontos nebulosos permanecem vivos em nossa história. O mais importante talvez seja o paradeiro dos mortos e desaparecidos políticos. Sabemos o que aconteceu com estas pessoas, torcemos para que não tenham sofrido muito, antes do seu fim, mas precisamos de respostas concretas: onde foram mortas, onde foram enterradas, quais os responsáveis por estes crimes, sem esquecer dos altos escalões do governo. A falta de informações objetivas sobre a morte de Ana Rosa, Wilson Silva e dezenas de outros desaparecidos políticos cria uma série de incertezas para os seus familiares.

No Brasil, o respeito aos mortos está previsto no Código Penal, sendo crime, inclusive, a ocultação de cadáver. Não estamos falando apenas de um rito construído pela memória social, mas, de um direito humanitário coletivo e inalienável. Existem regras de respeito e proteção aos mortos desde os primórdios da humanidade e, no decorrer dos séculos, mesmo adversários em guerra respeitaram suas regras. Ao fazer uso do desaparecimento forçado para esconder a “Solução Final”<sup>26</sup>, a ditadura partiu do princípio de que se não há corpo, não há delito. Consequentemente, sem um corpo, não há luto. Desta forma, temos a configuração de outra infração, a tortura dos familiares dos desaparecidos políticos. (LIMA, 2019, p. 26)

Podemos observar que as sequelas das mortes e dos desaparecimentos, contudo, estendem-se para além do prisioneiro torturado, para além da vítima, manifestando-se nas suas famílias e amigos, que, além de terem seu luto impossibilitado, passam a viver com a dúvida sobre o desfecho que tiveram seus entes queridos.

### **3.1 Majer Kucinski: um escritor polonês no Brasil.**

Majer Kucinski (1904-1976) nasceu em Wloclawek, na Polônia, tendo nove irmãos. Seu pai, Henech (Hanoch) Kucinski, era sapateiro, mas também um estudioso e prestava serviços como juiz para os processos dos trabalhadores com os seus chefes. Entre 1905 e 1906, ele organizou o Partido Poalei-Zion (Trabalhadores de Sion), mas sem uma ideologia evidente. O círculo era no estilo beismedrash, ou seja, como uma escola, numa oposição aos Hovevei-Zion<sup>27</sup> da burguesia local. Nos anos 1917-1918, retornou ao Partido e foi delegado na importante reunião de Varsóvia, em 1918. Contudo, posteriormente, com a radicalização do Partido, ele se afastou. (KUCINSKI, 2019)

Os primeiros passos de Majer na atividade social se realizaram na juventude bundista, estando presente no encontro de sua fundação, em Varsóvia, em 1918. Entretanto, foi pouco a pouco sendo influenciado pelas ideias sionistas-socialistas,

---

<sup>26</sup> A “*Solução Final da Questão Judaica*” foi o termo eufemístico usado pelas autoridades alemãs nazistas para se referir ao plano para aniquilar os judeus europeus. Disponível em: <https://aboutholocaust.org/pt/facts/o-que-foi-a-solucao-final>  
Acesso em: 03/11/2023

<sup>27</sup> Também conhecido como Hibbat Zion, refere-se a uma variedade de organizações que foram fundadas em 1881 em resposta aos pogroms antijudaicos no Império Russo e foram oficialmente constituídas como um grupo em uma conferência liderada por Leon Pinsker em 1884. Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/hovevei-zion>  
Acesso em: 09/11/2023

especialmente pelos escritos do professor Chaim Jitlovski<sup>28</sup>. Ao notar as limitações ideológicas do Bund, organiza um círculo dentro da Zukunft<sup>29</sup> juvenil. Com a ajuda de uma amiga, Lea Lindwasser, deixa essa atividade e se inscreve na juventude do Poalei-Zion, influenciando muitas dezenas de jovens.

Sua primeira tarefa foi em Lódz<sup>30</sup>, com mais cinco companheiros, participando do grande encontro do subsecretariado do partido. O encontro foi interrompido pela polícia, que os interrogou sem piedade, sendo libertados apenas através de pagamento. No primeiro encontro da juventude da Poalei-Zion, Majer foi eleito para o comitê central. Iniciou seu trabalho contribuindo com a revista Yungen Kemfer (posteriormente renomeada como Fraie Yugnt), escrevendo sobre assuntos da atualidade.

Nessa época Majer foi alertado pelos companheiros de uma futura inspeção da polícia e, discretamente, se transferiu para Varsóvia. Não o encontrando, a polícia prendeu suas duas irmãs, Gitl e Yocheved, que também eram integrantes do movimento. As duas passaram alguns anos na prisão, sendo futuramente vítimas do Holocausto. Em Varsóvia, participou secretamente das atividades, entretanto, seus amigos em Wloclawek, a um grande custo, conseguiram autorização para que retornasse “legalmente”.

O chefe da polícia recebeu o dinheiro, mas, quando Majer retornou, foi imediatamente preso. Depois de alguns meses na prisão, o Partido conseguiu sua libertação novamente, através de uma elevada soma. Mas logo foi aprisionado novamente. A justificativa era que o “material” (proclamações, artigos e questionários) estava em posse de um juiz para análise. Nessa oportunidade, foi exibido algemado pela cidade, da rua principal até a prisão.

Com a abertura do processo, Majer foi acusado de divulgar propaganda comunista na vertente do partido Poalei-Zion. Com ele, foram condenados sua irmã Gitl e mais sete companheiros, mas Majer conseguiu questionar a legitimidade de suas assinaturas no material confiscado. Os advogados sugeriram de seis a sete anos de

---

<sup>28</sup> Foi um escritor russo judeu socialista, filósofo, pensador social e político. Um ideólogo do iúdiche, do nacionalismo e da diáspora judaica, tendo influenciado os movimentos territorialistas e nacionalistas judaicos.

<sup>29</sup> Movimento juvenil ligado ao *Partido Socialista Judaico*, o Bund. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/gallery/warsaw-ghetto-uprising>  
Acesso em: 09/11/2023

<sup>30</sup> É uma cidade com direitos de condado na Polônia central, sendo a terceira maior cidade da Polônia, em termos de população. Disponível em: <https://www.polonia.travel/br/regi%C3%B5es/lodzkie-2>  
Acesso em: 09/11/2023

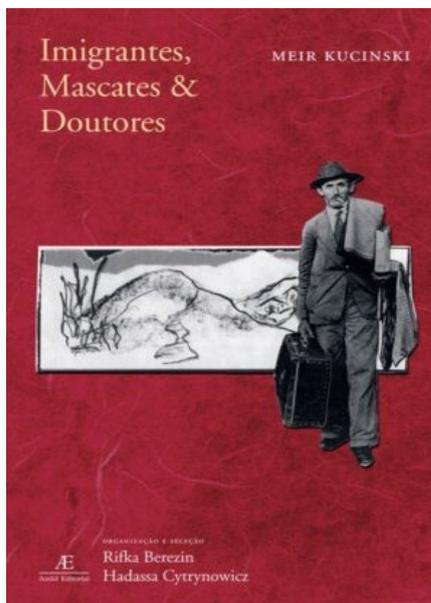
prisão, mas foram condenados somente a um ano e, adicionando as condenações anteriores, deu um total de dois anos para Majer e para sua irmã Gitl. Os outros foram condenados a seis meses. Após as sentenças, emigrou para Berlim, ainda participando do grupo Poalei-Zion dessa cidade.

Voltando para Wloclawek, encontrou fortes divergências, que resultaram na “cisão” da organização. Majer participava da liderança e, nessa função, chegou ao Brasil, onde imediatamente se colocou à disposição do grupo dos Poalei-Zion da esquerda. No Brasil, onde não existia uma classe operária (judaica) organizada, sua atividade se deslocou para o campo cultural e educacional. Trabalhou por 23 anos no Seminário Hebreu-Ídiche, como professor de literatura ídiche, até o encerramento das atividades da instituição.

Foi delegado de São Paulo no Congresso Internacional Cultural em Nova York em 1948. O único delegado de São Paulo no "Congresso para a educação na Diáspora", em Jerusalém, em 1956, e também foi delegado do XXVIII Congresso Sionista de Jerusalém, em janeiro de 1972. Publicou dois volumes de contos, pela Editora I. L. Peretz. Recebeu o primeiro prêmio pelo ensaio-narrativo "Der Gibor" (O herói) pela revista norte-americana Zukunft. No seu último livro, *Brazilianish*, editado pela IWO argentina, na série "Obras-primas da Literatura Ídiche", foram publicados cinco de seus contos. Também foi membro do bureau político da Avodá local e conselheiro eleito da Federação (kehila) das Instituições Judaicas.

Majer Kucinski, mais do que um escritor, foi um poeta. Ministrou aulas de ídiche no Colégio Renascença e exercia o comércio como atividade profissional. Teve sua obra editada em língua portuguesa, com edição e seleção de Rifka Berezin e Hadassa Cytrynowicz, como produto do trabalho de alunos do Curso de Hebraico da USP. A obra foi publicada em 2002 sob o título de *Imigrantes, Mascates & Doutores*, com prefácio da professora Berezin em que apresenta um resumo da literatura ídiche no Brasil.

Figura 7: Coletânea *Imigrantes, Mascates & Doutores*, de Majer Kucinski.



Fonte: Ateliê Editorial.

*Imigrantes, Mascates & Doutores* é um livro de ficção, uma coletânea de contos de Majer Kucinski que apresenta a sua visão da maior cidade do país, na época em que viveu. Seus contos têm como pano de fundo a vida da sociedade judaica de São Paulo, com seus diferentes personagens, os obstáculos econômicos e sociais, a ascensão financeira destes grupos e as suas consequências para a comunidade, destacando também questões familiares, como as relações entre pais e filhos. É uma obra que destaca a trajetória dos imigrantes judeus que aqui desembarcaram na esperança de dias melhores. A coletânea representa, ficcionalmente, a vivência dos imigrantes judeus originários de certas regiões da Europa e sua luta para sobreviver em uma sociedade diferente, bem distinta da que conheciam anteriormente, sob a ótica do escritor.

Vale ressaltar que, em sua Certidão de Óbito, datada de 07 de outubro de 1976, consta como causa da morte “infarte do miocárdio, miocardiosclerose”, o que provoca reflexões sobre o quanto a perda da família como consequência do Holocausto, sua viuvez e o desaparecimento de sua filha podem ter comprometido sua saúde.

Figura 8: Certidão de Óbito de Majer Kucinski.

44-04  
312

ERNESTO FRANÇA JUNIOR  
Escritor do Registro Civil  
ESTADO DE SÃO PAULO  
8.º Subdistrito - Santana - S. P.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE SÃO PAULO  
8.º Subdistrito - Santana - S. P.

8.º Subdistrito - Santana - do Distrito de São Paulo, do Município, Termo e Comarca da Capital do Estado de São Paulo

**REGISTRO CIVIL**

Rua Amaral Gama, 108 — Telefone 299-4042 — São Paulo

**ERNESTO FRANÇA PINTO JUNIOR**  
ESCRIVÃO DO REGISTRO CIVIL  
**MYRIAN VIVIANI**  
OFICIAL MAIOR

FLAUZINA PAGLIARINI PAGOTTO  
Escritora Autorizada

DINORAH DE MELLO LEMOS  
ANGELA CRISTINA ANTUNES DE SOUZA  
DAGMAR NOBRE FERREIRA  
Escritoras Habilitadas

**ÓBITO N.º 861**

CERTIFICO que, a fls. 109 do livro C n.º 02 foi feito hoje o registro do óbito de MAJER ICCHOK KUCINSKI falecido(a) aos VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE MIL NOVECENTOS E SETENTA E SEIS às 20,00 horas à Rua Viveiros de Castro, 71 deste subdistrito de sexo masculino de cor branca profissão comerciante natural de Polonia-bresileiro naturalizado domiciliado e residente em nesto subdistrito com 72 anos, digo, 72 anos de idade, estado civil casado filho de Hajnoch Kucinski e de Dona Esther Kucinski Foi declarante Bernardo Kucinski o atestado médico foi firmado pelo Dr. Antonio Gomes da Silva que deu como causa da morte infarte do miocárdio, miocardiocclerose

e o sepultamento será feito no cemitério de Israelita de Butantã - Capital

Observações Era viúvo de Esther Kucinski, deixando os filhos: Wulf, Bernardo, o declarante casados e Ana Rosa, casada com Wilson Silva, maiores. Deixou bens ignorando se deixou testamento. Era eleito.

Cr\$	
Destas	12,00
C. S.	1,20
Total	13,20

O referido é verdade e dou fé.

8.º Subdistrito - Santana, São Paulo, 07 de outubro de 1976

**MYRIAN DE CARLOS PINTO**  
OFICIAL MAIOR

Fonte: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE DE SP, 2022.

Se em sua cidade natal, Majer participava das esferas de intelectuais, trabalhando como crítico, pesquisador, jornalista e escritor, posteriormente, em São Paulo, deu prosseguimento às mesmas atividades no âmbito intelectual colaborando em jornais e revistas com resenhas e artigos sobre a língua e a cultura ídiche.

### 3.2 A luta de um pai pelo paradeiro da filha (1974-1976)

Não é difícil encontrarmos trabalhos acadêmicos ou livros de memórias dedicados ao empenho materno, e que de maneira legítima destacam a centralidade da figura da mãe em nossa sociedade, em relação às estratégias usadas em favor de seus filhos(as) que foram presos, torturados e/ ou desapareceram durante o período da ditadura. Por outro lado, não podemos dizer o mesmo da atuação dos pais desses militantes. A atuação paterna, como mostraremos a seguir, também é significativa, seja pela sua ação ou silêncio diante das atrocidades cometidas pela ditadura, mas sem diminuir a importância historicamente construída da figura materna. (MACHADO, 2017, p. 136)

Sobre o contexto em que se dá o desaparecimento de Ana Rosa Kucinski Silva e seu marido, Wilson Silva, entre 1967 e 1973 o Brasil passou por um período de crescimento econômico acelerado que conhecemos como “milagre econômico”. Embora o regime de exceção estivesse plenamente vigente, os índices de aprovação do governo eram significativos, especialmente entre os setores conservadores da sociedade. Entretanto, esse projeto de crescimento começou a demonstrar indícios de enfraquecimento a partir de 1974, criando condições para o início das discussões sobre o processo de abertura política, num novo cenário de relações internacionais.

Em 15 de março de 1974, assume a Presidência da República o general Ernesto Beckmann Geisel. Foi no decorrer do seu governo (1974-1979) que foi posta em ação uma iniciativa de distensão. Conhecemos esse projeto como uma abertura “lenta, gradual e segura” da ditadura. Esse programa tinha como objetivo a redução da violência da repressão, pois havia o entendimento de que o governo de Médici havia obtido sucesso ao exterminar as organizações de oposição e da luta armada mais preponderantes. “Nessa estratégia elaborada pelos chamados setores “moderados” ou “castelistas” das Forças Armadas, conceder um afrouxamento na repressão nesse momento contribuiria para manter a longevidade do regime e a manutenção do controle do sistema pelos militares.” (DUCCINI, 2017, p.33)

O governo Geisel teve início com evidentes sinais de crise da ditadura. Foi durante seu governo que a Ditadura Civil-Militar começou a ruir através do processo de transição à democracia, definido por ele mesmo como uma “abertura lenta, gradual e segura”.

Em 1974, o general Ernesto Geisel assumiu a presidência da República, efetivando o projeto de distensão política. A ideia era controlar a transição para que a ordem fosse garantida, evitando agitações tanto das oposições civis quanto do setor militar descontente com a abertura, conhecido como linha dura. (MACEDO, 2017, p. 363)

Ao serem divulgadas as primeiras listas de mortos e desaparecidos, ainda na década de 70, os familiares de desaparecidos políticos enfrentaram ataques diretos de esferas governistas ou de seus apoiadores, que, com o objetivo de invalidar suas demandas, divulgavam falsas informações sobre o destino dos desaparecidos, noticiando que haviam deixado o país e viviam com identidade falsa no exterior. Concomitantemente, também ocorria a divulgação de rumores diretamente às famílias.

De acordo com depoimentos coletados pelas famílias de Wilson Silva e de Ana Rosa, no dia 22 de abril de 1974, por volta do meio-dia, o casal havia marcado um almoço em um restaurante situado nas proximidades da praça da República, no centro de São Paulo. Wilson, que trabalhava na empresa Servix, despediu-se de um colega de trabalho, Osmar Miranda Dias, e foi ao encontro da esposa. Ana também comunicou os seus planos aos colegas de departamento da Faculdade de Química, e dirigiu-se à Praça da República, no centro da cidade. Desde então, o casal não voltou a ser visto. (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO, 2022)

Imediatamente, as famílias Silva e Kucinski, alertadas pelos colegas de trabalho de Ana Rosa, tomaram providências no intuito de localizá-los. O advogado Aldo Lins e Silva impetrou habeas corpus, em favor de Ana Rosa e Wilson, entretanto, com fundamento no Ato Institucional nº 5, o pedido foi negado. Em suma: nenhuma unidade militar ou policial reconhecia a prisão do casal.

Ao mesmo tempo, outras iniciativas políticas foram postas em marcha. O então cardeal de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, conseguiu audiência com o chefe da Casa Civil do governo Geisel, o general Golbery do Couto e Silva. Na reunião, realizada na capital federal no dia 7 de agosto de 1974, foi prometida profunda análise do caso por parte do governo.

Em setembro, Bernardo e Majer Kucinski pediram a colaboração do ex-Ministro do Exterior de Israel, Abba Ebban, que solicitou ao governo brasileiro informações sobre o paradeiro do casal. Na mesma época, chegaram requisições da mesma espécie pelo Comitê de Organizações e Movimentos Internacionais da Casa dos Representantes do Congresso dos Estados Unidos e da Seção Americana do Congresso Judaico

Internacional. Elas comunicavam que os familiares denunciavam a prisão do casal pelo II Exército de São Paulo.

Quatro meses depois, diante da ausência de informações concretas sobre o caso, a Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) foi acionada (o que levou a uma matéria no *The New York Times*), mas sem arrancar do governo militar qualquer dado sobre a localização do casal, insistindo na ausência de responsabilidade. Apesar da impossibilidade de conseguir informações seguras, as famílias insistiram na luta pelo direito de saber o que havia acontecido com Wilson Silva e com Ana Rosa.

Em 12 de setembro de 1974, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, John Hugh Crimmins, precisou de orientação do Departamento de Estado Americano após receber uma carta do presidente do Congresso Mundial Judaico, Jacques Torczyer, solicitando a mediação da diplomacia americana para os eventos que envolveram Ana Rosa Kucinski. O governo estadunidense argumentou que nada podia fazer, pois ela não era cidadã americana.

Também foram solicitadas informações ao departamento de Estado do governo norte-americano sobre o destino do casal, que respondeu por meio da American Jewish Communittee e do American Jewish Congress<sup>31</sup>. Acerca de Ana Rosa, afirmaram que estaria viva. Quanto a Wilson, desconheciam o seu paradeiro. Foram nesses termos também que, em 18 de dezembro de 1974, as famílias receberam a última comunicação formal sobre o caso.

Em fins de 1974 Majer Kucinski denunciou o governo brasileiro à Comissão Interamericana de Direitos Humanos<sup>32</sup>, iniciando uma sequência de ofícios trocados entre variadas esferas do poder federal e militar, como pode ser verificado no exemplo abaixo, mas sem maiores consequências para a solução do caso. No dia 13 de dezembro, Majer Kucinski escreveu uma carta pedindo colaboração do senador Franco Montoro. Na carta Majer pede ajuda nas buscas por informações sobre o paradeiro de Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva. O tom é de súplica, ele afirma ter tido acesso ao discurso do

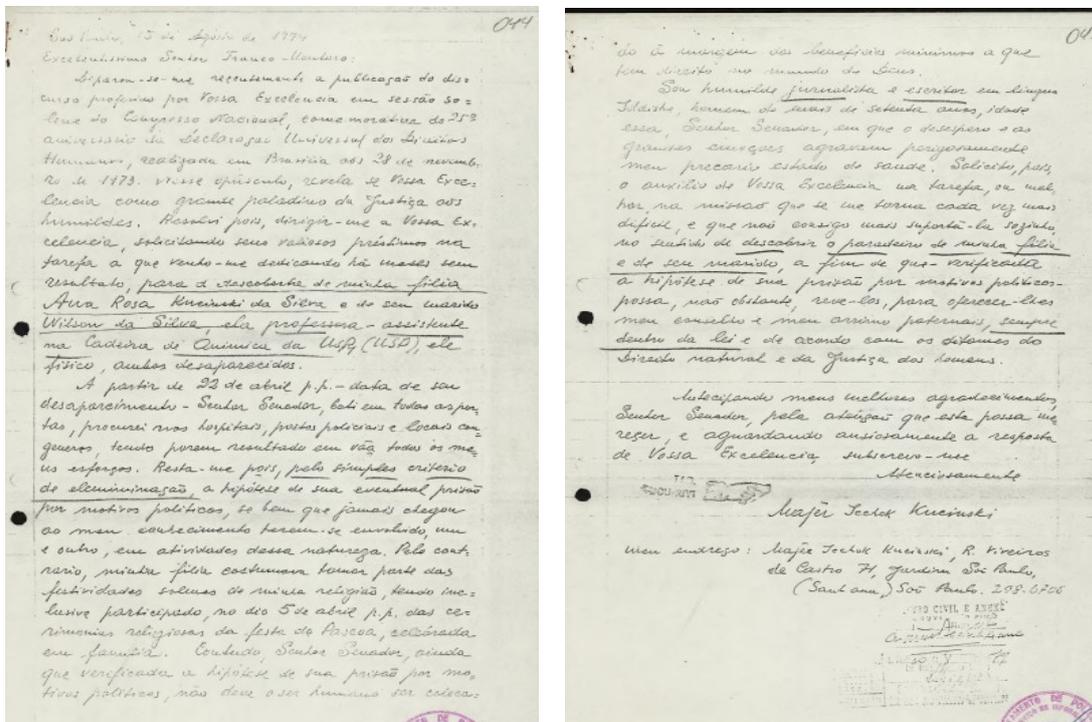
---

<sup>31</sup> Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/ana-rosa-kucinski-silva/>>. Acesso em 15 jul. 2023.

<sup>32</sup> A CIDH é um órgão autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA) encarregado da promoção e proteção dos direitos humanos no continente americano. É integrada por sete membros independentes que atuam de forma pessoal e tem sua sede em Washington, D.C. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/> Acesso em: 10/11/2023

parlamentar no 25º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e que todos os seus recursos se esgotaram, restando apenas a alternativa onde sua filha teria sido presa por motivos políticos.

Figura 9: Carta de Majer Kucinski enviada ao Senador Franco Montoro (MDB).



Fonte: Arquivo Comissão Nacional da Verdade.

Nesse episódio, revela-se Vossa Excelência como grande paladino da Justiça aos humildes. Ressoei, pois, dirigir-me a Vossa Excelência, solicitando seus valiosos préstimos na tarefa a que venho-me dedicando há meses sem resultado, para a descoberta de minha filha Ana Rosa Kucinski Silva e de seu marido Wilson Silva, ela professora assistente na Cadeira de Química da USP, ele físico, ambos desaparecidos. A partir de 22 de abril – data de seu desaparecimento – Senhor Senador, bati em todas as portas, procurei nos hospitais, postos policiais e locais congêneres, tendo, porém, resultado em vão todos os meus esforços. Resta-me, pois, pelo simples critério de eliminação, a hipótese de sua eventual prisão por motivos políticos, se bem que jamais chegou ao meu conhecimento terem-se envolvido, um e outro, em atividades dessa natureza. Sou um humilde jornalista e escritor em língua iídiche, homem de mais de setenta anos, idade essa, Senhor Senador, em que o desespero e as grandes emoções agravam perigosamente meu precário estado de saúde. Solicito, pois, o auxílio de Vossa Excelência na tarefa, ou melhor, na missão que me torna cada vez mais difícil, e que não consigo mais suportá-la sozinho no sentido de descobrir o paradeiro de minha filha e de seu marido, a fim de que – verificada a hipótese de sua prisão por motivos políticos, possa, não obstante, revê-los, para oferecer-lhes meu conselho e meu arrimo paternais, sempre dentro da lei e de acordo com os ditames do direito natural e da justiça dos homens (Majer Kucinski, 1974, s.p.).

Figura 10: Denúncia da Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra o Brasil (1975).

CONFIDENCIAL-URGENTE  
 DSI/DEA/DCJ/ 01 /610.5(040)  
 Comissão Interamericana de  
 Direitos Humanos. Denúncia  
 contra o Brasil.

*ao Sr. Diretor-Geral do D.P.F.,  
 a fim de mandar apurar, por  
 intermédio da Superintendência  
 em São Paulo.*

*Em 10-1-75 A. Falcão*

Senhor Ministro, *E. T. - Oficial, desde logo, ao Ita  
 marati, claudete de ciênia. - A. F.*

Tenho a honra de passar as mãos de Vossa Excelên-  
 cia a inclusa cópia de ofício, com seu respectivo anexo, recebi-  
 do do Presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos,  
 o qual trata de denúncia encaminhada àquele órgão da OEA pelo  
 Senhor Bernardo Kucinski acerca da suposta prisão, em 22 de abril  
 de 1974, na cidade de São Paulo, do casal Wilson Silva e Ana  
 Rosa Silva, em solteira Ana Rosa Kucinski.

Fonte: Acervo da Comissão Nacional da Verdade.

A partir das solicitações vindas tanto do Ministério das Relações Exteriores, como do senador Montoro e das instituições internacionais, o Ministério da Justiça recomendou a abertura de uma investigação sobre o sequestro de Ana Rosa e Wilson. Em poucos dias, o ministro Armando Falcão disponibilizou aos órgãos responsáveis os dados que recebeu da Direção-Geral do Departamento da Polícia Federal: “o referido casal não está nem esteve preso em dependências do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – DEOPS/SP ou da Superintendência Regional da Polícia Federal naquele Estado”. Contudo, o Ministério das Relações Exteriores provocou novamente a Justiça, solicitando sua ação, mostrando que os familiares continuavam citando o caso nos veículos de comunicação nacionais e internacionais.

No intuito de esfriar o caso, o Ministério da Justiça apresentou no dia 6 de fevereiro de 1975 uma nota oficial com dados sobre 23 pessoas consideradas desaparecidas. Sobre Wilson Silva, as informações dos órgãos de Segurança traziam que, além de físico, era um dos redatores do jornal *Voz operária*, sobre Ana Rosa Kucinski não havia referências. Cinco meses depois, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos enviou um comunicado pedindo que até o final do ano o governo brasileiro reiniciasse as investigações sobre o paradeiro de Ana Rosa e Wilson Silva e

divulgasse uma conclusão oficial sobre o caso. Majer Kucinski tentou novamente sensibilizar as autoridades do Exército, em março de 1976, esperando nas escadarias da entrada da Cúria Metropolitana de São Paulo, a saída do general Dilermando Gomes Monteiro, que se reunia com Dom Paulo Evaristo Arns. Majer entregou ao general uma carta pedindo sua colaboração para descobrir o paradeiro da filha. Na mesma época, o procurador da Justiça Militar Darcy de Araújo Ribeiro aceitou uma denúncia de extorsão da qual os Kucinski foram vítimas, dando início ao processo do comerciante Flávio Ferreira da Silva, o sargento do II Exército José Sanches Valejo, o advogado Roberto Damiani, o policial ferroviário Ubirajara Ribeiro da Silva, o policial militar reformado Romão Guilherme Filho e a sargento da Polícia Feminina Nair de Carvalho Ferreira da Silva. Segundo publicação do jornal Folha da Tarde de 11 de maio de 1976, o advogado conversou com o comerciante sobre os problemas enfrentados para ter acesso a informações sobre Ana Rosa e este, gabou-se de possuir muitos contatos no Exército e na polícia política, o que lhe trazia benefícios. Flávio Ferreira da Silva entrou em acordo com Valejo e foram ao Quartel General do II Exército, em São Paulo, onde solicitaram ajuda de um dos sargentos que estivesse a par da detenção de Ana Rosa. O plano era exigir 50 mil cruzeiros pelas informações que descobrissem. O advogado decidiu aumentar a pedida em mais 15 mil cruzeiros para informar a família sobre o destino de Ana Rosa, contactou seu cliente e Bernardo Kucinski concordou com o pagamento. Mesmo quando tinham o conhecimento de que Ana Rosa não se encontrava nas instalações do Exército em São Paulo, os informantes preferiram sustentar a narrativa para receber a quantia. Ao informarem Bernardo que sua irmã estava presa, este pediu uma prova, um bilhete escrito pela própria Ana. Flávio decidiu envolver a esposa Nair, que era sargento da Polícia Feminina, para que escrevesse o bilhete. Ao receber a prova, Kucinski percebeu que aquela não era a caligrafia da irmã e exigiu outra evidência, pediu que entrassem em contato com Ana Rosa e perguntassem qual era seu apelido. Os golpistas insistiram na farsa, tentando uma resposta, obviamente errada. Ao perceberem que a vítima desconfiava do golpe, o grupo levou ao encontro de Kucinski o policial reformado Romão Guilherme Filho, que fingiu ser um importante coronel na corporação, com o auxílio de Ubirajara da Silva, que fingiu ser o seu motorista. Kucinski denunciou o bando por extorsão. (FREDERICO, 2021, p. 59-60)

A acusação contra o grupo constava no prontuário que o Comando do II Exército criou em nome de Bernardo Kucinski. No documento, os dados supracitados eram tidos

como criações do jornalista, “com o objetivo de denegrir a imagem dos Órgãos de Segurança”. Kucinski estava citado também pela denúncia que tinha feito na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pela sua contribuição no seminário “Jornalismo Econômico e as multinacionais”. Anos depois, a Marinha incluiu entre as suspeitas contra Kucinski, a especulação de que ele informava o serviço secreto israelense sobre o programa nuclear brasileiro. (FREDERICO, 2021, p.61)

Ao longo dos anos, diferentes versões foram divulgadas sobre o desaparecimento dos dois militantes. Uma dessas versões pode ser encontrada no depoimento prestado à revista IstoÉ pelo tenente-médico Amílcar Lobo<sup>33</sup>, que colaborou com o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do 1º Exército e atuou também no aparelho clandestino conhecido como Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). Na matéria intitulada “Longe do Ponto Final”, datada de 8 de abril de 1987, Amílcar Lobo relatou os assassinatos que presenciara na Casa da Morte e no DOI-CODI. Procurado pelo jornalista Bernardo Kucinski, irmão de Ana Rosa, em 31 de maio de 1987, Lobo confessou que a fotografia de Wilson Silva lhe era familiar, tendo-o visto na Casa da Morte, mas não o admitiu formalmente. (BRASIL, CNV, 2014)

Figura 11: Casa da Morte de Petrópolis (RJ).



Fonte: Memorial da Democracia, 2023.

<sup>33</sup> Na obra *A Hora do Lobo, A Hora do Carneiro* (1989), de autoria do próprio Amílcar Lobo, o autor explica como participou do “atendimento” médico a presos políticos, porém contra sua vontade. Lobo, para justificar suas ações, alega ter sofrido ameaças e o seu filho chegou a ser sequestrado, quando decidiu deixar o cargo de médico responsável por determinar a condição física dos presos políticos sob tortura. Seu depoimento não o exime da responsabilidade de ter sido um médico que aplicava o conhecimento médico para calcular os limites de resistência de cada vítima da repressão.

Em relação às características iconográficas, difícil imaginar que a residência representada pela fotografia acima, era um centro de tortura e morte. Talvez tenha sido escolhida justamente por este motivo. O imóvel não levantava suspeitas, por ficar bastante isolado, facilitando as sessões de tortura e permanecendo camuflado. Nas gírias do regime a casa também era chamada de “Centro de Conveniência”, já que era utilizada para obrigar os prisioneiros a trair seus companheiros e tornarem-se infiltrados.

O ex-delegado da Polícia Civil do Espírito Santo, Cláudio Guerra, por meio do livro *Memórias de uma guerra suja*, publicado em 2012, afirmou ter participado da incineração de corpos de presos políticos na Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes (RJ), que pertencia ao ex-deputado federal e ex-vice governador do estado do Rio de Janeiro, Heli Ribeiro Gomes.

A CNV realizou perícia no local com o ex-delegado Cláudio Guerra e, ainda que não tenha sido possível encontrar evidências concretas do uso dos fornos para os fins declinados, verifica-se a plausibilidade desta versão diante de dois elementos principais: a) tamanho dos fornos; b) data de construção dos fornos, em 1974. Sobre Ana Rosa Kucinski/Ana Rosa Silva e Wilson Silva, Cláudio Guerra detalhou:

Eu me lembro muito bem do casal, Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva, por conta de um incidente no caminho entre a rua Barão de Mesquita e a usina. Eu e o sargento Levy, do DOI, fomos levar seus corpos. Os dois estavam completamente nus. A mulher apresentava muitas marcas de mordida no corpo, talvez por ter sido violentada sexualmente. O jovem não tinha as unhas da mão direita. Tudo levava a crer que tinham sido torturados. Não havia perfuração de bala neles. Quem morre de tiro não sofre. Morte por tortura é muito mais desumano. Eu não prestava muita atenção nos cadáveres que transportava. Até porque eles nos eram entregues dentro de um saco. O problema é que, quando estávamos indo do Rio em direção a Campos, já quase chegando lá, bem naquela reta da estrada, o Chevette que viajávamos simplesmente pegou fogo. Os corpos do casal não tinham sido afetados pelo incêndio do carro. O que fizemos? Simplesmente saímos do veículo. Naquela época não havia celular, era tudo mais difícil. O sargento Levy pegou carona até um telefone público, ligou para a usina (Usina Cambahyba) e eles vieram nos resgatar na estrada. (COMISSÃO DA VERDADE, 2014)

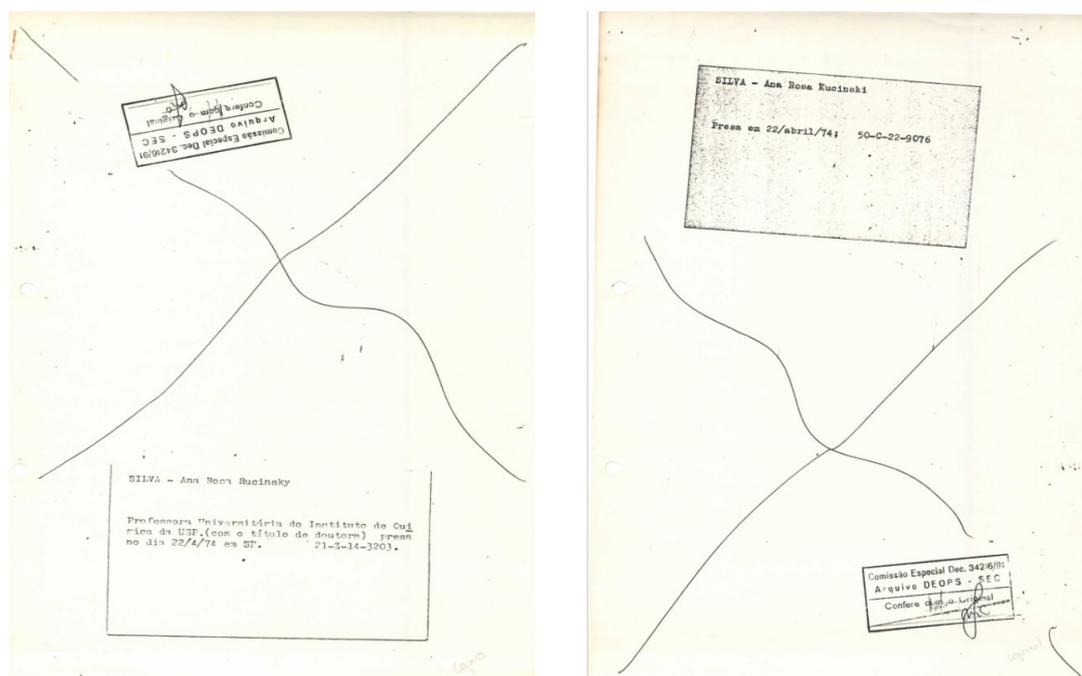
Segundo outro depoimento de Cláudio Guerra, prestado à CNV em julho de 2014, a equipe do coronel Freddie Perdigão teria sido responsável pelas mortes de Ana Rosa e de Wilson. Ainda no âmbito das investigações efetuadas pela CNV, realizou-se uma oitiva com o ex-chefe da Assessoria Regional de Segurança e Informação do Ministério da Educação (MEC) em São Paulo, Arminak Cherkezian, no dia 1º de setembro de 2014 na cidade de São Paulo. Ao ser interpelado sobre Ana Rosa Kucinski, afirmou não se lembrar do caso:

Esse assunto nunca transitava, nós éramos comunicados o que estava acontecendo. O pessoal de campo que eles falavam, que produziam estes documentos, divulgavam também para a gente informar o ministro. A função das Assessorias é de informação ao ministro e recebemos do ministro, da Divisão (de Segurança e Informação) dele para distribuir também. Mas a isso (as mortes e desaparecimentos) nós não tínhamos acesso jamais. (COMISSÃO DA VERDADE, 2014)

No entanto, nos livros de entrada do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/ SP), consta o registro, datado de 23 de abril de 1974, um dia depois do desaparecimento de Ana Rosa, da entrada do chefe da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) da USP, Krikor Tcherkezian, irmão de Arminak. Antes do dia 22, ainda no ano de 1974, o livro do DOPS registrou cinco entradas de Krikor, todas elas com rápida duração. No dia 23 de abril, Krikor ficou 1h30 naquela delegacia. Posteriormente, foram registradas mais cinco entradas do chefe da AESI/USP, todas rápidas, com exceção da visita de duas horas no dia 22 de maio de 1974. Krikor não foi localizado pela CNV.

Pesquisas feitas pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) nos arquivos do antigo DEOPS/SP (Departamento de Ordem Política e Social) conseguiram encontrar apenas uma ficha sobre Ana Rosa, aparentemente a capa de um arquivo, onde podemos ler: “SILVA, Ana Rosa Kucinski. Professora Universitária do Instituto de Química da USP, (com o título de doutora) presa no dia 22/4/1974.” Sobre Wilson Silva consta que foi “preso em 22/04/1974, junto com sua esposa Rosa Kucinski”. O que não deixa dúvidas quanto à sua prisão pelos órgãos de repressão do governo. Também foi encontrado no arquivo do DOPS/SP, um documento do Ministério da Aeronáutica datado de 17 de março de 1975, com um relatório do Serviço de Informação do DOPS/SP sobre Ieda Santos Delgado e Ana Rosa Kucinski, informa que ambas tinham relações com pessoas presas ou procuradas pela polícia.

Figura 12: Ficha do DEOPS SP de Ana Rosa Kucinski.



Fonte: Acervo da Comissão da Verdade de São Paulo.

Bernardo Kucinski, em termo de declarações prestado à Comissão de Justiça e Paz em 20 de setembro de 1990, disse haver encontrado um cidadão de nome 'Krikov' no Quartel General do II Exército, em janeiro de 1975, que se apresentou como 'assessor do reitor da USP'. Ele declarou nada saber sobre o paradeiro de Ana Rosa e Wilson, mas manifestou insatisfação com as delongas no andamento do processo administrativo que levaria à demissão de Ana Rosa pelo abandono de seu emprego como professora da USP, em outubro do mesmo ano.

Em participação na 91ª audiência pública da Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo - Rubens Paiva, em 29 de outubro de 2013, Bernardo Kucinski demonstrou seu posicionamento e os seus sentimentos. Exaltou o quanto é desgastante fisicamente e psicologicamente vivenciar a busca por um ente desaparecido. Ressaltou os danos infligidos à sociedade como um todo, através da conivência frente aos crimes cometidos pela ditadura e a consequente ausência de justiça. Demonstrou sua insatisfação com a postura da USP, incapaz de realizar uma autoavaliação em relação aos erros do passado, além de expôr a cumplicidade de alguns funcionários da instituição. Kucinski refletiu sobre como os alemães lidam com sua história recente, uma temática bastante delicada e dolorosa, mas encarada com a seriedade necessária<sup>34</sup>.

<sup>34</sup> Conferir transcrição do depoimento de Bernardo Kucinski no Anexo C.

### **3.3 Ana Rosa Kucinski Silva. Trajetória de uma desaparecida política.**

É notória a influência de Majer Kucinski na ideologia política dos seus filhos, Bernardo e Ana Rosa. Essa ascendência não se refere apenas a um posicionamento no espectro político com eventuais críticas ao sistema vigente. Nos referimos à atuação política destes personagens em relação à tudo que está vinculado ao Estado e sua administração.

O desaparecimento é a ausência mais perversa, pois a morte, ao menos significa um ponto final, mas a pessoa desaparecida representa uma cicatriz aberta nos familiares e amigos. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade afirma que, durante a ditadura, 434 pessoas morreram ou desapareceram. Ana Rosa Kucinski Silva é uma das pessoas que continuam desaparecidas. Pesquisar sobre a sua vida requer respeito e cuidados, afinal, estamos lidando com uma tragédia familiar.

Ana Castro publicou em 2018 pela Editora Letramento a biografia de Ana Rosa Kucinski Silva. *Kaddish: prece por uma desaparecida* traz muitas informações valiosas sobre Ana Rosa que são fundamentais para o desenvolvimento do trabalho, e levantadas neste subtópico. O kaddish, no ritual judaico, é uma oração feita logo depois do sepultamento, contudo, Ana Rosa Kucinski Silva não foi sepultada. A obra é narrada por Ana Castro, pesquisadora e criadora do documentário Coratio, que também aborda a ditadura e a violência do Estado. O livro foi elaborado a partir de depoimentos de amigos e colegas de Ana Rosa, do irmão Bernardo e da correspondência familiar que foi preservada. Dessa forma, é possível conhecer alguns detalhes de sua trajetória e do seu pensamento. Vale ressaltar que Ana Castro foi convidada por Bernardo Kucinski para escrever a obra supracitada, o que não desabona o conteúdo do material, que possui uma quantidade interessante de fontes primárias.

Figura 13: Ana Rosa Kucinski em sua fotografia mais conhecida, retirada na sua formatura no curso de química da USP (Universidade de São Paulo).



Fonte: Memorial da Resistência, 2023.

A fotografia é uma valiosa ferramenta de recordação de uma desaparecida. A utilização da fotografia como instrumento de memória de uma figura ausente reconstrói e resgata uma presença que estabelece ligações entre a vida e a morte, o explicável e o inexplicável. As fotos reavivam, trazendo um complexo sistema de significados. Ela corporifica. A partir da fotografia somos capazes de enfrentar a categoria desaparecido, que integra todas as individualidades de um indivíduo, comprovando uma existência. (CATELA, 2001, p. 160)

Foram 434 pessoas assassinadas pelo Estado brasileiro durante a ditadura. 210 ainda estão desaparecidas, Ana Rosa Kucinski é uma delas, pois seu corpo nunca foi encontrado. Conhecemos indícios, com detalhes sobre o seu sequestro e morte, apesar de não termos conhecimento de quais crimes Ana supostamente teria cometido de acordo com a LSN (Lei de Segurança Nacional). Vale lembrar que nem todos que foram presos, torturados, mortos e desaparecidos cometeram crimes previstos na LSN. O desaparecimento é um sofrimento contínuo, tirando dos familiares a oportunidade de uma cerimônia de despedida e de poder concluir o luto. Quando não há um corpo, funeral e sepultamento, o luto não tem um fim.

Nascida no dia 12 de janeiro de 1942, às 5 da tarde, na zona norte de São Paulo, viveu seus primeiros anos de infância no Bairro do Bom Retiro, ambiente comum para

as famílias judias que migravam para o Brasil. Desde a infância Ana Rosa demonstrou sua preferência por cultura e música. Aprendeu cedo a tocar piano e era uma grande apreciadora de música clássica.

Figura 14: Certidão de nascimento de Ana Rosa Kucinski.

ds. 03  
348



**RAPHAEL GARRIDO**  
Escritor  
Antonio José Fernandes  
Oficial Maior

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais e Anexo de Notas de Tabelionato  
22.º SUBDISTRITO - TUCURUVI  
COMARCA E CAPITAL DE S. PAULO  
Avenida Tucuruvi - N.º 63  
Cartório do Cartório Civil das Pessoas  
Naturais e Anexo de Notas de Tabelionato  
Município - Tucuruvi - São Paulo - Capital  
Av. Tucuruvi, 63, 67  
Escritores: Rafael Garrido  
Oficial Maior Antonio José Fernandes  
Escritor Ivo Velloso de Oliveira  
Escritor Luiz Sérgio Garrido

**Luiz Sérgio Garrido**  
**Ivo Velloso de Oliveira**  
Escritores Autorizados

**CERTIDÃO DE NASCIMENTO**

CERTIFICO que sob n.º 10136 às fls. 28 do livro A - n.º 22 de Registros de Nascimento, consta o assento de ANA ROSA KUCINSKI nascida a 12 de janeiro de 1942 (doze de janeiro de mil novecentos e quarenta e dois) a 17 hora e -- minutos, neste subdistrito do sexo Feminino filha de MAJER KUCINSKI e ESTER KUCINSKI sendo avós paternos: HENOKH KUCINSKI e ESTER KUCINSKI e maternos: BER LAJIB e TEMA LAJIB Foi declarante: o pai e serviram de testemunhas: Nathanael Pereira e Leocécio Ferreira

672

Registro feito no dia 21 de janeiro de 1942, a registrada foi emancipada por seu pai, conf. escritura de 01-09-60, das notas do 21º Tabelião, desta Capital, (L.4.G.Fls 16), emancipação essa registrada sob nº 14751 Fls 40 do livro E-44 no cartório do 1º sub. Se, Tucuruvi, 12 de outubro de 1960. ANOTAÇÃO: A registrada casou-se nesta Capital, Barra Funda em 11-07-70, com Wilson Silva, conf. nº 10621 Fls 89v livro B-34, passando a adotar o nome de Ana Rosa Silva. Tucuruvi, 03-08-70. AVERGAÇÃO DE AUSÊNCIA: Em cumprimento à sentença prof. pelo Nh. Juiz de Direito da 6ª Vara de Família e dos Sucessões desta Capital, Dr. Euclides Benedito de Oliveira, datada de 16-04-84, averbo o assento para ficar constando que foi declarada a ausência de Ana Rosa Kucinski, que após o casamento passou a assinar Ana Rosa Silva, Neda Meis, São Paulo, 14 de maio de 1984. O referido é verdade e dou fé.

São Paulo, Tucuruvi, 13 de novembro de 1984

Tax 14 - Imp. Vit. Lerda AC  
Empl. - IC\$ 1370,00  
Avanç. - CF\$ 6,70,93  
T. A.S.F. CF\$ 5,11,2  
Total - CF\$ 50,21,62

TAXA DE APOSENTADORIA  
DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA  
PAGO POR VERBA  
GUINÁ No. 2631, 84

ATENTICAÇÃO  
NO VERSO

O Escrivão

*[Assinatura]*

Escritor e Tabelião

Fonte: Acervo da Comissão Nacional da Verdade.

Segundo Castro (2018), a partir dos dez anos, quando passou a frequentar um colégio público, Ana Rosa e Majer tiveram um período de aproximação. Bernardo é da opinião de que ela era a filha favorita do pai, que eras mais presente na vida dela. Ana sempre se destacou nas Artes e nas Ciências, sendo apaixonada por Ciências Químicas, o que era demonstrado por suas notas. Ana gostava de frequentar a farmácia de

manipulação próxima de casa, que para ela era uma diversão, demonstrando, desde cedo, suas aptidões.

Água Fria era um bairro longínquo e pouco habitado na zona norte da cidade de São Paulo. Os Kucinski eram a única família judia presente, mas de poucos hábitos religiosos. Wulf, o irmão mais velho, era o mais rebelde e muito inteligente, apesar das dificuldades provenientes da dislexia<sup>35</sup>. Ainda na década de 40, Wulf entrou para um grupo sionista juvenil, o Hashomer Hatzair<sup>36</sup>. Seus integrantes eram jovens, filhos de judeus que migraram para o Brasil, fugindo do Holocausto. Bernardo, por outro lado, preferiu o Dror (um movimento juvenil socialista sionista brasileiro), grupo que rivalizava com o do irmão.

Eram ambos de esquerda, mas representavam diferentes partidos políticos em Israel. O Hashomer tinha influência do Mapam (em português Partido Unido dos Trabalhadores, fundado em Israel, existiu até 1997, de inspiração comunista, marxista-leninista), apresentando uma ideologia mais radical. O Dror era ligado ao Mapai, partido político israelita social-democrata, sionista trabalhista, que esteve no poder desde a criação do estado até 1968, quando se transformou no Partido Trabalhista. As motivações para a escolha de um grupo ou outro não eram ideológicas e suas atividades eram baseadas no escotismo, criando um senso de comunidade.

Para a maior parte da comunidade judia que se instalou no Brasil, não fazia sentido colocar em prática a Aliá, termo que designa a imigração judaica para a Terra de Israel. O Brasil oferecia um futuro de abundância, em contraste com uma utopia. Porém, foi diferente com a família Kucinski. Wulf decidiu emigrar em 1954 e Bernardo fez o mesmo em 1959.

Aos 14 anos, Ana Rosa entrou para o Dror, mesmo grupo do irmão Bernardo. As turmas eram divididas de acordo com a idade. Os chaverim (amigos) organizavam excursões voltadas para o contato com a natureza. O madrich, era o conselheiro do grupo, geralmente o membro mais velho. O objetivo do grupo era instruir os jovens a serem independentes, conscientes de suas capacidades e do seu papel em comunidade.

---

<sup>35</sup> A palavra “dislexia” é comumente utilizada para se referir ao transtorno específico da aprendizagem com prejuízos nas habilidades de leitura e escrita. Disponível em: <https://www.dislexia.org.br/o-que-e-dislexia/>

Acesso em: 09/11/2023

<sup>36</sup> Movimento juvenil judaico *Hashomer Hatzair* (O Jovem Guardiã), de base sionista e socialista, fundado em 1913. Disponível em: <https://conib.org.br/noticias/todas-as-noticias/movimento-juvenil-sionista-socialista-hashomer-hatzair-comemora-centenario-com-festa-no-rio.html>

Acesso em: 09/11/2023

Ana Rosa, desde jovem, tinha uma personalidade que se destacava. Sempre foi intelectual, bastante direta nas suas opiniões, porém muito sensível. Era muito afetuosa com os seus, mas sem “papas na língua” com quem não gostava. Através do Dror surgiu o seu primeiro amor: Daniel Kovarsky. Ele tinha 16 anos e ela 15, foram opostos que se atraíram. Daniel era um jovem tímido, enquanto Ana era firme e decidida. Nessa época, o pai andava pela casa noite adentro, escrevendo e lendo em iídiche. Bernardo era notável por sua expressão de bravo, o que causava medo nas amigas de Ana.

No final de 1959, Ana já havia decidido buscar uma carreira acadêmica, prestando vestibular para Química na USP (Universidade de São Paulo), após deixar o Dror. Contudo, sua primeira tentativa não foi bem-sucedida.

Sobre o relacionamento de Ana e sua mãe, vale ressaltar que não é comum uma mãe apontar a suposta falta de beleza de uma filha, mas Esther era da opinião de que, já que Ana teria muitas dificuldades para se casar, ao menos se realizaria profissionalmente. Os amigos de Ana também defendiam que sua beleza não estava no exterior, mas que ela tinha muito mais a oferecer do que apenas sua aparência. Ana Rosa descobriu da forma mais cruel o que é ser mulher numa sociedade machista. Há um trauma no seu passado do qual temos poucos detalhes, mas que a deixou sexualmente traumatizada. (CASTRO, 2018, p. 56-57)

Em 1960 a família Kucinski se mudou para um apartamento na Avenida Rio Branco, no bairro dos Campos Elíseos, a apenas três quadras do curso de química da USP, que ela iniciou um ano depois, sendo aprovada no vestibular.

Esther foi diagnosticada com câncer de mama em 1961. Como Wulf e Bernardo estavam em Israel, e Majer vivia trabalhando ou escrevendo, Ana precisou dedicar seu tempo à saúde da mãe. Com o aumento da frequência à quimioterapia, Bernardo precisou retornar ao Brasil. A enfermidade da mãe desestabilizou Ana, que ficou muito magoada com o pai, por não ter dado à mãe a atenção necessária num momento tão difícil.

Em 15 de janeiro de 1962 Esther faleceu e Ana ficou de luto por um longo período. Majer se casou logo no ano seguinte, união que não agradava Ana e Bernardo, que passaram a morar sozinhos. Ana não gostava, principalmente, do judaísmo radical da madrasta, Kate Sara Weg. Essas desavenças enfraqueceram o relacionamento de Majer com os filhos, que passaram a se ver cada vez menos.

Ana e Bernardo não eram irmãos muito próximos, talvez por terem personalidades quase antagônicas. Ana tinha grande riqueza espiritual, apreciava música, cinema teatro e leitura, enquanto Bernardo era duro e de poucas palavras, no convívio. Esse contraste rendia muitas brigas entre eles e queixas da Ana em relação ao irmão. Nessa época Bernardo desistiu da Aliá, optando por fazer graduação em física, também na USP.

Ana Rosa mostrava esgotamento e insatisfação com a faculdade e o curso antes de concluí-lo, mas formou-se em Química no final de 1965. Como na época não era necessário título de pós-graduação para lecionar na faculdade, Ana passou a trabalhar como Instrutora de Ensino na Faculdade, após sua formatura. Teve um breve relacionamento com um colega de curso entre 1963 e 1964, Jaim Lichtig, também judeu, porém mais conservador.

Ana não desistiu da química, mas suas correspondências demonstram que a docência não lhe dava prazer, sendo muito cansativo e deixando pouco tempo para suas pesquisas, quando precisava defender sua tese de doutoramento, concluída no início de 1973. Ana se interessava pelo trabalho intelectual que dialogasse com seus experimentos. Seu trabalho como professora não lhe dava esperanças, e continuava apenas pela necessidade financeira. Ana teve muitos problemas para concluir sua tese, adversidades que envolviam seu orientador. (CASTRO, 2018, p. 72-73)

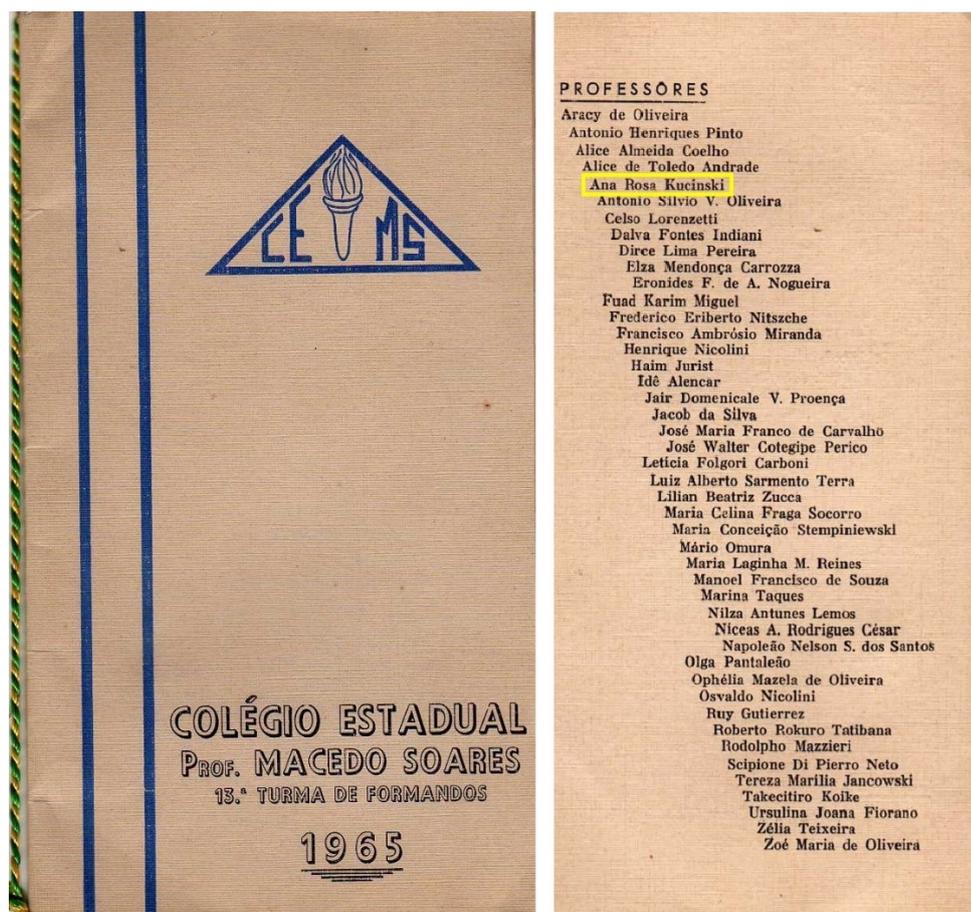
No Instituto de Química, o ambiente de trabalho não era dos mais amigáveis, era um espaço conservador que ia de encontro à personalidade aguerrida de Ana. Ela não era considerada uma pessoa agressiva, mas bastante convicta nos seus posicionamentos, sempre lutando pelo que achava importante. A superficialidade do espaço de trabalho era motivo de choques, afinal, Ana não era uma pessoa bajuladora e sempre explicitava suas opiniões.

Seu aspecto mais marcante era a franqueza, o que podia incomodar, mas esse lado franco prezava pela justiça. Ana era totalmente intolerante à alienação, não economizando nas críticas, que podiam ser consideradas duras. Por outro lado, era muito empática, conquistando muitos amigos. Mostrava sua humanidade ao compartilhar seu gosto por música clássica, literatura, teatro, filmes, concertos, psicologia, além de adorar a escritora francesa Simone de Beauvoir. Ana fez do apartamento que dividia com o irmão um local de encontro, convidando inclusive seus alunos.

No fatídico dia do Golpe Civil-Militar (1º de abril de 1964), Ana Rosa, que estava na USP no momento em que a universidade foi invadida pela polícia, conseguiu escapar, mas retornou logo em seguida para ajudar os estudantes que haviam sido trancados pelos policiais, sofrendo agressões físicas, como todos que lá estavam.

Em 1965, último ano da faculdade de química, Ana Rosa começou a lecionar no Colégio Caetano de Campos, no centro de São Paulo, um colégio bastante tradicional localizado em um prédio tombado como monumento histórico do estado e município, atualmente sede da Secretaria Estadual de Educação. Nessa época nasceu o relacionamento de Ana Rosa com José Eli da Veiga, que era seu aluno. Foi um relacionamento intenso, que se desenvolveu às escondidas, ela tinha 23 anos e ele 16. Posteriormente Ana Rosa pediu transferência para o Colégio Estadual Prof. Macedo Soares, na cidade de São Paulo, bairro da Barra Funda, conforme relação de professores homenageados no convite dos formandos do ano de 1965 apresentada abaixo, temendo problemas, mas a união não era de conhecimento dos familiares de ambos, apenas dos amigos mais íntimos.

Figura 15: Lista de professores do Colégio Estadual Prof. Macedo Soares (1965)<sup>37</sup>.



Foi também nessa época que Ana Rosa foi recrutada, tornando-se militante na Ala Vermelha. O Grêmio Estudantil da faculdade reunia todos os cursos e o casal participava das reuniões. Como o Partido Comunista do Brasil (PcdoB) passava por uma cisão interna em 1966, daí surge a Ala Vermelha<sup>38</sup>, que recrutou José Eli, responsável por apresentar Ana Rosa ao movimento, quando ainda estavam no Caetano de Campos. A participação de Ana Rosa na organização supracitada estava focada na universidade, no movimento estudantil, contribuindo em debates e assembleias.

O relacionamento durou cerca de 2 anos e não era visto com bons olhos por alguns dos amigos de Ana, que se queixava bastante. O fim da união foi bastante dolorosa para Ana. O estopim teve início quando José Eli se apaixonou por outra mulher, mas Ana ainda tentou prosseguir com o relacionamento, mas a situação ficou

<sup>37</sup> Disponível em: <https://blogdaines.wordpress.com/tag/ana-rosa-kucinski-silva/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

<sup>38</sup> O Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PCdoB-AV ou simplesmente Ala), foi uma organização de esquerda, de orientação marxista, atuante no Brasil entre os anos de 1960 e 1980. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/organizacoes/ala-vermelha/>. Acesso em: 10/11/2023

insustentável. O fim do namoro foi um momento muito difícil para Ana, que chegou a ter atitudes autodestrutivas.

No início de 1968 ficou evidente a decepção de Ana com a Ala Vermelha. Nesse momento, muitas pessoas estavam saindo da organização. O principal motivo para essa insatisfação era a negação da luta armada, vista por muitos como inevitável para combater o regime ditatorial.

Bernardo Kucinski conheceu Wilson Silva quando cursavam a Faculdade de Física na USP. Eles desenvolveram uma forte amizade e Wilson passou a frequentar o apartamento que Bernardo dividia com a irmã. Foi numa festa neste apartamento que Ana e Wilson se conheceram. Apesar de serem amigos, Bernardo não sabia do envolvimento de Wilson nas organizações de resistência à ditadura, no caso, a ALN (Ação Libertadora Nacional).

A Ação Libertadora Nacional (ALN) foi um dos principais grupos de luta armada em atividade no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Criada em 1968 por ex-membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a ALN participou de ações de expropriação de bancos e no célebre sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick em 1969. A ALN tinha como inspirações Ernesto Che Guevara e Fidel Castro que, em 1959, haviam liderado a Revolução Cubana a partir da tática de guerrilha. O lema de Che Guevara também passaria a ser o princípio fundamental da ALN: “*O dever de todo revolucionário é fazer a revolução*”.

Em setembro de 1969 a ALN realizou, em parceria com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)<sup>39</sup>, o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. Em troca da libertação do embaixador, os participantes exigiram o envio para o exterior de 15 prisioneiros políticos de diferentes organizações de esquerda. Dois meses após a ação, em 4 de novembro, Marighella<sup>40</sup> (58 anos), idealizador da ALN, foi morto a tiros em São Paulo por policiais comandados pelo

---

<sup>39</sup> O Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) foi um dos principais grupos de luta armada durante o período militar no Brasil. Formado por ex-membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e por estudantes universitários, o MR-8 ficou conhecido por empreender expropriações em bancos e o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick. Disponível em: <https://historiadigital.org/curiosidades/10-curiosidades-historicas-do-mr-8/>  
Acesso em: 09/11/2023

<sup>40</sup> *Marighella, o guerrilheiro que incendiou o mundo* é a biografia de Marighella, escrita pelo jornalista Mário Magalhães e publicada em 2012. É um dos documentos mais completos sobre a trajetória e pensamentos do inimigo número um dos militares. Magalhães reconstituiu a trajetória do conhecido revolucionário Marighella, militante do Partido Comunista Brasileiro e criador do maior grupo armado de oposição à Ditadura Civil-Militar (1964-85).

delegado Sérgio Paranhos Fleury. Após o assassinato de Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, conhecido como “Toledo”, assumiu a liderança da ALN. Em 1970, em parceria com a VPR, a ALN sequestrou o embaixador alemão Ehrendried von Hollenben, que foi trocado por 44 presos políticos. Em outubro de 1970, Câmara Ferreira foi preso na Avenida Lavandisca, em São Paulo. Do local de sua prisão, Câmara foi levado, já sob tortura, para o sítio clandestino “31 de março”, utilizado pelo delegado Sérgio Fleury. No sítio, continuou sendo torturado, morrendo algumas horas após sua prisão. A presa política Maria de Lourdes Rego Melo é testemunha de que Joaquim Câmara Ferreira foi preso vivo e levado ao sítio clandestino do delegado, e que a sua morte se deu como consequência da violência das torturas. Estes fatos levaram ao desmembramento do movimento que chegou a contar com cerca de dois mil integrantes.<sup>41</sup>

Wilson Silva nasceu em Taubaté (São Paulo) em 21 de abril de 1942. Seu pai, João Silva, trabalhava em cooperativas produtoras de leite e sua mãe, Lygia Villaça, era dona de casa. Wilson passou parte de sua infância e adolescência em Cachoeira Paulista e Guaratinguetá. A principal marca de sua personalidade, segundo aqueles que com ele conviveram, era sua inteligência. Tinha preferências específicas para comida, bebida e música. Por outro lado, era considerado frio, de poucas palavras e mínimo afeto.

A primeira organização da qual Wilson fez parte foi a POLOP (Organização Revolucionária Marxista-Política Operária). A POLOP foi um grupo constituído por estudantes, intelectuais e militares de baixa patente criado em 1961. Entre seus integrantes, muitos haviam deixado o Partido Comunista Brasileiro (PCB) por não concordarem com a estratégia de união com a burguesia brasileira. O objetivo da organização era a união dos trabalhadores em busca da revolução socialista, tendo como referência a Revolução Cubana. Após o Golpe de 1964, o grupo recebeu adeptos das camadas militares de patente baixa que discordavam da ditadura. As principais bases do grupo estavam em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Wilson era formado pela Faculdade de Física da USP, tinha especialização em processamento de dados e trabalhava na empresa Servix. Wilson era conhecido na ALN pelo codinome Rodrigues, sendo um dos poucos membros dessa organização clandestina que tinha conseguido manter sua militância por mais de cinco anos, sem ser preso ou sair do país. (BRASIL, SEDH, 2007, p. 381)

---

<sup>41</sup> JOAQUIM Câmara Ferreira. **Memórias da Ditadura**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/joaquim-camara-ferreira/>. Acesso em: 18 de jul. 2023.

Quando Ana e Wilson estavam começando um relacionamento amoroso, ambos estavam saindo de suas antigas organizações e entrando na ALN, o casal vivia uma vida dupla. Wilson, trabalhava com informática, na TELESP (Telecomunicações de São Paulo S/A). Ana Rosa, por sua vez, atuava como professora de química na USP e dava continuidade ao seu doutorado. A participação de ambos na ALN ocorria simultaneamente, e sempre priorizaram uma atuação junto ao setor operário. Por outro lado, apesar dos familiares não terem conhecimento do relacionamento, sabiam que ambos tinham envolvimento em organizações clandestinas.

Ana e Wilson se casaram secretamente em 11 de julho de 1970. Ana Rosa tirou o Kucinski do seu nome no cartório, mas continuava usando na sua vida profissional, passando a se chamar Ana Rosa Silva. Podemos supor que não revelaram o casamento por uma questão de segurança. Entretanto, para Bernardo, Ana escondeu seu romance porque seu pai era judeu e não aceitaria um genro goim (não judeu).

A família de Wilson, que morava em Taubaté, interior do Estado de São Paulo, tinha conhecimento da união. Os amigos da época não deixam dúvidas de que a paixão de Ana Rosa era verdadeira, não era uma fachada para a luta política. O casal compartilhava o amor e a ideologia política.

Como a vida amorosa e a militância eram segredo, Ana Rosa começou a se distanciar de seus amigos, principalmente quando o casal passou a morar juntos. Ana e Wilson decidiram não ter filhos devido à vida que levavam, mas Ana fez alguns abortos que vieram a prejudicar sua saúde. Algumas amigas de Ana não gostaram de Wilson desde o princípio, devido à forma como ele a tratava, considerado agressivo. Wilson, como já afirmamos, era conhecido por sua inteligência, mas também por sua rispidez. Vale ressaltar que Ana Rosa, em suas correspondências, afirmava ser bem tratada por todos de sua nova família. Em fevereiro de 1971 o casal fez uma viagem pela América Latina, passando por Uruguai, Argentina e Chile.

No contexto do Golpe de 1964, os integrantes da POLOP começaram a defender a luta armada como único meio para implementar as mudanças na estrutura social e econômica pretendidas pelo grupo. A POLOP pretendia organizar as massas para a luta de classes através de um partido que aglutinasse as forças de oposição ao capitalismo imperialista. As transformações teriam origem na revolução dos trabalhadores do campo e da cidade, o que levaria a implantação do socialismo no Brasil.

A POLOP não pretendia, de início, concordar com a estratégia de guerrilha, mas precisou rever sua postura devido às dificuldades que o regime colocava. Sua principal atuação era intelectual e de impulsionamento de manifestações contrárias ao regime militar. A POLOP sofreu diversas crises internas devido a discordância de pensamento de seus integrantes. A organização deu origem a outros grupos de oposição à ditadura, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e os Comandos de Libertação Nacional (COLINA), constituídos por seus dissidentes.

Bernardo e Mutsuko moraram na Inglaterra entre 1970 e 1974. Antes da viagem, Majer fez uma delicada operação na próstata, o que ocasionou uma nova cirurgia em decorrência de complicações na primeira. Após os procedimentos, ficou melancólico, se recuperando lentamente, mas deixando os filhos preocupados.

Ana Rosa e Bernardo nunca se deram bem com a madrasta. A situação piorou com o declínio da saúde de Majer, onde sua mulher passou a declarar que este gastava muito dinheiro com os filhos. Para os filhos, o pai estava sendo manipulado pela nova esposa, sem maiores resistências.

Ana Rosa tentava passar a impressão de uma vida normal, mas sempre que possível pedia ao irmão que retornasse ao Brasil, mas o exílio foi se prolongando, apesar de terem se aproximado bastante com o passar do tempo. Sua tese de doutorado tomava muito do seu tempo, lhe deixava tensa e prejudicava sua saúde, mas sabemos que haviam outros motivos que contribuía para o aumento da tensão em sua vida. Além da rotina de militante que tentava esconder, havia o ambiente de trabalho tóxico e os desentendimentos com o marido. Com o passar do tempo, o relacionamento de Ana com o pai foi gradativamente se deteriorando, surgiram circunstâncias que a preocuparam bastante, envolvendo os recursos financeiros da família.

Desde o começo dos anos 70, Ana Rosa desconfiava de que estava sendo procurada pelos agentes do governo. Consequentemente, passou a não entrar na USP com o seu carro e diminuiu a frequência de idas ao campus de química. Uma outra estratégia foi passar a se abrigar no Instituto de Física, contudo, em mais de uma oportunidade ela foi informada de que estavam no seu encalço. Copiaram a placa do seu carro e até procuraram por ela no seu apartamento. (CASTRO, 2018, p. 161)

Pouco antes de desaparecer, Ana expôs sua intenção de deixar o Brasil, chegando a se despedir de alguns amigos, afinal, suspeitava que estava sendo seguida.

Ana Rosa tinha esperanças de conseguir sair do país com seu marido, mas a realidade se mostrou cruel. No período supracitado Ana já estava vivendo próxima da clandestinidade, assustada com a possibilidade de ser morta. Ela teve oportunidades de sair do Brasil, seja através de outras organizações políticas ou através da via religiosa, indo para um Kibutz (forma de coletividade comunitária israelita), mas a ideologia do partido falava mais alto, principalmente para seu marido. Os integrantes da ALN que optassem pelo exílio eram considerados traidores, logo, Wilson era totalmente contrário a essa opção. Ana, por outro lado, não tinha tanta certeza. Em 1974 a quase totalidade da ALN estava no exílio e já discutia o fim da luta armada

As visitas feitas por Ana aos seus amigos nos seus últimos meses, antes de desaparecer, denotam que ela já esperava pelo pior, e que talvez previsse seu sacrifício pelos ideais que lutava. A iniciativa do sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, executada pela ALN junto ao MR-8, havia colocado a organização na mira da repressão. Não há indícios da participação de Ana no sequestro.

Ana Rosa e Wilson faziam parte dos últimos quadros da ALN, sendo que Wilson tinha uma posição elevada na organização. Em dezembro de 1973, Wilson foi demitido da TELESP sem justificativa. Foi o sinal de que o cerco estava se fechando. Os últimos integrantes do grupo sempre carregavam pílulas de cianeto de potássio (um composto usado por vários soldados de guerras, mas também por civis para cometer suicídio). Vale ressaltar que o membro da ALN responsável por fazer estas pílulas era Ana Rosa. Wilson Silva, foi uma das últimas lideranças da ALN, nos seus últimos meses foi ele quem sustentou a organização, mesmo sabendo que os agentes do Estado já tinham ciência da sua localização. Ana Rosa chegou a pedir para alguns amigos do seu marido tentarem convencê-lo a sair do Brasil antes que fosse tarde demais, o que demonstra que a opção em permanecer no país e arriscar a vida foi exclusivamente dele. Ana foi mais fiel ao seu relacionamento do que à sua própria segurança.

Wilson era bastante radical e conscientemente deu a vida pela ideologia. O fato é que Wilson tinha certeza de que seria morto naquele fatídico 1974. Ele e Ana eram os últimos alicerces da ALN, sendo os responsáveis pelo financiamento e por retirar do Brasil os últimos remanescentes da organização. Wilson pediu para Ana sair do país, mas ela era taxativa em seguir o mesmo destino dele, não desistindo em solidariedade ao marido.

Em 1974 Ana Rosa já não frequentava a Universidade. Além da questão da segurança, ela estava tendo alguns problemas de saúde (infecções urinárias e impactos dos abortos que afetavam seu útero). Sua intenção era solicitar uma licença médica para tratar da saúde e conseguir se esconder dos seus perseguidores. O responsável por disponibilizar esse afastamento era seu superior e orientador, Paschoal Senise. Foi precisamente no dia em que foi até o campus tentar convencer o professor que Ana desapareceu.

Seis meses antes de ser assassinada, em Petrópolis, com 32 anos à época, Ana Rosa se encontrou com Bernardo, em São Paulo, pela última vez. Ana pediu para que o irmão tivesse muito cuidado com seus artigos escritos para o jornal *Opinião*, do qual Bernardo era correspondente na Inglaterra. Além de lhe confidenciar que estava casada com Wilson, em segredo, há 5 anos.

Voltando ao trágico dia, Wilson Silva estava no trabalho e havia marcado um encontro com Ana para almoçar na Praça da República, já que seu aniversário havia sido no dia anterior. Wilson não voltou para o trabalho e Ana não chegou à Faculdade. Desde 1974 Bernardo procura pela irmã. Majer faleceu em 1976, sem maiores notícias. Era comum que alguns integrantes de organizações de resistência ao Regime Militar cedessem informações sob tortura, Wilson e Ana desconfiavam de que haviam sido delatados.

Segundo Godoy (2014), um membro da ALN foi capturado e, depois de interrogado, deu informações sobre o casal. De acordo com depoimento de uma pessoa com o nome fictício de Tenente José, que também informou que Wilson era comando nacional da ALN, sendo capturado no Vale do Anhangabaú ao sair do carro que Ana dirigia. Ana Rosa tentou fugir, mas também foi capturada pouco depois, perto do apartamento onde morava. Os dois foram levados para a Casa da Morte, em Petrópolis, no Rio de Janeiro.

Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva foram sequestrados em 22 de abril de 1974 pelo delegado Sérgio Fleury<sup>42</sup> e encaminhados para a Casa da Morte, em Petrópolis, onde conheceram seu fim, após sessões de tortura. Durante anos o Estado Brasileiro não assumiu o desaparecimento e a morte do casal, mas com o passar do tempo surgiram

---

<sup>42</sup> Atuou como delegado do DOPS-SP (Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo) durante a Ditadura Civil-Militar, mais precisamente a partir de 1968. É considerado um dos repressores mais cruéis do período. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/delegado-fleury/>  
Acesso em: 10/11/2023

novas informações. O ex-delegado do DOPS Cláudio Guerra contou em entrevista aos jornalistas Marcelo Netto e Rogério Medeiros, depoimento que se encontra no livro *Memórias de uma Guerra Suja*, que os corpos de Ana e Wilson foram levados para a Usina Cambahyba, no Rio de Janeiro, com o objetivo de serem incinerados. O corpo de Ana apresentava sinais de violência sexual e Wilson não tinha as unhas da mão direita. (FIGUEIREDO, 2017, p. 142)

Somente em fevereiro de 1996 os familiares tiveram direito à certidão de óbito de Ana Rosa e Wilson Silva, quase 22 anos após o desaparecimento do casal. Os nomes de ambos constam na lista de Desaparecidos Políticos da lei 9.140 de 1995.

De acordo com informações presentes em Termo de Declaração de Bernardo Kucinski à Comissão de Justiça e Paz sobre o desaparecimento de Ana Rosa e Wilson Silva<sup>43</sup>, a família teve ciência, através de colegas, da ausência de Ana Rosa da Universidade, passando a tomar providências de imediato para localizar o casal. Sua primeira atitude foi registrar o desaparecimento do casal diante da polícia comum. A partir de então, a família Kucinski passou a visitar todas as repartições públicas, hospitais, necrotérios, DOI-CODI II Exército, Deops e Cúria Metropolitana de São Paulo. Como o carro de Ana também havia desaparecido, foram empreendidos esforços no sentido de localizar o veículo, mas sem sucesso. Em dezembro de 1974, o irmão mais velho de Ana, Wulf, que morava em Israel, conseguiu através dos seus esforços que o governo de Israel concedesse vistos de entrada no país para Ana Rosa e Wilson Silva, caso o governo brasileiro os liberasse. Essa decisão foi comunicada oficialmente ao ministro Golbery do Couto e Silva, que levantou a hipótese de Ana estar detida numa Instituição Aeronáutica, se comprometendo a dar atenção ao assunto e uma resposta mais assertiva, que nunca veio. Em 3 de janeiro de 1975 a família conseguiu contato com Paulo Sawaya, figura com bastante influência nos meios de segurança de São Paulo. Em contato por telefone, Sawaya informou que o casal havia sido preso pelos órgãos de segurança, prometendo mais informações posteriormente, contudo, no dia seguinte, negou tudo, afirmando que era apenas um engano. Bernardo não aceitou a evasiva, insistindo na versão anterior de Sawaya, que prometeu levar Bernardo ao QG do 2º Exército, onde foi apresentado a dois oficiais, o Coronel Cássio e o Major Moreira, que lhe mostraram as listas de presos políticos, não constando os nomes de Ana e Wilson. Sawaya disponibilizou a Bernardo um contato no QG do 1º Exército no

---

<sup>43</sup> Conferir Termo de Declaração no Anexo B.

Rio de Janeiro, para onde Bernardo se deslocou para encontrar essa pessoa, mas sem obter maiores informações. Devido às investigações e denúncias empreendidas pela família sobre o desaparecimento do casal, Majer Kucinski foi chamado pela Justiça Federal à audiência com o juiz Teófilo Ribeiro de Andrade, para prestar depoimento, numa óbvia tentativa de intimidação. O depoimento ocorreu no Deops de São Paulo, no início de 1976, quando a família recebeu um pacote pelo correio, vindo de Portugal, supostamente enviado por Ana Rosa, contendo material de propaganda política, configurando mais uma tentativa de desorientar a família. Em outubro de 1978 Bernardo foi procurado por um indivíduo que afirmava ter sido libertado pelo Deops a pouco tempo, apresentado como José Fernando Marques Fogaça. Fogaça afirmava ter sido sequestrado em Porto Alegre em dezembro de 1975, e que teria conhecido Ana Rosa na prisão, informações que Bernardo muito desconfiou serem falsas.

A “Casa da Morte” foi um centro clandestino de tortura e assassinatos criado pelos órgãos de repressão da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) numa residência na cidade de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro. No local, diversos presos políticos capturados foram torturados e assassinados por agentes do governo durante a década de 70, fato que se tornou público com as denúncias da única sobrevivente, a dirigente da organização VAR-Palmares Inês Etienne Romeu. Ela foi aprisionada, estuprada e torturada por 96 dias no local, antes de ser despejada numa rua do subúrbio da cidade quase morta, mas sobrevivendo para contar a história. Localizada na rua Arthur Barbosa, 50, era chamada pelos militares de “Codão”. Era propriedade do empresário alemão Mario Lodders, um simpatizante da ditadura que a cedeu ao Exército, sendo montada após a ordem do então ministro do Exército Orlando Geisel ao Centro de Informações do Exército (CIE).

Na Lei 9.140/1995, conhecida como Lei dos Desaparecidos, o Estado assume a responsabilidade pelas mortes e desaparecimentos dos militantes da oposição à ditadura. A referida lei disponibiliza aos familiares dos mortos e desaparecidos integrantes de ações políticas, já reconhecidos, a indenização pecuniária em caráter reparatório. Essa indenização corresponde ao pagamento de valor único igual a R\$ 3.000,00 (três mil reais) multiplicado pelo número de anos proporcionais à expectativa de sobrevivência do desaparecido, levando-se em conta a idade à época do desaparecimento. A indenização não deveria, sob nenhuma circunstância, ser inferior a R\$ 100.000,00 (cem

mil reais), concedida a partir de decreto do Presidente da República, após decisão positiva da Comissão Especial criada por essa Lei.

A Lei também possibilita aos familiares dos desaparecidos políticos mortos pela repressão, a requisição de sua certidão de óbito em cartório. Os atestados de óbito disponibilizados, contudo, não explicam a causa, o local ou a data da morte. A certidão de óbito de Ana Rosa Kucinski Silva foi lavrada de acordo com o estabelecido nessa Lei. Não consta a data da morte, sua causa ou local. Temos apenas as seguintes informações: “ANA ROSA KUCINSKI ou ANA ROSA KUCINSKI SILVA, Desaparecida desde 1974, não deixou testamento conhecido, deixou bens, não deixou filhos, herdeiros menores ou interditos, era eleitora e contribuinte do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Demais dados ignorados pelo declarante. NADA MAIS. Todo o referido é verdade e dou fé”. A certidão de óbito de Wilson Silva também carece de maiores informações.

Figura 16: Certidão de óbito de Ana Rosa Kucinski Silva, datada de 26 de fevereiro de 1996.

f6-12  
faj



C.G.C. 68.968.916/0001-73  
Av. Rangel Pestana, 271  
1º Andar - Sé - CEP 01017-000  
Fones: 605-6401 - 232-2515

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - PRIMEIRO SUBDISTRITO SÉ

SÃO PAULO - COMARCA DA CAPITAL - BRASIL

*Dra. Geny de Jesus Macedo Morelli*

Oficial

CERTIDÃO DE ÓBITO

Livro-C-15-----Folhas-----283-----Terço Nº--971-----

CERTIFICO que, em-26-de-fevereiro--de-1996, foi feito o registro do óbito de

ANA ROSA KUCINSKI ou ANA ROSA KUCINSKI SILVA-----

Sexo--feminino-----profissão--professora-----

Natural de-São Paulo - SP-----estado civil--casada-----

Nascida aos doze de janeiro de mil novecentos e quarenta e dois-----

Filho de--MAJER KUCINSKI e ESTHER KUCINSKI-----

Declarante-BERNARDO KUCINSKI, grau de parentesco (Iraão)-----

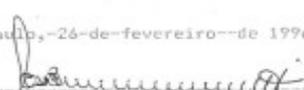
.OBSERVAÇÕES:Registro de Óbito lavrado nos termos do Artigo 32 da Lei 9.140,-  
de 04 de dezembro de 1995 e conforme decisão do MMJ Juiz Corregedor Geral da  
Justiça, Dr. Marcio Martins Bonilha, datado de 29 de janeiro de 1996.ANA RO-  
SA KUCINSKI ou ANA ROSA KUCINSKI SILVA, desaparecida desde 1974, não deixou-  
testamento conhecido, deixou bens, não deixou filhos, herdeiros senores ou -  
interditos, era eleitora e contribuinte do INSS. Demais dados ignorados pelo  
declarante. NADA MAIS. Todo o referido é verdade e dou fé.-----

Digitado por: Cibeli

Certidão: R\$ 8,65

São Paulo,--26-de-fevereiro--de 1996.

18 Registro Civil das Pessoas Naturais - Sé - São Paulo - SP  
Av. Rangel Pestana, 271 12 andar-Centro - CEP: 01017-000  
Reconheço verdadeira a  
CIBELI DA SILVA BORTOLOTTO  
São Paulo, 26 de fevereiro de 1996  
Em testemunho da verdade  
Encargos: R\$ 6,75  
DRA. GENY DE JESUS MACEDO MORELLI  
OFICIAL



CIBELI DA SILVA BORTOLOTTO.  
secretamente substituta

Fonte: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2021.

Figura 17: Certidão de óbito de Wilson Silva, datada de 16 de fevereiro de 1996.



C.G.C. 68.968.916/0001-73  
Av. Rangel Pestana, 271  
1º Andar - Sé - CEP 01017-000  
Fones: 605-6401 - 232-2515

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - PRIMEIRO SUBDISTRITO SÉ  
SÃO PAULO - COMARCA DA CAPITAL - BRASIL  
*Dra. Geny de Jesus Macedo Morelli*  
Oficial

CERTIDÃO DE ÓBITO

Livro--C-15-----Folhas---281-----Termo NR---969-----

**CERTIFICO** que, em-16-de--fevereiro-de-1996, foi feito o registro do óbito de  
WILSON SILVA-----

Sexo---masculino-----profissão---físico-----

Natural de--São Paulo-----estado civil---casado-----

Nascido aos vinte e ua de abril de mil novecentos e quarenta e dois-----

Filho de-JOAO SILVA, LYGIA VILLAGA DA SILVA, também assina LIGIA VILAGA SIL-  
VA e LIGIA VILAGA-----

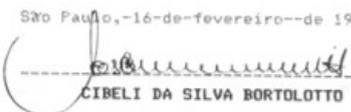
Declarante-LYGIA VILLAGA DA SILVA, também assina LIGIA VILAGA SILVA e LIGIA-  
VILAGA, grau de parentesco (Mãe)-----

**OBSERVAÇÕES:**Registro de Óbito lavrado nos termos do Artigo 3º da Lei 9140, de  
04 de dezembro de 1995 e conforme decisão do MMJ Juiz Corregedor Geral da Jus-  
tiça, Dr. Marcio Martins Bonilha, datado de 29 de janeiro de 1996. WILSON /  
SILVA, desaparecido desde 1974, com último domicílio à Rua Padre Chico, não-  
deixou testamento conhecido, nem bens, não deixou herdeiros menores ou in-  
ditos, era eleitor. Demais dados ignorados pela declarante. **NADA MAIS.** Todo-  
o referido é verdade e dou fé.-----

Digitado por: Cibeli

Certidão: R\$ 8,65

São Paulo, -16-de-fevereiro--de 1996.

  
**CIBELI DA SILVA BORTOLOTTO**  
 escrevente substituta

Fonte: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2021.

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade apresenta a seguinte conclusão sobre o caso de Ana Rosa Kucinski Silva:

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Ana Rosa Kucinski desapareceu no dia 22 de abril de 1974, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada

no país a partir de abril de 1964. Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização dos seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos. (BRASIL, CNV, 2014)

A partir do relatório da CNV, dentre as 243 vítimas de desaparecimento forçado, somente 33 tiveram os corpos identificados. Em diversas situações, a identificação ocorreu muitos anos após o desaparecimento. Ana Rosa Kucinski Silva é, portanto, uma das 210 vítimas da ditadura que não tiveram o corpo identificado.

A Resolução nº 02, de 29 de novembro de 2017, divulgada em 11 dezembro de 2017 no Diário Oficial da União, determina a emissão de atestados com a finalidade de correção de declarações de óbito dos indivíduos reconhecidos como mortos ou desaparecidos políticos, através de requerimentos administrativos, ou seja, movidos diretamente em cartórios, e sem despesas, com base na Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995, e na Lei 12.528 de 18 de novembro de 2011. Essa revisão permite a revisão da causa e outras circunstâncias destas mortes.

Ana Rosa desapareceu aos 32 anos de idade na companhia de seu marido, Wilson Silva, em São Paulo. Em outubro de 1975, Ana Rosa foi demitida pelo Instituto de Química da USP, onde era professora, por abandono de função. Em 2012, organizações de direitos humanos em debate no Fórum Aberto pela Democratização, da USP, solicitaram à direção da universidade a anulação da decisão do processo iniciado pela reitoria no ano de 1974, que resultou na demissão de Ana Rosa por 13 votos favoráveis e dois votos em branco, ignorando o seu desaparecimento forçado:

Ainda em referência à adesão ao regime militar, cabe o registro de um caso constrangedor para os meios acadêmicos. Nem todos aqueles que tomaram parte do episódio apoiavam a repressão política nem podem ser classificados como colaboradores ou adesistas. Mesmo assim, faltou-lhes coragem para agir de modo diferente. Trata-se da reunião da congregação do Instituto de Química da USP, em 1975, que deliberou pela rescisão do contrato da professora Ana Rosa Kucinski. Ela estava desaparecida havia mais de um ano, presa como militante de um grupo guerrilheiro. Provavelmente já estava morta quando seus colegas decidiram pelo cancelamento do contrato por abandono de função. Embora também estivessem em jogo interesses corporativos, essa foi uma atitude lamentável, que importou menos por seus efeitos práticos que pelo simbolismo, apresentando vivo contraste com situações semelhantes em que outros docentes agiram de maneira diametralmente oposta. (MOTTA, 2014, p. 290)

Em requerimento<sup>44</sup> enviado à Comissão Especial do Ministério da Justiça dos Mortos e Desaparecidos, ao seu presidente Miguel Reale Júnior, em 1996, Bernardo

---

<sup>44</sup> Conferir requerimento de Bernardo Kucinski no Anexo A.

Kucinski solicita indenização e a localização dos restos mortais de sua irmã, tendo recolhido as seguintes informações:

1-Minha irmã e seu marido Wilson Silva foram presos na tarde de 22 de abril de 1974, pelo agente do DOI-CODI de codinome Paulo da Silva Júnior, quando voltavam para sua residência, na Rua Padre Chico, bairro de Pompéia, São Paulo.

2- O verdadeiro nome desse agente é José Rodrigues Gonçalves, cabo reformado do exército. O cabo reformado José Rodrigues costuma auxiliar a PM no Distrito Policial de Carapicuíba, São Paulo. O II Exército possui o seu endereço completo.

3-Minha irmã e meu cunhado foram levados na madrugada do mesmo dia para Petrópolis pelos policiais Énio Pimentel da Silveira e Sérgio Paranhos Fleury, ambos já mortos, motivo pelo qual se torna urgente a tomada do depoimento do cabo reformado José Rodrigues Gonçalves.

4-O sargento José Sanches Vallejo Júnior possui informações isoladas sobre o episódio, pois contactou o cabo reformado José Rodrigues ao arquitetar uma tentativa de extorsão contra mim em 1974. O II Exército possui o endereço do sargento Vallejo.

5- O ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto, em seu depoimento à Veja, em 18/11/1992, corrobora à pg. 26 a informação de que foram presos em São Paulo e levados para Petrópolis. Deve ter mais informações sobre as circunstâncias das mortes e o destino dos despojos.

6-Entrevistado por mim em 31/05/87, o médico Amílcar Lobo, reconheceu as fotos de Wilson Silva como alguém que passou pela casa de Petrópolis. (...)

7-O Sr. Paulo Sawaya, na condição presumida de agente dos serviços de repressão, informou-me em 3 de janeiro de 1975 que minha irmã efetivamente havia sido presa pelos órgãos de segurança em São Paulo, e transferida da jurisdição do II Exército. Ficou de me dar detalhes no dia seguinte, quando, assustado, negou tudo. O Sr. Paulo Sawaya tornou-se assessor do deputado Federal Delfim Neto.

Não me movem outros sentimentos senão necessidade pessoal de esclarecer as circunstâncias da morte da minha irmã e meu cunhado e recuperar seus restos mortais, para lhes dar sepultura, assim como a convicção de que esse esclarecimento é condição para que tais fatos não se repitam. (COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2022)

Em 05 de fevereiro de 1996 Lygia Villaça da Silva, mãe de Wilson Silva, enviou requerimento ao presidente da Comissão Especial de Desaparecidos Políticos solicitando os benefícios da Lei 9.140/95 (Lei dos Desaparecidos Políticos), em virtude do desaparecimento do seu filho.

Figura 18: Requerimento de Lygia Villaça da Silva a CEDP, 1996.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão Especial  
Dr. Miguel Reale Júnior

Lei n.º 9140/95 DE FÉRIAS E LICENÇAS  
PROTOCOLADO DE 08/03/96  
Em 08/03/96

Identidade No.º

LYGIA VILLACA DA SILVA, que também assina LIGIA VILACA SILVA e LIGIA VILACA, brasileira, viúva, do lar, R.G. 29.451.632-X, C.P.F. 098.458.348-33, residente e domiciliada à comarca de Taubaté, à R. Irmã Maria Rita de Moura, 60, Taubaté - SP, vem respeitosamente, requerer os benefícios da Lei 9.140 de 15/12/95, em decorrência do desaparecimento de seu filho WILSON SILVA.

Termos em que pede deferimento.

  
Lygia Villaça da Silva  
LIGIA VILACA SILVA

Taubaté, 05 de fevereiro de 1996

1o. CARTORIO DE NOTAS DE TAUBATÉ - SP, Tabelião: Edison Martins Rosa  
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:  
LYGIA VILLACA DA SILVA  
do que dou fe. Em testemunho  
09/03/96 Taubaté, 05 de fevereiro de 1996  
Edison Martins Rosa Filho  
Custas p/ verbo por firma Cr\$

Ofício de Notas  
12  
Taubaté

Fonte: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2021.

A ausência dos restos mortais é uma tentativa de inserir o desaparecimento de Ana Rosa nas estatísticas, configurando mais um desrespeito ao luto da sua família. A certidão de óbito, apenas, não é o suficiente. Bernardo, assim como seu pai, sempre buscou respostas. Os fatos sobre a morte de Ana precisavam de divulgação. A solicitação dos familiares de desaparecidos tem respaldo histórico nas diretrizes de respeito aos mortos, sendo uma tradição das civilizações antigas.

### **3.3.1 Ana Rosa e a Ação Libertadora Nacional (ALN).**

Conforme Ana Rosa se aproximava da ALN, o que marca o posicionamento de resistência a um governo antidemocrático e autoritário, ocorreu um afastamento da sua família. Seu casamento, sem cerimônia e apenas registrado em cartório, não era do conhecimento dos seus familiares. Observamos que no romance *K. Relato de uma Busca*, de autoria de Bernardo Kucinski, o pai de Ana Rosa (Majer) descobre seu matrimônio com Wilson Silva no decorrer das buscas pelo paradeiro do casal. De acordo com a Certidão de Casamento, datada de 11 de julho de 1970, recolhida e apresentada pela Comissão da Verdade de São Paulo, a união se deu através de separação de bens. Uma escolha que demonstra o cuidado de ambos com a segurança. Vale ressaltar que, a partir de então, Ana passou a assinar Ana Rosa Silva.

Figura 19: Certidão de casamento de Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva.

# República Federativa do Brasil



Estado de São Paulo  
**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL**  
 35.º SUBDISTRITO - BARRA FUNDA — Distrito, Município e Comarca de São Paulo - Capit.  
 Rua Barra Funda, 508 — Telefone 52-2642

*Adelina Penna Navarro*  
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

*Henrique Navarro*  
OFICIAL MAIOR

## CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIFICO, que no Livro B -34- de Registros de CASAMENTOS à Fls. 89vº, sob número, 10.621- deste Cartório consta o casamento de WILSON SILVA e Da. ANA ROSA KUCINSKI, solteiros-//  
 -// -//  
 contraído no dia de hoje-//  
 Ela, nascido em nesta Capital-//  
 Em 21 de abril - de 1942, profissão professor-//  
 filho de JOÃO SILVA-//  
 e de Dona LIGIA VILAÇA-//  
 Ela nascida nesta Capital -//  
 Em 12 de janeiro - de 1942, profissão professora-//  
 filha de NAJER KUCINSKI-//  
 e de Dona ESTER KUCINSKI-//  
 A contraente passou a assinar: ANA ROSA SILVA-//  
 Regime: Separação de bens, conforme escritura de pacto ante-nupcial lavrada no 7º Tabelionato, Livro 2025, Fls. 338-//  
 Observações: PRIMEIRA VIA- ISENTA DE SELOS-//

O referido é verdade e dou fé.

**HENRIQUE NAVARRO**  
OFICIAL MAIOR  
**REGISTRO CIVIL**  
 35.º Subdistrito - Barra Funda  
 Comarca do São Paulo

São Paulo, 11 de julho de 1970-// X55X66X

O Oficial - maior-

*Henrique Navarro*

Fonte: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2021.

A ALN foi a organização de maior expressão e contingente entre os grupos que praticaram ações de guerrilha urbana no período entre 1968 e 1973. Surgiu de uma divisão do PCB (Partido Comunista Brasileiro) entre 1967 e 1968 e sua história está diretamente ligada ao nome de Carlos Marighella, antigo dirigente do PCB. A ALN nasce com uma estruturação orgânica ambígua, sem uma direção coletiva, adotando a “autonomia tática dos grupos armados”, com a ideia de que ninguém precisa pedir licença para fazer a Revolução. “A ação faz a vanguarda”, torna-se lema central da organização.

Figura 20: Pôster da ALN, 1970.



Fonte: Memorial da Democracia 2022.

Foi das próprias ideias de Carlos Mariguella que teve origem a ALN, adaptando o modelo desenvolvido em Cuba às especificidades brasileiras. Em relação à organização da ALN, seguia princípios do anarquismo<sup>45</sup>, sem uma direção controladora ou níveis intermediários. Os grupos tinham liberdade de ação e os comandos tinham interferência apenas em atividades de grande porte, envolvendo vários grupos. A militância da ALN era proveniente da dissidência estudantil de São Paulo. Sua principal tática era a ação militar direta. Entre os seus objetivos estava a consolidação da revolução através de duas etapas, onde a libertação nacional abriria caminhos para o

<sup>45</sup> Anarquismo é uma teoria política revolucionária que se opõe a todo tipo de hierarquia e dominação, seja ela política, econômica, social ou cultural, como o Estado, o capitalismo, as instituições religiosas, o racismo e o patriarcado. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/rocker/1920/mes/90.htm>  
Acesso em: 09/11/2023

poder socialista. Os fracassos da guerrilha rural fortaleceram os princípios da guerrilha urbana. A partir de dezembro de 1967, a ALN deu início a prática de assaltos com o objetivo de levantar fundos e financiar suas ações. Os principais alvos eram bancos e veículos de transporte de valores. (GORENDER, 1987, p. 98)

No início de 1969 a guerra revolucionária estava iniciando e aparentemente dentro do planejado. A ditadura parecia enfraquecida e os militantes abundavam. A deficiência com que se protegiam bancos e carros-fortes possibilitava um financiamento regular. Em 1968 ocorreram dezessete assaltos a agências bancárias e carros-fortes em São Paulo, o que representa uma ação a cada três semanas. Nos últimos cinco meses de 1969 esse número pulou para 59, um a cada seis dias. (GASPARI, 2002, p. 354)

A denominação Ação Libertadora Nacional se estabelece apenas em 1969. É nesse mesmo ano que a ALN executa suas primeiras ações armadas, atraindo contingentes significativos de militantes, especialmente entre estudantes, adquirindo rapidamente expressão nacional. Em setembro, de 1969, a ALN ganha evidência nacional e internacional quando realiza, em parceria com o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), o sequestro do embaixador norte-americano no Brasil, cujo resgate foi a soltura de 15 prisioneiros políticos e a divulgação de um manifesto revolucionário na imprensa do país.

A partir de 1969 a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e a ALN (Ação Libertadora Nacional), da qual Ana Rosa era integrante, entenderam que a luta armada seria a melhor resposta ao recrudescimento da ditadura. A imersão na luta armada exigia expropriações, principalmente assaltos a agências bancárias. A guerrilha urbana tinha papel tático e a guerrilha rural ocupava posição estratégica. A ALN ficou responsável pela continuidade da guerrilha urbana até a sua completa extinção.

No início de 1969 as estimativas apontavam a existência de cerca de oitocentos militantes que participavam com ações armadas na esfera que ia da ALN ao PCBR. De acordo com Richard Helms, diretor da Central Intelligence Agency (CIA), “o número de pessoas metidas com terrorismo, em qualquer época, nunca passou de mil”, dados fornecidos ao senado americano em maio de 1971. Segundo o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, seriam 1650. Todas as organizações possuíam uma estrutura celular, reunindo-se em grupos fechados, subordinados a uma direção nacional. Na teoria, seus integrantes conheciam somente os seus companheiros de célula e um coordenador escolhido pela direção. As células agiam como rede de apoio, contribuindo nas

comunicações e no transporte, dando suporte para futuras ações. Os comandos armados eram a alma do grupo, que se protegia com regras rigorosas que levavam os militantes à completa clandestinidade. Estes comandos eram a razão de ser da organização e possuíam cerca de 20 integrantes cada um. (GASPARI, 2002, p. 352)

O que acontecia nas câmaras de tortura era encoberto, ficando desconhecido pela população, enquanto os assaltos que resultavam na morte de guardas e soldados eram alardeados pela imprensa, colocando os militantes de esquerda como terroristas. O milagre econômico também contribuiu para que as massas deixassem a vanguarda da esquerda sem base social.

Com o apoio de figuras como Joaquim Câmara, Raphael Martinelli e da companheira Zilda Xavier, Marighella esteve à frente a maior organização de guerrilha contra a Ditadura Civil-Militar. Consequentemente, tornou-se o maior inimigo do regime. Na noite de 4 de novembro de 1969, Carlos Marighella foi assassinado em São Paulo, em uma emboscada na Alameda Casa Branca, região do Jardim Paulista. Comandada pelo delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Sérgio Paranhos Fleury, a armadilha se aproveitou da proximidade que Marighella tinha com os freis dominicanos para organizar um falso encontro. O baiano foi atingido por cinco tiros e, embora estivesse em posse de uma arma e duas ampolas de cianureto, para envenenamento, não conseguiu se defender. Apenas algumas horas depois, foi sepultado como indigente no cemitério da Vila Formosa, em São Paulo. Em 1979, seu corpo foi transferido para o cemitério Quinta dos Lázaros, em Salvador, sob um túmulo feito por Óscar Niemeyer.

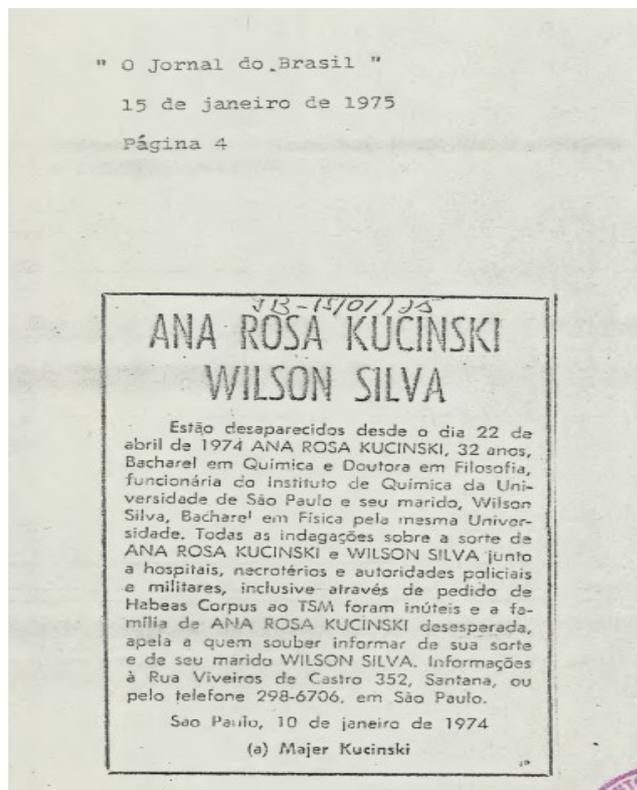
A repressão tornou-se cada vez mais implacável, principalmente após o sequestro do embaixador americano, atingindo o próprio Marighella. A sua morte desestruturou a ALN, sobretudo devido à inexistência de uma direção colegiada. Joaquim Câmara Ferreira, o “Toledo”, também antigo dirigente do PCB passou a desenvolver um trabalho de reorganização da ALN, mas em 1970 cerca de mil militantes e admiradores da organização já tinham sido detidos, principalmente em São Paulo.

Em todo o ano de 1970 as prisões empreendidas pelos órgãos de repressão continuam alcançando a ALN. O próprio “Toledo” é sequestrado e morto sob torturas em outubro. A partir de então a ALN sofre devido à inexperiência das direções sucessoras, além das frequentes prisões. A luta armada ficou nitidamente isolada, eram

poucos os quadros e o trabalho político não foi o bastante para reestruturar as baixas causadas pela repressão. Quando o grupo toma a iniciativa de fuzilar alguns agentes de Estado, a repressão contra-ataca com uma ferocidade que finalmente extermina a ALN. Entre abril e maio de 1974 ocorre um último fluxo de prisões que desarticula a última direção desse grupo.

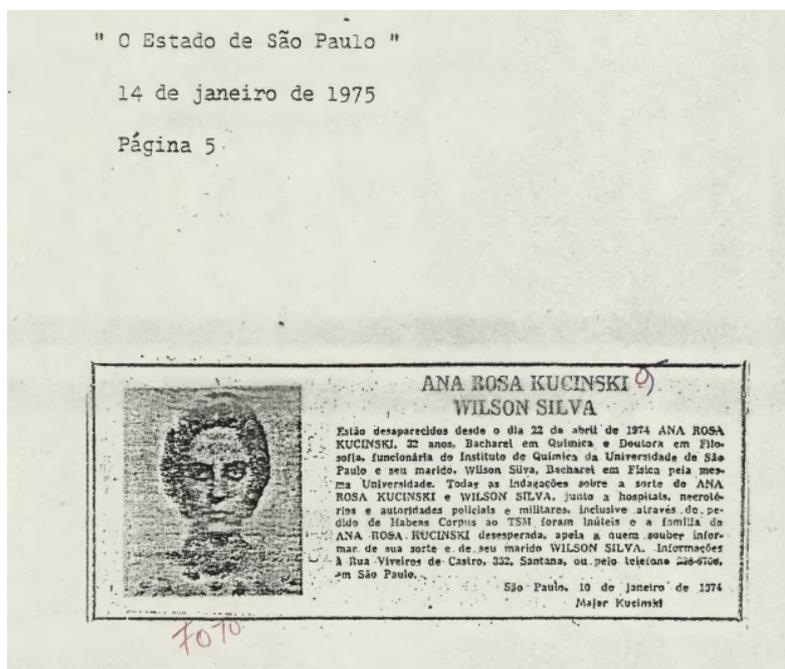
### 3.3.2 A memória monumentalizada de Ana Kucinski

Figura 21: Jornal do Brasil, 15 de janeiro de 1975.



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

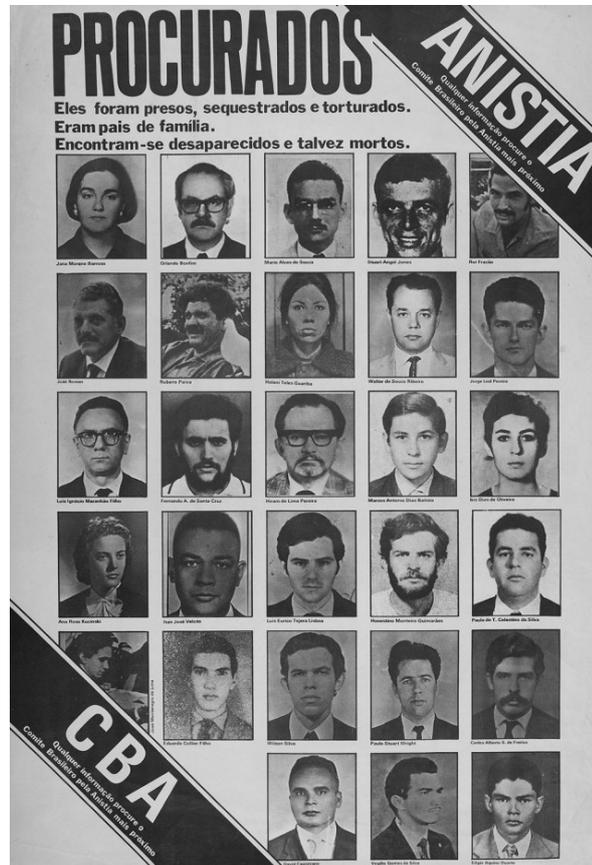
Figura 22: Jornal O Estado de São Paulo, 14 de janeiro de 1975.



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Diversas iniciativas com o objetivo de se obter informações referentes ao paradeiro de Ana Rosa e Wilson Silva foram colocadas em prática por seus familiares e amigos mais próximos. Podemos conferir, acima, notas do Jornal do Brasil e do Estado de São Paulo de 14 e 15 de janeiro de 1975, apesar do erro na data do anúncio. Iniciativas de Majer, em relação ao desaparecimento do casal. Passados quase nove meses do fatídico desaparecimento, as buscas continuavam, mas de forma cada vez mais angustiante: “Estão desaparecidos desde o dia 22 de abril de 1974 ANA ROSA KUCINSKI, 32 anos, Bacharel em Química e Doutora em Filosofia, funcionária do Instituto de Química da Universidade de São Paulo e seu marido, Wilson Silva, Bacharel em Física pela mesma Universidade. Todas as indagações sobre a sorte de ANA ROSA KUCINSKI e WILSON SILVA junto a hospitais, necrotérios e autoridades policiais e militares, inclusive através de pedido de Habeas Corpus ao STM foram inúteis e a família de ANA ROSA KUCINSKI desesperada, apela a quem souber informar da sua sorte e de seu marido WILSON SILVA. (...)”

Figura 23: Cartaz do Comitê Brasileiro pela Anistia.



Fonte: Memorial da Democracia.

O cartaz do Comitê Brasileiro pela Anistia, acima, nos traz algumas informações. Importante salientar a presença de duas figuras que muito nos interessam. Da esquerda para a direita, Ana Rosa Kucinski é a primeira da quarta fileira, Wilson Silva é o terceiro da quinta fileira. O CBA buscava o apoio da população civil na esperança de conseguir informações sobre o paradeiro dos desaparecidos políticos. O próprio cartaz evidencia que estas pessoas podem estar mortas: “Eles foram presos, sequestrados e torturados. Eram pais de família. Encontram-se desaparecidos e talvez mortos”.

A Comissão da Verdade Rubens Paiva organizou audiência pública no dia 29 de outubro de 2013 sobre o caso de Ana Rosa Kucinski/Ana Rosa Silva. O evento foi realizado no Instituto de Química, tendo como uma das pautas a revisão da demissão da professora. Em 17 de abril de 2014, a Congregação do Instituto de Química votou a

solicitação da Comissão da Verdade da USP, quando, por unanimidade de votos, foi anulada a demissão. A Comissão da Verdade da USP foi a responsável por colocar a revogação da demissão por justa causa em pauta na Congregação do Instituto novamente. A família Kucinski recebeu um pedido formal de desculpas da Congregação, mas faltou, segundo o próprio Bernardo Kucinski, uma postura de autocrítica em relação a toda convivência e colaboração da USP com o regime. No dia 22 de abril 2014 foi inaugurado uma escultura em homenagem à Ana Rosa nos jardins do Instituto de Química da universidade, quando eram completos exatos 40 anos do seu desaparecimento. A memória enquanto objeto pode ser materializada em forma de arte.

Figura 24: Homenagem do Instituto de Química da USP à Ana Rosa Kucinski Silva. “Que a sua lembrança inspire as futuras gerações a lutar, como ela, contra os que tentam sufocar a liberdade.”



Fonte: Jornal do Campus (USP).

Algumas iniciativas de recuperação das memórias de vítimas da ditadura são importantes. No caso de Ana Rosa temos a nomeação de ruas, a construção de um monumento em sua homenagem na USP, a revisão do processo de demissão por abandono de função. Por outro lado, mesmo com a conclusão dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, não tivemos no Brasil o reestabelecimento e o respeito à justiça. Vale ressaltar que este era o limite de atuação da CNV, não havendo possibilidade de punição, ou seja, sem poder de justiça.

Outra constatação que nos traz preocupação em relação aos rumos do país diz respeito ao desconhecimento da população, em geral, sobre a temática dos “desaparecidos políticos”. Se uma parcela mais significativa da população clamasse por justiça, em defesa dos valores democráticos e dos direitos humanos, teríamos um debate mais qualificado.

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo recomenda que se busque elucidar as circunstâncias do sequestro, tortura e assassinato, além do local onde foram cometidos esses crimes. É imprescindível a localização dos restos mortais da vítima e sua devolução para a família. Diante das circunstâncias do caso e das informações obtidas pôde-se concluir que Ana Rosa foi presa, torturada e assassinada por agentes do Estado brasileiro. Ela é considerada desaparecida política, por não ter os seus restos mortais entregues aos seus familiares, não permitindo o seu sepultamento.

Em homenagem a Ana Rosa Kucinski Silva e Wilson Silva, ruas da cidade de São Paulo receberam seus nomes. A cidade do Rio de Janeiro também deu o nome de Ana Rosa a um logradouro. Ana Rosa foi homenageada também com a criação da Associação Atlética Acadêmica Ana Rosa Kucinski (AAAARK), no Instituto de Química da Universidade de São Paulo, em 15 de junho de 1988, pelos ex-diretores esportivos do Centro de Estudos Químicos Heinrich Rheinboldt.

Figura 25: Rua Ana Rosa Kucinski Silva, localizada no bairro Senador Camará, zona oeste do município do Rio de Janeiro, em destaque, no centro da imagem.



Fonte: Google Maps.

Figura 26: Rua Majer Kucinski, localizada no distrito Capão Redondo, zona sul da cidade de São Paulo, em destaque, no centro da imagem.



Fonte: Google Maps.

Figura 27: Rua Wilson Silva, localizada no Bairro Jova Rural, zona norte da cidade de São Paulo, em destaque, no centro da imagem.



Fonte: Google Maps.

Estas iniciativas fazem parte da disputa pela memória do período. De acordo com Pollak (1989), quando quebramos o tabu e, conseqüentemente, as memórias subterrâneas finalmente acessam o espaço público, diversas reivindicações se associam a essa disputa da memória. Essa disputa permite a criação daquilo que Pierre Nora chama de *lugares de memória*. Segundo Nora (1993), o interesse pelos lugares onde a

memória se solidifica e se acomoda está ligado a um momento específico da nossa história. Momento de conexão onde a consciência do rompimento com o passado se confunde com o sentimento de uma memória corrompida, mas esse dano desperta ainda memória o bastante para que possa colocar o problema de sua posteridade. A percepção de continuidade torna-se residual aos locais. Nora trouxe fatores para localizar historicamente o debate sobre a memória, criando a concepção de “lugares de memória” enquanto revelação do movimento de resgate de indicativos de pertencimento grupal.

Jacques Le Goff (1990) defende que a história seria o modelo científico da memória, apresentando-se sob dois aspectos: os monumentos, legado do passado, e os documentos, opções do historiador. Estas representações podem ser manipuladas a partir das correlações de forças e interesses das classes num momento histórico específico. A memória monumentalizada é elemento fundamental para consolidação de uma representação do passado fruto de estudos historiográficos.

Os “lugares de memória” relacionados à Ana Rosa Kucinski favoreceram a construção e preservação de uma consciência coletiva sobre a repressão ditatorial e o destino de suas vítimas e sobreviventes. Os mecanismos de contestação e bloqueio de processos de responsabilização continuam impossibilitando a realização de um adequado debate na sociedade brasileira sobre a herança da ditadura, apesar de alguns avanços mencionados nos capítulos anteriores. Com efeito, o Brasil avançou a partir das práticas aqui explanadas, mas também não conseguiu aproveitar a chance de desenvolver processos de justiça e responsabilização que retratassem a gravidade da repressão estatal da época. Esse impasse contribui para a permanência dos conflitos narrativos relativos ao período.

No âmbito dos familiares de desaparecidos políticos, lidar com a culpa dialoga com a impossibilidade de ter seu parente vivo. É a vergonha de ter sobrevivido e a culpa pela morte do seu ente. Esse sentimento é observado com maior nitidez na relação dos pais, que se sentem incapazes de proteger os filhos e, assim, constroem a culpa por meio da luta por sua memória.

Para superarmos este trauma, podemos utilizar políticas de memória que resgatem a esfera pedagógica, no sentido de reaproximar as novas gerações de preceitos democráticos e de valorização dos direitos humanos. Os traumas precisam ser sempre lembrados e menos vulgarizados.

Nesse sentido, os trabalhos de Bernardo Kucinski são uma aula de história e um grito de indignação. O Brasil é o país do silêncio e do estímulo ao esquecimento. A falta dos cadáveres das vítimas da violência da repressão significa a continuação da impunidade e de uma democracia não consolidada. A imposição de uma história que difama os atingidos, leva suas narrativas à desvalorização, e o presente nos mostra intensas disputas dentro do processo de construção de memórias. É preciso salientar que a memória é um importante instrumento de poder, com capacidade de influenciar a coletividade.

Portanto, os lugares de memória relacionados à Ditadura Civil-Militar e as homenagens às vítimas desse período podem ser tratadas como objetos que contribuem para o debate. Como resposta ao movimento de esquecimento eminente da memória, percebemos que a lembrança é ferramenta de uma estratégia de desalienação social, trazendo um passado que não pode se limitar a uma história oficial meramente celebrativa. A existência destes *lugares de memória* é um indicativo da transformação da sociedade, ademais, os movimentos de preservação da memória proporcionados por estes lugares se mostram frutíferos no enfrentamento do esquecimento. No próximo capítulo daremos destaque a trajetória de vida e contribuições de Bernardo Kucinski, principal combustível desta dissertação.

#### **4. Bernardo Kucinski: trajetória política e intelectual**

Bernardo Kucinski (São Paulo, 1937) é um jornalista, escritor, cientista político e professor aposentado da USP (Universidade de São Paulo). É considerado hoje um dos principais nomes da autoficção contemporânea brasileira. Filho de imigrantes poloneses, parte de sua família permaneceu na Europa durante a Segunda Guerra Mundial, sendo vítima dos campos de concentração nazistas.

Kucinski concluiu sua graduação em física pela USP (Universidade de São Paulo) em 1968. Foi militante estudantil durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), sendo preso e obrigado a se exilar. Devido ao regime que havia se instalado no país, mudou-se para a Inglaterra após participar do mapeamento da tortura no Brasil, em duas reportagens publicadas na *Veja*. Em Londres, entre 1971 e 1974, foi produtor e locutor da BBC, correspondente do jornal *Opinião* e posteriormente da *Gazeta Mercantil*. De volta ao Brasil em 1974, participou da fundação de jornais alternativos que faziam oposição ao governo.

Bernardo não participou de grupos clandestinos durante o regime militar, mas resistiu ao seu modo, através do jornalismo. Ainda na USP, fez parte da fundação do *Amanhã*, primeiro jornal alternativo de resistência à ditadura. O jornal era financiado pelo Grêmio Estudantil e tinha como público-alvo a classe operária. O grupo passou a integrar a equipe da *Revista Veja* alguns anos depois. Na *Veja*, Kucinski foi responsável por duas matérias emblemáticas de denúncias da prática de torturas pelos agentes do Estado e de violações dos Direitos Humanos. As matérias foram às bancas nos dias 3 e 10 de dezembro de 1969.

Figura 28: Amanhã, capa da primeira edição, de março-abril de 1967.



Fonte: Jornal da USP.

Figura 29: Veja, 3 de dezembro de 1969. Matéria da capa de Bernardo Kucinski.



Fonte: Acervo digital Veja.

Kucinski sempre defendeu que muitas vidas poderiam ter sido salvas se a imprensa de massa tivesse seguido os passos da Veja, denunciando e expondo a

vigilância, as torturas e os assassinatos. Com o aumento da censura em 1970 a equipe da Veja começou a ser dissolvida e Bernardo foi obrigado a se exilar na Inglaterra, acompanhado da sua esposa, Mutsuko Yamamoto.

No exílio, em 1971, Bernardo Kucinski, em parceria com Ítalo Tronca<sup>46</sup>, publica de forma anônima o livro *Pau de arara: A violência militar no Brasil*, inicialmente na França, pela Editora Maspero, e em 1972 no México, pela Editora Siglo XXI, editada por Flávio Tavares<sup>47</sup>. O livro foi censurado no Brasil no mesmo ano. A obra trata-se de um dossiê sobre a repressão, uso da tortura e desrespeito aos direitos humanos no Brasil. Em 2013 a Editora Fundação Perseu Abramo publicou o primeiro volume da série História & Memória de Cadernos Perseu. Até então, o livro era anônimo e desconhecido no país. Não havendo, ainda, recebido sua versão em língua portuguesa e com o devido reconhecimento, na capa, de seus autores. Os autores relatam nas entrevistas anexadas na edição atual que Fernando Henrique Cardoso trouxe escondido um exemplar para o Brasil, provavelmente em 1974.

---

<sup>46</sup> Ítalo Arnaldo Tronca (1936-2015), foi professor titular do Departamento de História da Unicamp. Graduado em história pela Universidade de São Paulo (1970), Ítalo Tronca doutorou-se em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1976). É autor de “As máscaras do medo”, sobre a história cultural da doença, tendo como objeto as representações sobre a lepra a partir do século XIX e sobre a aids hoje. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2015/01/09/unicamp-perde-o-docente-italo-tronca-do-ifch>

Acesso em: 09/11/2023

<sup>47</sup> Flávio Tavares, jornalista e escritor, participou da luta armada e foi militante do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Preso em três ocasiões, precisou se exilar duas vezes. Retornou ao Brasil somente em 1979, com a aprovação da anistia política. É professor aposentado da Universidade de Brasília e, atualmente, colabora com os jornais Zero Hora e O Estado de São Paulo, tendo diversos livros publicados sobre a ditadura e o tempo em que esteve preso e no exílio. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/flavio-tavares/>

Acesso em: 09/11/2023

Figura 30: *Pau de arara: A violência militar no Brasil*. Capa da edição francesa, de 1971.



Figura 31: *Pau de arara: A violência militar no Brasil*. Capa da edição mexicana, de 1972.

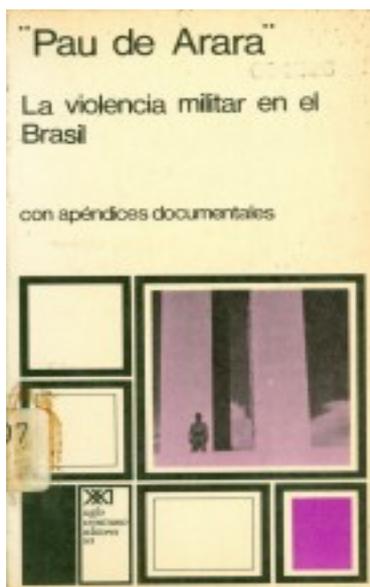


Figura 32: *Pau de arara: A violência militar no Brasil*. Capa da edição brasileira publicada pela Editora Fundação Perseu Abramo, em 2013.



Fonte: Fundação Perseu Abramo.

*Pau de arara: A violência militar no Brasil* é o primeiro livro de denúncia de Bernardo Kucinski, sendo um importante marco para a sua carreira e sua trajetória. É uma compilação de documentos reveladores da atividade e dos princípios de uma linhagem de jornalistas comprometidos com a defesa dos direitos humanos, da liberdade de imprensa e de informação. Produzido numa fase que antecede ao total agravamento da ditadura, antecipa e denuncia as monstruosidades que estavam sendo executadas nos porões dos Dops e dos Doi-Codis. O próprio título do livro é bastante significativo. O “pau de arara” é o maior símbolo do regime militar brasileiro, o mais execrável instrumento de tortura utilizado pelos órgãos de repressão. Era um mecanismo simples e fácil de ser usado, considerado eficiente e seguro pelos agentes da repressão por não deixar marcas evidentes no corpo das vítimas.

Após sobreviver à censura e a violência da repressão, a obra merece ser valorizada como uma expressão do silêncio, produzida na quase clandestinidade, com a

assistência e a colaboração de colegas de profissão. Seus autores ultrapassaram todos os obstáculos na elaboração de um panorama histórico da violência institucional no Brasil. Deixando de lado a representação da cordialidade do povo brasileiro, o livro reconstituiu a trajetória das violências executadas pelo Estado, inicialmente, perpetradas pela polícia política de Getúlio Vargas na ditadura do Estado Novo, de 1937, e posteriormente pelos militares que tomaram o poder após o golpe de 1964. Uma espantosa constância que nos permite compreender a forma como a sociedade brasileira ainda hoje está à mercê do aparelho repressivo do país.

O livro tenta mostrar, em resumo, que quaisquer que sejam os agentes menores da violência, a rota da repressão conduz sempre a um só e único núcleo: as Forças Armadas. Nessa perspectiva, o golpe de 1964 representa não um retorno aos tetricos dias do Estado Novo, mas um degrau a mais de uma longa cadeia de violências. A terrível situação dos presos políticos alcançou tais níveis de brutalidade que as organizações revolucionárias, embora ainda em formação, dedicaram boa parte dos seus esforços para denunciar a violência e, paralelamente, obter a libertação de prisioneiros através do sequestro de diplomatas estrangeiros. Esta forma para a libertação de presos políticos nasceu no Brasil como uma reação espontânea à brutal e extrema repressão político-militar. (KUCINSKI; TRONCA, 2013, p. 19-20)

Separada em três segmentos, a obra tem a habilidade de manter o leitor concentrado no contexto histórico que possibilitou o estabelecimento desses aparatos de repressão que tiveram como um dos objetivos principais enfrentar as organizações e os movimentos de oposição ao governo no Brasil. As duas primeiras seções do livro dão especial atenção à organização desses aparatos, tornando ainda mais impressionante a parte final, destinada aos testemunhos e aos documentos de estudantes, professores, políticos, sindicalistas e jornalistas sujeitados às crueldades dos porões da ditadura brasileira.

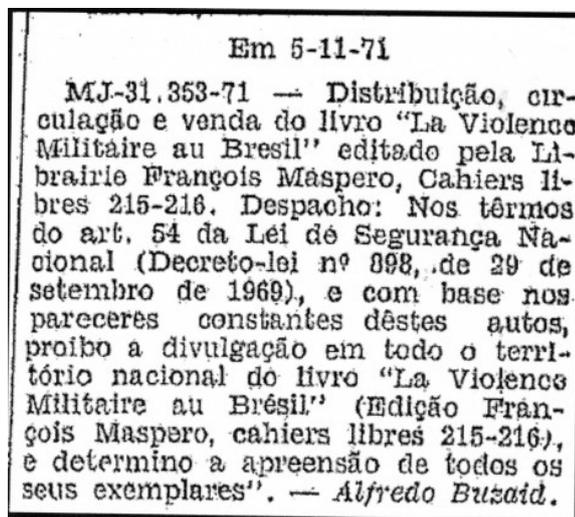
Na primeira parte do livro, o período histórico apontado como objeto de análise mostra uma visão resumida dos atos de violência explícita ou mascarada. Para isso foram utilizados livros de autores brasileiros, destaque para *História militar do Brasil*, do general Nelson Werneck Sodré (livro proibido no Brasil da época). A segunda parte relata acontecimentos do período que ainda não haviam sido analisados, apoiando-se em publicações de jornais e revistas, através de relatos jornalísticos. Foram usadas também publicações impressas fora do Brasil por organizações brasileiras de informação, assim como algumas declarações de pessoas que estavam presas. A terceira parte traz um dossiê da tortura a partir de documentos como trechos de declarações ou registros oficiais, alguns trazem a assinatura das próprias testemunhas.

A obra, embora não tenha sido a primeira a expor as torturas praticadas pelo regime militar, foi aquela que teve maior repercussão no cenário internacional. Sua publicação se dá após a decretação do AI-5, quando se acentuou o exílio de centenas de brasileiros. O próprio título do livro é bastante significativo. O “pau de arara” é o símbolo mais marcante do regime militar brasileiro, o mais cruel instrumento de tortura usado pelos órgãos de repressão.

Luís Eduardo Merlino que recebeu das mãos de Kucinski o manuscrito do livro, na França, foi preso em julho de 1971 em Santos, sendo interrogado e torturado nas instalações do DOI-CODI em São Paulo. Quatro dias após o seu cárcere, morreu no Hospital Geral do Exército. Conforme versão apresentada na ocasião pelos órgãos de repressão, reproduzida em informe do Serviço Nacional de Informações (SNI) de 1º de agosto de 1979, a morte teria sido provocada por atropelamento em tentativa de fuga, enquanto o militante era transportado para o Rio Grande do Sul, onde deveria reconhecer companheiros de organização. A Comissão Nacional da Verdade concluiu, diante das investigações realizadas, que Luiz Eduardo da Rocha Merlino morreu em decorrência da tortura praticada por agentes do Estado brasileiro, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos.

Durante sua estadia em Paris, Merlino se dedicou intensamente à edição do livro *Pau de arara*, primeira denúncia em língua francesa dos crimes da ditadura brasileira, obra que causou um grande impacto sobre a opinião pública na França. Não se sabe se Merlino chegou a se encontrar pessoalmente com François Maspéro – escritor e editor francês cuja editora publicou diversas obras contestatórias, especialmente nas décadas de 60 e 70 – mas, graças a sua iniciativa, o livro foi publicado em 1971. O texto apresenta também a trajetória dos autores e a origem do material publicado, situando a obra no conjunto das denúncias contra a tortura praticada por agentes do regime ditatorial brasileiro, o que exterioriza a discussão da tortura no Brasil.

Figura 33: Ordem de proibição da distribuição, circulação e venda do livro *Pau de Arara* (Diário Oficial de 05 de novembro de 1971).



Fonte: Open Edition Journals.

A chamada “imprensa alternativa” foi um ambiente fundamental para o debate da esquerda intelectual, que contrariava a grande imprensa liberal, fazendo história na década de 1970, mas que não sobreviveu à década seguinte. A censura prévia tirava a liberdade de expressão desses jornais, mas também prejudicava a sua sustentabilidade. É importante salientar que estes jornais tinham propostas diferentes: *Opinião* era mais voltado ao nacionalismo e à institucionalidade, e *Movimento* focava em temáticas culturais e movimentos de base. O jornal *Em Tempo*, por sua vez, foi fundado por grupos mais à esquerda, próximos ao trotskismo, se aproximando do PT a partir de 1979. (NAPOLITANO, 2020, p. 227)

De acordo com Kucinski (2018), ao contrário da grande imprensa, condescendente com o regime militar, os jornais alternativos defendiam o retorno à democracia, criticavam o modelo econômico e denunciavam as violações dos direitos humanos. Os jornais alternativos faziam parte da lógica do período da ditadura, e quando o regime chegou ao fim, não tinham porque continuar existindo. Sua razão de ser estava na resistência às pressões autoritárias.

Muitas vezes os jornais de circulação nacional foram colaboradores do governo, publicando notícias criadas pela polícia sobre fugas ou atropelamentos de presos políticos, tachados de terroristas. As denúncias de torturas divulgadas na imprensa

internacional eram ignoradas pelos jornais brasileiros relevantes, como *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, que faziam o papel de canal oficial do governo, negando as acusações.

No final da década de 60, momento em que o Jornal Nacional da TV Globo começava a alcançar estrondoso sucesso, Bernardo Kucinski foi convidado a compor a revista *Veja*. A *Veja* tinha uma postura razoavelmente crítica ao governo, mas em dezembro de 1969, com a afirmação de Médici de que o seu governo não admitiria torturas, a *Veja* publicou duas matérias denunciando a tortura de presos políticos. A *Veja* não foi acompanhada pelos outros jornais, ficando isolada. A equipe responsável pelas reportagens foi obrigada a deixar a revista, encerrando o último espaço de jornalismo crítico. Mas desta equipe saíram os fundadores do *Opinião*. (KUCINSKI, 2018, p. 76)

Figura 34: Identificação de B. Kucinski, quando funcionário da Revista Veja (1969).



Fonte: KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. *Pau de arara: a violência militar no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

*Opinião* foi o mais influente jornal da imprensa alternativa dos anos de 1970. Lançado em outubro de 1972, quando o Regime mostrava seu lado mais cruel, no auge da “linha dura” dos militares. Foi idealizado pelo empresário Fernando Gasparian, Raimundo Pereira e o comitê central da AP (Ação Popular), que planejavam um jornal de oposição à ditadura e seu aparelho de Estado francamente antiliberal. A imprensa convencional não tinha mais espaço para um jornal crítico e analítico. Bernardo Kucinski foi seu correspondente em Londres, política e partidariamente independente. (KUCINSKI, 2018, p. 83)

Embora houvessem ambiguidades, *Opinião* mostrava equilíbrio e visão jornalística, com textos e design de bastante qualidade. As vendas superaram as expectativas desde seu primeiro número, que vendeu 31,7 mil exemplares, apesar de não conseguir sair do círculo dos leitores intelectuais.

As perdas salariais e as condições de trabalho deficitárias provocaram, em janeiro de 1973, a saída de dois dos seus editores, dando início à primeira crise interna. Havia também muitas queixas de censuras internas, mas a censura imposta pelo governo asfixiou o jornal lentamente. De suas 231 edições, entre outubro de 1973 e abril de 1977, foram censuradas total ou parcialmente 4.800 laudas, enquanto um número de laudas semelhante foi aprovado pela censura. Ou seja: quase metade do que o *Opinião* criou não entrou em circulação.

*Opinião* chegou a ter grande destaque no cenário nacional, com excelentes tiragens, tendo média de 29 mil exemplares distribuídos por edição. Fazia parte da chamada “imprensa alternativa”, junto aos jornais *O Pasquim* e *Movimento*. Seu objetivo era possibilitar discussões e debates intelectuais trazendo artigos de jornalistas opositores do regime. Seu fim se deu devido à enorme censura prévia imposta pelo AI-5. Vale ressaltar que a sede do jornal sofreu um atentado a bomba, protagonizado pela Aliança Anticomunista Brasileira, em 15 de novembro de 1976. (NAPOLITANO, 2020, p. 226)

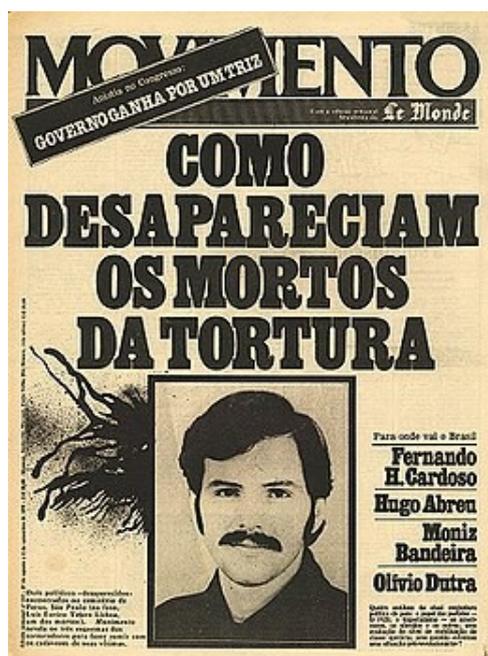
Figura 35: *Opinião*, capa da edição de março de 1974 destaca a posse do General Geisel.



Fonte: Memorial da Democracia.

Ao retornar Brasil, em 1974, Kucinski participou da fundação dos jornais alternativos *Movimento* e *Em Tempo* (do qual foi o primeiro editor, em 1977). A partir de então, trabalhou como editor de commodities da *Gazeta Mercantil* e também foi correspondente do jornal *The Guardian*, da revista *Euromoney*, e do boletim *Latin America Political Report*, todos periódicos londrinos, e de *Lagniappe Letter*, de Nova York, além de produzir cadernos especiais para a revista *Exame*. Também participou da revista *Ciência Hoje*, da SBPC (Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência).

Figura 36: *Movimento*, capa da edição de agosto de 1979.



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Com a adoção da política de abertura gradual, a partir do revés do governo nas eleições de 1974 tem início o surgimento de diferentes correntes nos jornais que compunham a imprensa alternativa. Com o “racha” do jornal *Opinião* é plantada a primeira semente do *Movimento* e de outros jornais alternativos regionais. A política de abertura amplificou as discordâncias entre o proprietário do *Opinião*, Fernando Gasparian, e seu editor, Raimundo Pereira. Raimundo idealizou um novo projeto, um jornal sem proprietário, mas de domínio dos próprios jornalistas. Assim nasceu *Movimento*, lançado em abril de 1975, um jornal alternativo conectado com os partidos clandestinos. *Movimento* tinha um programa político que buscava alcançar os setores mais populares, ao contrário dos objetivos excessivamente intelectuais do *Opinião*. Trazia uma proposta de defesa das liberdades democráticas e da cultura nacional, abrindo o debate sobre a qualidade de vida do brasileiro, discutindo suas condições de

vida e suas lutas. O jornal atraiu militantes políticos presos durante os anos de maior repressão e que estavam sendo libertados nessa época. (KUCINSKI, 2018, p. 117-118)

Bernardo Kucinski foi seu editor especial. Ajudado por movimentos populares, *Movimento* muitas vezes teve seu conteúdo censurado e enviado para o Ministério da Justiça e para o Serviço Nacional de Informações (SNI). O jornal circulou até 1980, quando aconteceram ameaças e atentados por grupos de extrema direita, contra bancas de jornal em várias cidades. O *Movimento* deixou de existir em 1981.

O *Movimento* sempre garantiu que não se calaria diante das arbitrariedades do regime, e teria uma postura de enfrentamento. Por outro lado, os desdobramentos da censura prévia não foram analisados profundamente e a rentabilidade do jornal sempre esteve em risco. Isso significa que o jornal nasceu sob censura prévia. Nos primeiros quinze números foram totalmente censuradas 184 matérias e parcialmente censuradas mais 177 matérias, totalizando 1.099 laudas de acordo com Raimundo Pereira, diretor editorial. Desde o número zero até junho de 1978 o jornal sofreu censura prévia. Das suas 153 edições semanais, foram excluídas pela censura 3.162 ilustrações e 3.093 matérias na sua totalidade, fazendo com que as temáticas sociais e políticas não fossem corretamente abordadas. (KUCINSKI, 2018, p. 354)

Predominava no jornal uma postura ideológica liberal-populista, que destacava a insatisfação de setores da burguesia, trazendo ideias do nacionalismo econômico e do terceiro-mundismo. Por outro lado, havia grupos com uma visão mais à esquerda, do qual Bernardo Kucinski fazia parte. Kucinski assinou muitas matérias com a temática da defesa do consumidor e de proteção ambiental. O jornal viveu com divergências entre duas grandes tendências: os militantes do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), e os demais grupos. Para aqueles que não queriam no jornal um ambiente partidário, tornou-se difícil o trabalho e a convivência. Kucinski, por sua vez, tinha uma postura de crítica aberta e frequente a estas singularidades. (KUCINSKI, 2018, p. 356)

Os primeiros desentendimentos explícitos começaram em novembro de 1975, o jornal contava cinco meses de vida, e as divergências giravam em torno do modelo econômico a ser defendido. O evento que levou a fissura do *Movimento* envolveu a figura de Kucinski. Um artigo seu, que analisava a nova política de Direitos Humanos do presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter, foi publicado de forma adulterada. A matéria de Kucinski havia sofrido cortes em pontos cruciais, o que acabava invertendo

as ideias que o autor pretendia defender. A partir deste incidente, Bernardo Kucinski saiu do conselho editorial e se demitiu da função de editor especial. A crise se difundiu pelo jornal e os grupos de oposição pediam uma maior democratização interna. (KUCINSKI, 2018, p. 371)

O jornal sofreu um grande golpe com esse “racha” em abril de 1977, sendo reduzido à condição de publicação com uma única força política hegemônica, suas vendas caíram pela metade em apenas seis meses. Vale ressaltar ainda que o jornal *Em Tempo*, criado pela oposição interna que havia se retirado, ganhou muitos dos leitores de *Movimento*.

Apesar de sua influência na sociedade, sua importância como jornal de resistência à ditadura, e de sua participação em organizações populares e sindicais, *Movimento* se tornou, no final de 1979, um jornal dogmático sem muito alcance. Perto do fim, o PT (Partido dos Trabalhadores) passou a ser a força política hegemônica, quando a não partidarização do jornal estava presente no seu estatuto. Em novembro de 1981 o *Movimento* chegou ao fim, apesar de ainda ter mais de 7 mil assinantes, mas a falência financeira foi a justificativa para o fechamento do jornal. (KUCINSKI, 2018, p. 404)

O jornal *Em Tempo* surgiu de uma fragmentação do jornal *Movimento*, sendo lançado em janeiro de 1978. O grupo de dissidentes da redação de *Movimento* se uniu aos antigos colaboradores de *Opinião* e outros grupos políticos, principalmente trotskistas, num exercício de reorganização das esquerdas, tendo como objetivo a criação de um novo jornal alternativo. O jornal tinha como mote o desenvolvimento de movimentos sociais voltados à luta contra o autoritarismo governamental, na defesa pela democracia, tendo os trabalhadores como protagonistas deste processo. Também lutava diretamente pela liberdade de imprensa, evitando ideias prontas e destacando a atuação de forças majoritárias que dariam continuidade à luta pela democracia. (KUCINSKI, 2018, p. 405)

Seu projeto editorial foi idealizado por Bernardo Kucinski, e objetivava deixar no passado o formato tabloide da imprensa alternativa, trazendo uma linguagem que buscava alcançar diversos tipos de leitores. Contudo, o resultado foi, posteriormente, considerado desordenado, apesar de transmitir intencionalmente a impressão de uma anarquia editorial e gráfica. *Em Tempo* não tinha um editor centralizador, foi implementado no jornal um sistema de editorias, que correspondiam às principais áreas

do jornalismo, onde cada uma possuía uma gestão coletiva e autônoma, com editores tendo igual poder.

Já nos seus primeiros números, o jornal tomou a frente na cobertura da anistia. Foi um dos únicos jornais a publicar matérias e manifestos sobre as dissidências militares. Em junho de 1978, *Em Tempo* publicou uma lista com o nome de 233 torturadores, com a colaboração de presos políticos. Também foi responsável pela localização de um sítio clandestino onde ocorriam as torturas. (KUCINSKI, 2018, p. 420)

Figura 37: *Em Tempo*, junho de 1978.



Fonte: Centro Sérgio Buarque de Holanda.

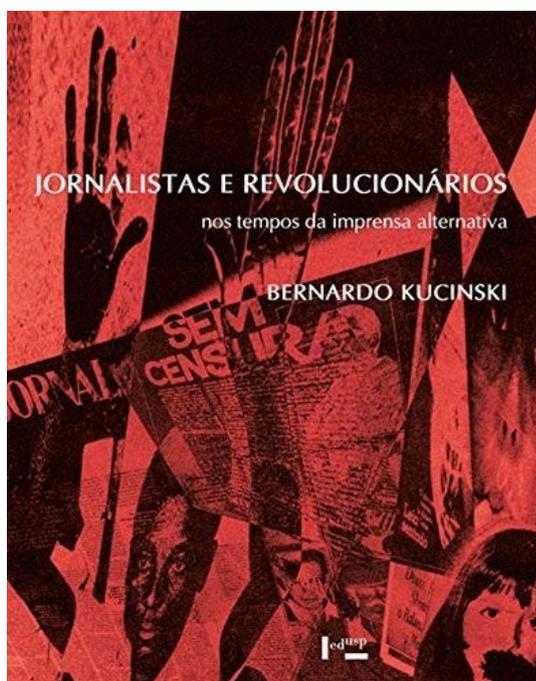
Entretanto, com menos de três meses de lançamento, o editor Bernardo Kucinski, demitiu-se. Kucinski sempre apontou a falta de liberdade para coordenar ou editar o jornal. Kucinski prosseguiu como colaborador, escrevendo as reportagens políticas mais importantes, quando se deu mais um imbróglio, devido à duas entrevistas feitas por ele, criticadas internamente por serem vistas como defensoras de uma solução elitista para a crise do regime. (KUCINSKI, 2018, p. 421)

A partir outubro de 1979, *Em Tempo* se torna um jornal partidário, com conexões orgânicas com a DS (Democracia Socialista), participando da articulação em torno da criação do PT (Partido dos Trabalhadores), pondo um fim na história dos jornais alternativos independentes.

Em 1984, Bernardo Kucinski, após integrar o *Amanhã*, o *Opinião*, o *Movimento* e o *Em Tempo*, lançou uma nova revista alternativa, *Brasil Extra*, a pedido dos “financiadores” Flávio Andrade e Marília Andrade. Embora tenha vendido bem, foi descontinuado antes do lançamento do segundo número.

Kucinski entrou para os quadros da USP em 1986 como professor da Escola de Comunicações e Artes. Em 1991 obteve título de doutor em Ciências da Comunicação pela USP com uma densa pesquisa sobre a imprensa alternativa no Brasil, um estudo mapeando cerca de 150 periódicos surgidos entre 1964 e 1980. Sua tese *Jornalistas e Revolucionários – Nos tempos da imprensa alternativa* deu origem a um livro com mesmo nome.

Figura 38: *Jornalistas e Revolucionários – Nos tempos da imprensa alternativa* (3ª ed. 2018).

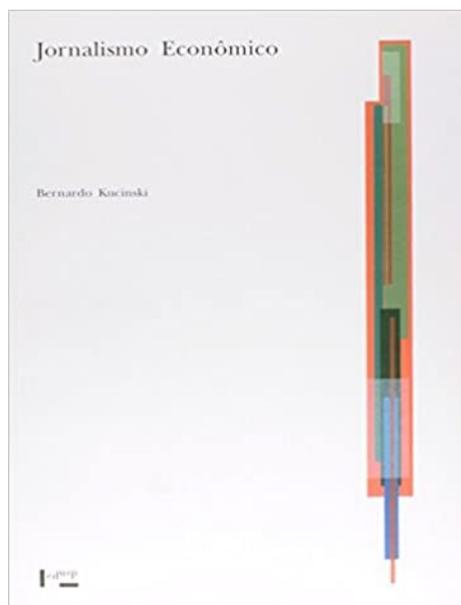


Fonte: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP).

Na obra supracitada Kucinski resgata a memória de um notável período da imprensa brasileira, o dos jornais classificados como “alternativos”, publicados no país nos anos da Ditadura Civil-Militar. A obra apresenta, em sua primeira parte, o contexto do surto alternativo, diferenciando as diversas espécies de jornais e as circunstâncias em que foram criados. Na seção denominada *Os Jornalistas*, o autor ressalta a trajetória de alguns dos jornalistas que se confundem com suas publicações, como *O Pasquim*. Os notáveis jornais revolucionários conectados a partidos ou movimentos políticos, como *Opinião*, *Movimento*, *Em Tempo*, também são examinados na terceira parte do livro.

Em 1997 ganhou o Prêmio Jabuti de Literatura com o livro *Jornalismo Econômico* (1996), resultado de sua tese de livre-docência e do pós-doutorado realizado em Londres. Na obra, algumas das principais discussões econômicas são abordados de forma inteligível, usando uma linguagem direta, numa dinâmica que facilita a aprendizagem. Contudo, sem deixar de lado o rigor científico. Kucinski proporciona repertório técnico aos jornalistas do setor e estimula o debate sobre temas que não atingiram uma resolução, e que muitas vezes são abordados de forma errônea pela imprensa. Kucinski descreve a conjuntura histórica e elucida cada tema ou conceito trazido à baila. Entre eles estão o comércio internacional, a taxa cambial, as reservas internacionais, a distribuição da renda, a inflação no Brasil, a globalização econômica e as discussões sobre o neoliberalismo. Temas que ainda estão em voga na atualidade.

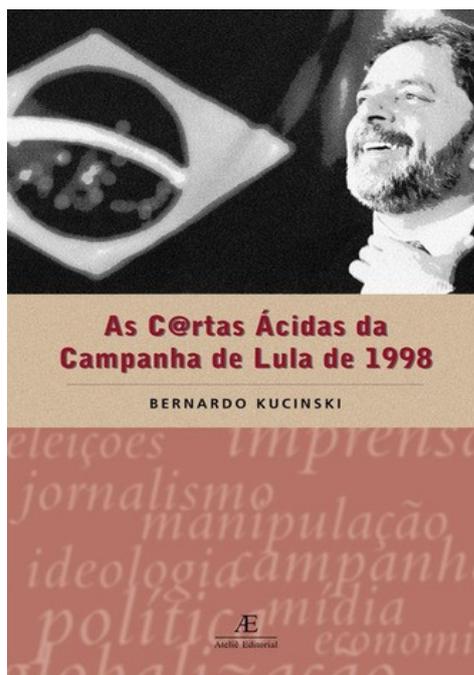
Figura 39: Capa *Jornalismo Econômico* (1996).



Fonte: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP).

Em 2000 lançou *Cartas Ácidas da campanha de Lula de 1998*, obra composta pelos pequenos relatórios diários produzidos a partir da leitura crítica da mídia e enviados para o candidato à Presidência da República durante a corrida eleitoral de 1998, Luiz Inácio Lula da Silva. Nessas mensagens, o então professor de jornalismo da USP faz um exame crítico das notícias de jornal e televisão. A finalidade desses balanços era apontar os caminhos da opinião pública e habilitar o candidato para as entrevistas.

Figura 40: Cartas Ácidas da campanha de Lula de 1998 (2000).



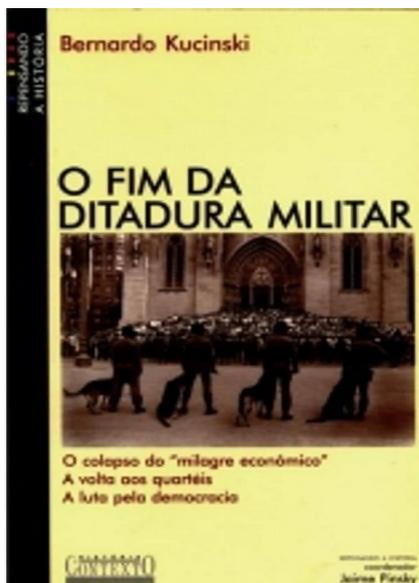
Fonte: Ateliê Editorial.

Em 2001, Kucinski publica pela Editora Contexto *O fim da Ditadura Militar*. Na obra o autor discorre sobre a transição do período ditatorial para a democracia no Brasil, destacando a procedência da proposta de abertura política, a decadência do milagre econômico, a crise institucional, a instabilidade no meio militar, a luta pela democracia, a campanha pela anistia, as greves do ABC paulista<sup>48</sup> e o nascimento do novo sindicalismo, o movimento pelas eleições diretas para presidente, colaborando para o entendimento dos aspectos políticos, econômicos e sociais do Brasil atual.

---

<sup>48</sup> O ABC Paulista é formado por um conjunto de municípios da Grande São Paulo. A sigla ABC remete aos nomes dos santos católicos que batizaram as principais cidades da região: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Figura 41: O fim da Ditadura Militar (2001).

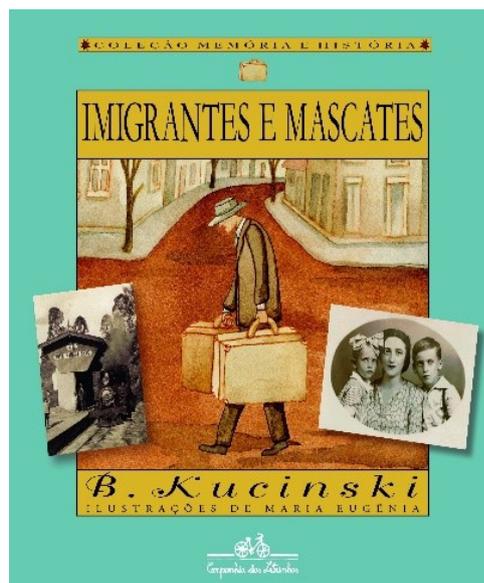


Fonte: Repositório da Produção USP.

No período entre fevereiro de 2003 e junho de 2006 Kucinski foi Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social (SECOM), da Presidência da República, primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Ao sair do governo e retornar à USP, foi surpreendido com sua aposentadoria compulsória, aos 70 anos, deixando de ser professor titular junto à Escola de Comunicações e Artes – Departamento de Jornalismo e Editoração.

*Imigrantes e mascates* é o primeiro livro infanto-juvenil escrito pelo autor, apresentado como um relato memorialístico de suas experiências pessoais, quando veio para o Brasil com sua família. A obra apresenta um relato sobre a invasão da Polônia pela Alemanha em 1939, quando o autor tinha apenas dois anos de idade. Aborda sua infância no bairro da Água Fria, o descobrimento dos livros, a influência de seu pai na sua vida e nos seus posicionamentos, e os desafios que a família de origem judaica encarou, migrando para outro país. Kucinski oferece ao leitor a oportunidade de exercitar a empatia, ao reconhecer a situação que viveram e vivem os milhões de migrantes e refugiados. Num dos relatos apresentados por Kucinski, o autor faz referência à admiração por seu pai, em que relembra como seu pai se tornou um obstinado seguidor dos filósofos iluministas.

Figura 42: *Imigrantes e mascates* (2006).



Fonte: Editora Companhia das Letras.

Sua estreia na ficção, com o livro *K. Relato de uma Busca*, com ilustrações feitas por Enio Squeff<sup>49</sup>, possibilitou-lhe chegar como finalista dos prêmios São Paulo de Literatura e Portugal Telecom de 2012. Kucinski tem 21 livros publicados entre 1971 e 2020, com temas variados, entre eles a tortura na ditadura brasileira, jornalismo, economia, política e ficção. Em 2018, recebeu o Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog, destinado à “estimular jornalistas e artistas do traço a tratarem do tema da Anistia e dos Direitos Humanos”.

Em entrevista ao *El país*, publicada em dezembro de 2017, Bernardo Kucinski conta que a sua iniciativa de começar a escrever ficções após os 70 anos de idade não se trata necessariamente de uma estratégia de exprimir sentimentos e memórias, tornando as dores suportáveis, mas um processo natural, dentro de sua transição para a literatura:

(...) O *K* surgiu quase espontaneamente. Eu comecei a escrever porque subitamente se criou um hiato, um vazio, na minha vida. Eu trabalhei no Governo Lula e quando voltei para a Universidade, veio minha aposentadoria compulsória. Aos 70 anos, eles te mandam embora, nem importa se você está bem ou não. E eu fiquei meio assim: fora do Governo, fora da Universidade. Também estava muito desencantado com o jornalismo, até mesmo com o jornalismo alternativo em que eu colaborava. Aí, de repente, baixou o espírito e eu escrevi primeiro uma pequena novela policial, que me saiu muito fácil. Depois disso, passei a encarar a escrita como meu ofício. Ainda preciso melhorar minhas deficiências, mas eu gostaria de ter começado antes, de ter

<sup>49</sup> Jornalista, crítico de música e artista plástico com mais de 40 anos de biografia. Um dos grandes nomes da arte brasileira, é também reconhecido internacionalmente por suas ilustrações de obras literárias, área na qual alcançou grande destaque. Disponível em: <https://eniosqueff.com/sobre/>  
Acesso em: 10/11/2023

feito essa transição do jornalismo para a literatura antes.<sup>50</sup>

Em entrevista à DW Brasil<sup>51</sup>, o escritor brasileiro falou sobre o processo criativo de *K. Relato de uma Busca*. Perguntado sobre os motivos que o fizeram escrever um romance baseado na história da sua irmã somente 40 anos depois, Kucinski explicou:

Há dois anos escrevi uma novela que nada tem a ver com o tema, mas logo em seguida escrevi uma série de pequenos contos parcialmente autobiográficos, inspirados na minha família, meu pai, meus tios e primos, meu irmão. Talvez esses contos tenham desencadeado o processo mental e psicológico que me levou ao livro. Isso explicaria porque agora, mas não explica por que não antes. Não antes porque há um momento logo depois do choque do desaparecimento em que se deve seguir vivendo pelos que estão vivos, os filhos principalmente. Passaram-se quarenta anos, os filhos já têm vida própria, eu mesmo me aposentei. Nesse momento se dá o processo de catarse, eu entendo o livro como uma catarse.<sup>52</sup>

Analisar a produção – literária e biográfica – de Bernardo Kucinski permite trazer luz à denúncia do caso de desaparecimento de sua irmã, Ana Rosa, assim como ressaltar a importância de suas obras posteriores, que tem a capacidade de atingir todos os públicos, inclusive os jovens que não vivenciaram as dificuldades provenientes da falta de liberdade, da censura e desrespeitos aos direitos humanos.

#### **4.1 Entre o passado e o presente, a literatura de denúncia de B. Kucinski**

A literatura, ao se aproximar do fato histórico, se transforma em ferramenta de combate ao esquecimento, mas também contra qualquer forma de recalque e repetição da barbárie. A arte, neste aspecto, pode ser considerada uma forma de resistência, adquirindo um caráter ético. Em relação a literatura brasileira sobre a ditadura, ainda que estas narrativas não tenham a capacidade de julgar criminosos confessos, tem a possibilidade de expor publicamente suas denúncias, além de não permitir o esquecimento. A reescrita da história a partir da literatura, traz uma perspectiva crítica para os significados de episódios históricos, e o que estes podem representar no atual contexto. (FRANCO, 2003, p. 352)

A produção literária de Bernardo Kucinski se caracteriza por mesclar jornalismo, literatura e história, o que ressalta os traços biográficos da sua escrita. Por outro lado, suas narrativas de caráter pessoal, além da inserção do próprio escritor como

<sup>50</sup> Entrevista em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/08/cultura/1512760155\\_061847.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/08/cultura/1512760155_061847.html) Acesso em: 27/02/2023

<sup>51</sup> Emissora internacional da Alemanha.

<sup>52</sup> Entrevista em: <https://forumverdade.ufpr.br/blog/2013/10/15/bernardo-kucinski-e-a-culpa-dos-que-sobreviveram/> Acesso em: 07/04/2023

personagem evidenciam um texto autobiográfico, a partir de um pacto literário e não histórico ou documental, porque ora a narrativa apresenta um resgate memorialístico (baseado na realidade) ora constrói a trama com os fios da ficção.

Alguns escritores, ao criarem suas narrativas, manifestam sua repulsa diante de eventos típicos de regimes autoritários, através de suas manifestações artísticas. A arte adquire outra dimensão, possibilitando a construção de conexões e novas percepções. A literatura consegue refletir não somente a dor e a angústia de uma experiência vivida pelos brasileiros, mas sobretudo, ela se faz atual, identificando uma época, um povo. A própria existência dessas obras por si só representa um modo de resistir às atrocidades da época. De acordo com Toni e Vianna (2010), a literatura reivindica o papel da história, da história não oficial, aquela vivida e narrada de acordo com a perspectiva das vítimas. Estas produções utilizam a palavra como ferramenta política para atacar e derrubar o disfarce do governo militar e revelar suas operações. Dessa maneira, a contribuição da literatura na formação de uma consciência crítica sobre aquele período e na difusão de debates acerca dos direitos humanos foi decisiva.

*K. Relato de uma Busca*, na sua primeira edição, de 2011, teve a contribuição de Enio Squeff, artista plástico responsável pelas ilustrações presentes nos textos do livro, além da sua capa. Na extinta Editora Cosac Naify (1996-2015), com sede em São Paulo, Kucinski teve oportunidade de lançar sua coletânea de contos, *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014), além de relançar o *K. Relato de uma Busca*, quando se completaram 50 anos do golpe militar. Contudo, a Cosac Naify encerrou suas atividades em 2015. Ainda em 2014 Kucinski fez a sua estreia pela Editora Rocco com *Alice: não mais que de repente*, um romance policial ambientado na USP. A partir de 2016, a Editora Companhia das Letras, também sediada em São Paulo, passou a ser a casa das suas publicações, inclusive com o lançamento de *Os visitantes* (2016), que dá continuidade à narrativa trágica sobre os desdobramentos do desaparecimento da sua irmã durante a ditadura. Na Companhia das letras, sua principal obra teve mais uma edição. Em *Pretérito Imperfeito* (2017), Kucinski aborda três temas principais: a adoção, a dependência química e o racismo. Desde 2019 suas obras são publicadas pela Editora Alameda (São Paulo), fazendo sua estreia com *A Nova Ordem*, narrativa que retrata um regime autoritário que muito se aproxima da realidade brasileira. Em 2020 foi lançado *Júlia: Nos campos conflagrados do Senhor*, a sétima obra de ficção do autor, uma trama que se passa durante a Ditadura Civil-Militar, onde a protagonista

investiga suas origens. *A cicatriz e outras histórias* (2021) reúne quase todos os contos escritos por B. Kucinski desde sua estreia como escritor de ficção, em 2011, com o romance *K. Relato de uma busca*. Sua última publicação, *O colapso da Nova Ordem* (2022), é uma sequência de *A Nova Ordem*, se aprofundando nos governos dos militares, sempre em diálogo com nossa atualidade. As obras supracitadas serão abordadas neste capítulo, onde daremos destaque a trajetória e a produção literária de Bernardo Kucinski.

Gagnebin (2012) defende que “o verdadeiro lembrar, a rememoração, salva o passado, porque procede não só à sua conservação, mas lhe assinala um lugar preciso de sepultura no chão do presente, possibilitando o luto e a continuação da vida.” (p. 35). A história da irmã de Bernardo, Ana Rosa, é similar à narrativa de outras famílias, que, passadas mais de três décadas da Constituição Federal de 1988, ainda não puderam enterrar seus mortos. Os sobreviventes desse triste episódio brasileiro, assim como os familiares das vítimas desaparecidas carregam um trauma que não foi superado. Percebemos num dado momento que a busca interminável de K., aos poucos, deixa de ser pela filha desaparecida ou pelo seu corpo, mas pela verdade e por justiça.

Kucinski utiliza a ficção para denunciar o desaparecimento de sua irmã, deixando seu relato como legado à memória coletiva. A ficção permite que o ressentimento, a culpa e a história não oficial tenham espaço, trazendo a verdade através dos olhos daqueles que sobreviveram. Talvez estes sentimentos não pertençam somente àqueles com participação mais direta no contexto histórico, mas a todos os familiares de mortos e desaparecidos políticos, que ainda aguardam por justiça.

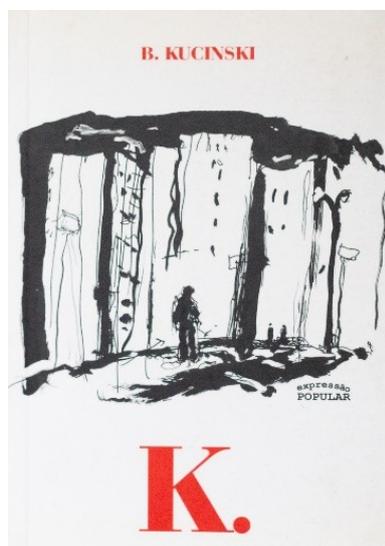
#### **4.1.1 Desaparecimentos: *K. Relato de uma busca, Os Visitantes e O Congresso dos Desaparecidos.***

Quase quarenta anos após o desaparecimento de sua irmã, sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura brasileira, o escritor Bernardo Kucinski publicou sua principal obra memorialística, lançando o romance *K. Relato de uma Busca*. A obra conta a sua história familiar, centrada no seu pai, Majer Kucinski, e deixa como legado suas memórias, marcadas pelo trauma originado da morte de sua irmã. O cenário é o período da Ditadura Civil-Militar brasileira, momento em que estruturas familiares foram destruídas através das perseguições aos opositores do regime e pelos “sumiços”

de seus corpos, após bárbaras sessões de torturas e assassinatos. A procura por informações sobre o paradeiro dos militantes de esquerda se tornou a principal razão de voz dos parentes dos “desaparecidos”.

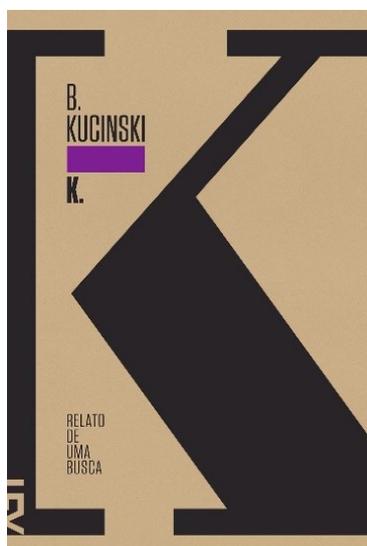
O romance, surge como depoimento e denúncia contra a opressão ditatorial, sendo uma arma na luta contra o esquecimento do desaparecimento e morte da professora da USP Ana Rosa Kucinski. Com a análise da obra supracitada podemos contribuir para a preservação da memória de um dos momentos mais tenebrosos da história do Brasil, sempre ressaltando as violações aos direitos humanos.

Figura 43: K. Relato de uma Busca. Editora: Expressão Popular (2011).



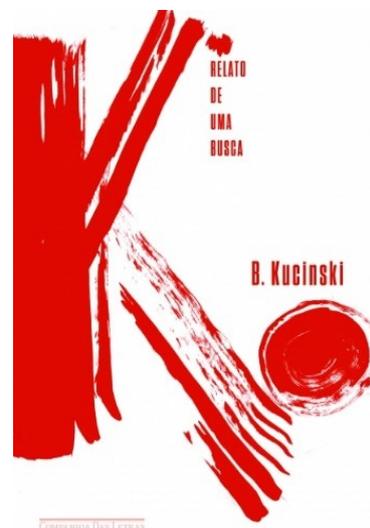
Fonte: Editora Expressão Popular.

Figura 44: K. Relato de uma Busca. Editora: Cosac Naify (2013).



Fonte: Jornal Rascunho.

Figura 45: K. Relato de uma Busca. Editora: Companhia das Letras (2016).



Fonte: Editora Companhia das Letras.

Embora a literatura esteja inserida no campo ficcional, a obra inaugural de Bernardo Kucinski, na esfera literária, é um romance com traços biográficos e autobiográficos. A vida de seu pai (Majer Kucinski) está nitidamente representada, e a sua própria vida também. As diversas etapas das buscas pelo paradeiro de Ana Rosa, cujas esperanças de ser encontrada com vida junto ao seu marido eram mínimas, são devidamente retratadas. Vale ressaltar que algumas destas etapas foram executadas pelo próprio Bernardo, e possuem respaldo documental.

Bernardo Kucinski, com a proposta de narrar o indizível, a morte da irmã pela ditadura brasileira, utiliza a introdução de um personagem intermediário – seu pai – para

fazer uso da palavra, quando esta se torna demasiado dolorosa para o autor. No romance, os limites entre ficção e realidade se confundem. O escritor se encontrava exilado na Inglaterra, trabalhando como jornalista correspondente, quando Ana Rosa desapareceu. Seu romance seria uma autoficção familiar, fundindo a memória familiar que lemos no romance com a história da ditadura.

*K. Relato de uma busca* é um romance que narra a busca incansável de um pai pelo paradeiro de sua filha, professora de Química da Universidade de São Paulo, desaparecida em 22 de abril de 1974. O protagonista é apresentado apenas como K., um polonês judeu que veio para o Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, fugindo da perseguição política que sofria. Suas ocupações giram em torno de sua loja comercial em São Paulo, além de ser um escritor de ídiche<sup>53</sup> com algum reconhecimento.

A obra de Kucinski pode ser interpretada como uma operação de memória que tem a responsabilidade de fazer o passado sempre presente, impossibilitando-o de ser esquecido em função do trauma e da impunidade. *K. Relato de uma Busca* é uma obra ficcional, mas também real, já que é a história da irmã de Kucinski. Os capítulos abordam diferentes fases da busca do protagonista por sua filha desaparecida, e funcionam de forma quase independente, como contos, mostrando também as engrenagens do sistema ditatorial e personagens que nos ajudam a entender como a máquina de repressão funcionava.

A narrativa é rápida e muito interessante, sendo impossível não se sensibilizar. A maior parte da história se passa em São Paulo, que mais parece um labirinto tentando confundir o protagonista na sua arriscada empreitada, com inúmeras adversidades próprias dos “anos de chumbo”, onde centenas de pessoas desapareceram sem deixar rastros. A história também gira em torno do relacionamento do protagonista com a sua filha, que se tornou uma mulher diferente com o passar do tempo sem que ele percebesse. Muitos sinais estavam presentes, mas ele não notou, o que contribuiu para o aumento do seu sentimento de culpa.

*K. Relato de uma Busca* está dividido em 29 capítulos, compostos por diferentes vozes que se confundem com o narrador. Apenas o primeiro e o último capítulos são narrados em primeira pessoa, mostrando um narrador que se dirige objetivamente a

---

<sup>53</sup> Língua germânica das comunidades judaicas da Europa central e oriental. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/i%C3%ADdiche>  
Acesso em: 19/10/2023

alguém. Com exceção destes segmentos, a obra é narrada em terceira pessoa. Sobre os tempos narrativos, percebemos dois momentos distintos: uma que é pregressa e outra simultânea, onde a narração ocorre no decorrer da ação.

O romance tem início com K., três décadas depois do fatídico acontecimento, ainda recebendo cartas destinadas à sua filha, cartas que impedem seu descanso e trazem a dor à tona. No decorrer dos meses de sua busca vai em reuniões, encontros, conhece informantes, conversa com militares, amigas de Ana Rosa, médicos, mas pouco consegue avançar. K. segue cada pista, mesmo sabendo que provavelmente sejam falsas, retornando à estaca zero. Conhecemos uma espécie de terrorismo psicológico, tentativas de cansar os familiares dos desaparecidos políticos, destruí-los psicologicamente para que desistam.

As cartas que ainda chegam para a irmã do autor-narrador não permitem que a dor seja esquecida, e a falta de um corpo para velar e sepultar nega à família a conclusão do luto, sempre trazendo a lembrança da violência e da injustiça. O primeiro capítulo narra a inconveniência, para o narrador, de receber em casa as cartas de banco destinadas à sua irmã desaparecida, impedindo que essa dor seja superada:

É como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descanse; como se além de nos haverem negado a terapia do luto, pela supressão do seu corpo morto, o carteiro fosse um Dybbuk<sup>54</sup>, sua alma em desassossego, a nos apontar culpas e omissões. Como se além da morte desnecessária quisessem estragar a vida necessária, esta que não cessa e que nos demandam nossos filhos e netos. (KUCINSKI, 2016, pg. 14)

A maioria dos capítulos abordam diferentes etapas da sua investigação. Inicialmente K. deu queixa na Delegacia dos Desaparecidos, mas apenas por obrigação, afinal, não traria resultados. Após 25 dias, foi ao IML com esperanças de encontrar o corpo de sua filha, Ana Rosa. Posteriormente participa de uma reunião de familiares de desaparecidos políticos convocada pelo arcebispo de São Paulo, onde conhece outras histórias e relatos de desaparecidos. K. ouve espantado já que, segundo ele próprio, até os nazistas registravam os seus mortos.

No decorrer da trama o protagonista entra em contato com diversas pessoas, em busca de pistas sobre o paradeiro de Ana Rosa. K. tem contato com um informante da

---

<sup>54</sup> No folclore judeu, um dybbuk ou dibbuk é um espírito humano que, devido aos seus pecados progressos, vagueia incansavelmente até que encontre refúgio no corpo de uma pessoa viva. O "Dybbuk" ou "Dibbuk" se apodera de corpos de pessoas. Disponível em: <https://culturahebraica.blogspot.com/2018/01/misticismo-judaico-o-que-e-um-dybbuk.html>  
Acesso em: 23/10/2023

polícia, Caio, um decorador de vitrines e Amadeu, um dono de padaria, que também promete ajudar. Ambos informam a K. que sua filha havia sido presa, mas posteriormente todos negam a informação de forma bastante estranha, provavelmente por medo. K. conhece também o dono de uma galeria que o informa que Ana Rosa havia fugido para Portugal. Pouco tempo depois K. recebe pelo correio um pacote enviado de Portugal com o nome da sua filha como remetente, mas K. não reconhece sua letra e percebe a farsa. K. também entra em contato direto com um militar ao ser recebido por um general, que questiona suas atitudes. Adverte que K. estava fazendo acusações sem fundamento contra os militares. Conhecemos também a tristeza da mãe de Ana Rosa, reflexo da perda da família para o holocausto, além do câncer no seio que resultou em sua morte precoce.

Em mais uma reunião de familiares desaparecidos K. descobre, para sua surpresa, que sua filha era casada e que o seu marido também estava desaparecido. Também descobre que ambos estavam envolvidos na luta clandestina. K. conclui que formalizaram a união na expectativa de reduzir os riscos da vida perigosa que levavam, mas talvez já esperassem pelo destino que tiveram. A família do seu genro também lamenta a impossibilidade de ter um corpo para enterrar. A militância política da filha o surpreende, algo que o faz questionar até que ponto conhecia a sua filha, mesmo ela sendo a sua preferida (tinha mais dois filhos homens). O judeu polonês se pergunta até que ponto suas atividades particulares, como os estudos de iídiche o afastaram da família.

K. também foi a New York, Londres e Genebra em busca de apoio. Percebendo que até entidades respeitáveis precisavam agir às escondidas, o que revela a força que a política autoritária possuía. De volta a São Paulo conhece Jacobo, homem com experiência de buscar desaparecidos na Argentina, que promete ajudar. Dois meses depois descobre que Jacobo também havia desaparecido, sendo mais uma vítima da ditadura. Até mesmo o comunicado do ministro da Justiça, Armando Falcão, sobre os desaparecidos é apenas um conjunto de mentiras para confundir a opinião pública, utilizando a tática da desinformação.

Naquele que talvez seja o capítulo mais interessante, através dos relatos de Jesuína, faxineira de uma prisão que funcionava numa residência, comandada pelo famoso general Fleury, conhecemos detalhes do processo de “sumir” com os prisioneiros políticos. Provavelmente trata-se da Casa da Morte de Petrópolis. Jesuína se

abre com a sua terapeuta já que não consegue dormir devido aos gritos que ecoam em sua cabeça.

Em outra fase da busca, um sargento tenta extorquir K., o que sabemos que de fato ocorreu, com o próprio Bernardo, ao tentar levantar informações sobre a irmã. Voltando para o romance, num julgamento ocorrido no Tribunal de Justiça Militar, mais uma vez nada informam sobre Ana.

K. também reflete sobre o costume dos brasileiros de homenagear torturadores e golpistas, nomeando pontes, escolas, ruas e avenidas. O que revela um outro costume: as atrocidades cometidas não são penalizadas. Ao visitar a ala de presos políticos de um quartel, finalmente tem a confirmação de que sua filha já estava morta há muito tempo, algo que no fundo já sabia, mas que não diminui sua dor.

O primeiro e o último capítulos, são datados no presente, sendo narrados em primeira pessoa pelo irmão mais velho de Ana Rosa, o próprio Bernardo Kucinski. Ana Rosa nunca teve filhos, nem conheceu os seus sobrinhos, sua vida foi interrompida abruptamente. Ana, que já tinha pouco contato com a família, devido à vida clandestina e as perseguições que sofria, foi arrancada da sua coletividade.

Sem que o Estado assuma as atrocidades que cometeu e os responsáveis pelos crimes cometidos em nome da segurança sejam julgados, as lembranças de traumas coletivos ocorridos durante a Ditadura Civil-Militar não serão superados. Esse “mal de Alzheimer nacional” (KUCINSKI, 2016) incomoda, talvez seja a principal causa do ressentimento que podemos perceber no autor.

Mas como lutar contra um aparelho de repressão do Estado marcado pela sua desumanidade? Talvez o trecho mais polêmico da sua obra seja onde Kucinski compara o sumidouro brasileiro com o holocausto ocorrido no decorrer da Segunda Guerra Mundial, temática que voltará a ser debatida na sua novela de 2016, *Os visitantes*:

K. tudo ouvia, espantado. Até os nazistas que reduziam suas vítimas a cinzas registravam os mortos. Cada um tinha um número, tatuado no braço. A cada morte, davam baixa num livro. É verdade que nos primeiros dias da invasão houve chacinas e depois também. Enfileiravam todos os judeus de uma aldeia ao lado de uma vala, fuzilavam, jogavam cal em cima, depois terra e pronto. Mas os goim<sup>55</sup> de cada lugar sabiam que os seus judeus estavam enterrados naquele buraco, sabiam quantos eram e quem era cada um. Não havia a

---

<sup>55</sup> Do hebráico *Goyim* - gado; povo; variação do inglês "goy". Em português, *gói* ou *goim*. Diz-se da pessoa que não é *judia*, de outras religiões. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/goi>  
Acesso em: 19/07/2023

agonia da incerteza; eram execuções em massa, não era um sumidouro de pessoas. (KUCINSKI, 2016, p. 25)

O ressentimento presente na escrita de Kucinski fica evidente também quando se aborda a impunidade aos torturadores, que em vez de penalidades, receberam homenagens em nomes de ruas, avenidas, colégios. Ana Rosa e tantos outros desaparecidos políticos pagaram a insubordinação com a própria vida, jamais retornarão para a sociedade e sobrevivem apenas na memória e na história. Por outro lado, uma (infeliz e ignorante) parcela da população brasileira ainda vê os militares como heróis nacionais:

A lista dos duzentos e trinta e dois torturadores, que jamais serão punidos, mesmo décadas depois de fartamente divulgada, mesmo décadas após do fim da ditadura; os manifestos dos presos políticos, o dossiê das torturas, o relatório prometido à Anistia Internacional. E também a pasta de recortes de jornais sobre os hábitos e rotinas de empresários apoiadores dos centros de tortura. Não sabem que, exceto o já justificado, todos eles morrerão de morte natural, rodeados de filhos, netos e amigos, homenageados seus nomes em placas de rua. (KUCINSKI, 2016, p. 29)

K. reflete, com ironia, sobre a estranha tradição brasileira de prestar homenagens a ditadores, enquanto que, em outros países, como a Argentina, ocorreu um movimento contrário, mas ainda com muitos embates em termos de políticas de memória. Não combina com a democracia nomear um logradouro, praça ou edifício, homenageando um ditador ou torturador. O Brasil não está evoluindo no sentido de resgatar sua história e caminhar em direção à justiça:

Como foi possível nunca ter refletido sobre esse estranho costume dos brasileiros de homenagear bandidos e torturadores e golpistas, como se fossem heróis ou benfeitores da humanidade. Ele tanto escrevera sobre o modo de viver dos brasileiros, mas nisso não havia reparado. Em outros países, fazem hoje o oposto. Em Varsóvia trocaram o nome da tradicional rua Gesia para Anielewicz, em homenagem ao herói do levante do Ghetto. É verdade que mantiveram o nome daquele fascista e traidor Roman Dmowski numa rotunda, mas isso decerto vai mudar. Os franceses, ele lera no jornal, estão tirando o nome do Pétain de suas ruas, depois de descobrirem que durante a ocupação ele aprovou a deportação de setenta e seis mil judeus franceses para Drancy e de lá para os campos da morte, onde foram exterminados; inclusive, seis mil crianças, dos quais menos de três mil sobreviveram. (KUCINSKI, 2016, p.152-153)

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), divulgado em 2014, recomenda a mudança da denominação de logradouros, avenidas, edifícios e instituições públicas de qualquer natureza, que se refiram a agentes públicos ou a particulares que sabidamente tenham tido participação na prática de graves violações. Por outro lado, não basta apenas que essas homenagens sejam retiradas, renomeando monumentos, é

preciso que se debata com a sociedade, envolvendo as comunidades nesta discussão, fortalecendo uma cultura democrática.

Como se o aparelho de repressão brincasse com os sentimentos dos familiares das vítimas, os informantes – agentes da repressão – faziam o jogo da desinformação. K. se vê envolvido numa rede de dissimulações, um teatro para fazê-lo desistir ou corroer sua sanidade, onde muitos colaboraram para uma trama que lhe agregava apenas mais angústia e culpa. A história do protagonista, porém, não é muito diferente da tragédia que ocorreu com sua filha. Apesar do tempo que separa suas histórias, há semelhanças:

K. tinha trinta anos quando foi arrastado pelas ruas de Wloclawek, acusado de subversão pela polícia polaca. Por isso, emigrou às pressas, deixando mulher e filho, que só se juntariam a ele no Brasil um ano depois. Foi solto na condição de emigrar, além da propina coletada pelos amigos de militância. Sua irmã, Guita, cinco anos mais velha, não tivera a mesma sorte. Morreu tuberculosa no frio da prisão. (KUCINSKI, 2016, p.37)

Segundo K. sua segunda esposa era uma inútil, aqui percebemos a fala e opinião do próprio Bernardo sobre sua madrasta. Podemos perceber também que sua primeira esposa, mãe de Ana Rosa, pouco aparece na trama. Trata-se de uma mulher que sofrera demasiadamente no decorrer da vida, tendo perdido toda a família durante o holocausto e, posteriormente, lutado contra um câncer de mama:

Quando engravidou da filha, depois de dois filhos homens, já era uma mulher triste; a comissão enviada pelos judeus de São Paulo para investigar os boatos assustadores sobre o que acontecera na Polônia havia regressado confirmando o pior. Sua família, como a maioria dos judeus de Wloclawek, havia sido dizimada. Todos. Os pais, os irmãos, os tios e sobrinhos. Por isso, as cartas pararam de chegar logo nos primeiros dias da invasão alemã, e não por causa dos bloqueios da guerra. Nem o seu primo Moses escapou, embora tivesse ido para a França. A comissão também confirmou a deportação e extermínio dos judeus franceses. O câncer na mama apareceu logo depois desse relatório. (KUCINSKI, 2016, p.39)

Estes aspectos ajudam a entender o ressentimento do protagonista e o porquê de comparar o holocausto ao “sumidouro de pessoas” no Brasil. A tragédia sempre acompanhou a história da família Kucinski. Por mais que K. investigue e vá mais fundo no submundo do sumidouro de pessoas, ele é intocável. Fazer algo com ele seria confessar os crimes, essa é a contradição de sua proteção, o que faz com que ele não tenha medo do que possa encontrar pela frente e continue sua empreitada:

O sorvedouro de pessoas não para, a repressão segue cruenta, mas o pai que procura sua filha teme cada vez menos. Desgraçado, mas insolente, percebe então o grande paradoxo da sua imunidade. Qualquer um pode ser engolido pelo vórtice do sorvedouro de pessoas, ou atropelado e despejado num buraco

qualquer, menos ele. Com ele a repressão não mexe, mesmo quando grita. Mexer com ele seria confessar, passar recibo. (KUCINSKI, 2016, p.84)

Kucinski dedica um espaço para expor uma reunião da Congregação do Instituto de Química da USP, onde a rescisão do contrato de Ana Rosa por abandono de função foi debatida. Contudo, o nome da professora figurava nas listas de desaparecidos publicadas nos jornais pela sua própria família:

O professor Giesbrecht explica a todos os presentes que a comissão decidiu segundo o conjunto probatório, como está no relatório, e deu maior peso à declaração do ministro Armando Falcão de que não consta registro de a professora ter sido presa. Passou-se à votação secreta do relatório propondo a demissão da professora. Foi aprovado por treze votos favoráveis e dois votos em branco e assim encaminhado ao magnífico reitor, Orlando Marques de Paiva. Dois dias depois o desligamento da professora foi publicado no Diário Oficial por ato do senhor governador do estado, Paulo Egídio Martins, outro que nunca se desculpou. (KUCINSKI, 2014, pg. 148)

A pauta foi aprovada e ninguém se desculpou posteriormente por essa atitude, segundo K. Ainda que estivéssemos vivendo sob um regime ditatorial, a omissão e colaboração da sociedade civil impressionam, como fica exemplificado no referido episódio.

Deprimido, o protagonista se julga um pai ausente, comprometido com reuniões literárias, ao invés de se preocupar com o seu relacionamento com a filha, envolvida com diferentes contatos e construindo uma vida dupla. Tal falta sensibiliza e assombra o personagem. Ela é o argumento para se sentir culpado pela situação em que se envolve. A culpa sempre acompanha os passos do protagonista em busca da filha:

E como não perceber o tumulto dos novos tempos, ele, escolado em política? Quem sabe teria sido diferente se, em vez dos amigos escritores do iídiche, essa língua morta que só poucos velhos ainda falam, prestasse mais atenção ao que acontecia no país naquele momento? Quem sabe? Que importa o iídiche? Nada. Uma língua cadáver, isso sim, que eles pranteavam nessas reuniões semanais, em vez de cuidar dos vivos. (KUCINSKI, 2016, p. 16-17)

K. não perdeu apenas a sua filha, perdeu a possibilidade de um futuro. Não teve a oportunidade de conhecer seu genro (Wilson Silva), embora não soubesse de sua existência, havia mais um desaparecimento para lamentar, além de imaginar ter perdido a chance de ter tido netos, não sabendo que Ana havia se tornado estéril, por complicações em sua saúde:

Quando aquela moça se aproximou na reunião dos familiares dos desaparecidos e se apresentou, eu sou a cunhada da sua filha, K. percebeu a vastidão da outra vida, oculta, da filha. Ela até se casara sem ele saber; tinha marido, uma cunhada, sogros. O marido também estava desaparecido. Mais esse susto no colar de tantos espantos, descobrir que outra família também chorava sua ausência, não como filha, como nora, e ele agora também teria

que chorar uma segunda desapareção, a do genro, e mais, de netos que poderia ter, mas não terá – embora disso naquele momento ele ainda não soubesse. (KUCINSKI, 2016, p.41)

K. se pergunta se sua filha teria sido poupada caso seu marido não fosse um revolucionário e em que medida ele a levou para a luta clandestina ou vice-versa. Será que Wilson tentou resguardá-la e ela teria se negado a não segui-lo numa luta quase suicida? São perguntas que ficaram sem respostas para ele. K. nunca saberá como foram sequestrados e mortos, apesar dos depoimentos colhidos décadas depois. Estas perguntas talvez fossem inúteis, se estavam juntos nessa empreitada, um não conseguiria proteger o outro, no final das contas:

Descobriu que o companheiro de sua filha, esse genro que ele nunca conheceu, desde muito jovem foi um obcecado pela política. Viu seus livros, uma biblioteca inteira de pregação revolucionária. De um primo do genro, uma espécie de faz-tudo do casal, que por isso sabia coisas que o resto da família ignorava, ficou sabendo que estavam envolvidos na luta clandestina, embora levando vida legal. O genro pertencia à cúpula de uma dessas organizações, segredou esse primo. K. passou a se perguntar o que os teria aproximado. Gostaram-se através da política, ou primeiro se apaixonaram, e depois uniram-se também na luta clandestina? (KUCINSKI, 2016, p.42)

Estes trechos revelam o quanto K. desconhecia sobre a vida da própria filha, já que sequer tinha ciência do casamento dela. O matrimônio realizado confidencialmente, fez K. imaginar que o ato foi um tipo de subversão: “Casaram-se às escondidas como se fosse um delito, uma obscenidade, ou mais uma conspiração” (KUCINSKI, 2016, p. 43). K. convenceu-se de que o único motivo que poderia justificar a iniciativa de se casarem formalmente, no perigoso contexto em que viviam, seria a possível redução de riscos.

No fundo, K. sabia qual tinha sido o destino de sua filha, ou seja, o mesmo destino de todos os desaparecimentos políticos no Brasil: sequestro, tortura e morte, mas K. não desiste da sua busca por respostas. A sociedade, como um todo, fingia que nada estava acontecendo, talvez por medo ou simplesmente indiferença.

Em outra situação dolorosa, K. tenta instalar no cemitério israelita do Butantã uma matzeivá (uma lápide colocada alguns meses após o sepultamento segundo a tradição judaica) para sua filha, ao lado do túmulo da sua primeira esposa, mas a tradição judaica não permite uma lápide sem um corpo. Essa negativa, para K., equivalia a dizer que sua filha não havia existido.

Uma lápide em homenagem à filha, para K. não seria apenas metafórico, pois queria encontrar sua filha, ainda que apenas seus restos mortais, para poder concluir os

ritos funerários. Decepcionado diante da impossibilidade de erguer um túmulo em memória da filha desaparecida, K. tem outra ideia. Tenta fazer um memorial impresso em forma de livro, igualmente sem sucesso. A possibilidade de sua filha ser comunista bastava para as pessoas negarem qualquer relação ou apoio a K.:

Desolado pela falta da matzeivá, ocorreu então a K. a ideia de compor um pequeno livrinho em memória da filha e do genro. Uma lápide na forma de livro. Um livro in memoriam. Isso também se fazia de vez em quando na Polônia, embora sem substituir a matzeivá. Comporia um folheto de umas oito ou dez páginas, com fotografias e depoimentos das suas amigas, imprimiria cem cópias e as entregaria de mão em mão para toda a família, os conhecidos e as amigas; mandaria aos parentes em Eretz, Israel.(...) No dia seguinte K. retornou à gráfica para saber do orçamento e quando o livrinho ficaria pronto. Foi recebido quase aos gritos pelo jovem: “Como o senhor teve o atrevimento de trazer material subversivo para a minha gráfica? Pegue isso e dê o fora, nunca mais apareça com esse tipo de coisa. Onde já se viu, material subversivo, uma desaparecida política, uma comunista. Ela não era comunista?” (KUCINSKI, 2016, p. 77-78).

K. explica que, na Europa, foram erguidos monumentos em memória às vítimas do holocausto. Para K. o desaparecimento de sua filha representa a continuidade do holocausto. Justificar um assassinato pelo fato de Ana Rosa ser comunista equivale à justificativa utilizada pelos nazistas para exterminar o povo judeu. A literatura de testemunho representada pela obra de Kucinski pode significar uma tentativa de enterrar os mortos e se libertar desta memória.

K. também se sente culpado por nunca ter feito um álbum de fotografias especialmente para a filha, da infância a maturidade, apesar de ela ser a sua preferida. Um álbum talvez refrescasse a memória do médico responsável por evitar que os prisioneiros não morressem durante as sessões de tortura, pelo menos não até entregarem todas as informações necessárias, episódio que provavelmente se refere ao tenente-médico Amílcar Lobo, que colaborou com o DOI-CODI do 1º Exército e também atuou na Casa da Morte, em Petrópolis (RJ).

Desiludido, k. abandonou a literatura, em especial o iídiche. Chega a conclusão de que foi graças ao excesso de atenção dada à língua do seu povo que ele não percebeu o que estava acontecendo com sua filha, bem debaixo dos seus olhos, como as estratégias dela para evitar que ele o visitasse e suas viagens inesperadas sem revelar o destino.

*K. Relato de uma Busca* é uma lápide em forma de livro. O personagem é assolado pela culpa, mas não tenta reverter este sentimento. K. (Majer) e Bernardo são

assolados pela culpa por terem sobrevivido. Para K. o destino poderia ter sido diferente se tivesse dado mais atenção a sua filha.

O sentimento de culpa é transferido aos sobreviventes, mesmo após a tentativa de retomada de sua vida pregressa, o passado ressurgiu décadas depois. Os sobreviventes da ditadura brasileira estão sempre buscando no passado um momento em que poderiam ter impedido uma catástrofe e por alguma razão fracassaram.

Outro elemento que pode aumentar o sentimento de culpa do autor está no seu trabalho durante aquele período, e apesar de ter escrito algumas reportagens sobre o “modus operandi” do regime, sequer foi convidado a prestar depoimentos. Kucinski usa a ficção para descrever o desaparecimento de sua irmã. A ficção permite que o ressentimento, a culpa e a história não oficial tenham espaço, o que não significa que não seja a verdade, trata-se da sua verdade (do autor). A passagem que retrata o suicídio de Ana Rosa quando aprisionada, usando uma cápsula de cianureto, representa uma forma de diminuir a dor das memórias, ao criar uma ficção em que sua irmã consegue “escapar” das torturas.

O romance de Kucinski é uma história de ausências. O próprio autor é citado pouquíssimas vezes, se apresentando como um filho e um irmão mais velho muitas vezes ausente, o que amplia seu sentimento de culpa. Surpreende também o medo presente na fala e no comportamento das amigas de Ana. O medo das pessoas que no fundo sabem o que aconteceu, e temem pelas suas próprias vidas:

Ela não veio hoje, disseram as amigas. Hesitantes, olhavam de soslaio umas para as outras. Depois, como se temessem a indiscrição das paredes, puxaram K. para conversar no jardim. Então revelaram que havia onze dias ela não aparecia. Sim, com certeza, onze dias, contando dois finais de semana. Ela, que nunca deixará de dar uma única aula. Falavam aos sussurros, sem completar as frases, como se cada palavra escondesse mil outras de sentidos proibidos. (KUCINSKI, 2016, p. 18)

Um simples telefonema é transformado num eficaz método de tortura de familiares, tortura que se torna mais cruel por sua banalidade, pela persistente repetição após décadas. O telefonema é usado como estratégia para desequilibrar psicologicamente os familiares, levantando um suposto paradeiro do desaparecido para sustentar que nada aconteceu, não responsabilizando o Estado e seus órgãos e agentes de repressão, mas culpabilizando as vítimas.

Fora da ficção, o sequestro de Ana Rosa, fez com que Kucinski retornasse do exílio autoimposto em Londres e, com seu pai, iniciaram um caminho labiríntico que

nem mesmo a Comissão Nacional da Verdade, encerrada em 2014 – quarenta anos após o desaparecimento – trouxe uma solução.

*K. Relato de uma Busca* trata-se de uma obra construída a partir das experiências pessoais do autor, da memória familiar e amparada em fontes que podem ser verificadas. A sua escrita tem uma linguagem direta e coloquial. É uma literatura popular, de grande profundidade, mas sem priorizar a sofisticação. Percebemos a linguagem jornalística que faz parte da vida do autor. A verdade é abordada de forma crua e simples, sem apelar para as emoções do leitor, apesar de inevitavelmente causar comoção. Sua importância cresce ao trazer um relato, a partir de uma visão de dentro do trauma. É preciso salientar que boa parte das buscas que a obra nos mostra, foram empregadas pelo próprio Bernardo, o que dá à sua obra um status de autobiografia, uma autobiografia da família Kucinski.

*K. Relato de uma Busca* é uma literatura de testemunho, lançada em 2011, ano em que foi sancionada a lei de criação da Comissão da Verdade brasileira, primeiro pela editora Expressão Popular. Mesmo com um diminuto trabalho de publicidade esgotou tiragens (totalizando 5.000 cópias), foi finalista de prêmios (Portugal Telecom e o São Paulo de Literatura) e passou a ser traduzido para algumas línguas (espanhol, alemão, inglês).

A questão da morte, uma das particularidades da literatura de testemunho, traz consigo, inicialmente, um significado de perda e de dor associadas ao trágico. A morte, exceto para algumas doutrinas religiosas, é a evidência da ausência da vida – o bem mais precioso para o homem. No caso da obra abordada, o que ocorre é uma potencialização da dor, causada pela dúvida que cerca as circunstâncias da morte.

Sendo um relato memorialístico, uma obra de caráter testemunhal, *K. Relato de uma busca* é um romance que une história e ficção. A história se ampara na ficção para reconstituir um tempo e, simultaneamente, a ficção se ampara na história com o intuito de alcançar o mesmo objetivo. O imaginário, no interior da ficção, serve para concluir o passado real, tal como ele realmente aconteceu, preenchendo suas lacunas. Um passado tão irracional e improvável que parece, inicialmente, apenas ficção, e é através da imaginação e de algumas figuras de linguagens que se dá o encargo representativo da imaginação histórica:

Se essa hipótese se sustenta, podemos dizer que a ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia. A história é quase fictícia, tão logo a

quase presença dos acontecimentos colocados “diante dos olhos” do leitor por uma narrativa animada supre, por sua intuitividade, sua vivacidade, o caráter esquivo da passividade do passado, que os paradoxos da representância ilustram. A narrativa de ficção é quase histórica, na medida em que os acontecimentos irrealis que ela relata são fatos passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; é assim que eles se parecem com acontecimentos passados e a ficção se parece com a história. (RICOEUR, 1997, p. 329).

A letra K., que representa o protagonista do romance, nos remete ao sobrenome do autor e ao escritor tcheco Franz Kafka, e seus personagens com a mesma inicial. Assim como os protagonistas dos romances de Kafka (Josef K., o prisioneiro de *O processo*<sup>56</sup>, e o agrimensor de *O castelo*<sup>57</sup>), K. o protagonista do romance de Kucinski se encontra sufocado numa sequência de caminhos labirínticos que o levam a obstáculos burocráticos irracionais, além de embates com figuras poderosas. K. tenta reconstruir os passos da vida da filha, para conhecer seu passado, mas acaba se deparando com uma dura verdade: sua morte.

*K. Relato de uma Busca* talvez possa ser definido como uma obra kafkiana, com situações misteriosas e surreais. No romance *O Processo*, de Kafka, o protagonista (Joseph K.) é acusado e condenado sem ter cometido crime algum. Durante um ano tenta descobrir qual a acusação para sua detenção, sem sucesso. O protagonista se vê num labirinto cercado por funcionários de justiça desonestos e deduz que lutar contra este sistema é inútil. Tais obstáculos também podem ser verificados na novela de Kucinski. Na obra *O Castelo*, também da autoria de Kafka, conhecemos K., um agrimensor que tem seus serviços solicitados por um conde. Chegando no local de trabalho, uma vila, K. se vê envolto numa trama regida por uma burocracia opressora, ao tomar conhecimento de que não havia a necessidade dos seus serviços. Kafka narra um complexo sistema burocrático constituído pelos funcionários do Castelo, mas mantido pelos moradores da aldeia, que demonstram temor por essa rede de abusos. K. percebe uma pirâmide social inacessível, cujo topo é invisível, porém não menos temido. O labirinto kafkiano é sufocante, K. não consegue visualizar soluções para suas aflições e é engolido por esse labirinto. O castelo e seus funcionários parecem sempre distantes, sem qualquer perspectiva de libertação.

Podemos perceber que tanto Kafka quanto Kucinski demonstram a dificuldade de qualquer comunicação com um aparelho burocrático opressor e quase onipotente. Nesse aspecto, ambos os autores realizam uma crítica ao aparelho estatal. Tanto K. (em

<sup>56</sup> KAFKA, Franz. *O Processo*. 5ª edição. São Paulo: Martin Claret. 2011.

<sup>57</sup> KAFKA, Franz. *O Castelo*. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

*K. Relato de uma Busca*) como Joseph K. (em *O Processo*) e K. (em *O Castelo*) estão envolvidos numa situação sem desfecho. As obras também convergem no enfraquecimento psicológico dos protagonistas, para além da semelhança dos seus nomes. Duas figuras não aparecem no decorrer das narrativas, representadas pelo próprio título das obras – *O Castelo* e *O Processo* – e é justamente sua ausência que torna a sua menção ainda mais ameaçadora.

Compreendemos as relações entre o romance “*K. Relato de uma Busca*” e a narrativa histórica, considerando os possíveis diálogos entre a literatura e a história. Procuramos, com a pesquisa, examinar as ligações entre história, literatura e memória. Para tal fim, os testemunhos de Primo Levi são essenciais.

Através da memória, Levi (1988) desperta um emaranhado de sentimentos: esperança, consolo, sobrevivência e tristeza com a certeza da morte. Levi compartilha sua experiência do holocausto, talvez objetivando se libertar de sua angústia, como se exorcizasse em seu relato a vontade de recuperar a humanidade e a identidade das pessoas. A escrita se torna uma ferramenta para Levi, que clama para que estes acontecimentos sempre sejam lembrados, lutando contra o esquecimento dos episódios descritos pelos sobreviventes.

Levi (2016)<sup>58</sup> nos mostra que, de fato, todas as monstruosidades do holocausto aconteceram e devem ser lembradas para que não se repitam. O autor nos mostra de forma dura e pragmática como estava destruída a geração que sobreviveu fisicamente aos campos, mas tiveram seu psicológico esfacelado. A culpa por ter sobrevivido é algo em comum entre Levi e Kucinski, apesar dos autores terem vivido realidades temporais e espaciais bem distintas relacionadas às experiências de opressão no século XX.

Wilson Silva, marido de Ana Rosa, provavelmente foi o último chefe da ALN. No capítulo final, “*Mensagem ao companheiro Klemente*”, é apresentada uma carta de Rodriguez (Wilson) a Klemente (Carlos Eugênio Sarmiento Coelho, um dos chefes da ALN) abordando a exposição dos militantes quando a organização foi enfraquecida. A carta mostra a opinião do autor sobre os dirigentes que abandonaram os militantes à própria sorte, enquanto fugiam do país. A causa estava perdida, mas abandonar a luta

---

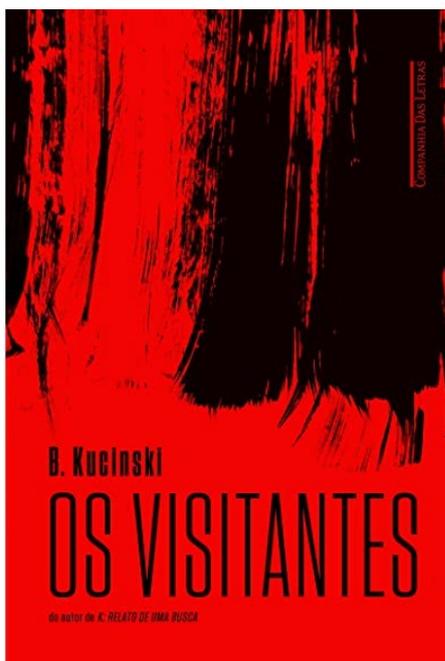
<sup>58</sup> *Os afogados e os sobreviventes*, livro concluído em 1986 por Primo Levi, foi escrito no decorrer de 10 anos, sendo imediatamente traduzido em todo o mundo e reconhecido como uma obra extremamente importante sobre a natureza do mal e a essência dos seres humanos. Na obra Levi retoma sua reflexão sobre os campos de extermínio nazista 40 anos depois de ter escrito seu primeiro livro sobre o Holocausto, *É isto um homem?* Disponível em: <https://www.primolevi.it/en/sommersi-salvati>  
Acesso em: 18/10/2023

era considerado traição.

Kucinski escreve sobre aquilo que sabe, para que suas memórias não se percam com o passar do tempo, devido à sua idade avançada. O romance funciona como uma espécie de testemunho histórico. Vale ressaltar que, quando do lançamento de *K. Relato de uma Busca*, em 2011, Kucinski já tinha 74 anos. Ele, que fora jornalista durante toda sua carreira, fazia sua estreia na ficção. Talvez os objetivos possam ser questionados, mas a maior parte da sua escrita carrega o peso da verdade e os sentimentos do personagem, onde a angústia da ausência, fruto de um sequestro, atinge o leitor.

*K. Relato de uma busca* apresenta caráter autobiográfico e representa uma denúncia contra o autoritarismo, além de ser uma ferramenta no combate ao esquecimento do desaparecimento político e morte de Ana Rosa Kucinski Silva. Analisar esta obra e a história desta família simboliza a restauração da memória de um dos momentos mais infelizes da história do Brasil.

Figura 46: *Os Visitantes* (2016)



Fonte: Editora Companhia das Letras.

O universo da produção de Kucinski revelou-se mais instigante para o pesquisador quando este se deparou com mais uma publicação, intitulada *Os Visitantes* (2016), uma obra que reflete as reações estimuladas por *K. Relato de uma busca*, numa espécie de continuação das memórias do autor. Kucinski aborda a recepção do seu primeiro romance e como percebeu a sua circulação nos diferentes meios. Trata-se de

uma novela desenvolvida com breves narrativas onde o narrador-personagem é o próprio Kucinski. Personagens indignados batem à sua porta, queixando-se do seu primeiro romance e apontando equívocos. Cada capítulo narra uma visita feita ao autor, a maioria delas em tom de crítica. A capa, por sua vez, foi desenhada por Alceu Chiesorin Nunes.

O autor esperava ser citado nos jornais, ansiava por reconhecimento, mas o seu trabalho em *K. Relato de uma Busca* atingiu algumas figuras (reais), de diferentes maneiras. Kucinski aborda com sarcasmo a insensatez do contexto em que o país se encontrava no período. Vale ressaltar que o autor mostra alguns arrependimentos em relação ao seu primeiro romance, por exemplo: afirmar que durante o holocausto os mortos eram registrados e citar o nome verdadeiro de alguns personagens.

O autor admite que cometeu alguns exageros no seu primeiro romance *K. Relato de uma Busca*, criando polêmicas. Em *Os Visitantes*, Kucinski realiza algumas retratações e ressignificações. O autor recebe cada um dos visitantes com resiliência. Tem humildade em reconhecer que seu romance possui erros que podem ser alterados numa segunda edição. Assim como no seu primeiro romance, mais uma vez o autor alerta: “Tudo aqui é invenção, mas quase tudo aconteceu.”

Desde primeiro capítulo (A velha com o número no braço) somos impactados. Ao visitá-lo, uma anciã rica chamada Regina Borenstein afirma categoricamente que havia um grande erro no seu romance *K. Relato de uma Busca*. Regina alega que os alemães não registravam todas as pessoas que mataram no decorrer do holocausto, somente registravam as pessoas selecionadas para trabalho forçado e somente em Auschwitz. A maioria dos indivíduos era encaminhada imediatamente às câmaras de gás. Segundo ela, os nazistas reabriram as fossas onde eram enterrados os corpos (valas coletivas) e queimaram tudo quando perceberam que a guerra estava perdida. Ela havia trabalhado nos campos de Auschwitz e Hamburgo, mostra os números gravados no seu braço, deixando a situação ainda mais delicada e emocionante. Regina exige a correção do livro e mostra fotografias dos seus parentes desaparecidos, deixando evidente que quando ela se for não haverá mais ninguém para procurar. Por fim apenas deixa o livro e vai embora. Kucinski reflete que talvez a necessidade de continuar sua busca tenha mantido aquela senhora viva, o que também vale para ele mesmo.

Na mão direita, trazia a novela visivelmente macerada. Antes mesmo de se apresentar, perguntou: O senhor é o escritor deste livro sobre a professora de

química que desapareceu? Sem esperar minha resposta, continuou: Um livro forte e bem escrito, mas tem um erro muito feio que o senhor escritor precisa corrigir. (KUCINSKI, 2016, pg. 11-12)

Kucinski recebe outras visitas inesperadas. Uma delas se trata de uma amiga de Ana Rosa. Ela confirma uma das teses temida pelo autor, a de que o livro poderia machucar as amigas, deixando sequelas. A visitante questiona os objetivos do livro, afinal, mal conseguira terminar a leitura, interrompendo-a no capítulo da carta, sendo muito doloroso. Esta visitante também questiona até que ponto o autor e o seu pai, protagonista da novela, conheciam, de fato, Ana Rosa. O autor havia pedido para esta visitante entregar um exemplar da novela para outra das amigas de Ana Rosa, que não demonstrara o menor interesse.

Só então me convenci do que no íntimo já suspeitava: o livro machucara as amigas. Restava-me a esperança de que foi por sentirem-se enganadas, ao descobrirem sua vida dupla, e não pelo que escrevi ou deixei de escrever. Indaguei: Ela explicou a raiva? Só disse que você não a conhecia, até a desdenhava, todos na família a subestimavam, você, seu irmão, sua mãe, a cunhada, todos, até o pai, em parte. Por que até o pai? quis saber. Porque não passava pela cabeça dele que a filhinha querida e graciosa tivesse se transformado numa mulher política. (KUCINSKI, 2016, pg. 18)

Vale ressaltar a passagem em que Kucinski aborda um sonho que teve com o seu pai, o que não ocorria há anos. O título do capítulo, “Admoestação”, é bem sugestivo. Sentados a mesa, o pai comia enquanto o autor ainda buscava referências à sua novela nos jornais. Sente um pouco de inveja ao ver no jornal um artigo sobre um livro de contos do seu pai que fora traduzido para o português.

Seu pai o alerta que ele havia ignorado, no romance, a viagem que os três fizeram ao Chile e ao Uruguai, na época livres de ditaduras, que a sua irmã havia ganhado de presente de aniversário (30 anos). Seu pai também o censura por ter desconsiderado os acontecimentos no Brasil enquanto estava na Inglaterra. Também nega ter ignorado Ana Rosa antes do seu desaparecimento, como consta no livro, mas afirma que era ele (o autor) quem a relegava. O pai critica a sua postura durante os anos de chumbo e suas reportagens, além de culpá-lo por ter ignorado as evidências.

Você devia ter falado dessa viagem. Dois meses depois aconteceu o golpe militar no Uruguai. Alguns meses mais e veio o golpe no Chile. Tudo isso sentimos aqui, mas você não, você estava numa boa, na Inglaterra, gozando a vida, indo aos concertos do Southbank; aqui assassinavam pessoas. Inventavam que eram atropeladas. Uma delas viu no jornal a notícia da própria morte. Por que você não colocou isso na sua novela? Não quis denunciar colegas de ofício? Ou não sabia? Claro que você sabia. Você falhou. Tinha acesso aos jornais ingleses, trabalhava na BBC de Londres e se calou. Em vez de denunciar as atrocidades da ditadura, você fazia entrevistas

para as amarelinhas da Veja. Você diz no seu livro que eu a ignorava, foi você quem a ignorou. A vida inteira você a ignorou, você e o seu irmão, ele mais ainda. Você esteve duas vezes no Brasil durante aqueles anos e não percebeu o perigo que ela corria! Só queria escrever belas reportagens! Onde você estava com a cabeça?! Eu não sabia que ela havia se casado com um militante, mas você sabia, você o conhecia, sabia que era um dirigente e não se preocupou com o risco que ela corria! Como isso foi possível? Você é o culpado, o único culpado! (KUCINSKI, 2016, pg. 23)

O romance também aborda o relacionamento de Ana Rosa com sua mãe. Um dos visitantes discute com Kucinski sobre a opinião da mãe deles, na novela, em relação a aparência de Ana. Eles debatem sobre os motivos para a mãe de Kucinski afirmar que a própria filha era feia. Um comportamento que refletia a personalidade de uma mulher, marcada pela dor. É importante salientar que Bernardo Kucinski, tinha cerca de 3 anos quando a mãe descobriu que toda a sua família havia sido exterminada nos campos de concentração nazistas. A dor da perda dos seus familiares, o trauma do holocausto, além da culpa por ter sobrevivido parecem ter afetado a mãe de forma irrecuperável, na mesma época em que Ana Rosa nasceu.

Penso que na cabeça da mãe a gravidez ficou associada ao extermínio. Ele me interrompeu: Uma gravidez indesejada... Pior, eu disse, uma gravidez angustiante na qual sentir alegria implicava sentir culpa. Ele estranhou: Culpa por quê? De estar viva e a família toda morta. Ele duvidou: É isso mesmo o que você pensa? Reafirmei: É o que penso. E perguntei: Você não sente culpa por ter sobrevivido, com tantos de seus companheiros mortos? (KUCINSKI, 2016, pg. 28)

Outro aspecto abordado pelo romance refere-se aos delatores. Trata-se de um dos capítulos mais interessantes. “Uma visita surpresa” narra a visita de um escritor que Kucinski havia conhecido há 30 anos no jornal “Amanhã”. Seu romance citava um roteirista de televisão, Manuel Alves, aquele que “entregou mais de 30, quem era e quem não era” (KUCINSKI, 2016, pg. 33), durante a repressão. Manuel estava bastante chateado e preocupado que descobrissem que era ele. Revela que pediu desculpas a todos que entregou e que foram “apenas” 18. Manuel questiona o escritor e afirma que foi agredido por ele, se altera e revela um grande segredo: havia cedido sob intensa tortura. Para Manuel o lançamento da obra era uma vingança sobre os que sobreviveram.

Um dos temas tratados na obra diz respeito aos “justiçamentos”. Essa passagem é protagonizada por Lourdes, uma mulher de Belo Horizonte com aspecto descuidado, reflexo do desaparecimento do companheiro de militância. Ela teve participação na Comissão de Anistia e foi agradecer pessoalmente pela publicação da carta do

Rodriguez ao Klemente, uma carta que ela tinha certeza que era verdadeira e que abordava a morte de uma pessoa, não pela repressão, mas pela própria resistência (ALN). A carta inventada era uma crítica do autor à ALN, por não ter interrompido uma luta perdida. Sua gratidão se devia à denúncia de um “justiçamento”, prática onde os militantes julgavam seus traidores. O autor é obrigado então a contar a ela a verdade, que tudo era ficção, inclusive a carta.

Eu insisti: Você tem que acreditar, inventei tudo, do começo ao fim. Foi a expressão do meu desgosto por não terem mandado parar aquela loucura, imagine quantas vidas não teriam sido poupadas. Esse capítulo do livro é o meu manifesto. Ela disse: Mas a própria carta diz que até para parar estava difícil. Eu repeti: Tudo inventado, isso também. (KUCINSKI, 2016, pg. 46)

*Os visitantes* versa também sobre a lamentável reunião da Congregação que votou pela demissão de Ana Rosa do cargo de professora. A nona visitante questiona a visão do autor sobre o professor Gottlieb, na reunião supracitada, onde sua irmã foi exonerada mesmo quando todos sabiam que ela estava desaparecida, não configurando abandono de função. A visitante em questão também foi aluna do Instituto de Química e nem sequer havia lido o livro. A ilustre Congregação, agora, lançava uma moção de repúdio ao romance, que ironicamente também foi aprovada por unanimidade.

Kucinski também descreve a visita que recebeu de Joseph Gross, da Universidade Hebraica de Jerusalém, filho de um importante escritor israelense. Ele queria lhe entrevistar sobre o comportamento dos judeus brasileiros durante a Ditadura Civil-Militar e as relações entre Brasil e Israel. Gross gravou a entrevista, onde fez perguntas sobre a novela. Revela grande interesse sobre o capítulo onde o rabino judeu não permite que uma lápide fosse colocada para a filha desaparecida do protagonista. O autor ressalta, mais uma vez, que tudo aquilo foi inventado, o que desaponta um pouco o estrangeiro. Através de Gross, o autor descobre a contribuição de Israel às ditaduras no Brasil, Chile e Argentina. Vale ressaltar que Gross foi o único que realmente bateu à porta do autor.

Kucinski narra sua presença no lançamento de um romance, cujo autor tinha um programa de rádio onde entrevistava escritores, mas nunca havia convidado Kucinski, por ordem de sua chefia. O autor percebe que o desprezo dos jornais por sua novela tinha razões ideológicas. Dias depois vê num jornal uma reportagem que usava sua novela para legitimar a ideia de que ambos os lados (luta armada e militares) se nivelavam no quesito violência. Kucinski recebe em sua residência um amigo que

conhecia a décadas. Este alega que João Evangelista, o Klemente do livro, que executou um companheiro como aviso aos que tentassem abandonar a luta, estava aborrecido com o autor. A visita ocorrera justamente devido à matéria do jornal que igualava a luta da resistência aos torturadores do regime ditatorial. Ambos se alteraram durante a conversa e seu amigo o acusa de ter escrito a novela com o objetivo de culpar a ALN pela morte da irmã.

No tocante capítulo final, “Post mortem”, o protagonista recebe a ligação de um âncora de um programa de televisão que entrevistaria um agente da repressão (Carlos Batalha). Batalha assume que foi dele a ideia de incinerar os corpos das vítimas para que nenhuma evidência restasse. Assume que contribuiu com o desaparecimento de 12 corpos, entre eles a professora de química e o seu marido. Segundo o Procurador de Justiça Said Siqueira, que coordena a força-tarefa criada pelo Ministério Público para investigar os desaparecimentos, a confissão de Batalha era um truque, com ela os criminosos ganhariam imunidade graças à Lei de Anistia. Para Kucinski e sua ex-mulher, que assistiam juntos, a confissão era verdade e, no fundo, sempre souberam qual havia sido o destino de Ana Rosa.

Partimos do pressuposto de que a literatura constitui lugar de memória, já que “(...) escrever é também uma forma de dar túmulo aos mortos, para que não sejam esquecidos” (SELIGMANN-SILVA, 2003). O uso da primeira pessoa – observado em *Os Visitantes* – é significativo da importância para o memorialista salientar a veracidade de sua produção, buscando restaurar o que foi suprimido pelo terror de um Estado ditatorial.

Bernardo Kucinski utiliza uma estratégia incomum: o alvo da ficção é sua própria obra. Em apenas 12 capítulos o autor apresenta uma extensa coletânea de reflexões que remetem à responsabilidade intrínseca (ou não) à construção de um passado traumático. Kucinski, rememora os anos de chumbo, revelando episódios do passado através dos “seus visitantes”. O autor apresenta sua narrativa com algum humor, apesar da complexidade da temática. Em entrevista<sup>59</sup> concedida ao canal do Youtube Livrada, realizada em 27 de novembro de 2016, Kucinski explica a iniciativa que deu origem a referida obra. “Um amigo meu que trabalha no museu do Holocausto apontou um erro em K. quando digo que todas as vítimas tinham o nome registrado

---

<sup>59</sup> KUCINSKI, Bernardo. Livrada. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=l\\_2RSVWw7To](https://www.youtube.com/watch?v=l_2RSVWw7To)> Acesso em: 13 abr. 2023.

pelos alemães. Ele fez essa crítica, ficou na minha cabeça e tive a ideia de um conto” (KUCINSKI, 2016). O projeto foi materializado num conto sobre uma sobrevivente do Holocausto que visita o autor para pedir explicações sobre seu romance de estreia.

Podemos afirmar que *Os Visitantes* é uma extensão do primeiro romance de Kucinski. Narrada em primeira pessoa, exhibe no enredo alguns personagens de *K. Relato de uma Busca*, mas também novos personagens, que batem irritados à porta do autor. As queixas que apresentam para Kucinski são relativas ao que o autor escreveu em sua primeira novela. Os “visitantes” evidenciam os equívocos do escritor na obra anterior, acusam-no de arranhar a reputação de figuras que já morreram e não mais podem se defender, além de manchar a imagem de outros indivíduos que ainda estão vivos. A partir dessas questões, Kucinski estabelece um alter ego que é o protagonista de *Os Visitantes*, com o intuito de fomentar uma reflexão ética sobre a sociedade.

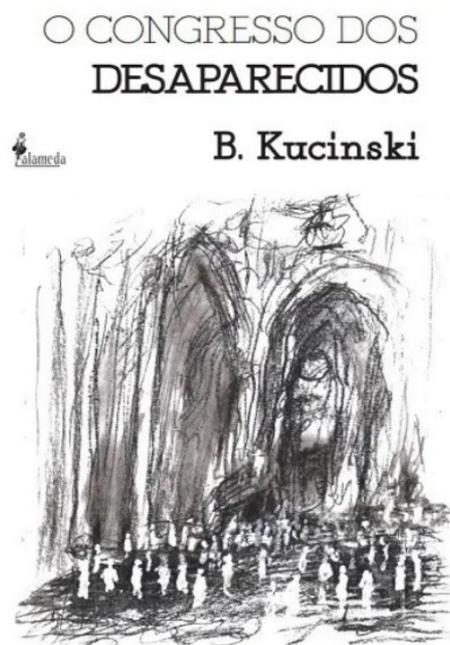
Kucinski traz como principal tema a recepção de *K. Relato de uma Busca* através da estratégia narrativa de colocar em cena esses onze visitantes, que vão ao seu encontro para encará-lo, criticá-lo, cada um com os seus motivos e com um capítulo específico, porém quase todos rompendo as fronteiras entre elementos factuais e biográficos, e a narrativa ficcional.

A novela pode ser assimilada como um evento dramatizado que não supõe uma verdade uniforme, mas um debate sobre as possíveis respostas de alguns sujeitos, em algum grau envolvidos com organizações de esquerda, ou que foram, ficcionalizados em *K. Relato de uma Busca*. O fato se confunde com o imaginado de maneira que o leitor não consegue separar um do outro. A carta da ALN talvez seja o exemplo mais notável, em cuja autenticidade do conteúdo os implicados acreditavam. Na referida oportunidade, outra visitante, membro da Comissão de Anistia, visita o escritor para agradecer a publicação da carta de um militante enviada a um companheiro exilado no exterior, episódio presente no último capítulo de *K. relato de uma Busca*, intitulado “Mensagem ao companheiro Klemente”. A correspondência apresenta uma crítica aos chefes da ALN por não terem ordenado a interrupção das operações quando o fracasso era visível.

Se em *K. Relato de uma Busca* o autor é suprimido como personagem para destacar a figura do pai, em *Os Visitantes* o autor coloca o próprio nome em exibição para repercutir questões éticas e estéticas que já estavam presentes no primeiro romance. Na novela de Kucinski, os visitantes, na condição de testemunhas, são

revelados como materialização de uma estratégia ficcional obstinadamente garantida pelo narrador ao longo do texto. Essas vozes camuflam a plausibilidade, como técnica para desordenar o testemunho, e assim permanecem no decorrer da narrativa, onde o autor criador, o autor empírico e o narrador se misturam. Através de uma escrita do “eu”, o autor demonstra que a memória sobre os assassinatos e torturas efetuadas pela Ditadura Civil-Militar brasileira não se tratam de tragédias familiares, apenas. É uma perda e um sofrimento coletivo.

*Figura 47: O Congresso dos Desaparecidos (2023).*



*Fonte: Alameda Editorial.*

Na sua mais recente produção, Kucinski cria uma espécie de encontro nacional dos desaparecidos políticos brasileiros, vítimas do terrorismo de Estado desde os tempos do Brasil colônia. O autor entra no âmbito do realismo fantástico com o objetivo de explicar a todos o absurdo da situação de um desaparecido político, apesar de declarar, desde o princípio, que os personagens fazem parte de uma esfera sobrenatural.

A prática do desaparecimento foi extensamente usada nas ditaduras latino-americanas do século XX, contudo, a técnica é discutida por Kucinski na conjuntura da colonialidade. Isso significa dizer que, desde que o Brasil foi concebido, o desaparecimento dos classificados como descartáveis pelos detentores do poder foi colocado em ação. Se passou muito tempo desde os sequestros, torturas e execuções, e a

Comissão da Nacional da Verdade encerrou suas atividades sem grandes avanços, permanecendo a impunidade.

O romance tem como ambiente inicial a Praça da República, centro da cidade de São Paulo, onde um homem encontra um velho amigo de militância, o Rodriguez. Acomodados em um dos bancos da praça, Japa (o narrador) e Rodriguez dialogam sobre suas experiências em comum: a trajetória de quem integrou a luta armada nos anos de ditadura no Brasil. Rodriguez, um intelectual que demonstra vasto conhecimento em filosofia e mitologia tenta explicar ao curioso amigo Japa as motivações da luta, assim como os elementos que levaram ao trágico fim da mesma luta. Os dois concluem que é necessário dar voz aos desaparecidos políticos, criando um evento em que todos os desaparecidos políticos possam se manifestar abertamente, se desejarem. Os protagonistas têm a ideia de lançar um encontro nacional de desaparecidos políticos na semana do primeiro de maio. O Primeiro Encontro Nacional dos Desaparecidos Políticos. A data escolhida para o início do congresso, primeiro de maio, associa os desaparecidos políticos às lutas dos trabalhadores contra a exploração e a desigualdade social.

Rodriguez perdeu a conta de quantas vezes mudaram o local dos seus restos mortais. Finalmente, o despejaram na vala de desaparecidos do Cemitério de Perus, misturado com tantos outros, ficando impossível identificá-lo. Não permitiram aos seus pais sequer um enterro decente, preferiram desaparecer com ele. Uma interessante novidade presente no romance é a introdução do pesar dos desaparecidos pelo sofrimento dos familiares sobreviventes, ao invés do contrário. A revolução parecia inevitável, o progresso era o destino, mas o presente mostra um povo mergulhado na miséria e no obscurantismo, com o adendo das catástrofes climáticas e epidemias. Rodriguez explica a necessidade da realização de rituais fúnebres, o direito ao túmulo, a obrigação de respeitar os mortos e a situação indefinida dos desaparecidos. O narrador sintetiza: “mortos, somos impedidos de estar entre os vivos; insepultos, somos impedidos de estar entre os mortos” (KUCINSKI, 2023, p. 22).

À primeira vista, a capa pode lembrar uma caverna, mas, na verdade, se trata do interior de uma Igreja, mais precisamente a Catedral da Sé, principal templo católico da cidade de São Paulo, local escolhido para a reunião. O Primeiro local sugerido foi o Theatro Municipal, mas logo foi descartado por ser muito burguês.

Segundo o romance, são 248 os desaparecidos políticos, sendo 28 aqueles cujas mortes foram certificadas, mas seus despojos não foram identificados. Lista que não agrega os indígenas e caboclos mortos durante a ditadura, muitos deles desaparecidos. Além disso, alguns nunca deixarão de ser desaparecidos, como os integrantes da guerrilha do Araguaia que tiveram seus corpos incinerados na Serra das Andorinhas.

Os protagonistas cogitam convidar o ajudante de pedreiro Amarildo, desaparecido em 14 de julho de 2013, numa operação policial na UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) da Rocinha, que seguiu o mesmo roteiro dos desaparecimentos políticos, uma prova de que pouco mudou nas últimas décadas, principalmente por conta da impunidade.

Na data marcada para o encontro, antigos militantes marcam presença. Alguns dão seu depoimento, deixando registrada sua indignação. Entre os participantes estão David Capistrano, militar, editor e líder comunista desaparecido em 19 de março de 1974. Osvaldão, esportista, engenheiro, oficial da reserva do Exército e membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), organização por meio da qual embarcou na luta armada, sendo um dos primeiros participantes da Guerrilha do Araguaia, morto em 1974, pendurado num helicóptero e exibido à população do Araguaia. Onofre Pinto, ex-sargento do Exército e liderança da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), desaparecido em julho de 1974. Virgílio Gomes da Silva, da Ação Libertadora Nacional (ALN), desaparecido em 1969.

Ana Rosa Kucinski tem participação na primeira sessão. É descrita como uma mulher de fisionomia marcante: alta, cabelos loiros, nariz reto, olhos claros e um rosto anguloso. Ela recita um poema de Affonso Romano de Sant'Anna, que se chama *Os Desaparecidos*. O poema, lançado em 1980, fala sobre o sumiço de pessoas, em qualquer lugar, independentemente de culpa. O autor nitidamente se refere ao período da Ditadura Civil-Militar.

Nego Fubá e Pedro Fazendeiro são os mais antigos desaparecidos presentes. Desapareceram em 7 de setembro de 1964, num quartel do Exército, em João Pessoa. Nego Fubá, além de camponês, também trabalhava como sapateiro. Militava no Partido Comunista Brasileiro (PCB), onde teve atuação significativa na área sindical, motivo que o levou a ser preso antes de 1964. Foi um dos organizadores da Liga Camponesa de Sapé. Nas eleições municipais de 1963 foi eleito para o cargo de vereador em Sapé, com

mais de três mil votos. Pedro Inácio de Araújo era conhecido como “Pedro Fazendeiro”, embora fosse um trabalhador rural. Era filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo atuação de destaque na defesa dos trabalhadores rurais. Foi vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé (PB) e membro da Federação das Ligas Camponesas. Antes mesmo do golpe militar, já havia sido alvo de ameaças de latifundiários da Paraíba, tendo sido atingido por um tiro na perna em 1962. Pouco tempo depois da instalação do regime militar, Pedro Inácio foi preso no 15º Regimento de Infantaria do Exército, em João Pessoa (PB), onde foi torturado e ficou preso até setembro de 1964, quando desapareceu. (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA SP, 2023)

Um dos discursos mais marcantes é do Maranhão. Provavelmente trata-se de Luiz Ignácio Maranhão Filho, dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), eleito deputado estadual em 1958, pela legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN), desempenhando o mandato até 1962. Ele foi preso em 3 de abril de 1974 numa praça, em São Paulo, capital. Pessoas que presenciaram a cena informaram que ele foi algemado e conduzido por agentes policiais. A ditadura jamais reconheceu sua prisão e ele foi incluído no rol dos desaparecidos políticos.

Companheiros e companheiras, penso que foi um erro aceitar uma lei de anistia que perdoou crimes de lesa-humanidade. Há o negociável e o não negociável. Um crime de lesa-humanidade não é negociável. A lei resultou malfeita; igualou culpados e inocentes, como se fosse possível torturados e torturadores compartilharem um mesmo projeto de transição. Foi o que abriu caminho ao surto fascista. E a Comissão Nacional da Verdade, além de tardia e sem poder de punição, nem sequer se propôs a localizar nossos despojos. Está errado! Proponho que se exija a revisão da Lei de Anistia, de modo a obrigar o julgamento dos acusados de crimes de lesa-humanidade. Não basta punir os vândalos de hoje. A ameaça fascista só findará se acertarmos contas com o passado. (KUCINSKI, 2023, p. 74)

O maior grupo presente na reunião tinha mais de cinquenta jovens que foram atacados pelo Exército quando organizavam uma guerrilha na Amazônia e foram executados sistematicamente, conforme eram capturados. Apenas 29 corpos foram localizados, e dois, identificados. No congresso, muitos se queixam da maneira como o PCdoB, realizou uma operação tão desastrosa, qualificada por alguns como suicida.

*O Congresso dos Desaparecidos* dá destaque aos guerrilheiros do Araguaia, talvez aqueles que são mais afetados pelo esquecimento coletivo. Vale salientar que “o Exército negou por décadas que a guerrilha tivesse sequer existido” (2023, p. 24), o narrador utiliza o sexto capítulo para descrever a região do Araguaia e apresentar a

trajetória do movimento, que é posteriormente recontada por Osvaldão no seu discurso presente no nono capítulo, com uma profunda análise.

Kucinski demonstra como a fé no partido era cega, principalmente quando se trata da Guerrilha no Araguaia. Nesse episódio muitos jovens morreram ao colocar palavra do partido como algo sagrado. Os dirigentes demonstraram irresponsabilidade ao insistir num projeto sem qualquer garantia, num momento de milagre econômico. Muitas vidas foram sacrificadas, talvez desnecessariamente.

No final do congresso, comparecem Zumbi dos Palmares e Tiradentes. Apesar de não estarem incluídos na mesma categoria dos demais, Rodriguez relembra que foram decapitados e o seu direito à sepultura foi igualmente negado. Ao discursarem, Tiradentes rememora a luta por liberdade e igualdade. Zumbi, por sua vez, recorda pessoas negras escravizadas, flageladas, assassinadas, suprimidas da história. Comparece também o líder indígena Sepé Tiaraju, mais um que fora decapitado, e que exalta a resistência dos indígenas massacrados desde a invasão dos portugueses.

Nos momentos finais do congresso são criados grupos de trabalho para discutir propostas. A partir destas discussões foram lançadas as bases de uma fenomenologia do desaparecido político. Entre as proposições há reivindicações coletivas sendo as mais importantes a localização e identificação dos seus despojos para lhes dar sepultura. Entre as moções de ordem prática está a revogação da Lei de Anistia a acusados de crimes contra a humanidade e a criação de um memorial dos desaparecidos políticos.

Estabelecem um segundo congresso para dois anos depois. Com o encerramento, os espíritos começam a marchar. O cortejo aumenta conforme avançam em direção à Brasília. Viajam devagar para possibilitar que outros desaparecidos se juntem. Surgem três meninos desaparecidos em Belford Roxo, de mãos dadas. Há também um grupo de nove desaparecidos do desastre ambiental ocorrido em Brumadinho (Minas Gerais).

Na Esplanada dos Ministérios já estavam os desaparecidos do Norte e do Nordeste. Caboclos mortos no Pará e no Maranhão por pistoleiros contratados por grileiros e garimpeiros. Milhares de sertanejos assassinados em Canudos, indígenas, líderes de ligas camponesas, posseiros, os desaparecidos da Cabanagem e da Guerra do Contestado.

O desaparecer dos personagens deste romance é muito mais do que morrer. Trata-se do sequestro, tortura, execução e só então temos o desaparecimento. Segundo Kucinski, é necessário conferir ao verbo desaparecer a função transitiva, a polícia *desapareceu* o sujeito. Destacando também a voz passiva, onde o sujeito foi *desaparecido*. Temos a locução verbal *foi desaparecido*, que traz a ideia de um sujeito oculto que pratica a ação e o uso da violência. Ainda que invisíveis aos mortais, os desaparecidos reivindicam a localização de seus despojos, dando ênfase ao caráter político do desaparecimento, uma resposta violenta do Estado Terrorista às atividades em prol da transformação social.

Pensamos, raciocinamos, conceituamos e até sonhamos por meio de palavras. A sociedade vai elaborando aos poucos o trauma coletivo. Existiam os presos, os torturados, os atropelados, os fuzilados em fugas simuladas e até os suicidados. Mas não havia uma palavra para os que simplesmente desapareciam. Objetos desaparecem, nuvens desaparecem, pessoas não desaparecem, podem fugir, podem se esconder, podem ser mortas, porém involuntariamente não desaparecem. O desaparecido não se esfuma, foi sequestrado e então desaparecido. (KUCINSKI, 2023, p. 137)

Kucinski mostra coragem ao entrar na esfera do fantástico com o objetivo de informar as angústias que envolvem a realidade de um desaparecido político. Não há personagens vivos nesta obra. Os desaparecidos não se comunicam com os vivos nem dialogam com os mortos sepultados. Em entrevista ao Portal Brasil de Fato<sup>60</sup>, Kucinski relata que a ideia para o enredo do livro nasceu da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) ocorrida em Brasília, durante a gestão da ex-presidenta Dilma Rousseff. “O enredo é imaginário, quase como uma fantasia política, na qual dois espíritos dos desaparecidos se encontram por acaso e decidem realizar um encontro com todos os desaparecidos do Brasil e aí vem a dificuldade de localizar os desaparecidos, o problema da memória e finalmente o encontro é realizado e nesse encontro eles reclamam muito do descaso da sociedade com os desaparecidos.”

Os protagonistas possuem papéis que se repetem: geralmente, Japa narra e pergunta, e Rodriguez ensina. Rodriguez discorre sobre mitos, escritores, poetas, filósofos. Em entrevista cedida ao canal TV 247<sup>61</sup>, Kucinski afirma que Japa é um personagem inventado, enquanto Rodriguez também é fruto de sua imaginação. Vale ressaltar que o escritor admite que Rodriguez é inspirado em Wilson Silva. Kucinski se

<sup>60</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/05/para-escritor-bernardo-kucinski-nao-responsabilizar-ditadura-abriu-espaco-para-o-bolsonarismo>  
Acesso em: 25/10/2023

<sup>61</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8eA43vNR7To>  
Acesso em: 21/09/2023

mostra preocupado com a utilização de nomes reais e a maneira como os familiares poderiam reagir ao livro.

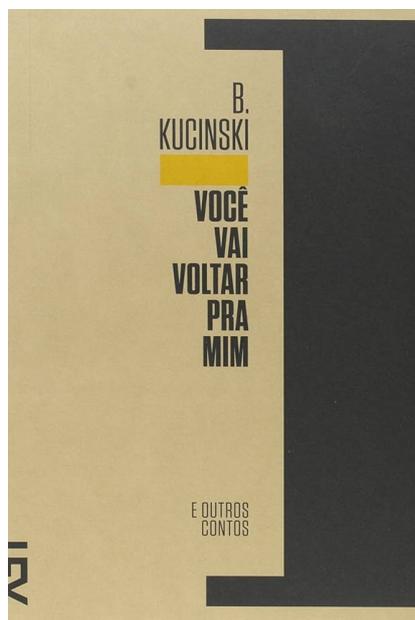
Obras como *O Congresso dos Desaparecidos* são essenciais para vencer a disputa de narrativas e também para lembrar os equívocos na maneira como as instituições públicas encaram os crimes cometidos no período. O novo romance de Kucinski faz parte de uma nova fase do escritor. Entre as figuras históricas resgatadas e os desaparecidos invisibilizados pela cólera brutal do aparato repressivo, o escritor apresenta-se seguro em abordar o horror, evidenciando o cortejo de barbáries que entram em cena a cada novo extermínio desde o período colonial, ao lado do humor ácido, fundamental para lidar com a tragédia.

O mais novo livro de Kucinski dá voz aos desaparecidos, seguindo o trajeto da humanização diante da pior das crueldades. Emprestar voz aos desaparecidos é um dos caminhos para encarar os traumas de nossa História. A ditadura impossibilitou que os jovens sequestrados, torturados, alguns esquartejados, fossem entregues aos familiares para serem enterrados. Não se completou o rito social das suas mortes. Não perderam somente a vida, mas também o direito a um túmulo.

Em entrevista à Revista Cult, Kucinski comenta alguns aspectos de sua obra, discute a arte como forma de construir memória e revela como percebe a função da literatura em relação ao engajamento social e político. Para Kucinski “Literatura é arte e a arte comove, ao passo que o argumento racional pode até convencer, mas dificilmente comove. Por mexer com sentimentos e não apenas com a razão, a arte tem sido tão importante em todos os tempos na conscientização e na mobilização das pessoas contra os desvarios e maldades da humanidade.” (KUCINSKI, 2023)

#### 4.1.2 Violação dos Direitos Humanos: *Você vai voltar pra mim e A cicatriz e outras histórias.*

Figura 48: *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2015).



Fonte: Editora Cosac Naify.

*Você vai voltar pra mim e outros contos* é uma obra que apresenta 30 histórias curtas inspiradas no clima de opressão dominante no país nas décadas de 1960 e 1970, período da Ditadura Civil-Militar. Estes contos, segundo Kucinski, podem lembrar pessoas e episódios conhecidos, mas são apenas invenções, apesar de terem acontecido. O autor busca um equilíbrio entre a criação ficcional e a literatura de testemunho, assim como ocorre no seu romance de estreia, *K. Relatos de uma Busca*, lançado em 2011.

Neste subitem daremos sequência a sistematização e análise das obras de B. Kucinski, com o objetivo de perceber continuidades temáticas relacionadas aos desmandos ocorridos em 21 anos de ditadura que perturbaram mentes e corações neste país. Falar ou escrever sobre as tragédias ocorridas durante esse período não é vaidade, mas uma necessidade, para a construção de um novo projeto de memória.

O autor não economiza esforços para denunciar os crimes que aconteceram dentro e fora das celas, principalmente com relação às torturas utilizadas para interrogar “subversivos”. O livro é capaz de transmitir os sentimentos, os efeitos, as sequelas e as experiências vivenciadas pelos personagens. Talvez, nestes aspectos, os contos não insiram grandes inovações em relação às dezenas de romances que investem na

temática. A sua relevância está em trazer aquilo que não foi contado, além de mostrar o cotidiano de indivíduos cuja história e trajetória não são devidamente conhecidas.

A linguagem da coletânea é, ao mesmo tempo, irônica e brutal. Existe um humor que ultrapassa o ressentimento presente no seu primeiro romance. O autor consegue unir o plano ficcional com factual para construir uma narrativa definitiva, que se torna essencial. Geralmente um narrador em terceira pessoa ou alguém próximo às vítimas (amigos, familiares ou cônjuges), é responsável pela tarefa de estabelecer o enredo. As vítimas dificilmente são as locutoras de seus próprios relatos, por motivos diversos.

Talvez o objetivo do escritor seja mostrar os efeitos causados por um regime de exceção, não apenas no corpo, mas também na mente das pessoas. Vale ressaltar que, “Você vai voltar pra mim”, conto que nomeia a obra, simboliza a falência do sistema jurídico e da justiça, foi inspirado em um depoimento que o autor ouviu numa sessão da Comissão Nacional da Verdade. As narrativas nem sempre mostram a militância como algo positivo. Em alguns contos temos uma perspectiva negativa dos caminhos escolhidos pelos pais, outrora jovens militantes, e as consequências de suas escolhas na vida dos seus filhos.

Dentre os 30 contos de Kucinski, podemos destacar alguns. *A beata Vavá* é a primeira narrativa e uma das mais famosas. O conto aborda a comunicação extrassensorial nas prisões da ditadura. A beata Vavá visitava os presos constantemente. Seu filho, Anésio, havia sido preso com apenas 19 anos. Rezando diante da imagem de Jesus crucificado, viu o semblante do seu filho em lugar da imagem de Cristo. Interpretando a visão como um pedido de socorro, ela pede ajuda ao arcebispo de Salvador, este telefona para o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, que entrou em contato com o comandante do primeiro exército. Se não tivessem interferido, Anésio seria morto no mesmo dia. Vavá passou a receber mães de desaparecidos, atendendo a todas e pedindo a intervenção do arcebispo, o que fez sua fama aumentar. Posteriormente ela vê, novamente, a imagem de Cristo transfigurado em seu filho. Desesperada, correu ao presídio onde novamente torturavam o seu filho, mais uma vez impedindo a sua morte.

No conto “O velório” temos uma situação muito parecida com os ocorridos em *K. Relato de uma Busca*. Este conto narra o enterro de Roberto pelo próprio pai, Antunes. Antunes já tinha 90 anos e não queria morrer sem enterrar seu filho,

desaparecido. Seu corpo nunca fora encontrado, mas com o funeral seu pai poderia enfim descansar.

A forma como os pais reagiram ao saber da prisão e desaparecimento de seus filhos e filhas durante a ditadura no Brasil não foi homogênea, conforme relatos de memórias. Apesar do constrangimento proveniente da prisão e difusão da imagem dos(as) filhos(as) como comunistas, terroristas e assaltantes de banco, os pais não deixaram de prestar alguma forma de apoio ou de externar sua indignação com o que aconteceu com sua família. Em contrapartida, as mães reagiram confrontando os agentes da repressão, utilizando sua identidade de mães e colocando em evidência os papéis de gênero. (MACHADO, 2013, p. 187)

No conto intitulado “Joana” são narradas as peregrinações de uma senhora na madrugada fria a caminho do centro da cidade. Seu marido, Raimundo, era metalúrgico, ligado a um grupo da Ação Popular (AP). Ele foi preso em 1969, mas ela persevera em suas peregrinações. Um dia a polícia foi até casa deles e levou Raimundo. Ele havia sido espancado de tal forma que morreu no mesmo dia, mas seus restos mortais nunca foram encontrados. Quando a ditadura acabou tudo foi confirmado por documentos e depoimentos, mas não se sabia o que haviam feito com o seu corpo. Joana acreditava que os espancamentos haviam prejudicado a memória de Raimundo e este agora perambulava perdido pelas ruas da cidade, talvez como morador de rua. Ela saía de casa, uma ou duas vezes por semana, perguntando aos moradores de rua por seu marido vítima da ditadura. Podemos concluir que trata-se de uma história de amor.

O conto que dá nome ao livro, “Você vai voltar pra mim”, narra o desespero de uma prisioneira. Ela, como tantos outros companheiros, após muitas torturas, ainda estava viva, indo para uma audiência na Justiça Militar. Se a sua prisão não fosse noticiada, provavelmente já estaria morta. Antes de ir é ameaçada pelo seu torturador. Na audiência, ela perde o controle, grita que assinou uma confissão sob tortura, sendo pendurada no pau de arara por sete vezes. Durante o recesso, no gabinete, contou tudo que lhe aconteceu ao juiz, detalhando as torturas que sofreu. O juiz emite um alvará ordenando para que fosse enviada para um presídio feminino. Porém, retorna ao mesmo camburão e encontra o mesmo torturador. A falência do sistema judiciário aparece no sarcasmo do torturador.

“A mãe rezadeira” é protagonizado por uma senhora que rezava sempre para o seu filho conquistar sua liberdade. Durante dois anos ela o visitou na cadeia. Ela recebe

a notícia de que sequestraram o cônsul da Suíça exigindo a libertação de 30 presos políticos. Antes ela rezava para que seu filho fosse solto, mas agora rezava pelo contrário, já que muitos exilados que retornaram ao Brasil clandestinamente foram mortos.

No conto “A lista social” temos conhecimento de que existia uma espécie de lista negra dos trabalhadores que se engajavam em movimentos grevistas. As pessoas que estivessem na lista raramente conseguiam ficar mais de um mês no mesmo emprego. Eram sempre demitidas.

Em “Cenas de um sequestro” são relatados casos de crianças adotadas ilegalmente, onde os militares as obrigavam a tocar a campainha da casa de famílias abastadas pedindo para serem adotadas, além de terem de mentir sobre os seus pais verdadeiros. As crianças ainda tinham, naturalmente, seus verdadeiros familiares, mas como os militares poderiam explicar o que acontecia com os seus pais “subversivos”?

Em “Recordações do casarão”, dois amigos conversam sobre o passado, relembram o caso de uma militante que foi obrigada pelo namorado a abortar para não ser um obstáculo para a causa, revelando o machismo que dominava o período, mesmo dentro das organizações de esquerda, e que persegue nossa sociedade até hoje. Vale ressaltar que Ana Rosa Kucinski realizou abortos, por motivos que desconhecemos, mas que prejudicaram sua saúde.

Figura 49: *A cicatriz e outras histórias* (2021).

A CICATRIZ  
E OUTRAS HISTÓRIAS  
(quase) todos os contos de B. KUCINSKI



Fonte: Alameda Editorial.

*A cicatriz e outras histórias* (2021) apresenta quase todos os contos criados por Bernardo Kucinski desde sua estreia na ficção, em 2011. Há cinco seções temáticas: I. Histórias dos anos de chumbo, II. Instantâneos, III. Outras histórias, IV. Kafkianas, V. Judaicas, reunindo pouco mais de uma centena de contos (102), onde Kucinski choca os leitores com sua escrita afiada. Suas produções literárias sempre trazem o viés político como pano de fundo. As barbaridades colocadas em prática pela ditadura é a principal temática dos seus romances e contos, mostrando a violência física e simbólica praticadas pelos agentes do regime militar. Enio Squeff mais uma vez traz sua arte na capa, com linhas minimalistas para apresentar uma mulher com expressão de espanto.

No primeiro conto, que dá título ao volume, conhecemos um ex-torturador que não tinha nenhum contato com sua família. Para ele suas mazelas são consequência de uma maldição criada pelos comunistas. Seus parceiros de crime, nos porões da ditadura, também sofreram diversas desventuras, o que também é atribuído à uma “praga” dos torturados. O conto possibilita enxergarmos feridas do passado que ainda não foram tratadas ou superadas, tornando-se traumas na vida das vítimas e seus familiares.

O título nos leva a pensar a violência física, mas conforme damos andamento à leitura, somos apresentados a outro tipo de cicatriz, aquele que deixa marcas no nosso íntimo. A ausência de marcas visíveis que materializam os crimes cometidos pelos militares, contribui para o esquecimento por parte da sociedade. A ironia do conto se dá na existência de uma cicatriz no rosto do autor dos crimes, daí o seu apelido “Nava”, que remete a navalha. A vítima de torturas, por sua vez, é obrigada a conviver com marcas mais profundas, que sempre lhe trarão sofrimento.

A denominação do conto, “A cicatriz”, remete não apenas às marcas físicas da violência, mas também àquelas que ferem o psicológico e que não são curadas com o tempo, porém incomodam, causando dor e sofrimento à vítima, escancarando a presença do passado no presente, onde os autores de crimes hediondos continuam impunes:

A não superação das barbáries históricas, como frequentemente tem sido frisado, nestes tempos obscuros de avanço irrefreável da extrema direita no Brasil e diversas partes do mundo, impõem a urgente tarefa de escavar o passado traumático, a fim de impedir que a verdade do que aconteceu se converta em mentiras por artimanhas retóricas negacionistas, capazes de fomentar a repetição do “inimaginável” no presente. (KUCINSKI, 2020, p. 21)

O conto *Um software avançado* mostra o caso do aposentado José, cujo registro é deletado do sistema por um novo software devido à demora para se apresentar numa

repartição pública para atualizar seu cadastro. José Alves da Silva, nos remete a Joseph, o protagonista de *O processo*, de Kafka. De acordo com um funcionário, José não existe mais no sistema. O stress com a situação acaba levando-o a infartar. Ironicamente, de uma forma ou de outra, o software mostrou sua eficiência.

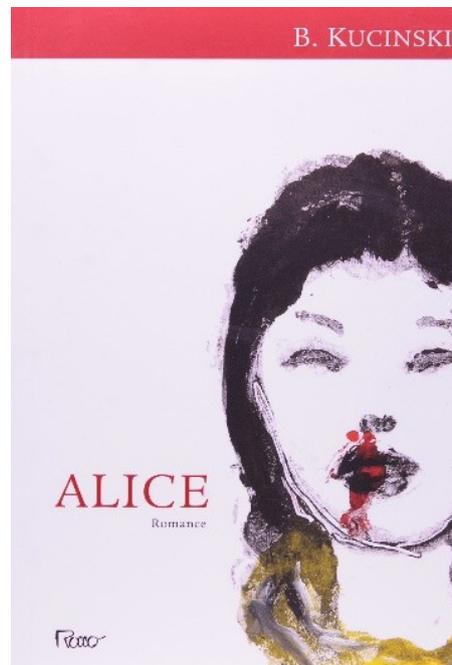
Na obra de Kafka, Joseph K. é acusado de um crime que desconhece, sendo obrigado a defender sua inocência, mas para tal, precisa enfrentar um sistema judiciário corrupto. No conto de Kucinski, José Alves da Silva tenta provar à máquina burocrática a sua existência, ainda que José esteja bem ali, diante de todos. José e Joseph estão no limite da opressão e do abandono frente aos poderes institucionais que, em vez de garantir os seus direitos, busca sua extinção. O diálogo com a obra de Kafka nos mostra o quanto estamos desprotegidos numa sociedade que flerta com a tirania e o controle da vida privada.

Apesar de a ditadura estar representada em vários dos contos presentes no volume, há uma diversidade de temas abordados, como divergências entre familiares, terminos entre casais, abandono parental, violência contra a mulher, insucesso amoroso, corrupção, exploração dos trabalhadores, crime ambiental, desigualdade social, machismo, violência policial, abuso de menores, assédio moral, exploração psicológica, tradições judaicas, além dos contos com narrativa inspirada em Kafka.

Um dos limites frequentemente conferidos ao conto está na sua brevidade. Nos contos de Kucinski, percebemos que seu estilo se caracteriza por uma despreocupação em estabelecer um final apaziguador. O autor prefere manter a tensão no leitor pelo máximo de linhas, aumentando seu desconforto conforme nos aproximamos da conclusão. Nos contos de Kucinski, é comum nos chocarmos no final não apenas com a crueza de sua narrativa, mas também porque sabemos que cada uma destas pequenas histórias é perfeitamente factível.

### 4.1.3 Feminismos e Opressão: *Alice: não mais que de repente* e *Júlia: nos campos conflagrados do Senhor*.

Figura 50: *Alice: Não mais que de repente* (2014).



Fonte: Editora Rocco.

*Alice: Não mais que de repente* (2014) trata-se de um romance policial ambientado na mais famosa universidade do país. A trama tem início em 1990, quando a professora Alice Nakamura, do Instituto de Ciências Físicas da Universidade de São paulo (USP), é encontrada morta pela faxineira e o delegado Magno é chamado para investigar o caso. Logo começa a circular a informação de que a professora havia sofrido um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Contudo, até mesmo a capa do romance nos traz imediatamente a ideia de um homicídio, mais especificamente, de um feminicídio. Kucinski, novamente, aborda um caso de violência contra a mulher.

A trama não possui premissa ou estrutura inovadora, não é um romance policial que surge como ponto de virada, mas é uma história que possibilita momentos de reflexão. *Alice: não mais que de repente* marca a estreia do autor no gênero policial. Kucinski utiliza características dos romances de detetive, mas apresenta uma parceria bastante incomum, um delegado honesto e um cientista perseguido pela Ditadura Civil-Militar. A apuração das pistas por estes personagens ocorre num de contexto de crítica da universidade. Sob a justificativa de solucionar um assassinato dentro da USP, somos

apresentados a um romance policial que apresenta críticas incisivas às universidades no Brasil.

No decorrer da apuração somos convidados a conhecer detalhes sobre o cotidiano da vítima, os eventos que ocorreram no final de sua vida, as conjunturas da morte, as amizades e antagonismos que ela cultivava no local de trabalho, suas pesquisas, seus relacionamentos pessoais e todas as migalhas que possam ajudar a levar ao assassino. Magno interroga os familiares da vítima, seus colegas de trabalho, seus orientandos, seus ajudantes, os funcionários do departamento, o diretor, amigos e todos os que faziam parte do seu círculo social. Nós, leitores, sempre estamos construindo nossas hipóteses.

Alguns momentos da trama trazem preocupações da vida real do autor, principalmente em relação aos problemas da universidade. Kucinski expõe como a Ditadura Civil-Militar buscou a destruição da intelectualidade no Brasil. Aborda também a situação dos institutos de pesquisa e os métodos avaliativos no Brasil, que prejudicam a qualidade da produção intelectual.

No decorrer da história, a USP se apresenta como um universo de conspirações, desonestidade, ganância, vaidade, inveja e machismo. O narrador mostra a corrupção que envolve o ganho de um segundo salário, a estratificação dos trabalhadores, chefes que exigem a colocação de seus nomes em artigos, dentre outras extravagâncias.

A professora Heloiza, amiga de Alice, informa a Magno que sua amiga teve problemas no departamento, como podamento, inveja e machismo. Principalmente por parte do professor Akira. Heloiza explica alguns conflitos e negócios podres dentro da universidade. Como todos os chefes de departamento são homens, obrigam a colocação dos seus nomes nos artigos. Havia também esquemas para os professores ganharem por fora, já que o incentivo à produção científica do CNPQ<sup>62</sup> funcionava como uma linha de produção em massa, pagando pela quantidade de trabalhos publicados. Os professores considerados improdutivos são descredenciados pela CAPES<sup>63</sup>. Porém, nem sempre as universidades foram assim, tudo começou com as cassações de professores pelos militares, quando os melhores profissionais foram expulsos.

A obra foi idealizada pelo autor após leitura de *Murder on a Kibbutz: a communal case*, da escritora israelense Batya Gur. A história também tem como pano

---

<sup>62</sup> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

<sup>63</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

de fundo a investigação de um crime, mas a autora usa a ficção para expor os problemas e contradições do Kibbutz. Assim como a autora, B. Kucinski tece críticas contundentes à universidade, onde se formou e onde ensinou, através de seu romance policial.

A parceria entre um delegado e um comunista cassado pode parecer improvável, mas Magno nunca compactuou com os “Anos de chumbo” e, ao dar um telefonema ao professor Zimmerwald durante a ditadura, avisando sobre a necessidade de exílio, pode ter salvado a vida deste. O que facilita a reaproximação deles e a aliança para elucidar o mistério.

Vale ressaltar que Magno também é o nome do delegado presente no romance *Júlia: nos campos conflagrados do Senhor*, e pelas características e relatos apresentados, podemos supor que se trata do mesmo personagem, talvez representando uma figura real. A violência é uma característica do sistema policial no Brasil. Ainda que numa obra de ficção, ver um policial atuando dentro dos limites pode causar estranheza.

Alice é obrigada a enfrentar o machismo e a inveja naquele ambiente. O destaque fica por conta do chefe de departamento Akira, um japonês, assim como Alice. Akira havia se sentido humilhado quando Alice solucionou uma equação que ele afirmava impossível. Akira buscava vingança, chegou a roubar os méritos de uma produção acadêmica de Alice. Embora Alice sempre demonstrasse força, preferiu respeitar a autoridade dos mais velhos, característica da cultura japonesa.

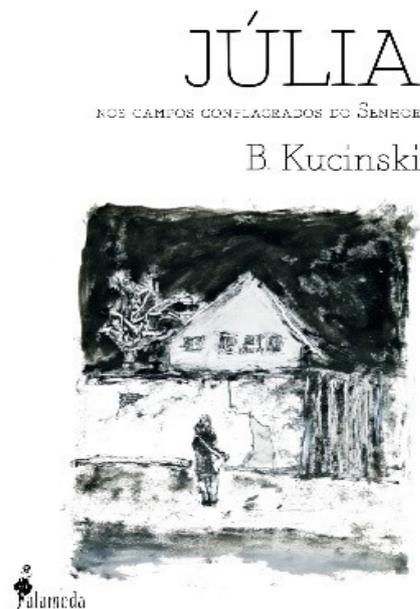
Para a construção do enredo, Kucinski fez uso dos conhecimentos de sua trajetória particular, já que atuou como professor na USP por bastante tempo. O estilo direto prevalece mais uma vez na escrita de Kucinski, o que é justificado pela vasta experiência do autor na área da comunicação e do jornalismo. Além de identificarmos críticas à forma como as universidades organizam as pesquisas científicas no Brasil, também observamos críticas aos modos de atuação da polícia, como a persistência do uso da violência e da tortura nas delegacias, além da carência de recursos necessários ao exercício profissional. (DADALTO, 2023, p. 50)

Há uma referência a Ana Rosa Kucinski, embora seu nome não seja citado. Trata-se da postura da Congregação de Química, que demitiu uma professora, por abandono de cargo, apesar de saberem do seu sequestro pelos militares. Em *Alice*, a direção do Instituto de Química, com anuência da reitoria, tenta abafar o caso. As aulas

prosseguem, o corpo é retirado silenciosamente, numa tentativa de preservar a normalidade. Podemos identificar semelhanças entre Alice e Ana Rosa: ambas são mulheres jovens, integrantes de organizações de resistência armada e atuavam como docentes da USP (Química/Física).

A ditadura é uma temática especial para Kucinski, e embora não seja o pano de fundo principal neste romance, é citada como motivo do declínio das universidades, devido às cassações dos professores. Quando começaram as cassações, alguns cientistas e professores contestaram e outros não. Alguns deles tinham contato com militares e poderiam ter feito alguma coisa para evitar a perseguição ao quadro docente. Apesar da reitoria da USP ter a presença de agentes do DOI-CODI, estes poderiam ter sido demitidos. É citado o caso de Ana Rosa Kucinski: “Veja o caso da Congregação de Química, que demitiu, por abandono de cargo, uma professora que eles sabiam que tinha sido sequestrada pelos militares.” (KUCINSKI, 2014, p.123)

*Figura 51: Júlia: nos campos conflagrados do Senhor (2020).*



*Fonte: Editora Alameda.*

A Ditadura Civil-Militar é um tema recorrente nas obras de Kucinski, que tem se inspirado em histórias reais para compor suas criações. No seu penúltimo lançamento, *Júlia: nos campos conflagrados do Senhor*, publicado pela editora Alameda em 2020, Kucinski apresenta ao leitor mais um lado obscuro do período militar, o sequestro de crianças pelos órgãos de repressão.

Para Kucinski, o período supracitado simboliza um mal de Alzheimer nacional, o autor luta contra a difusão de uma memória revisionista sobre esse tema. A história da personagem, Júlia, infelizmente se assemelha à realidade de inúmeros brasileiros, chilenos e argentinos. A máquina de repressão das ditaduras militares na América Latina foi responsável por diversos sequestros de bebês e crianças, filhos de integrantes de grupos de esquerda. A capa romance, com desenho de Enio Squeff, que também desenhou a capa de outras obras de Kucinski, talvez represente a protagonista em sua jornada em busca por informações sobre suas origens.

Eduardo Reina (2019), relata dezenove casos de sequestros de crianças por motivos políticos durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil, onze deles são ligados à guerrilha do Araguaia e ocorreram entre os anos de 1972 e 1974, durante os governos dos generais-presidentes Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel. As crianças eram filhos de militantes enviados à região ou de camponeses que abraçaram a luta. Também houveram casos no Rio de Janeiro, Paraná e Pernambuco, além de cinco crianças indígenas sequestradas de uma aldeia no Mato Grosso. Reina revela que um dos objetivos da prática de sequestros planejados pelos militares era a formação das crianças sob uma ideologia oposta a dos seus pais.

A narrativa de Kucinski é dividida em pequenos capítulos que se assemelham a contos, assim como as obras anteriores do mesmo autor. O romance nos convida a conhecer uma personagem que, ao buscar sua verdadeira história, revela fragmentos da história do Brasil que estão guardados sob sigilo, assim como muitas outras atrocidades da ditadura.

O romance se passa em dois períodos diferentes: a época dos anos de chumbo, onde somos transportados para 1969, quando doze estudantes do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) são sequestrados e Durval – professor, engenheiro químico e pai de Júlia – tenta impedir que o pior acontecesse com estes prisioneiros políticos; e a época em que Júlia perde seu pai (1992) e descobre um estojo misterioso que guardava documentos dele com informações sobre seu passado desconhecido.

Júlia tinha certeza de que seus pais biológicos eram aqueles com quem sempre viveu, mas percebe nas cartas de uma tia, enviadas para seu pai, que havia sido adotada ainda bebê. Junto às cartas, encontrou um relatório enviado à Anistia Internacional sobre crianças desaparecidas e relatos de pessoas que foram sequestradas e torturadas. Acompanhamos, então, a trajetória de Júlia em busca de informações sobre sua

verdadeira origem e seus pais biológicos. Júlia percebe que não conhecia totalmente Durval, assim como não conhecia o país em que vivia. O pai pouco comentava sobre a ditadura, talvez por medo de envolver a família ou por temer que eles se interessassem por política.

Durval havia investigado as prisões arbitrárias de pessoas num navio encalhado próximo ao Porto de Santos, no início da Ditadura Civil-Militar. Durval inicia uma parceria com o jovem escrivão Magno, que viria a ser delegado e peça fundamental para o desenrolar da trama. O objetivo de Durval era descobrir informações dos presos políticos para buscar suas famílias e informá-los do que estava acontecendo, para que estes buscassem advogados ou até mesmo a imprensa, o que poderia ajudar a evitar a execução dos prisioneiros.

Em 1969, bebês eram misteriosamente abandonados na porta do orfanato de São José dos Campos, por um furgão. Maria do Rosário, militante da Juventude Universitária Católica (JUC), que era órfã e fora criada pela mãe do orfanato, investigava os responsáveis pelo abandono dos bebês. Um frade dominicano que foi abrigado no orfanato por Maria do Rosário lhe informou que, no lugar onde havia sido preso, assassinavam mulheres grávidas, após darem à luz.

Uma das maiores surpresas da narrativa é a descoberta de que Maria do Rosário e Durval tinham um caso, e ela queria muito ter um bebê. Maria do Rosário desaparece após Magno presenciar a prisão de mais de 700 pessoas que haviam se deslocado para o interior de São Paulo para participar da eleição da UNE (União Nacional dos Estudantes).

Ao investigar a história do orfanato em que havia sido registrada, Júlia descobre o esquema que envolvia os bebês, que eram enviados secretamente para a Itália. Durante suas buscas, Júlia conhece Maria das Dores, uma senhora idosa que havia entregado sua filha para adoção, mas quando se arrependeu de sua decisão não conseguiu encontrar a criança novamente. Seu bebê havia nascido com uma pinta na bochecha, que era marca característica de Maria do Rosário, fruto de um estupro quando Maria das Dores trabalhava na propriedade de uma família rica da região.

A investigação de Júlia dá grandes avanços quando ela encontra uma reportagem da jornalista Paula Rocha, que havia escrito sobre o tráfico de crianças em São José, envolvendo o orfanato. Paula Rocha também havia sido testemunha no registro de

nascimento de Júlia. Das três reportagens elaboradas, duas não haviam sido publicadas devido à censura, mas Magno consegue encontrá-las. Magno também toma conhecimento do paradeiro de Paula, que havia desaparecido. Paula havia sido presa, mas fora libertada logo depois, conseguindo sobreviver durante esse tempo ao assumir a identidade da irmã que morrera de câncer.

O encontro entre Júlia e Paula elucida todas as dúvidas que envolvem a protagonista. Júlia não era filha adotiva, mas filha biológica de seu pai e de Maria do Rosário, que havia desaparecido pouco tempo depois de Júlia nascer. Maria do Rosário havia sido sequestrada e brutalmente torturada num sítio clandestino, depois enviada para uma penitenciária no interior do estado, onde foi assassinada sem deixar rastros. Maria do Rosário não figurava sequer nas listas de desaparecidos, pois ninguém havia reclamado pelo seu paradeiro. Júlia entra em contato com a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e o grupo Tortura Nunca Mais. Ela registra o desaparecimento da mãe e doa o DNA para o caso de seus restos mortais serem encontrados. Paula ainda dá à Júlia uma importante característica de sua mãe, uma pinta na bochecha. Júlia se lembra então de Maria das Dores, a idosa que frequentava a missa rezando pelo paradeiro da filha, e percebe que “Dasdores” é a sua avó.

Maria das Dores havia sido violentada pelo caçula da família Mesquita, que se tornara posteriormente o delegado Felipão, chefe do esquadrão da morte na região de São José dos Campos e que estava por trás do mistério das crianças abandonadas na porta do orfanato. Felipão havia matado a própria filha, uma tragédia que atravessava três gerações. Júlia teria que carregar este fardo pelo resto da vida.

Com a prisão de seus alunos, o professor universitário Durval passa a dar atenção ao momento político que o país enfrentava. Com a ajuda de Magno, um escrivão prestes a se tornar delegado, que não compactuava com a repressão, ele inicia uma busca pelos familiares dos estudantes. Durante sua jornada, Durval conhece Maria do Rosário, integrante da JUC (Juventude Universitária Católica), que estabelece uma conexão entre Durval e a Igreja. Dessa colaboração, nasce um relacionamento amoroso, porém em sigilo, para proteção de ambos e, pelo fato de Durval ser casado com Margarida. Desse elo nasce Júlia, mas o bebê é registrado como filha adotiva, já que Margarida era estéril.

Na tentativa de desvendar seu passado, Júlia descobre um outro Brasil e um outro Durval. Durante suas investigações, toma conhecimento do desaparecimento da

mãe biológica, as prisões de estudantes, os homicídios escondidos pela Igreja, e o esquema envolvendo o sequestro de bebês por militares com participação da ala tradicional da Igreja.

Sem qualquer tipo de registro, a história de Maria do Rosário está fadada ao esquecimento. A ausência de paradeiro do corpo da mãe de Júlia representa a tragédia de centenas brasileiros desaparecidos durante a Ditadura Civil-Militar. Atualmente, os parentes das vítimas ainda estão sujeitos ao sofrimento. A aflição da dúvida não possibilita a cicatrização do ferimento, pois a existência de um corpo a ser velado é importante para que o luto seja consumado.

*Júlia: nos campos conflagrados do Senhor* trata-se de uma ficção que narra a saga de uma mulher que, depois de adulta, constatou que era filha adotiva. O aparelho de repressão arrancava bebês e crianças de suas famílias biológicas, com a chancela da Igreja, objetivando estabelecer um Brasil livre da “ameaça comunista”. Foi elaborada uma estrutura operacional que compreendia cartórios, maternidades, órgãos do poder judiciário, orfanatos, membros da igreja, funcionários públicos, além dos próprios militares.

O romance expõe também a existência de outros crimes relacionados a esse período, que exigem investigação, como o envio das crianças sequestradas de membros da resistência para outros países. Na obra de Kucinski, eles são enviados para a Itália, por dez mil dólares cada.

O enredo do romance traz mais uma vez um pai entre os protagonistas, dando destaque a atuação da Igreja Católica na sociedade da época. Podemos citar algumas referências presentes no enredo construídas a partir de fatos históricos, como o banimento de estudantes do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), o uso do navio Raul Soares como prisão em Santos, a organização de um congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE) que resultou na prisão de quase mil jovens, o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto, que era próximo à D. Hélder Câmara, que se sobressaiu na resistência à ditadura.

Em entrevista para o portal O Tempo<sup>64</sup>, o autor revelou que se inspirou em pessoas reais para construir a trama. “Eu me inspirei num amigo, engenheiro, que

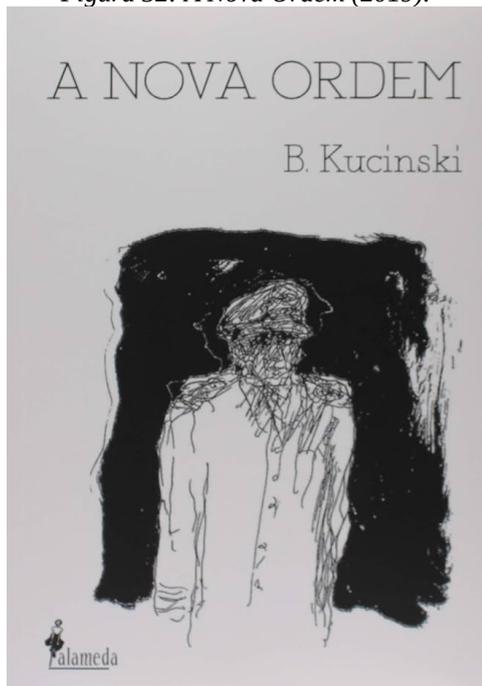
---

<sup>64</sup>Disponível em: <https://www.otempo.com.br/diversao/trafico-de-bebes-durante-ditadura-inspira-novo-livro-de-bernardo-kucinski-1.2358620>  
Acesso em: 22/07/2023

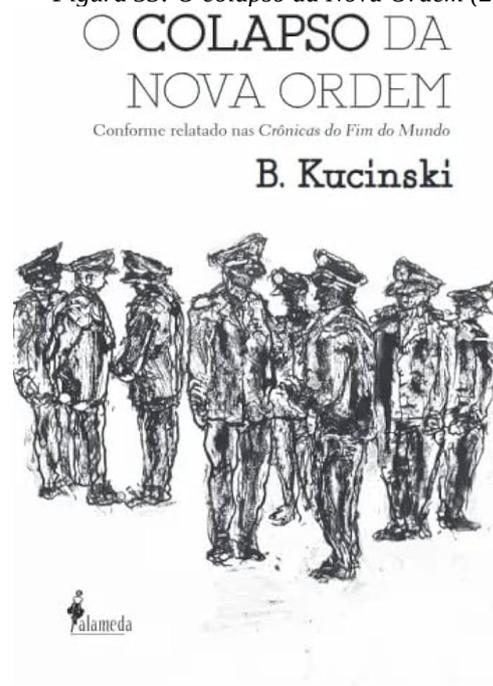
ajudava militantes perseguidos, numa aluna que, ao investigar a posição dos padres sobre a emenda do aborto, descobriu o que não esperava, e num filme ambientado na guerra civil do Líbano em que o filho tortura e violenta a própria mãe sem saber que ela era sua mãe”, explica Kucinski.

Júlia faz parte de uma parcela da população brasileira que, nascida no decorrer da ditadura ou depois, ignora os acontecimentos do período. A busca pela descoberta de sua verdadeira origem e identidade está ligada à história coletiva. Júlia é uma pesquisadora, assim como seu pai que era professor e da mesma maneira que a protagonista de Alice. O enredo mostra, como pano de fundo, a forma como a intervenção dos militares nas instituições educacionais foi danosa, inclusive com o uso da violência contra estudantes e professores.

A figura paterna é mais uma vez abordada na ficção kucinskiana, porém através de caminhos mais sensíveis do que nas outras obras. Novamente temos um pai como personagem essencial ao enredo: Durval, homem responsável e atencioso, se vale de uma fraude para presumivelmente resguardar a família. Contudo, há outra figura paterna na trama. O delegado de São José dos Campos, Felipe Gonçalo Mesquita Neto, conhecido como Felipão, que estuprou Maria das Dores e depois a separou da própria filha. Como agravante, é Felipão que sequestra Maria do Rosário e a leva para uma casa de detenção política, onde provavelmente também foi estuprada. Isso significa que o próprio pai assassinou a filha, sem ter conhecimento dessa informação. Felipão, filho do “barão de Mesquita”, integrante de uma família tradicional de proprietários de fazendas, comandava um esquadrão da morte que agia no interior de São Paulo. Assim sendo, a mesma figura, um herdeiro de uma extensa linhagem de aristocratas e escravocratas, une violência de gênero e repressão estatal, o que demonstra como o autoritarismo e a violência contra a mulher fazem parte da tradição brasileira.

Figura 52: *A Nova Ordem* (2019).

Fonte: Editora Alameda.

Figura 53: *O colapso da Nova Ordem* (2022)

Fonte: Editora Alameda.

*A Nova Ordem*, também de autoria de Bernardo Kucinski, foi publicado em fevereiro de 2019, algumas semanas após a posse de Jair Messias Bolsonaro, saudosista da Ditadura Civil-Militar e fã declarado de torturadores, como Carlos Alberto Brilhante Ustra<sup>65</sup>. Kucinski fez previsões assertivas, pois em sua narrativa aborda uma série de medidas como as privatizações, extinção de entidades governamentais e cortes orçamentários, o que vinha acontecendo na vida real. Desde a capa do romance percebemos a presença do militarismo, disfarçados por traços simples, que impõem um anonimato que é característico da categoria. *A Nova Ordem* é uma representação do Brasil refém do agronegócio, do militarismo e mostra uma parcela da sociedade que enxerga o povo como algo desnecessário. Passamos por um período marcado pelo retrocesso civilizatório nos últimos quatro anos. Na obra de Kucinski qualquer senso crítico é imediatamente rechaçado, o que pode ser exemplificado nos ataques do governo Bolsonaro à pesquisa, à ciência e às universidades públicas. Kucinski nos apresenta, através de uma ficção que se inspira no mundo real, o movimento de

<sup>65</sup> Também conhecido como Major Tibiriça, foi um coronel da ativa do Exército Brasileiro, ex-chefe do DOI-CODI do II Exército, um dos órgãos responsáveis pela repressão política, durante o período da ditadura civil-militar no Brasil. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/ustra/>  
Acesso: 19/10/2023

retomada do poder por forças antidemocráticas e reacionárias, que vem ocorrendo em diferentes partes do mundo, nos últimos anos.

*O colapso da Nova Ordem* é uma continuação da sua publicação anterior, *A Nova Ordem*, desta vez em formato folhetinesco. Seu penúltimo romance chegou ao público nos últimos suspiros do governo Bolsonaro, e resgata os acontecimentos dos últimos anos, em especial a pandemia de Covid-19. A obra expõe os planos ambiciosos e desumanos dos militares no poder. A pandemia é utilizada como artimanha para potencializar a exploração da miséria, descartando milhões de vidas em prol de um projeto político-econômico fascista. A capa, mais uma criação de Enio Squeff, demonstra uma reunião daqueles que sequestraram o poder político, mas seus uniformes não traduzem interesses nacionais ou organização governamental. Os debates e as possíveis soluções para os desafios que o século 21 impõem não foram liderados por cientistas ou biólogos, mas por militares que não se importam com o bem-estar do povo. Estas produções não foram contempladas pela dissertação e analisadas por demandar um trabalho de pesquisa futura com maiores aprofundamentos, principalmente sobre a ascensão da extrema direita no Brasil.

A construção literária de Kucinski reafirma a vida de quem não pode contar a própria história. Aquele que escreve seu testemunho estabelece uma ligação com a linguagem e rompe as barreiras do indizível. A linguagem é um indício de uma ausência, a escrita nasce de um vazio e do trauma. Narrar, para Kucinski, é a lembrança da morte de sua irmã e a afirmação da sua vida. A narrativa de Kucinski é elegante, porém seca, suas obras possuem metáforas, mas também são objetivas. O autor dá destaque a temas que são tabus em nossa sociedade, assuntos que são vítimas de uma ignorância programada e um esquecimento deliberado.

É fundamental respeitar as diferenças teóricas entre história e memória, sem ignorar a complexidade de possíveis aproximações. As memórias de Kucinski não podem ser vistas apenas como literatura, mas também como fonte de pesquisa de um dado momento histórico, e objeto de estudo sobre um passado não superado. O que objetivamos aqui foi a reflexão sobre os significados de uma memória individual, que traz características de uma memória familiar, e que se torna ferramenta de combate ao esquecimento.

Assim, buscamos, por meio das memórias representadas pelas produções literárias de Bernardo Kucinski, elencar elementos textuais que dialoguem com os fatos

para demonstrar a importância da valorização da literatura de testemunho. Discutimos se tais obras eram somente ficcionais ou se a realidade estava presente nas suas páginas. Nestas obras também encontramos elementos puramente ficcionais, mas atravessados por referências reais que colaboram para a elaboração de narrativas que se aproximam dos fatos.

Destacamos os personagens e o enredo de cada obra, alternando, sempre que possível, os elementos narrativos com o contexto histórico do período que a obra engloba. Vale ressaltar que estas obras foram produzidas após a ditadura, sendo sustentadas por memórias que dizem respeito ao olhar do autor, que escolhe o que é mais significativo para narrar. Não podemos esquecer que o gênero é um elemento importante destas obras, que possuem personagens femininas muito importantes.

A ficção é algo relativamente recente na vida de Kucinski, que tem 86 anos. Seus caminhos profissionais apontaram para diferentes direções. As transições de Bernardo Kucinski do jornalismo para a docência, sua participação na esfera política e, posteriormente, sua introdução no âmbito literário ocorreram de forma natural. Seu movimento em direção à literatura foi uma estratégia para se expressar, caminhando sobre uma linha tênue entre ficção e fato. Sua passagem para a ficção, que poderia ser apenas um hobby, tornou-se objeto de intensos debates e pesquisas que demonstram a importância de Kucinski como jornalista, cientista político, professor e escritor.

A literatura kucinskiana aborda violência, autoritarismo, direitos humanos, anistia, desaparecidos políticos, adoção, dependência química e paternidade. Seu objetivo imediato é o combate ao memoricídio, não só em âmbito global (memória coletiva), mas também no domínio pessoal. Tratam-se de problemáticas que fazem parte da história contemporânea brasileira. A ficção é o método encontrado por Kucinski para trabalhar estas histórias, mas ainda há muito a ser feito, especialmente no Brasil, no que se refere à memória e justiça.

A interação entre a literatura e a história mostra que estas duas disciplinas caminham juntas há muito tempo, principalmente a partir do século XIX, quando a literatura se apresenta como grande parceira do fazer historiográfico. Podemos concluir que a literatura é uma importante ferramenta para a reconstituição da história, sendo que história e ficção tem em comum a sua composição discursiva construída através da narrativa.

A tarefa árdua que parte da literatura brasileira mais atual tem reivindicado pode ser sintetizada na vontade de testemunhar, através da escrita, as cicatrizes que a ditadura militar infligiu e que novos governos simpáticos ao seu caráter autoritário tentam novamente apagar. Num contexto onde figuras com cada vez mais destaque na política nacional tentam ditar um discurso conveniente à legitimação da violência ou negação da mesma, a literatura executa uma tarefa fundamental, dando voz e corpo às vítimas.

## 5. Considerações Finais

Nesta dissertação trabalhamos com os itinerários de resistência da família Kucinski, principalmente a partir do desaparecimento de Ana Rosa Kucinski Silva, fato que se tornou mola propulsora da produção memorialística e testemunhal do seu irmão, Bernardo. Nestas trajetórias de luta pela verdade e justiça destacamos a literatura de denúncia de Bernardo Kucinski, a partir do seu primeiro romance, *K. Relato de uma Busca*. Tentamos aqui, ressaltar a importância da literatura de testemunho e de denúncia para a preservação da memória, com o objetivo de evitar a repetição de eventos traumáticos. Na família Kucinski, a resistência ao autoritarismo nasce com o avô de Bernardo, Henech (Hanoch) Kucinski, que transmite essa característica de insatisfação com a opressão para seus descendentes, talvez de forma não intencional.

Ana Rosa Kucinski Silva foi uma entre as milhares de vítimas da Ditadura Civil-Militar brasileira, mas seus restos mortais ainda não foram encontrados e devolvidos à sua família, fato que caracteriza a perpetuação das agressões de um regime sustentado por diversos tipos de violência. A aposta numa transição pacífica e a imposição de uma conciliação, trazem alguns problemas: em primeiro lugar, empodera grupos de militares que nunca estiveram comprometidos com a democracia, enxergam-se como tutores da República e veem no povo brasileiro um inimigo. Em segundo lugar, não permite a consolidação da democracia, ao anistiar torturadores e torturados, absolvendo agentes do Estado que cometeram crimes em nome deste. E por último, mas igualmente significativo, impossibilita a conclusão do luto por parte dos familiares dos desaparecidos políticos, algo que até mesmo a CNV não conseguiu, mas que se torna cada vez mais dramático devido à idade avançada dos familiares mais próximos das vítimas, daí a importância da preservação da memória destes indivíduos.

As obras de Bernardo Kucinski são muito importantes no interior do debate sobre as narrativas que envolvem um passado que precisa sempre ser lembrado, para entendermos o presente, efetuarmos as críticas necessárias e construirmos perspectivas de futuro. Novas pesquisas e análises sobre as obras de Kucinski estão para serem feitas e são absolutamente necessárias. Suas produções que antecedem sua estreia na ficção merecem um estudo metódico, pois oferecem material importante para o entendimento da sua literatura posterior, mas também demonstram aos pesquisadores testemunhos interessantes de quem viveu a história e colaborou com sua construção. Na ficção, variados contos e características singulares dos romances kucinskianos ainda não foram

devidamente examinados pela crítica especializada, além de não serem apreciados nesta dissertação. No presente trabalho demos prioridade às produções kucinskianas que tem como pano de fundo a Ditadura Civil-Militar brasileira e, mesmo nas obras escolhidas, existem outros aspectos que poderiam ser analisados, mas que necessitam de espaço e tempo, podendo ser supridos em futuros trabalhos.

A pesquisa teve como finalidade a materialização do desejo de que nunca mais ocorram as violências, as arbitrariedades e as perseguições realizadas num Brasil não muito distante no tempo. Não objetivamos realizar um levantamento de provas a serem apresentadas num tribunal brasileiro ou internacional. O que buscamos é trazer luz ao tema, denunciando uma realidade vergonhosa, muitas vezes negada, relativizada ou até mesmo festejada.

A literatura enquanto instrumento de memória (auto)biográfica foi uma importante ferramenta para explorarmos a trajetória da família Kucinski em busca da verdade e de justiça. O leitor é convidado a reconhecer a relevância da literatura para o registro da memória, para que as atrocidades cometidas durante a Ditadura Civil-Militar não sejam esquecidas e que as vozes silenciadas pela morte possam, afinal, serem ouvidas. O historiador, assim como o escritor ficcional, assume o papel de protetor das memórias das vítimas, sendo leal aos mortos que não foram enterrados.

Inicialmente, abordamos, de forma geral, a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos pelo direito à verdade e à justiça no Brasil. Destacamos os instrumentos do aparelho de repressão do Estado, que criou um sistema articulado que abrigou um vasto dispositivo de coleta e análise de informações para execução da repressão no Brasil, onde o centro desse sistema era o Serviço Nacional de Informações (SNI), resultando em desaparecimentos forçados como política de Estado. Por outro lado, houve enfrentamento à ditadura, representado principalmente pela luta e resistência armada, onde podemos ressaltar as organizações clandestinas. Embora as perdas tenham sido incalculáveis, a resistência civil trouxe frutos, como a Lei de Anistia de 1979. Contudo, a transição inconclusa para um regime democrático e a impunidade em relação aos crimes cometidos pelos agentes da ditadura, deixaram cicatrizes. Entre as fontes utilizadas para pesquisarmos novos fragmentos sobre o caso Kucinski estão o Projeto Brasil: Nunca Mais e a Comissão Nacional da Verdade. Discutimos também a formação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, destinada a localizar e reconhecer os desaparecidos pela Ditadura Civil-Militar em decorrência de

suas atividades políticas no período de 1961 até 1979. As disputas de memórias e suas consequências no caso da família Kucinski nos permitiram discutir a literatura enquanto instrumento de memória biográfica.

Na sequência, apresentamos a trajetória da família Kucinski em busca da verdade e de justiça. Inicialmente, destacamos os itinerários de Majer Kucinski antes de sua migração para o Brasil e, posteriormente, evidenciamos a sua luta pelo paradeiro da filha, Ana Rosa Kucinski Silva, cuja trajetória política também foi salientada, assim como sublinhamos as particularidades da monumentalização da memória que envolve esta figura. Bernardo Kucinski, por sua vez, mereceu especial atenção devido à sua carreira política e intelectual. Em capítulo à parte, analisamos a literatura de denúncia de Kucinski, ressaltando suas contribuições para o combate ao esquecimento das violências intrínsecas à história brasileira.

A CEMDP foi extinta em dezembro de 2022, durante a gestão do então presidente da República Jair Bolsonaro. Entretanto, em outubro de 2023, o cenário ainda é de incerteza, apesar do desejo do Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania Sílvio Almeida, que defendeu a recriação da comissão<sup>66</sup>. Em agosto de 2023 familiares de mortos e desaparecidos políticos realizaram um ato em frente ao Palácio do Planalto na esperança de conseguir dialogar com o presidente da república, o que não ocorreu. O objetivo era cobrar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela retomada da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP)<sup>67</sup>. Vale ressaltar que, à época em que foi extinta, a comissão analisava pedidos de reconhecimento de mortos e desaparecidos políticos e buscava a modificação de atestados de óbito que informavam que a pessoa fora vítima de violência do Estado. A comissão está próxima de ser reativada pelo atual governo, mas existem obstáculos. Não há impedimento jurídico para reativação do grupo, contudo, as famílias de desaparecidos argumentam que a principal causa da demora na retomada da comissão é a tensão do governo federal com os militares.

Os familiares de mortos, desaparecidos políticos e de militantes que sofreram ou não os traumas da prisão, da tortura, do exílio e da clandestinidade e, ainda, daqueles

---

<sup>66</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/04/27/silvio-almeida-quer-recriar-comissao-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos>  
Acesso em: 23/10/2023

<sup>67</sup> Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/10/5138769-familiares-de-desaparecidos-lutam-desde-janeiro-pela-volta-de-comissao.html>  
Acesso em: 03/11/2023

que ainda hoje são vítimas das diferentes violências institucionalizadas, precisam ser ouvidos. O silenciamento a respeito desses relatos, a ocultação de suas experiências, levam à insegurança, à tristeza, ao abatimento e à impotência. É preciso lembrar para esquecer, e a memória dos que viveram e vivem as violências não se trata de uma memória individual, mas uma memória que é nossa. Não como ressentimento ou vingança, mas memórias vivas que podem contribuir para a compreensão da importância da garantia dos direitos humanos, hoje. Conforme novas lutas se desenvolverem, e novas memórias vierem à luz do dia, para além da abertura irrestrita de todos os arquivos governamentais do período, ainda hoje considerados secretos, seguiremos firme no sentido de construirmos outros relatos. (COIMBRA, 2008, p. 30-31)

Após quase quatro décadas do fim da ditadura, existe o temor de que os desaparecidos estejam sumindo também da memória coletiva. Trata-se de um segundo desaparecimento. É necessário discutir memória, pois os desaparecidos precisam existir na memória dos vivos, mas não apenas na memória dos familiares destes desaparecidos. Sem os lugares de memória coletiva, teremos um gradual esquecimento da história dos desaparecimentos, afinal, “A memória é como um túmulo imaginário” (Kucinski, 2023, p. 64). A memória precisa estar ativa nas convenções sociais, extrapolando os registros e os monumentos materiais, pois memoriais destituídos de contexto são apenas símbolos petrificados. O “mal de Alzheimer nacional” manifesta-se na insuficiência de estratégias de materialização das memórias coletivas associadas às vítimas da ditadura, enquanto permanecem, no entanto, as homenagens aos algozes.

A ditadura iniciada em 1964 permaneceu no poder por mais de vinte e um anos, onde a presidência da república foi sequestrada por generais, a democracia foi restringida, e as liberdades políticas e individuais foram limitadas. Contudo, apesar de existir uma intensa perseguição a qualquer forma de oposição, houve resistência e combate ao autoritarismo cotidianamente. Esse embate resultou numa caçada aos movimentos de militantes políticos, com um terrível saldo de exilados, torturados, mortos e desaparecidos.

A temática tem pouca penetração na sociedade brasileira como um todo, o debate parece limitado a esferas da sociedade comprometidos com as lutas sociais, a grupos acadêmicos ou intelectuais, ou mesmo às organizações das vítimas da ditadura militar e a seus familiares. As deficiências da educação básica permitem a continuidade

de brechas quanto ao entendimento da violência praticada pela repressão nesse período. Para combatermos a ignorância e a desinformação é preciso escancarar os fatos, potencializando a informação, inclusive fazendo uso das redes sociais e plataformas de educação digital e comunicação.

As gerações posteriores precisam ser conscientizadas de que a ditadura brasileira foi um período onde os direitos humanos foram incansavelmente atacados. As novas políticas de memória caminham na direção de evocar àqueles que resistiram ao regime militar. Precisamos estar sempre alertas para as ameaças dos dispositivos de esquecimento usados pela sociedade em um período pós-conflito:

A necessidade de amplo conhecimento dos fatos passados, principalmente daqueles que ocorreram durante períodos autoritários, é unanimidade entre os representantes das ciências humanas e sociais para que as atuais gerações passem a conferir maior valor para as instituições democráticas e criem maior consciência sobre a importância do respeito aos direitos humanos. (GOMES, pg. 8, 2017)

A Lei da Anistia completou 40 anos em 2019, contudo, o tema continua atual e de debate extremamente necessário. Entre 2019 e 2022 fomos inseridos numa conjuntura de corrosão das instituições democráticas, com o país governado por uma figura que em inúmeras oportunidades demonstrou sua admiração por torturadores e ditadores. Neste contexto, de ameaça à democracia, é importante atentarmos também para as ameaças à memória e à história do Brasil. Constatamos assim a pertinência da obra de Bernardo Kucinski, que se torna um aviso para as gerações que não conheceram na prática a crueldade dos Atos Institucionais, a falta de liberdade, a violação aos Direitos Humanos, a censura, a violência policial. A Lei de Anistia fomentou o esquecimento dos crimes cometidos pelo Estado. Afinal, as organizações de esquerda e seus participantes já haviam sido punidos, com o exílio, a prisão, a tortura e a morte. Os militares já não negam o que ocorreu nos porões da ditadura, portanto, passaram a tentar justificar seu autoritarismo e o derramamento de sangue. A ameaça comunista é o “bode expiatório” de governos autoritários desde a década de 30 do século passado e uma falácia ainda utilizada por grupos de extrema direita, ainda hoje.

O perdão simbolizado pelas indenizações oferecidas aos familiares de mortos e desaparecidos políticos não foi o bastante para que as vítimas superassem toda a barbárie que aconteceu. Ao anistiar tanto as vítimas como os algozes, o Estado legitima a violência como estratégia de controle. Enquanto o passado não for abordado de maneira crítica, o ferimento na memória coletiva e individual não conhecerá a cura. A

literatura, por sua vez, empreende uma tentativa de fechar as feridas do passado. Não apenas denunciando a injustiça e o horror, mas também trazendo respeito aos mortos, agindo como um tratamento contra o esquecimento.

A memória faz parte da base sobre a qual a sociedade reconhece ou transforma seus valores, e essa retomada proporciona demonstrar o que foi desumano. O poder sobre o passado significa a administração do futuro, mas também significa a gestão do presente. A memória dos anos de repressão foi construída entre o esquecimento e o perdão, mas será que podemos absolver a sociedade civil de qualquer responsabilidade? Nossa sociedade se mostrou ineficiente ao evocar sua própria história ou enfrentar os fatos que a construíram. Assim sendo, recorreremos a literatura – em especial ao romance – no sentido de quebrar as barreiras do testemunho.

A impossibilidade de conclusão do luto que oprime categorias específicas de pessoas é resultado de políticas de violência que estabelecem quais vidas são consideradas merecedoras de continuarem existindo e quais são consideradas indignas na interpretação do poder dominante. Assim sendo, sua eliminação torna-se não só justificável, mas até esperada.

A partir da análise do conjunto da obra kucinskiana, podemos afirmar que, no decurso de sua vasta produção bibliográfica, Kucinski comprova que a Ditadura Civil-Militar é uma expressão exemplificadora da violência ininterrupta da sociedade brasileira. Importante salientar que a violência da ditadura brasileira não é um episódio isolado na história mundial. O autoritarismo brasileiro revela uma longínqua sucessão de tragédias que se manifestam de diferentes maneiras conforme o contexto histórico, camufladas pelo desejo de progresso exigido pelo sistema capitalista. Kucinski evidencia que, não só o período da Ditadura Civil-Militar, mas também os costumes violentos do período democrático estão relacionados a um projeto econômico que aparelha o Estado brasileiro e atua visando a manutenção de privilégios de estratos sociais historicamente poderosos através da repressão.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

#### Entrevistas publicadas

Bernardo Kucinski, disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/08/cultura/1512760155\\_061847.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/08/cultura/1512760155_061847.html)

Acesso em: 27/02/2023

Bernardo Kucinski, disponível em:

<https://forumverdade.ufpr.br/blog/2013/10/15/bernardo-kucinski-e-a-culpa-dos-que-sobreviveram/>

Acesso em: 07/04/2023

Bernardo Kucinski, disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=l\\_2RSVWw7To](https://www.youtube.com/watch?v=l_2RSVWw7To)

Acesso em: 13 abr. 2023.

Bernardo Kucinski, disponível em:

<https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-kucinski/>

Acesso em: 08 ago. 2023.

Bernardo Kucinski, disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=8eA43vNR7To>

Acesso em: 21/09/2023

### Sites

<https://aboutholocaust.org/pt/facts/o-que-foi-a-solucao-final>

Acesso em: 03/11/2023

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>

Acesso em: 03/11/2023

<https://conib.org.br/noticias/todas-as-noticias/movimento-juvenil-sionista-socialista-hashomer-hatzair-comemora-centenario-com-festa-no-rio.html>

Acesso em: 09/11/2023

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/10/5138769-familiares-de-desaparecidos-lutam-desde-janeiro-pela-volta-de-comissao.html>

Acesso em: 03/11/2023

<https://culturahebraica.blogspot.com/2018/01/misticismo-judaico-o-que-e-um-dybbuk.html>

Acesso em: 23/10/2023

<https://dicionario.priberam.org/i%C3%ADdice>

Acesso em: 19/10/2023

<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/gallery/warsaw-ghetto-uprising>

Acesso em: 09/11/2023

<https://eniosqueff.com/sobre/>

Acesso em: 10/11/2023

<https://historiadigital.org/curiosidades/10-curiosidades-historicas-do-mr-8/>

Acesso em: 09/11/2023

<https://memorialdaresistencia.org.br/organizacoes/ala-vermelha/>

Acesso em: 10/11/2023

<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/delegado-fleury/>

Acesso em: 10/11/2023

<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dom-paulo-evaristo-arns/>

Acesso em: 10/11/2023

<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/flavio-tavares/>

Acesso em: 09/11/2023

<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/ustra/>

Acesso em: 19/10/2023

<https://memoriasdaditadura.org.br/imprensa-alternativa/>

Acesso em: 10/11/2023

<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/goi>

Acesso em: 19/07/2023

<https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/507>

Acesso em: 26/11/2023

<https://sites.unipampa.edu.br/lehmai/o-que-e-sionismo/>

Acesso em: 09/11/2023

<https://www.amnesty.org/en/>

Acesso em: 03/11/2023

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61560065>

Acesso em: 03/11/2023

<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/05/para-escritor-bernardo-kucinski-nao-responsabilizar-ditadura-abriu-espaco-para-o-bolsonarismo>  
Acesso em: 25/10/2023

<https://www.dislexia.org.br/o-que-e-dislexia/>  
Acesso em: 09/11/2023

<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/revolucao-cubana.htm>  
Acesso em: 10/11/2023

<https://www.institutobrasilisrael.org/2020/05/07/lingua-iidiche-e-o-tema-do-podcast-da-semana/>  
Acesso em: 09/11/2023

<https://www.jewishvirtuallibrary.org/hovevei-zion>  
Acesso em: 09/11/2023

<https://www.jewishvirtuallibrary.org/po-alei-zion>  
Acesso em: 09/11/2023

<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/b/bund.htm>  
Acesso em: 09/11/2023

<https://www.marxists.org/portugues/rocker/1920/mes/90.htm>  
Acesso em: 09/11/2023

<https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/brasil-ganha-a-democracia-ganha-com-rejeicao-da-pe-37>  
Acesso em 03/11/2023

<https://www.museudatv.com.br/biografia/caco-barcellos/>  
Acesso em: 09/11/2023

<https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2022/11/o-que-foi-a-guerra-fria>  
Acesso em: 09/11/2023

<https://www.oas.org/pt/cidh/>  
Acesso em: 10/11/2023

<https://www.otempo.com.br/diversao/trafico-de-bebes-durante-ditadura-inspira-novo-livro-de-bernardo-kucinski-1.2358620>  
Acesso em: 22/07/2023

<https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>  
Acesso em: 10/11/2023

<https://www.polonia.travel/br/regi%C3%B5es/lodzkie-2>  
Acesso em: 09/11/2023

<https://www.primolevi.it/en/sommersi-salvati>  
Acesso em: 18/10/2023

<https://www.redebrasilatual.com.br/>  
Acesso em: 01/04/2024

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/04/27/silvio-almeida-quer-recriar-comissao-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos>  
Acesso em: 18/10/2023

<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2015/01/09/unicamp-perde-o-docente-italo-tronca-do-ifch>  
Acesso em: 09/11/2023

### **Documentos Oficiais**

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. 1996 p.

BRASIL. *Resolução nº 2, de 29 de novembro de 2017*. Estabelece o procedimento para emissão de atestados para fins de retificação de assentos de óbito das pessoas reconhecidas como mortas ou desaparecidas políticas, nos termos da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995, e da Lei no 12.528, de 18 de novembro de 2011. Diário Oficial da União, 11 de dezembro de 2017.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH). *Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. (livro-relatório).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948*. Disponível em: <https://www.unicef.org> Acesso em: 7 nov. 2022.

### **Outros documentos**

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. INSTITUTO DE ESTUDO DA VIOLÊNCIA DO ESTADO. GRUPO TORTURA NUNCA MAIS RJ E PE (CFMDP/IEVE/GTNM). *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Ed. de Pernambuco (CEPE); Governo do Estado de Pernambuco, 1995.

### **Romances**

KUCINSKI, Bernardo. *A cicatriz e outras histórias: (quase) todos os contos de B. Kucinski*. -1ª ed.- São Paulo: Alameda, 2021.

KUCINSKI, Bernardo. *Alice: não mais que de repente*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

KUCINSKI, B. *Júlia: nos campos conflagrados do Senhor*. 1ª Ed. São Paulo: Alameda, 2020.

KUCINSKI, Bernardo. *K. Relato de uma busca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KUCINSKI, Bernardo. *O Congresso dos Desaparecidos*. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2023.

KUCINSKI, Bernardo. *Os visitantes*. São Paulo: Cia. das Letras, 2016.

KUCINSKI, Bernardo. *Você vai voltar pra mim e outros contos*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 - (Vozes de Bolso).

BARROS, José D'Assunção. *História Política: dos objetos tradicionais aos estudos dos micropoderes, do discurso e do imaginário*. Revista Escritas, v. 1 (2008). Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1278>>. Acesso em jun. de 2022.

BAUER, Caroline Silveira. *Como será o Passado? História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. Jundiaí: Paco editorial, 2017. 236 pp.

BENJAMIN, Walter. *Linguagem, tradução, literatura (filosofia, teoria e crítica)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BOSI, Alfredo. *A interpretação da obra literária*. In: Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica. São Paulo: Editora Ática, 1988.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BUARQUE DE HOLLANDA, Cristina; ISRAEL, Vinícius Pinheiro. *Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre novos sentidos de legitimidade e representação democrática*. Revista de Sociologia e Política, [S.l.], v. 27, n. 70, p. 1-21, abr. 2020. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/72818>>. Acesso em: 29 set. 2022.

CANABARRO, Ivo. *Caminhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV): memórias em construção*. Sequência (Florianópolis), n. 69, p. 215-234, dez. 2014.

CARDOSO, Lucileide Costa. *Construindo a memória do regime de 64*. Revista Brasileira de História do Brasil, 1954-1964. São Paulo, ANPUH-Marco Zero, v. 14, n. 27, 1994.

CARDOSO, L. C.. *Criações da Memória: Defensores e Críticos da Ditadura (1964-1985)*. 1. ed. Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2012. v. 1. 248p.

CARDOSO, Lucileide Costa. *Os Discursos de Celebração da “Revolução de 1964”*. Revista Brasileira de História., v.31, p.117 – 140, 2011.

CARDOSO, L. C.. *Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil*. Universidade do Porto. Revista da Faculdade de Letras. Série de História, v. 4, p. 33-49, 2014.

CASTRO, Ana. *Kaddish: prece por uma desaparecida*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CATELA, Ludmila da Silva. *Situação limite e memória: reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2001.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COIMBRA, Cecília M. Bouças. *Reparação e memória*. Cadernos AEL, v. 13, n. 24/25, p. 15-35, 2008. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/download/2549/1959> Acesso em: 14 jan. 2023.

COLLING, A. M.. *As mulheres e a ditadura militar no Brasil*. História em Revista. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2006, v. 10, p. 169-178.

CORDEIRO, Janaína Martins. *A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964*. Revista de História (São Paulo) [online]. 2021, n. 180. Acesso em: 7 Dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.167214>.

DADALTO, W. *Violência e autoritarismo na literatura testemunhal de Bernardo Kucinski*. 2023. 341 f. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras (Estudos Literários), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. *Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes*. Proj. História, v. 17, São Paulo: nov. 1998.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. *Memória e historiografia: limites e possibilidades de uma aproximação*. História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral, n. 4, jun. 2001. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, v. 4, p. 55-71.

DIAS, J. A. *Memória e Ideologia: a tortura como mecanismo de silenciamento durante a Ditadura Militar no Brasil*. In: Lucileide Costa Cardoso; Célia Costa Cardoso. (Org.). *Ditaduras: memória, violência e silenciamento*. 1ed. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2017, v. 01, p. 191-206.

DIAS, Reginaldo Benedito. *A Comissão Nacional da Verdade, a disputa da memória sobre o período da ditadura e o tempo presente*. São Paulo, Unesp, v. 9, n. 1, p. 71-95, janeiro-junho, 2013.

DIAS, Reginaldo Benedito, *Sentidos políticos da toponímia urbana: ruas com nomes de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira*. São Paulo, Unesp, v. 8, n.1, p. 155-181, janeiro-junho, 2012.

DUCCINI, Felipe Moreira Barboza. *A luta pela anistia na Bahia: do movimento feminino pela anistia ao Comitê Brasileiro Pela Anistia (1975 a 1979)*. Dissertação

(mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017.

DUVIGNAUD, Jean. “*Prefácio*”. In: HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Ed. Vértice / Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FICO, Carlos. *História do Tempo Presente, Eventos Traumáticos e Documentos Sensíveis: o caso brasileiro*. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p.43-59, jan/jun 2012.

FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60, 2004.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FLORES, L. G. G.; CANABARRO, I. DOS S. *Direitos humanos, transformações sociais e a reconstrução da memória sobre a Ditadura brasileira: reflexões a partir da Comissão Nacional da Verdade*. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, v. 19, n. 2, p. 149-180, 18 dez. 2018.

FRANCO, R.. *Censura e modernização cultural à época da Ditadura*. *Perspectivas (São Paulo)*, São Paulo, v. 5, p. 77-94, 1998.

FRANCO, Renato. *Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70*. In: SELIGMANN-SILVA Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003.

FREDERICO, Grazielle. *O irmão/pai de uma desaparecida política*. *MOARA*, v. 2021, p. 54-63, 2021.

FRIEDMAN, I.; BASTAZIN, V. K. *Relato de uma busca, de Bernardo Kucinski: ausência de memória na Literatura de Testemunho*. *Arquivo Maaravi (UFMG)*, v. 10, p. 1-15, 2016.

FUSTINONI, Chiara Ferreira; CANIATOI, Angela. *O luto dos familiares de desaparecidos na Ditadura Militar e os movimentos de testemunho*. *Psicologia USP [online]*. 2019, v. 30. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-6564e180131>>.

- GABEIRA, F. *O que é isso, companheiro?*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Apagar os rastros, Recolher os restos*. In: GINZBURG: Jaime; SEDLMAYER, Sabrina (orgs). Walter Benjamin. Rastro, aura e história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 27-38.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- GALLO, C. A. *A Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da sua atuação*. Estudos de Sociologia, [S. l.], v. 20, n. 39, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/7457>. Acesso em: 17 out. 2022.
- GALLO, C. A. *Do luto à luta: um estudo sobre a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil*. Anos 90, [S. l.], v. 19, n. 35, p. 329–361, 2012. DOI: 10.22456/1983-201X.29101. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/29101>>. Acesso em: 27 out. 2022.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GODOY, Marcelo. *A Casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. São Paulo: Alameda, 2014.
- GOMES, Warley Alves. *O fingir historiográfico: a escrita da história entre a ciência e a ficção*. Revista de Teoria da História, v. 6, n. 2, p. 65-91, mar. 2011.
- GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- HEYMANN, Luciana Quillet. *Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões*. In.: Seminário CPDOC 35 anos: A Interdisciplinaridade nos estudos históricos, 2008, Rio de Janeiro.
- JOFFILY, Mariana Rangel. *No centro da engrenagem. Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/T.8.2008.tde-03062008-152541. Acesso em: 2022-12-17.

- KAFKA, Franz. *O Castelo*. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- KAFKA, Franz. *O Processo*. 5ª edição. São Paulo: Martin Claret. 2011.
- KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. *Pau de arara: a violência militar no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- KUCINSKI, Bernardo. *A Nova Ordem*. São Paulo: Alameda, 2019.
- KUCINSKI, Bernardo. *Cartas Ácidas da campanha de Lula de 1998*. São Paulo: Ateliê editorial, 2000.
- KUCINSKI, Bernardo. *Imigrantes e mascates*. Ilustrações de Maria Eugênia. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2016.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo econômico*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- KUCINSKI, B. *Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- KUCINSKI, Bernardo. *O colapso da Nova Ordem*. 1ª Ed. São Paulo: Alameda, 2022.
- KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KUCINSKI, M. *Autobiografia*. Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG, Belo Horizonte, v. 13, n. 24, p. 256–260, 2019. DOI: 10.17851/1982-3053.13.24.256-260. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/14531>. Acesso em: 26 out. 2022.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LE GOFF, Jaques. *Memória*. In: Enciclopédia Einaudi. Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984.
- LEVI, G. *Usos da biografia*. In: FERREIRA, M.M. e AMADO, J. (orgs.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

LEVILLAIN, Philippe. *Os protagonistas: da biografia*. In: RÉMOND, René (Org). Por Uma História Política. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LIMA, Gilneide de Oliveira Padre. *Do corpo insepulto à luta por memória, verdade e justiça: um estudo do caso Dinaelza Coqueiro*. 2019. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista, BA, 2019.

LOBO, Amílcar. *A Hora do Lobo, A Hora do Carneiro*. Petrópolis, Vozes, 1989. 111p.

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 231p.

MACEDO, Michelle Reis de. *Em Tempo contra o populismo: a reinterpretação do passado trabalhista pela nova esquerda no período de redemocratização (décadas de 1970 e 1980)*. In: Lucileide Costa Cardoso; Célia Costa Cardoso. (Org.). Ditaduras: memória, violência e silenciamento. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2017, v., p. 361-386.

MACHADO, V.. *Memória e paternidade: a atuação de pais de militantes que lutaram contra a ditadura civil militar brasileira*. In: Lucileide Costa Cardoso; Célia Costa Cardoso. (Org.). Ditaduras: Memória, Violência E Silenciamento. 1ed. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2017, v., p. 135-148.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 2012. 732p.

MARTINS FILHO, João R. *A memória militar sobre a tortura*. In: Janaína Teles (org.), Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade? São Paulo, Humanitas, p. 91-98, 2000.

MATTOS, Marcelo Badaró. “De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira”. *Onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p. 93-106.

MATTOS, Vanessa de. *Esquadrões da Morte e a Campanha de descrédito internacional contra o Brasil: a violência velada na atuação do Estado*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo: julho 2011.

McARTHUR, Fabiana Godinho. *Justiça de transição: o caso brasileiro*. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*. Brasília: Ministério da Justiça, n. 7, p.78-105, jan./jun.

2012. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r33108.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar Cultura Política Brasileira e Modernização Autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2020.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Revista Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PADRÓS, Enrique Serra. *Ditadura brasileira: verdade, memória...e justiça*. *Historiae*, Rio Grande 3 (3), 65-84, 2012.

PADRÓS, Enrique Serra. *Terrorismo de estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional*. In: Simpósio Nacional de História, 24., 2007, São Leopoldo, RS. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

PESAVENTO, Sandra. J.. *O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura*. *História da Educação*, Pelotas, p. 31 – 45, 01 set. 2003.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRIORE, M. L. M.. *Biografias, Biografados: uma janela para a história*. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. (Org.). *O Que pode a Biografia*. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2018, p. 73-89.

REINA, Eduardo. *Cativeiro sem fim: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2019.

REIS, Daniel A. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

REIS, Daniel Aarão. *Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda dos anos 60*. In: REIS, Daniel Aarão, et. al. *Versões e ficções: o sequestro da história*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Mulheres e Revolução: as militantes da Ação Libertadora Nacional*. *Historiae*. Dossiê Ditadura Militar, Rio Grande do Sul, RS. *Historiae*, v. 5, p. 249-252-252, 2014.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Papirus, 1997.

RIDENTI, M. S. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. 2ª. ed. revista e ampliada (1a. ed. 1993). 2. ed. São Paulo: Unesp – Fapesp, 2010. 324 p.

RIDENTI, Marcelo. *1968: Rebeliões e utopias*. In: O Séc. XX: O tempo das Dúvidas: do declínio das utopias às globalizações. Organização: Daniel Aarão Reis Filho. Jorge Ferreira, Celeste Zenha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RODEGHERO, C. S. *A anistia de 1979, os crimes conexos e a reciprocidade*. In: Lucileide da Costa Cardoso; Célia Cardoso. (Org.). *Ditaduras: memória, violência e silenciamento*. 1ª ed. Salvador: Edufba, 2017, v. 1, p. 327-344.

RODEGHERO, C. S. *A anistia entre a memória e o esquecimento*. *História Unisinos*. Vol. 13, nº 2 - maio/agosto de 2009. Acesso em: 18 Dez. 2022, pp. 131-139. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5081/2341>.

RODEGHERO, C. S. *Pela "pacificação da família brasileira": uma breve comparação entre as anistias de 1945 e de 1979*. *Revista Brasileira de História* [online]. 2014, v. 34, n. 67. Acesso em: 7 Dez. 2022, pp. 67-88. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01882014000100004>>.

ROLLEMBERG, Denise. *Esquecimento das memórias*. João Roberto Martins Filho (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006, pp. 81-91.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins (org.). *Por uma Revisão Crítica – Ditadura e Sociedade no Brasil*. Salvador: Sagga, 2021. 468 p.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins. *Revisionismo e negacionismo: controvérsias*. *História, histórias*, vol. 9, nº 17, jan./jun. 2021.

- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, S. V. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX*. Volume 2: Brasil e América Latina. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. Vol.2. 308 p.
- ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 93-101.
- ROUSSO, Henry. *O Arquivo ou indício de uma falta*. Em: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.
- ROVAI, M. G. O.. *O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84)*. *Tempo e Argumento*, v. 5, p. 108-132, 2013.
- SALIBA, Elias Thomé. *Historiografia Brasileira e Marxismo*. In: \_\_\_\_\_. *História em debate: problemas, temas, perspectivas*, 1992, p. 17-24.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SCHIMIDT, Benito Bisso. *Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois*. *Anos 90, Porto Alegre*, v. 14, n. 26, p.127-156, dez. 2007.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.
- SILVA, M. R. N ; FÉRES-CARNEIRO, T. *Silêncio e luto impossível em famílias de desaparecidos políticos brasileiros*. *Psicologia & Sociedade (Online)*, v. 24, p. 66-74, 2012.
- SILVA, Wilton C. L. *Espelhos de palavras: Escritas de si, autoetnografia e ego-história*. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra & Voz, 2012, p. 39-62.
- STARLING, H. M. M. *Os silêncios da ditadura*. Maracanan, v. 12, p. 37-46, 2015.
- TELES, J. A. *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* 1ª. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000. v. 1. 386p.

TELES, J. A. *Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*. História Unisinos, vol. 18, núm. 3, septiembre-diciembre, 2014, p. 464-480.

TONI, Cristiane ; VIANNA, V.L.L.. *A Literatura como denúncia e resistência*. Revista Literatura em debate, v. 4, n. 6, p. 174-188, jan.-jul., 2010.

TORRES, M. G.. *Lutar para manter, lutar para romper: mulheres e a ditadura militar brasileira*. Em Debate (UFSC. Online), v. 04, p. 93-105, 2010.

WHITE, Hayden. *Teoria literária e escrita da história*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero e maternidade nos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul*. In: Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2013.

### **Legislação**

BRASIL. *Lei nº 6.683*, 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências.

BRASIL. *Lei nº 9.140*, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.

BRASIL. *Lei Nº 9.455*, de 7 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências.

BRASIL. *Lei nº 10.536*, de 2002.

BRASIL. *Lei nº 12.528*, de 18 de novembro de 2011.

### **Depoimentos**

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO "RUBENS PAIVA". *Depoimento de Bernardo Kucinski*. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VcrR1JbfH9w>. Acesso em: 20 out. de 2022.

## ANEXOS

ANEXO A – Requerimento de Bernardo Kucinski enviado à Comissão Especial do Ministério da Justiça dos Mortos e Desaparecidos.

À COMISSÃO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, ANEXO II, SALA 621, BRASÍLIA, DF

SR PRESIDENTE,  
DR MIGUEL REALE JÚNIOR

Eu, Bernardo Kucinski, RG N. 2.378.676, CPF N. 029.350.748-15, Professor, casado, filho de Majer Kucinski e Esther Kucinski, irmão de Ana Rosa Kucinski, nascida em 12/01/1942, cujo nome da casada passou a ser Ana Rosa Silva, e relacionada no anexo da Lei 9140 sob o nome de Ana Rosa Kucinski Silva, tendo requerido em 22 de janeiro último os benefícios da Lei 9.140 de 05/12/95, que são a indenização e a localização dos restos mortais de minha irmã, venho juntar as seguintes informações para que se proceda à localização de seus restos mortais.

1- Minha irmã e seu marido Wilson Silva foram presos na tarde do dia 22 de abril de 1974, pelo agente do DOI-CODI de codinome Paulo da Silva Júnior, quando voltavam para sua residência, na Rua Padre Chico, bairro da Pompeia, São Paulo.

2- O verdadeiro nome desse agente é José Rodrigues Gonçalves, cabo reformado do exército. O cabo reformado José Rodrigues costuma auxiliar a PM no Distrito Policial de Carapicuíba, São Paulo. O II Exército possui seu endereço completo.

3- Minha irmã e meu cunhado foram levados na madrugada do mesmo dia para Petrópolis pelos policiais Enio Pimentel da Silveira e Sergio Paranhos Fleury, ambos já mortos, motivo pelo qual se torna urgente a tomada do depoimento do cabo reformado José Rodrigues Gonçalves.

4- O sargento José Sanches Vallejo Júnior possui informações isoladas sobre o episódio, pois contactou o cabo reformado José Rodrigues ao arquitetar uma tentativa de extorsão contra mim em 1974. O II Exército possui o endereço do sargento Vallejo.

5- O ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto, em seu depoimento à VEJA, em 18/11/1992, corrobora à pg 26 a informação de que foram presos em São Paulo e levados para Petrópolis. Deve ter mais informações sobre as circunstâncias das mortes e o destino dos despojos.

6- Entrevistado por mim em 31/05/87 o médico Amílcar Lobo, reconheceu as fotos de Wilson Silva como de alguém que passou pela casa de Petrópolis. O endereço do Dr. Amílcar no Rio era Rua Maria Amália 264, Tijuca. Telefone: 011-2380144.

7- O Sr. Paulo Sawaya, na condição presumida de agente dos serviço de repressão, informou-me em 3 de janeiro de 1975, que minha irmã efetivamente havia sido presa pelos órgãos de segurança em São Paulo e transferida da jurisdição do II Exército. Ficou de me dar detalhes no dia seguinte, quando, assustado, negou tudo. O Sr. Paulo Sawaya tornou-se assessor do deputado Federal Delfim Neto.

Não me movem outros sentimentos senão necessidade pessoal de esclarecer as circunstâncias das mortes de minha irmã e meu cunhado e recuperar seus restos mortais, para lhes dar sepultura, assim como a convicção de que esse esclarecimento é condição para que tais fatos não se repitam.

São Paulo, 23 de fevereiro de 1996

Bernardo Kucinski  
RG 2.378.676

BERNARDO KUCINSKI  
RUA IQUIRIRIM 690  
CEP 05586-001, SÃO PAULO, SP

130 Subdistrito do Butantã - Oficial Dr. Evandro da Cunha  
Avenida Dr. Vital Brasil, nº 325 - Tel. 211-0063  
Reconheço, por semelhança, a foto de BERNARDO KUCINSKI, a qual  
confere com o padrão depositado em cartório.  
São Paulo, 23 de fevereiro de 1996.  
Em testemunho da verdade.

Assinado por: \_\_\_\_\_ (Assinatura)

107 CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE SÃO PAULO  
EDUARDO FLORES DE OLIVEIRA  
Escrivão de Registro

ANEXO B – Termo e Declaração de Bernardo Kucinski à Comissão de Justiça e Paz de São Paulo.

TERMO DE DECLARAÇÃO

Aos vinte dias de setembro de 1990, perante o Dr. Marco Antônio Rodrigues Barbosa, Presidente da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, e do Dr. Luis Eduardo Greenhalgh, advogado, compareceu à Cúria Metropolitana de São Paulo, na sala da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, o jornalista BERNARDO KUCINSKI, portador do R.G. nº 2.378.676 (SSP/SP), brasileiro, casado, jornalista e professor universitário, residente e domiciliado nesta capital, à rua Ipiranga nº 690, Butantã, o qual passou a prestar as seguintes declarações: que é irmão de ANA ROSA KUCINSKI, e cunhado de WILSON SILVA, ambos políticos, desaparecidos em São Paulo, na tarde de 22 de abril de 1974; nesse dia, WILSON SILVA e seu colega de trabalho OSMAR MIRANDA DIAS foram fazer um trabalho de rotina, saindo do escritório da Av. Paulista para o centro da cidade, um pouco antes da hora do almoço, após o que, WILSON se separou de OSMAR, dizendo que iria se encontrar com sua esposa ANA ROSA, na Praça da República; que ANA ROSA era professora no Instituto de Química da USP; a partir desta tarde, nunca mais foram vistos; que a família tomou conhecimento, através de colegas, da ausência de ANA ROSA da Universidade e, de imediato, passou a tomar providências no sentido de localizar o casal; que a primeira providência foi o registro do desaparecimento do casal perante a polícia comum, no setor competente; que a família do declarante passou a percorrer todas as Repartições Públicas, como dependências policiais, hospitais, Deops, Necrotérios, DOI-CODI 2º Exército, Cúria Metropolitana de São Paulo; também, através do carro de ANA ROSA, que com ela desapareceu, a família tentou localizar o referido veículo, sem sucesso; que o carro de ANA ROSA era um Fusca, cuja placa de S.P. era CH 6388; que o declarante informa que o registro do desaparecimento acima mencionado levou o número do protocolo, no pedido de busca, nº 366, de 9 de setembro de 1974; esse pedido de busca foi difundido pela Secretaria da Força Pública de S. Paulo, conforme o pedido nº 4885/74 do CIOPE e foi recebido pelo menos pelas seguintes Repartições Policiais: Deops, Delic, DIOCI, em seguida, Impetramos Habeas Corpus, através do advogado Aldo Lima e Silva; que não foi levado em consideração no dia 10 de dezembro de 1974, foi enviado pedido de investigação à Comissão de Direitos Humanos da OEA; meses depois, a família recebeu resposta da OEA, onde esta afirmava que, consultado, o Governo Brasileiro declinava qualquer responsabilidade no episódio; que, em dezembro de 74, através de gestões efetuadas pelo irmão do declarante de nome WULF, que morava em Israel, o governo de Israel concedeu vistos de entrada naquele país para ANA ROSA e WILSON SILVA, caso do governo brasileiro os liberasse; que esta decisão governamental foi comunicada oficialmente ao Ministro Golberri do Couto e Silva, através de uma liderança da comunidade judaica do Rio de Janeiro; que o General Golberri se surpreendeu com o

*Nota: Ver Livro Pol. 1974*

*Bernardo Kucinski*

o fato, insinuou que ANA ROSA estaria presa numa instituição da Aeronáutica, prometeu se interessar pelo assunto e dar uma resposta que já mais foi dada; que, na mesma época, a família recebeu informações do Departamento de Estado de Governo Americano, que também havia sido acionado, que ANA ROSA ainda estaria viva, presa em local não sabido e que WILSON SILVA provavelmente estaria morto; em janeiro de 1975, a família colocou anúncios nos principais jornais do País que não trouxeram nenhuma informação; que, no dia 3 de janeiro, também, a família manteve contato com o Sr. Paulo Sawaya, pessoa influente nos meios policiais de São Paulo; que o contato foi feito por telefone, através de familiares do interlocutor, sendo que alguns minutos depois Paulo Sawaya retornou a ligação, informando que ANA ROSA e WILSON tinham efetivamente sido presos pelos órgãos de Segurança e que ele daria informações mais detalhadas no dia seguinte; que, no dia seguinte, o referido Paulo Sawaya negou tudo, afirmando que tudo não passava de um engano; que o declarante não aceitou essa evasiva e insistiu na primeira versão dada por Paulo Sawaya, sendo que Paulo Sawaya comprometeu-se em levar o declarante ao QG do 2º Exército; que o declarante foi ao escritório de Paulo Sawaya, na época situado na rua Marquês de Itu e de lá foram ao 2º Exército, onde o declarante foi apresentado a dois oficiais, o Coronel Cassio e Major Moreira que chegaram a mostrar listas de presos políticos, onde não constavam nomes de Ana Rosa e Wilson, no esforço de demonstrar que ambos não haviam sido presos; que o referido Paulo Sawaya indicou ao declarante um contato no QG do 1º Exército no Rio de Janeiro; que o declarante foi ao Rio de Janeiro, procurou essa pessoa e também não obteve as informações acerca do paradeiro de Ana Rosa e Wilson Silva; que o declarante se recorda também que a visita feita ao QG do 2º Exército, acima mencionada, foi apresentada a um civil de nome Erikov, que se auto-intituiu assessor do Reitor da USP, o qual também negou a prisão de Ana Rosa e Wilson Silva, e reclamou sobre a lentidão do procedimento administrativo que corria na USP, visando à rescisão do contrato de trabalho de Ana Rosa no Instituto de Química por abandono do emprego; que o declarante possui informações recentes segundo as quais Paulo Sawaya é assessor próximo ao Delegado Romeu Tuma, Superintendente da Polícia Federal; que, o declarante se recorda também sobre os fatos relacionados com as prisões e os desaparecimentos de Ana Rosa e Wilson Silva; que, em fins de 1974, foi vítima de extorsão, mediante recompensa financeira e, depois, coação física e moral irresistível por parte de policiais e agentes do DOI-CODI do 2º Exército; que os fatos se passaram, resumidamente, da seguinte maneira: ao declarante foi oferecido um contato com pessoas ligadas aos órgãos de Segurança que, mediante recompensa, estariam dispostos a dar-lhe informações sobre Ana Rosa e Wilson Silva; que esses contatos foram oferecidos ao declarante pelo advogado Roberto Damiani, hoje já falecido, e envolveram diversos policiais militares, um sargento do Exército que trabalhava na comunidade de informações e outras pessoas; que o declarante se apercebeu de que tudo não passava de uma

*Bernardo Kucinski*

"rapuca" e denunciou os envolvidos, os quais foram indiciados e denunciados nos inquéritos policial militar e inquérito policial e, afinal, condenados pela extorsão praticada a penas irrisórias; que o declarante possui a documentação referente aos fatos acima narrados e o declarante também se recorda de que as famílias dos desaparecidos políticos estiveram com o General Golberri Couto e Silva em Brasília, em audiência solicitada por D. Paulo Evaristo Arns, e que, como resultado de sua audiência, dias depois, então Ministro da Justiça, Armando Falcão, em nota oficial do Governo, informou sobre tais desaparecidos, incluindo na lista pessoas que jamais foram tidas como desaparecidas dentre pessoas reclamadas como tal; que, com relação a Ana Rosa e Wilson Silva, a nota do Ministério da Justiça alegava os mesmos eram terroristas e estavam foragidos; que, melhor esclarecendo sobre Ana Rosa, a nota de Armando Falcão dizia que os órgãos de segurança não tinham quaisquer informações sobre ela; que, em função das pressões, das buscas, das denúncias, que a família fez sobre o desaparecimento de Ana Rosa e Wilson Silva, o pai do declarante, Sr. Major Kucinski, foi chamado pela Justiça Federal à presença do Juiz Tufillo Ribeiro de Andrade, para prestar depoimento na tentativa de intimidá-lo; que, melhor esclarecendo, tal depoimento ocorreu no Deops em São Paulo; que, no início de 1976, após novas investidas da família do declarante, esta recebeu um pacote, pelo correio, oriundo de Portugal, supostamente enviado por Ana Rosa, e que continha panfletos políticos, tudo na tentativa de desorientar a família; que, em outubro de 1976, o declarante foi procurado por um cidadão que se apresentou como José Fernando Marques Fogaça, o qual alegou havia sido solto pelo Deops no dia anterior, 30 de setembro de 1976 e que teria sido sequestrado em Porto Alegre, no dia 19 de dezembro de 1975, e que teria estado, com Ana Rosa, segundo alegou, na prisão; que o declarante não acreditou nestas informações, por alguns incongruências: em agosto de 1976, quando os membros do Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo desbrulharam sepultados em Paris, sob o nome falso o então desaparecido Luis Enrico Tejera Lisboa, o declarante investigou o paradeiro de sua irmã e de seu cunhado nas dependências do IMA/SP, não conseguindo obter informações; que, nessa visita, o declarante compulso os álbuns de fotografias de indigentes, ficando impressionado com a quantidade de negros, mulatos e pardos; que, em 1979, o declarante se recorda ter recebido um telefonema de uma pessoa que tinha trabalhado com Wilson Silva, na Telesp; que esta pessoa informou ao declarante que admirava Wilson Silva por sua retidão de caráter; que tornou-se sua amiga e que tinha certeza de que a dispensa de Wilson Silva da Telesp, ocorrida em 17 de dezembro de 1973, não se dera por motivos funcionais, mas por motivos políticos; que, na Telesp, na época, havia um tal de coronel Iana que era ligado aos órgãos de segurança e que, depois da dispensa de Wilson Silva, comentou-se na Telesp que alguém tinha inclusive anotado a placa do carro de Ana Rosa; que esta pessoa alegou que também Osmar Miranda Dias, que esteve com Wilson Silva em

*Nota: Ver Livro Pol. 1974*

*Bernardo Kucinski*

1974, na data do seu desaparecimento; que esta pessoa dizia que, nas últimas vezes que encontrava com Wilson Silva, estava inseguro e inquieto, preocupado com suas condições de segurança; disse também que Wilson Silva falava que estava caindo toda mundo; que procurou Wilson Silva nos dias 22, 23 e 24 de abril de 1974 e não mais o encontrou; que o declarante informa também que o médico psiquiatra Amílcar Lobo, quando esteve contato com os familiares dos desaparecidos políticos, reconheceu ter passado por suas mãos, em órgãos de segurança, alguns desaparecidos; que, após esse fato ter sido noticiado, o declarante telefonou para Amílcar Lobo e marcou com ele uma entrevista; que, na entrevista, o declarante mostrou-lhe fotos de Ana Rosa e Wilson Silva; que Amílcar Lobo reconheceu nas fotos de Wilson Silva como sendo uma pessoa que ele atendera, após uma sessão de tortura; que o reconhecimento foi positivo, mas não categórico; que, com relação a Ana Rosa, não houve o reconhecimento, muito embora manifestasse dúvidas sobre uma determinada foto; que o declarante considera perfeitamente possível que sua irmã e seu cunhado possam estar entre os corpos recentemente encontrados na vala comum do Cemitério Dos Boscos, em Perus, motivo pelo qual entrega, neste momento, aos membros da Comissão Justiça e Paz de São Paulo as fotografias de Ana Rosa e Wilson Silva, bem como recebe desta fichas com os dados pré-mortem para serem preenchidas com o objetivo de auxiliar as investigações e as perícias médico-legais; que o declarante se compromete a, se for necessário, complementar as presentes informações; que, durante as investigações sobre o paradeiro de Ana Rosa e Wilson Silva, estas foram feitas na sua maioria pela família de Ana Rosa, já que a de Wilson Silva era do interior, mas precisamente TAUBATÉ/SP; que o declarante ofereceu à Comissão Justiça e Paz de São Paulo o telefonema da família de Wilson: nº 0122-322968, Dona Lygia, mãe de Wilson e de irmã Lucelina; nada mais.

*Bernardo Kucinski*

*Esposa: Ana Rosa*

*Margarida Genovese*

*Paula Paula de Almeida Fogaça*

ANEXO C – Transcrição do depoimento de Bernardo Kucinski à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”

“ Acho muito importante este tipo de cerimônia, mas queria dizer inicialmente que, pessoalmente, já estou bastante exausto disso tudo. Praticamente meio século já se passou, os familiares dos desaparecidos vivem essa situação de formas diferentes e nós que nos conhecemos sabemos que ninguém cobra nada de ninguém. Estas cerimônias vem se repetindo, e isso não acaba nunca, e também para o país não acaba nunca. É uma coisa que está escondida e nunca se resolve. Podia ser apenas um desaparecido, mas não é. Eu acho que isso é uma coisa que vai fazer muito mal, já está fazendo mal e vai fazer mal para sempre ao povo brasileiro. Por isso que eu acho que seria muito importante fazer alguma coisa. O que me aborreceu muito aqui na USP foi que há não muito tempo atrás, já muitos anos depois que tudo isso aconteceu (o desaparecimento), quando eu pedi a Reitoria que cancelasse a demissão de minha irmã, isso já em 1995, a assessoria Jurídica da Reitoria, a mesma que recomendou a sua demissão e que foi conivente com a Ditadura, teve a ousadia de produzir um parecer em linguagem jurídica, de quase 100 páginas em que afinal assumia que deveria ser anulada a demissão, mas justificava sua posição anterior. Ou seja, não há autocrítica, não há reconhecimento da conivência, não se avança em relação aos erros cometidos. Isso eu acho que é a questão central em relação à Universidade. Ela não reconhece o grau de conivência que seus agentes e também muitos professores tiveram com a repressão. Um outro dia caiu uma carta em minhas mãos que foi enviada por um grupo de professores da medicina aos órgãos de repressão, listando professores que deveriam ser demitidos e caçados, ou seja, os próprios colegas entregavam catedráticos e professores para a repressão. Eu voltei da Alemanha onde o K. foi lançado, o que me permitiu fazer uma reflexão sobre como eles (os alemães) lidam com sua história, que é uma história também pesada, com uma herança do nazismo, e como nós lidamos (com nossa história). A minha impressão é que na Alemanha, a solução encontrada, mesmo em períodos em que a temática do nazismo era tabu, a solução encontrada pelo povo alemão foi a de repudiar tudo o que foi feito pelo nazismo, se dissociar, denunciar e trabalhar continuamente a questão. Em todos os locais da Alemanha há uma sinalização de como esteve ligado ao nazismo. Por exemplo, numa praça em que se reuniam artistas em Berlim, haviam erguido colunas com fotografias e os nomes dos artistas, com pequenas biografias, 20 ou 30 colunas no centro de Berlim, em frente ao Museu de História. Cada coluna contava a história de

como aquele artista, pensador ou escritor foi eliminado (morto) ou expulso da Alemanha. Era uma história da eliminação da diversidade por parte do nazismo. Em cada lugar ergueram monumentos desse tipo. É um contraste absoluto com a forma como nós estamos lidando com a nossa história, onde não há essa ruptura, onde parte da sociedade ainda é levada a crer ou crê que se justificava, que o outro lado fez a mesma coisa. Variantes de uma tentativa das elites hegemônicas de, além de suprimir as pessoas, suprimir também a história do que aconteceu com essas pessoas”.